TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS

CADERNO DE PESQUISAS

Organizadores

Ricardo Gilson da Costa Silva
Viviane Vidal da Silva
Marcelo Horta Messias Franco
Matheus Pinto de Souza
Wesley Henrique Garcia e Silva

Edições Amazônia PPGG
UNIR
fapero
Temática Editora & Cursos

TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS

CADERNO DE PESQUISAS

Organizadores
Ricardo Gilson da Costa Silva
Viviane Vidal da Silva
Marcelo Horta Messias Franco
Matheus Pinto de Souza
Wesley Henrique Garcia e Silva

Edições Amazônia PPGG
UNIR
fapero
Temática Editora & Cursos

Coordenação Geral

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, Universidade Federal de Rondônia –UNIR

Comissão Organizadora

Profa. Ma. Francilene Sales da Conceição, Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Me. Marcelo Horta Messias Franco, Doutorando PPGG – Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Geógrafo Matheus Pinto de Souza, Mestrando PPGG - Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profa. Ma. Renata Maria da Silva, Secretaria do Estado de Educação – SEDUC/MT

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Me. Tiago Roberto Silva Santos, Instituto Federal de Rondônia – IFRO

Profa. Dra. Viviane Vidal da Silva, Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Comissão Científica

Prof. Dr. Alyson Fernando Alves Ribeiro, Secretaria do Estado de Educação – Seduc/SE

Profa. Dra. Aparecida Luzia Zuin, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof. Dr. Hervé Théry, Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS/França

Prof. Dr. Isaque dos Santos Souza, Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof. Dr. João Santos Nahum, Universidade Federal do Pará – UFPA

Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista, Instituto Federal de Rondônia – IFRO

Profa. Dra. Josélia Gomes Neves, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Almeida, Universidade Federal do Acre – UFAC

Prof. Dr. Marcelo Pires Negrão, Université d'Angers – UA/França

Profa. Dra. Mariana Arzeno, Universidade de Buenos Aires – UBA

Profa. Dra. Raiane Florentino, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva, Universidade Federal do Acre –UFAC

Profa. Dra. Viviane Vidal da Silva, Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Comissão de Mobilização e Logística

Ana Beatriz Albino da Costa, discente do curso de Geografia – UNIR

Arneide Laurindo Sobreira, discente do curso de Geografia – UNIR

Bianca Pansonato, discente do curso de Geografia – UNIR

Cláudia Queiroz de Assis, discente do curso de Geografia – UNIR

Cleuton Rufino de Sousa, discente do curso de Geografia – UNIR

Hamilton Abdon Ayres Elage, discente do curso de Geografia – UNIR

Luciano Ítalo Tavares de Souza, discente do curso de Geografia – UNIR

Samara Borges Dias, discente do curso de Geografia – UNIR

Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Reitora: Profa. Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira
Vice-Reitor: Prof. Dr. José Juliano Cedaro

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET
Diretor: Prof. Dr. Ariel Adorno de Sousa
Vice-Diretor: Prof. Dr. Fabiano Pereira do Amaral

Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG
Coordenador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Vice-Coordenador: Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges

Edições Amazônia PPGG - Conselho Editorial
Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva – UNIR, Porto Velho, Brasil
Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes – UNIR, Porto Velho, Brasil
Profa. Msc. Francilene Sales da Conceição – UEA, Manaus, Brasil
Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa – UEA, Manaus, Brasil
Prof. Dr. Josué da Costa Silva – UNIR, Porto Velho, Brasil
Prof. Dr. João Paulo Assis Gobo – UNIR, Porto Velho, Brasil
Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges – UNIR, Guajará-Mirim, Brasil
Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – UNIR, Porto Velho, Brasil
Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva – UNIR, Porto Velho, Brasil
Profa. Dra. Mariana Arzeno – UBA, Buenos Aires, Argentina
Prof. Dr. Márcio Douglas Amaral – UFPA, Belém, Brasil
Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga – UEL, Londrina, Brasil
Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva – UNIR, Porto Velho, Brasil
Profa. Dra. Rosa Ester Rossini – USP, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Silvio Simone da Silva – UFAC, Rio Branco, Brasil
Profa. Dra. Viviane Vidal da Silva – UFAM, Humaitá, Brasil
Prof. Dr. Hervé Théry – CNRS, Paris, França

© *by Ricardo Gilson da Costa Silva, Viviane Vidal da Silva, Marcelo Horta Messias Franco, Matheus Pinto de Souza, Wesley Henrique Garcia e Silva*

Temática Editora & Cursos
CNPJ 43.725.908/0001-75
Rua Prudente de Moraes, 2421
CEP 76801-039 Porto Velho-RO
(69) 99246-7839 | 98408-9410 (WhatsApp)

Comissão Técnica
Abel Sidney
Preparação de originais e revisão
Rogério Mota
Editoração eletrônica e capa
Fotos da capa: Ricardo Gilson da Costa Silva

Livro publicado com recursos da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – Fapero.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T327 Territorialidades Amazônicas: caderno de pesquisas [recurso eletrônico] /Ricardo Gilson da Costa Silva (org.) ... [et al.]. – Porto Velho : Temática Editora e Edições Amazônia PPGG/UNIR, 2023.
4940 KB

Vários autores
ISBN 978-65-85808-00-2

1. Geografia agrária. 2. Direitos humanos. 3. Amazônia I. Título.

CDD 918.11
CDU 911.3(811.1)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Zane S. S. Santos CRB 11/1081

Licença Creative Commons

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

O conteúdo desta obra, conceitos e opiniões, inclusive sua revisão, é de responsabilidade de seus autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

Apresentação **15**

1 A contribuição da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos 19

Wesley Henrique Garcia e Silva
José Humberto da Silva

2 Agricultura familiar e circuitos espaciais de produção em Rondônia 27

Tiago Roberto Silva Santos

3 Acumulação primitiva: regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos na Amazônia 33

Lucas Ramos de Matos

4 Sobre a resistência em assentamentos de reforma agrária: a bovinolcultura no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia 41

Marcel Emeric Bizerra de Araujo
William Kennedy do Amaral Souza
Claudinei Lucio Soares dos Santos

5 A conceituação e a defesa da categoria modos de vida como afirmação e resistência de camponeses e povos e comunidades tradicionais 47

William Kennedy do Amaral Souza
Marcel Emeric Bizerra de Araujo

6 Projetos de assentamentos no Acre: reforma ou contrarreforma agrária? 53

Elias Pedroso da Silva
Carlos Estevão Ferreira Castelo

7 O protagonismo da juventude indígena em geotecnologias: experiências com drones em Rondônia 59

João Bosco Salles da Silva Júnior
Lidiane de Oliveira Morais
Jucileno Durgo dos Santos

8 **Abrigar a Amazônia na própria Amazônia e dentro de si** 67
Cláudia Queiroz de Assis

9 **Avanço da fronteira do capital na Amazônia brasileira: perspectivas para a bacia hidrográfica do rio Ituxi em Lábrea no sul do Amazonas** 73
Marcelo Horta Messias Franco

10 **Apontamentos sobre a criação da TI Sete de Setembro no contexto da expansão da fronteira agrícola em Rondônia** 81
Carlos Alexandre Barros Trubiliano
Hgaibiten Surui

11 **A fronteira econômica da Amazônia sul-ocidental: formas de expansão, conflitos e usurpação do território** 89
Silvio Simione da Silva

12 **Sobreposição do Cadastro Ambiental Rural: cenário na fronteira sul do Amazonas nos municípios de Boca do Acre e Lábrea** 95
Daniel Alves de Araujo Filho
Aline Lessa de Souza
Rakcelainy Mendonça Beleza
Viviane Vidal da Silva

13 **Amazônia: a fronteira entre pecuarização e os direitos humanos** 103
Francisco Gomes da Rocha
Silvio Simione da Silva

14 **Fronteira e desmatamento no noroeste de Rondônia: impactos nas áreas protegidas entre as rodovias BR-364, BR-421 e BR-425** 109
Luciano Ítalo Tavares de Souza

15 **A fronteira da esperança: uma análise dos direitos humanos do migrante internacional na Amazônia** 117
Maria Sandra Xavier Gelpke
José Alves

16 **Concessão da Floresta Nacional de Humaitá: uma análise preliminar 123**

Victor Ferreira Inácio
Viviane Vidal da Silva
Katarina Moraes Cardoso
Aline Lessa de Souza

17 **Gestão de projetos públicos e inovação em serviços com foco na fiscalização agropecuária em Rondônia 131**

Uéverton Fraga de Paula

18 **Cooperativismo rural: um estudo de caso da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) 139**

Antonia Roselí Nogueira Matos

19 **A reorganização do capital na agricultura: o caso da Amacro 145**

Claudinei Lucio Soares dos Santos
Renata da Silva Nobrega
Luís Fernando Novoa Garzon

20 **Territórios violados na amazônia: resistência do Povo Indígena Katxuyana frente a implantação da hidrelétrica Cachoeira Porteira 151**

Luciene Monteiro Penha
Adnilson de Almeida Silva

21 **As novas dinâmicas territoriais das frentes pioneiras no sul do Amazonas: Lábrea, Humaitá e Apuí 159**

Ana Beatriz Castro de Jesus
Thiago Oliveira Neto
Fredson Bernardino Araújo da Silva

22 **Territorialidades amazônicas: territórios cognitivos e pluriepistêmicos para equidade digital em IA - Inteligência Artificial 169**

Maria Angelita da Silva
Lorranne Gomes da Silva

23 As dinâmicas territoriais do agronegócio na Amazônia brasileira – o caso do município de Vilhena/RO 175
Diego Alves Lus

24 A territorialidade camponesa na comunidade de Porto Alegre, rio Juruá em Ipixuna-AM 181
José Augusto Lopes de Andrade
Francilene Sales da Conceição

25 Desafios da educação na Amazônia sul-ocidental: um enfoque sobre a adequação docente no estado do Acre 189
Victor Régio da Silva Bento

26 O ensino de geografia nas escolas do campo da Amazônia na perspectiva descolonial 197
Andrea Barros de Oliveira
Mônica Fernandes Morais

27 A importância da educação ambiental na formação dos alunos no ensino fundamental 203
Maria Suzana Benvindo dos Santos
Silvio Simione da Silva

28 Das lutas às conquistas ao direito à educação infantil para crianças do campo 209
Camila Jheovana Almeida Ferreira
Beatriz Lima Benigno
Elen Mara da Silva Neves

29 A educação no ecoar da voz da mulher intelectual indígena 215
Agna Maria de Souza
Adnilson de Almeida Silva

30 O ensino de geografia e a educação no campo: reflexões a partir do referencial curricular do estado de Rondônia 223
Renata Maria da Silva
Dirlete Azevedo Freitas
Cristiane Gonçalves Ribeiro

31 **Rondônia no censo demográfico 2022: apontamentos sobre sua recente dinâmica regional 229**

Ricardo Gilson da Costa Silva

32 **Caminhos das águas: os rios e o surgimento das cidades na Amazônia Ocidental 237**

Matheus Pinto de Souza

33 **Gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Tefé-AM: uma análise do bairro Nossa Senhora de Fátima 243**

Luiz Carlos Souza da Silva
Eubia Andrea Rodrigues

34 **Resíduos sólidos urbanos: os impactos socioambientais com a produção e descarte no bairro Monte Castelo, Tefé-AM 249**

Maria Kátia Barbosa da Silva
Eubia Andréa Rodrigues

35 **Entre rios e estradas: ligações intermunicipais na região metropolitana de Manaus 255**

Adanilson Fonseca Batista

36 **Mapeamento e planejamento urbano em Porto Velho (Rondônia): análise da bacia do Igarapé Grande 261**

Ana Beatriz Albino da Costa
Siane Cristina Pedroso Guimarães

37 **Uma análise dos conflitos por terras na Amazônia Legal com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2016-2022 269**

Carlos Alberto de Almeida Ricarte

38 **Frentes pioneiras e impactos socioambientais: desmatamento e emissões de carbono no sul do Amazonas 277**

Bruno Sarkis Vidal
Fredson Bernardino Araújo da Silva
Kamila de Oliveira Craveira

39 Conflitos na terra e na água: os impactos da implantação da UHE de Balbina em Presidente Figueiredo (Amazonas) 285

João Carlos Ferreira Júnior
Matheus Pinto de Souza

40 Proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos: reflexão rondoniense 293

Vanessa Regina Pereira Ramos

Apresentação

A proposta do *Simpósio Territorialidades Amazônicas: Educação, Direitos Humanos e Geografia Agrária em Questão* foi construída em diálogos com professores e pesquisadores da Amazônia, fruto de estudos colaborativos, reuniões, bancas de mestrado e doutorado, trabalhos de campo e seminários, sempre com a participação da equipe do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR.

Inicialmente, a temática ordenamentos territoriais e sociedade estava sendo ponderada. Posteriormente, os tópicos sobre direitos humanos e territoriais ficaram evidentes, dado às questões de estudos no espaço agrário amazônico. O diálogo com a educação pública, a partir da pergunta orientadora "O que se estuda sobre a Amazônia na escola?", motivou a ampliação temática, constituindo o eixo educação, direitos humanos e geografia agrária. Sabe-se que no agrário amazônico estão localizados parte dos territórios tradicionais e do campesinato, sendo, pois, locais de conflitos por terra, natureza e território.

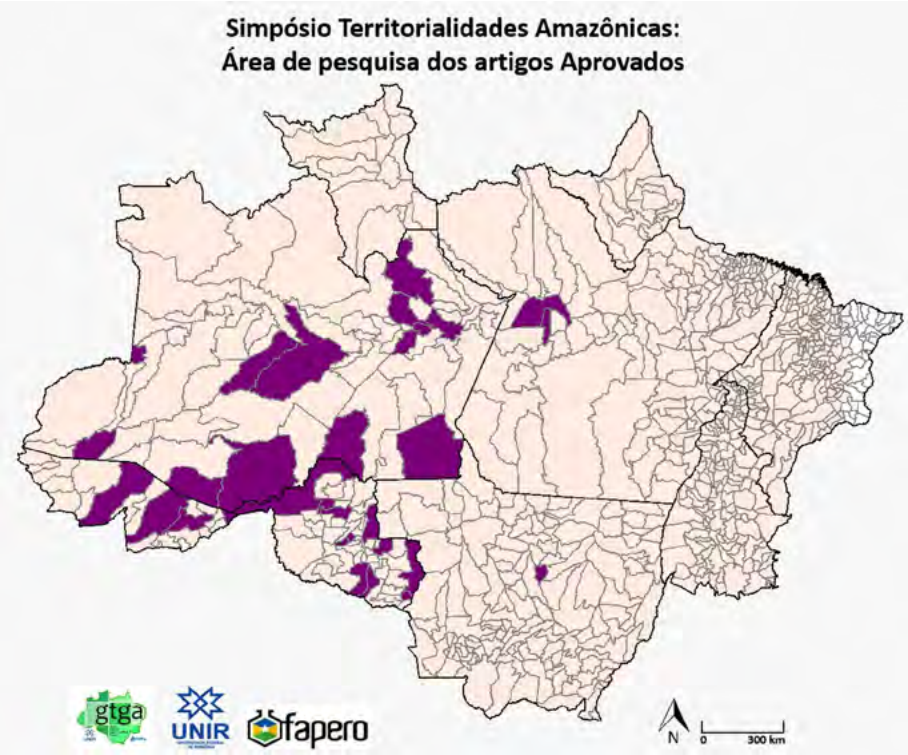
O objetivo do Simpósio, realizado no Teatro Banzeiros, no calor da cidade de Porto Velho, foi reunir a comunidade acadêmica, profissionais da educação, pesquisadores, pesquisadoras, lideranças e ativistas de organizações sociais para analisar as principais dinâmicas territoriais da Amazônia, refletir sobre os desafios à defesa dos direitos humanos e territoriais dos povos originários, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, relacionando-os com a educação pública, compreendida como ação sociocultural necessária ao entendimento das transformações contemporâneas na região.

Os diálogos com os docentes da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade Federal do Acre – UFAC indicaram como imperativos as reflexões e análises referentes às múltiplas territorialidades dos povos amazônicos, especialmente os que vivem no mundo agrário regional, muitas vezes assediados, incomodados, invadidos e violados em seus territórios de vida, cultura e trabalho.

Há décadas a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, duas instituições ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, vêm realizando estudos e denunciando os diversos processos de violências e violações à condição humana dos povos do campo, das águas e das florestas, que abrilhantam o Brasil em sua relação com os territórios, grupos sociais e proteção à natureza. Nos últimos anos, os conflitos agrários (envolvendo posseiros, sem-terra, agricultores familiares, assentados da reforma agrária) e territoriais (povos indígenas, comunidades tradicionais e invasões de áreas protegidas) se deslocaram para a Amazônia, configurando a região como objeto das economias neoextrativas, especialmente dos agronegócios, que se traduzem na apropriação em larga escala dos recursos naturais (terra e natureza).

Na Amazônia, nosso campo de vida e de estudos, o deslocamento das chamadas fronteiras agrícolas, energéticas, minerais, introduziram na relação social – na perspectiva marxiana – a terra e a natureza como valor de troca, cuja produção do espaço regional principiou o *des-envolvimento* da Amazônia de suas centralidades estéticas e particulares, ou seja, retirar da Amazônia o que ela tem de Amazônia. Ao longo de décadas, o *des-envolvimento* da Amazônia se traduziu em desterritorializações e no maior impacto ambiental ainda produzido por políticas públicas. Em pesquisas de campo na região é comum verificar a propaganda de bancos públicos investindo em "desenvolvimento sustentável" de economias agrícolas que destroem a floresta, eliminam os animais, contaminam o solo, igarapés e rios, e expulsam pessoas.

As contradições da vida social e econômica produzem espacialidades desiguais, conflituosas e desafiadoras em suas múltiplas escalas. De modo geral, os artigos apresentados no Simpósio Territorialidades Amazônicas representam esse universo de situações pesquisadas, analisadas, vividas e refletidas, tanto por docentes experientes como por jovens pesquisadores que se aventuram na região motivados pelas descobertas, encantamentos, belezas e tristezas, aqui, sistematizadas em textos.



O livro *Territorialidades Amazônicas: Caderno de Pesquisas* é composto por 40 textos, fruto do labor científico geracional. Conseguimos mapear cerca de 30 municípios considerados como área geográfica central das pesquisas apresentadas no evento. Com temáticas diversas, os textos, no formato de *paper* acadêmico, oferecem ao público uma boa leitura dos processos socioespaciais que atingem a região. Pelos textos, a Amazônia pode ser lida como espaço dos conflitos, da produção familiar, das desterritorializações, da vida nos assentamentos rurais, dos modos de

vida da floresta, da fronteira do desmatamento, das políticas públicas, da escola pública e da educação como instituições e processos de aprendizagens necessários para se viver e conhecer a região.

Cabe destacar a relevância das instituições públicas de ensino superior. Sem elas e sem o aporte financeiro em pesquisa, tecnologia, desenvolvimento científico e formação de recursos humanos, dificilmente teríamos condições para pensar a região, compreendê-la e saber vivê-la. O Estado é importante, o orçamento e as políticas públicas são importantes, por isso, devem ser disputados.

O *Simpósio Territorialidades Amazônicas: Educação, Direitos Humanos e Geografia Agrária em Questão* é tributário das políticas públicas orientadas pela Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), a qual agradecemos imensamente o apoio institucional ao evento.

Os Organizadores.

1

A contribuição da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos

Wesley Henrique Garcia e Silva

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - PPGG/UNIR wesley.geo.29@gmail.com

José Humberto da Silva

Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN

humberto@unifan.edu.br

RESUMO

Para investigar a agricultura familiar é preciso considerar os marcos temporais e os eixos acadêmico, político e social que assinalam seus modos de vida, produção e organização espacial. Assim, diante dos desafios vivenciados pelos agricultores familiares que resistem às transformações capitalistas vivenciadas no campo brasileiro é que tem-se como indagação para este estudo quais as contribuições da agricultura familiar de Rondônia para a produção de alimentos? Assim objetivou-se com esse estudo demonstrar as contribuições da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos. Para alcançar esse objetivo utilizou-se como recorte espacial o estado de Rondônia. Os dados coletados foram do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizando da variável Valor Bruto da Produção (VBPA). Os resultados encontrados denotam que a agricultura familiar contribui com a produção alimentar em Rondônia, principalmente com produtos alimentares, a exemplo do leite, hortaliças, frutas, arroz e feijão. Além disso, a participação percentual da categoria nesses alimentos é expressiva em relação ao VBPA da produção total do estado.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Censo agropecuário. Produção de alimentos.

Introdução

A agricultura familiar tem sido alvo de discussões teóricas que pontuam suas nuances acerca do seu modo de organização espacial, produção agropecuária e políticas públicas. Ressalta-se que a agricultura familiar tem cumprido papel importante na sociedade, principalmente na produção de alimentos que abastecem a mesa do brasileiro.

As profundas transformações sofridas no campo desde a década de 1960, com a entrada de tecnologia no sistema produtivo com o pretexto de desenvolvimento econômico fez com que as categorias produtivas do campo se redirecionaram às suas produções, incluindo a agricultura familiar. Contudo, a entrada do capital no campo foi provocando novos rearranjos produtivos subordinando as categorias a produção de mercadoria, principalmente aquelas de mercado, as chamadas *commodities*, como soja e milho, desenhando assim um arcabouço de monoculturas. Esse domínio do território, além de provocar as mudanças produtivas, também acentuou o êxodo rural, principalmente de pequenos agricultores. Para tanto, ressalta-se ainda a resistência dos agricultores familiares a essa nova dinâmica globalizada do capital sobre o campo. Enfatiza-se nessa categoria a diversificação produtiva, a policultura, a agroecologia, o que os tornam importantes atores na construção e manutenção da subsistência e renda das famílias camponesas, além de contribuir com a soberania alimentar da população.

É nesse ínterim que nasce nosso objetivo desse estudo: demonstrar as contribuições da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos. Consideramos a importância da pesquisa vis-à-vis ao crescente número de produção de monocultura pela agricultura não familiar, como é caso da soja e do milho, conforme apontam dados da Pesquisa Municipal Agrícola (PAM/2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os agricultores familiares levam até os brasileiros alimentos. Outrossim, o estudo corrobora com a literatura acerca do tema que reforça a importância dessa categoria para construção de uma alimentação diversificada e saudável.

Materiais e métodos

Para essa investigação, definimos como recorte espacial o estado de Rondônia, localizado na Amazônia brasileira. Em primeiro momento

foi realizada uma busca por meio de literatura especializada acerca do tema para compor o aporte teórico. Em seguida, por meio de técnica documental, coletou-se dados secundários no Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados coletados referem-se ao Valor Bruto da Produção (VBPA) limitando-se ao total do estado e comparando-o com a participação da produção agrícola familiar. Os produtos escolhidos para averiguação foram arroz, feijão, frutas, os cinco principais vegetais com maiores produções da horticultura, leite de vaca e produtos processados na agroindústria familiar, como farinha de mandioca, queijos, café moído, manteiga etc. Justifica-se a escolha destes produtos primeiramente porque alguns compõem a cesta básica de alimentação no Brasil, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), e depois, porque de acordo com Martinelli e Cavalli (2019), são produtos de uma alimentação diversificada, sustentável e saudável. O estudo caracteriza-se por ser descritivo, assim, foi organizada uma tabela para análise e discussão dos resultados.

Resultado e discussão

Traçar a definição da agricultura de base familiar, esbarra-se em duas principais vertentes que permeiam os estudos rurais. A primeira é defendida por Abramoway (1992), que não vê a categoria necessariamente sob uma égide da base familiar. Para o autor não há de fato a necessidade propriamente da produção agrícola ou a propriedade depender de uma unidade familiar. Nesse sentido, a vertente ainda comunga com a ideia de que a agricultura familiar é fruto da ação do Estado, haja vista o arcabouço dos acontecimentos sociais e políticos. Destaca-se que há três características básicas presentes na Agricultura Familiar: a gestão, a propriedade e o trabalho familiar que exige a presença de pelo menos um membro da família, não a unidade como um todo. Ainda nessa visão a agricultura familiar tem caráter empresarial, que utiliza de sua propriedade para produzir e atender as demandas mercadológicas e transformando isso em rentabilização.

Por outro lado, distanciando-se da primeira linha, encontram-se os estudos defendidos por Wanderley (1996; 2003) e Lamarche (1994), que defendem que a categoria possui suas raízes históricas do campesinato. Segundo eles, agricultores familiares são aqueles que percebem a

produção não direcionada para maximização de lucro, mas para subsistência da própria família. A agricultura familiar baseia-se em seus modos de vida, como produzem, sua relação com a terra, e como se organizam sob o espaço.

Contudo, é importante destacar que essa terminologia passou por um processo de construção ao longo do tempo que se iniciou por volta dos anos 1960, com a entrada da tecnologia no campo e com o discurso de modernização. A Revolução Verde, assim chamado o pacote de inovações tecnológicas promovidas para o campo, tinha como intuito alavancar o campo brasileiro principalmente em uma produção de larga escala. O Estado cumpriu papel importante e decisivo para esse processo, sobretudo, com fomentos e incentivos financeiros e fiscais. Entretanto, essas ações estatais privilegiaram grandes produtores, que aliás viam a pequena produção como sinônimo de atraso e técnicas rudimentares que nada contribuem para o desenvolvimento econômico (HESPANHOL, 2000). O fato é que essa façanha abriu precedente para que pequenos agricultores (assim chamados outrora) perpassem décadas à margem das políticas públicas, acentuando dificuldades enquanto se desenhava no Brasil uma concentração fundiária.

Mas foi a partir da década de 1990 que foi se desenhando um mosaico de acontecimentos no âmbito político, social e acadêmico que pressionaram o Estado a olhar para a categoria e começar os primeiros esboços de políticas públicas direcionadas para o setor. Em meados dessa década nasce o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e depois o PRONAF (o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Contudo, somente em 2006 que se efetivou a legislação específica para essa categoria, o que fez com que as políticas públicas pudessem ser mais acentuadas e onde pode-se de fato fazer a separação entre o que é agricultura familiar e agricultura patronal (agricultura não familiar).

Assim, em julho daquele ano foram definidas diretrizes da agricultura familiar pela Lei 11.326/2006. Nesse sentido, a agricultura familiar passou então a ter uma legislação própria que a definisse enquanto categoria técnica de acesso ao Estado e que tratasse também como uma esfera importante para o setor agrícola brasileiro que corrobora com as economias regionais.A busca pela compressão da produção agrícola e pecuária familiar em Rondônia é considerar a importância dessa categoria para as economias locais e reforçar a contribuição e o compromisso destes agricultores para com a alimentação que abastece a casa dos brasileiros.

Assim, como resultados preliminares, apresentamos a participação da agricultura familiar em Rondônia com relação ao total das produções, conforme a tabela 1. Verifica-se que há uma participação expressiva principalmente no que diz respeito às frutas, produtos da horta e aqueles processados na agroindústria.

Tabela 1 – Participação da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos (2017)

Produtos	Total (VBPA)	Agricultura Familiar (VBPA)	Participação %
Frutas	70.472	61.881	88%
Arroz	77.544	5.236	7%
Feijão	7.211	6.216	86%
Mandioca	45.834	41.455	90%
Queijo e requeijão	31.522	21.069	67%
Farinha de mandioca	14.005	13.185	94%
Polpa de frutas	5.563	5.299	95%
Suco de frutas	1.620	1.545	95%
Café torrado e moído	220	213	97%
Manteiga	54	27	50%
Alface	11.756	8.319	71%
Cebolinha	6.472	5.231	81%
Pepino	4.170	3.616	87%
Tomate (estaqueado)	4.670	3.562	76%
Inhame	33.94	3.131	92%
Pecuária Bovina	2.444.521	514.479	21%
Leite de Vaca	752.957	659.933	88%

Fonte: elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE)

As maiores participações da categoria na produção de alimentos estão entre o café moído e a farinha de mandioca. Enquanto entre as hortaliças o inhame e o pepino se destacam. Ressalta-se também que dentre os grãos produzidos, o feijão percebe 86% do total da produção de todo estado. Nota-se ainda que, com relação ao leite de vaca, essa categoria

possui 88% do total produzido no estado, o que indica a grande contribuição dos agricultores familiares na produção do laticínio.

É importante considerar também que a agricultura familiar em Rondônia tem participação significativa na produção total na pecuária bovina. O estado conta, de acordo com o Censo Agropecuário, com 9.827 cabeças de gado, onde desse total, quase 50% são da agricultura familiar, com 4.862 de cabeças bovinas. Quanto ao VBPA da pecuária bovina, corresponde a 21% do total produzido.

Considerações finais

O objetivo desse estudo foi mostrar quais as contribuições da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos. Assim, diante dos resultados encontrados e em sequência a sua análise, percebe-se que a agricultura familiar tem contribuído potencialmente com a produção de alimentos em Rondônia. A contribuição dessa categoria de análise deu-se principalmente na produção de café moído, hortaliças, feijão, leite, queijo e manteiga. Além disso, foi identificada participação expressiva na pecuária bovina para abate.

Outrossim, é importante destacar que essa categoria mesmo diante dos desafios e a impetração do capital no campo tem resistido e ainda sim dado continuidade a sua produção e organização, corroborando assim com a soberania alimentar.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. "Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais,1997, p. 29 (Texto para discussão).

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**: agricultura familiar. 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/

censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 23 jun. 2023.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan, 2004.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.

MARTINELLI. S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Revista Ciênc. saúde coletiva** 24 Disponível em: www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n11/4251-4262#. Acesso em: 23 jun. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Ideias**, v. 3, 1996, p. 25-54.

2

Agricultura familiar e circuitos espaciais de produção em Rondônia

Tiago Roberto Silva Santos
Instituto Federal de Rondônia – IFRO Cacoal
tiago.santos@ifro.edu.br

RESUMO

A constituição de Rondônia envolvendo o projeto de colonização do governo federal, promoveu grande transformação espacial, com a incorporação da prática agropecuária como forma de organização e uso do espaço. A agricultura familiar possui grande papel neste processo de transição, e desde então, mesmo com a introdução de uma lógica globalizada de produção de commodities, este grupo social tem demonstrado sua relevância com importantes atividades agropecuárias, como: café, mandioca e pecuária de leite e corte que fomentam circuitos espaciais de produção no território rondoniense. Neste sentido, buscamos demonstrar a importância da agricultura familiar no contexto da formação socioespacial de Rondônia, bem como na formação de circuitos espaciais de produção.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Rondônia. Agropecuária.

Introdução

O contexto envolvendo o projeto de colonização dirigida implantado em Rondônia, promoveu intensa transformação socioespacial no estado, que passou do predomínio de um espaço natural para um espaço técnico (COSTA SILVA, 2014; SANTOS; 2014). Envolvido neste processo, agricultores familiares de diversas partes do país foram incentivados a migrarem para Rondônia, formando um grande contingente de famílias que contribuíram para a abertura da floresta e transformação deste em um espaço de produção agropecuária (COSTA SILVA, 2014; 2015; OLIVEIRA; AMARAL, 2017).

O avanço do agronegócio de *commodities*, tem transformado a dinâmica produtiva de Rondônia, introduzindo novas tecnologias e a lógica do capital. Desta forma, buscamos com este trabalho, demonstrar a importância da agricultura familiar no contexto da formação socioespacial de Rondônia, bem como na formação de circuitos espaciais de produção, aliando tecnologia, qualidade e quantidade, sem se descaracterizar como classe social que dá vida ao campo, como ocorre com o agronegócio.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos de dados secundários fornecidos pelo IBGE, como Censo Agropecuário e Pesquisa da Pecuária Municipal, de forma a obtenção de dados quantitativos, que em conjunto com análise teórica do tema, nos permite uma pesquisa quali-quantitativa, ou seja, dados e teoria se complementam na concepção das conclusões obtidas (MINAYO, 1997), sobre a realidade da agricultura familiar em Rondônia.

Portanto, além do levantamento de dados no IBGE, foi feito uma análise teórica em torno da colonização de Rondônia e de sua configuração socioespacial, sobretudo baseada nos trabalhos de Santos (2014), Costa Silva (2014; 2015), Porto-Gonçalves (2017), além de nosso trabalho sobre o circuito espacial de produção do café (SANTOS, 2021). Com base na concepção teórica e de dados, foram organizadas as conclusões sobre a atuação da agricultura familiar em Rondônia.

Resultados e discussão

O contexto da colonização dirigida em Rondônia apresenta a conformação de um espaço heterogêneo, onde a (co)existência de atores oriundos de diversos lugares do país, em contato com a população tradicional amazônica, resulta em um ambiente diverso em relação aos aspectos culturais, sociais e também econômicos. Esta lógica expressa uma "grande transformação sociometábólica" (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 31), e que Costa Silva (2014) apresenta como uma transição do espaço natural para um espaço técnico, apontado em Santos (2014).

Desta relação iniciada no projeto de colonização, Rondônia passa a apresentar uma dinâmica produtiva agropecuária, com a introdução de diversas culturas agrícolas para o atendimento da demanda populacional que aqui chegava, mas também a utilização da pecuária para ocupação das áreas desmatadas sem a necessidade de grande investimento para sua ocupação.

Os dados da tabela 1 demonstram a evolução das atividades agropecuárias em Rondônia a partir de 1970 conforme os censos agropecuários.

Tabela 1 – Produção agropecuária em Rondônia (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017)

	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Café (t)	21	1.029	13.739	64.956	78.921	78.286	35.471
Arroz (t)	9.593	125.589	117.016	224.917	87.654	93.759	83.953
Cana--de-açú-car (t)	1.847	1.074	3.074	4.486	23.027	32.501	83.689
Feijão (t)	2.779	7.238	18.883	34.187	47.929	14.689	2.833
Mandio-ca (t)	33.743	39.780	50.831	69.520	53.569	92.280	33.575
Milho (t)	8.675	36.119	67.023	116.558	133.727	155.734	647.413
Soja (t)	-	66	14	1.257	1.504	150.567	800.293
Aves (cabeças)	310.000	1.140.000	2.378.000	3.813.000	4.896.000	4.904.000	6.262.000
Bovinos (cabeças)	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937.291	8.542.726	9.827.017
Leite (mil litros)	824	3.240	18.241	47.279	343.069	639.437	899.981

Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor

A partir dos dados, percebe-se que inicialmente, a produção de mandioca em conjunto ao arroz e milho eram as principais produções nos primeiros 15 anos pós colonização, ou seja, eram produções voltadas para o atendimento das demandas da alimentação local, pois se tratava de uma incorporação desta área à lógica produtivista. O café, que também foi introduzido nesta época, passou a elevar sua produção somente a partir de 1980, pois se trata de uma cultura perene e que leva um tempo para apresentar resultados da produção.

Percebe-se, portanto, que a atividade econômica que sustentava a agricultura rondoniense estava centrada nas mãos do agricultor familiar, porém, a partir de 1995 nota-se um incremento alto da soja, que até então não tinha representatividade, ou seja, há uma nova transição do

espaço rondoniense, passando a integrar a lógica global da produção de *commodities* e a incorporação técnico-científica na produção e na logística (COSTA SILVA, 2014; 2015; SANTOS, 2014; OLIVEIRA; AMARAL, 2017).

Quando se analisa esta evolução em relação a pecuária, os dados também nos revelam a transição do predomínio de práticas familiares com a incorporação de um mercado mais globalizado. É notório a partir dos dados da tabela 1, que até o ano de 1985 a agricultura familiar predominava com a criação de aves, animal característico dos pequenos estabelecimentos para consumo próprio ou comércio local. Enquanto neste período inicial de abertura da floresta, o rebanho bovino era baixo. Porém, a partir de 1985, com a intensificação das pressões ambientais sobre Rondônia e o "freamento" aos desmatamentos, começa-se a buscar uma efetiva ocupação das pastagens abertas, e com isso intenso crescimento das cabeças de gado e em consequência a produção de leite, sendo este segundo, atividade característica da agricultura familiar.

Esta compreensão periódica da evolução das práticas agropecuárias em Rondônia nos permite visualizar as reais intenções por trás do projeto de colonização do estado, de incorporar a lógica capitalista do mercado de produção de *commodities*, que atualmente tem se demonstrado nos grãos (soja e milho) e carne (OLIVEIRA; AMARAL, 2017). Enquanto era necessário ocupar o território e desmatar, os agricultores familiares foram estimulados a migrarem para Rondônia, porém, atualmente a lógica mercantil predomina nos discursos e políticas públicas destinadas ao campo rondoniense, favorecendo grileiros, latifundiários e os agentes do capital territorializados em detrimento de incentivos aos agricultores familiares.

Apesar do predomínio desta lógica, a agricultura familiar apresenta importante relevância na organização socioespacial e econômica do rural rondoniense, pois é o principal agente produtivo de alguns importantes circuitos produtivos do estado, como o café, a mandioca e a pecuária de corte e leite.

Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar é responsável por 90% da produção de café e 88% de mandioca e leite. Além disso possui quase 50% do rebanho bovino estadual, ou seja, apesar desta ser uma atividade destinada a produção de *commodities* de carne, os pequenos agricultores possuem importante participação, sobretudo nas etapas iniciais de cria e recria, enquanto os grandes proprietários desenvolvem a etapa de engorda e a venda para o abate.

O café rondoniense tem apresentado grande participação no cenário nacional e até mesmo internacional, com uma produção de qua-

lidade e que também tem incorporado o desenvolvimento técnico-científico ao processo produtivo, como apontamos em Santos (2021). Já a mandioca tem uma abrangência mais regional, sobretudo no atendimento das demandas de fábricas de farinhas e gomas, que compõem a cultura local. Por fim, a produção de leite, concentrada, sobretudo, na porção central do estado, apresenta grande capacidade produtiva, ultrapassando a marca de 1 milhão de litros de leite entre 2017 e 2019, mas entre 2020 e 2021 apresentou intensa redução, conforme mostram os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2021).

Portanto, a atividade desempenhada pela agricultura familiar, fomenta a formação de importantes circuitos espaciais de produção em Rondônia, circulando a produção no território e com isso incorporando ao espaço novos objetos que estruturam a fluidez e funcionamento destes circuitos, desde inovações técnicas na produção, até estruturas de armazenamento e circulação. Toda esta lógica em torno da atividade familiar demonstra seu importante papel socioeconômico, sem descaracterizar como grupo social que dá vida ao campo, diferente do que se identifica com o agronegócio.

Considerações finais

Neste breve cenário apresentado, é possível verificar a importante participação da agricultura familiar através da territorialidade de sua prática marcada por produções de grande relevância no fomento de formação de circuitos espaciais de produção, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do campo, servindo como demonstração da capacidade desta classe em produzir, integrando tecnologia, qualidade e quantidade, sem se descaracterizar como grupo social que ocupa e dá vida ao espaço rural rondoniense.

Agradecimentos

O presente trabalho conta com apoio da CAPES através de fornecimento de bolsa para cursar doutorado no PPGG/UNIR. Apoio do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, através da PROPESP e DEPESP – campus Cacoal, com afastamento para cursar pós-graduação em nível de doutorado.

Referências

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. *In:* **GeoAmazônia**, Belém, v. 1, n. 2, p. 144-165, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/ 12405/pdf_25 Acesso em: 15 abr. 2015.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *In*: **Cofins**, n. 23, 2015. Disponível em: http://confins.revues.org/9949?lang=pt#tocto1n1. Acesso em: 9 nov. 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados--definitivos. Acesso em: 15 fev. 2023.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas Acesso em: 15 de fev. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Valéria de; AMARAL, José Januário de Oliveira. Amazônia e o processo de colonização da fronteira agrícola: o caso de Rondônia. *In:* **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 20-45, 2018. Disponível em: www.revistas.usp.br/ceru/article/view/155269#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20central%20da%20pesquisa,econ%C3%B4mica%20do%20Estado%20de%20Rond%C3%B4nia. Acesso em: 28 mar. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Editora consequência, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Tiago Roberto Silva. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/RO**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação Mestrado em Geografia - PPGG. Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto velho. 2017.

SANTOS, Tiago Roberto Silva. **Geografia do café em Rondônia**: análise do circuito espacial e dos círculos de cooperação em Cacoal/RO. Curitiba: Appris, 2021.

3

Acumulação primitiva: regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos na Amazônia

Lucas Ramos de Matos
Universidade Federal Fluminense – UFF
lucasmatos.geouff@gmail.com

RESUMO

Analisam-se aspectos dos conflitos territoriais resultantes do atual fenômeno de invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia. Recortam-se as principais características dos conflitos por terra e madeira, selecionando a atuação das agromilícias contra camponeses em Rondônia, Amazônia. Conclui-se que os conflitos territoriais sobre as Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia são localmente formados e impulsionados pelo choque de forças exógenas e coerências territoriais endógenas, seguido da destruição de territórios, ecossistemas e coletividades, que vão desde as projeções dos grupos políticos e econômicos (manejo florestal, pecuária, monoculturas, garimpos etc.,) aos regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos típicos de uma acumulação primitiva persistente.

Palavras-chave: Regimes de expropriação. Cercamentos. Desapossamentos. Amazônia. Rondônia.

Introdução

No capítulo 24 do livro I d'*O Capital*, Marx contrapõe radicalmente a especulação transcendental de que o surgimento do capitalismo se deu pela acumulação primitiva de uma elite labiosa que, em seu zelo histórico, agiu em detrimento de uma massa ociosa de aventureiros dissipadores de dinheiro e acumulou capital, constituindo a origem do capitalismo. Essa especulação teórica tem origem em *A riqueza das nações* (Adam Smith) e deu suporte para o surgimento de uma série de teses entre os economistas neoliberais: o *Laissez-faire*, por exemplo. Nesta visão clássica, a acumula-

ção do capital, bem como sua gênese histórica, segue um percurso de fatos idílicos, ou seja, à medida que não reconhece unilateralidades do processo histórico e o conflito de classes, surge do curso natural (e passivo) da história. Marx, por sua vez, sugere um novo entendimento da teoria da acumulação primitiva, que, sob crítica, trata (não somente) do processo histórico de separação entre os que produzem e os meios de produção. Para Marx, ao contrário da laboriedade e do zelo, a acumulação primitiva deriva do roubo, da fraude, da escravidão por dívida; dos métodos mais hilários, sanguinários, brutais e infinitos de violências.

Movidas por esforços entre aqueles que querem "sepultar" o marxismo e aqueles que tentam encontrar um percurso na obra de Marx – para além de um "Marx tardio" (Teodor Shanin) –, surge então uma série de argumentações sobre teoria da acumulação primitiva, ora como um fato do passado, ora como um fato do presente, viva como nunca. Ao contrário do que foi sugerido em uma série de profecias sobre esta teoria de Marx, a acumulação primitiva expressa, na prática, a espoliação de toda forma de riqueza global em tempos de crise de investimentos do capital global (HARVEY, 2005), os regimes de desapossamentos da base fundiária da terra (LEVIEN, 2014), o sucateamento das condições materiais do trabalho e a destruição dos meios de subsistência humana, indissociável da destruição dos territórios, dos ecossistemas e do metabolismo social com a natureza (MATOS, 2023).

Para fortalecer o debate dos conflitos no campo na Amazônia, partindo do conceito de "regimes de desapossamentos" (LEVIEN, 2014) – que nos parece o mais adequadamente próximo da necessidade de reconstruir a teoria da acumulação primitiva – sem nos apegar ao próprio termo "desapossamentos", explicitamos um debate empírico sobre os diferentes regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos expresso nos métodos de acumulação primitiva dos grupos rapineiros sobre as Áreas Protegidas e territórios camponeses na Amazônia.

Para ilustrar uma especificidade na Amazônia, selecionamos um estudo comparativo dos regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos: o conflito por terra, território e natureza no PA Margarida Alves na região central de Rondônia. Após demonstrar nossa opção metodológica amparada em etnogeografia do conflito territorial, exploram-se as dimensões da realidade empírica da violência amparada nos regimes de acumulação primitiva sobre os territórios camponeses na Amazônia (expropriação, cercamentos e desapossamentos).

Etnogeografia: imersão e trabalho de campo

A pesquisa de campo baseou-se em uma etnogeografia dos conflitos territoriais, para formular a cartografia social dos conflitos, adentrando o cotidiano de famílias assentadas do PA Margarida Alves. Como parte da imersão, a coleta de dados foi construída a partir de entrevistas, acesso à unidade *lócus* do estudo (reserva em bloco) e posicionamento em atividades, locais, ocasiões e momentos específicos, bem como nas reuniões e assembleias realizadas por famílias assentadas e também por famílias Sem Terra acampadas na referida reserva em bloco. Nesta imersão etnogeográfica, houve, por parte do autor, uma série de visitas na área de reserva em bloco do PA Margarida Alves entre 2019 e 2023. Nesta mesma ocasião foi acessado o acervo documental da história do conflito: operações judiciais, sentenças, documentos da cooperativa de famílias assentadas, projeto de manejo florestal, formação socioespacial do assentamento. Identificamos aqui o perfil e a postura dos principais agentes na arena de embates e realizamos o mapa social do conflito territorial. Para esta abordagem, os dados selecionados são: processos judiciais, entrevistas com lideranças comunitárias, observação participante e registros de imagens.

Agromilícias, expropriação, cercamentos e desapossamentos de território camponeses na Amazônia

No Brasil, após o golpe parlamentar de 2016, abriu-se as portas às múltiplas perspectivas hegemônicas e tendências autoritárias contra o espaço do campesinato, configurando um cenário geopolítico atualizado de transformações territoriais e econômicas nas regiões estratégicas à exploração capitalista das riquezas naturais. Para dar um exemplo, na Amazônia, que de longa data é palco de intensas disputas e transformações territoriais, explode os conflitos por todo canto, das mais variadas tipologias de embates. Após a prisão política de Lula da Silva, aproveitando a "tempestade perfeita" do pós-golpe, o radicalismo à direita, surge no Brasil, fortalecendo um poder paralelo exercido pelas agromilícias (aliança de militares mercenários, latifundiários, grileiros, grupos sociais, garimpeiros, madeireiros...) ligadas à "nova-direita", acirrando os conflitos, violando a natureza, os territórios e os direitos humanos (COSTA SILVA *et al.*, 2020).

A Amazônia, por representar uma rica sociobiodiversidade nas Áreas Protegidas, habitadas ou não por comunidades camponesas, com condições edafoclimáticas para expansão da fronteira agrícola (pecuária, monoculturas, extrativismo etc.,), por consequência, assume lugar de espaço vital de projeção dos grupos hegemônicos (madeireiras, frigoríficos, casas agropecuárias, silos, confinamentos etc.,) ligados aos grupos mercenários (agromilícias).

Abordagens de Costa Silva *et al*., (2020) demonstra que as agromilícias tem ampliado os métodos de expropriação/cercamentos nas regiões estratégicas da Amazônia, formadas por Áreas Protegidas e territórios comunitários:

Tais processos se relacionam a grupos organizados, verdadeiras agromilícias que agem por meio de invasões coordenadas para grilar a terra indígena, tentando fazer da TI Karipuna um laboratório da agrobandidagem na Amazônia, de modo a produzir um domínio político somado a uma situação social com vista a tornar irreversível a grilagem de terras, como ocorreu e ocorre na Resex Jacy-Paraná e na Flona do Bom Futuro. Essa é a aposta e o projeto territorial da agrobandidagem que age em Rondônia e na Amazônia brasileira. Umas da estratégia da agrobandidagem é incentivar a expansão da fronteira por meio do deslocamento do campesinato (posseiros), induzindo esses grupos a desbravarem áreas ambientais regulamentadas, com a intenção de pressionar o governo a alterar os limites de Unidades de Conservação e os tipos de usos descritos nos instrumentos de gestão territorial (COSTA SILVA *et al*., 2020, p. 266).

Desse modo, configuram-se os métodos mais arrepiantes de uma acumulação primitiva tipicamente contemporânea que se mostra sobre as Áreas Protegidas e os territórios comunitários na Amazônia. Na atualidade, a situação dos territórios comunitários sob conflitos na Amazônia é complexa. Grande parte desses conflitos resulta, também, da estrutura de fixos/fluxos (materiais e imateriais) do capital globalizado, que avança sobre as fronteiras da natureza, marcadas pelas territorialidades do modo de produção e reprodução camponês provocando o acirramento da competição política, econômica e social por recursos naturais estratégicos sobre as regiões ricas em recursos naturais; objeto de mercadoria do capital.

No PA Margarida Alves, é possível observar o *modus operandi* das chamadas agromilícias sobre as áreas invadidas. A organização ramificada em várias regiões de da Amazônia, as geoestratégias de domínio territorial, a irreversibilidade dos processos ecológicos e os múltiplos métodos

de cercamentos, expropriações e desapossamentos e linguagens da violência determinam o perfil desses grupos rapineiros, como mostra uma sentença judicial proferida contra membros da referida agromilícia:

Essa ORCRIM tinha por objetivo invadir área de propriedade da União e expulsar do local, por meios de atos de violência, as pessoas que estavam legalmente assentadas na localidade; e que, por meio da Cooperativa de Trabalhadores Rurais do Assentamento Margarida Alves, exploravam economicamente e legalmente a área de reserva legal do citado Assentamento Rural.

As investigações indicavam que o grupo de invasores do Assentamento Margarida Alves contratam milícias (grupo de militares) da cidade de Ariquemes/RO, com a finalidade de fornecimento de armamentos e equipe de pessoas para viabilizar a prática dos fatos; (MPF, p. 36, 2017).

Figura 1 – Geoestratégias de cercamentos dos grupos mercenários sobre o PA Margarida Alves e RLB, mosaico

Legenda: A) Tanque resfriador de leite localizado no PA Margarida Alves, com inúmeras marcas de tiros, resultado de métodos de vandalismos no PA Margarida Alves (acervo do autor); B) resultado das operações "Terra Roxa" e "Terra Legal" na reserva em bloco do PA Margarida Alves (Rondôniagora); C) e D) camponeses torturados por agromilícias dentro da reserva em bloco (MPF; Polícia Civil).

Fonte: acervo do autor; Rondôniagora; MPF; Polícia Civil - RO (2019-2023).

Para além da ramificação nas várias regiões da Amazônia, esses grupos possuem ramificações nas próprias instituições do Estado. Há falas das próprias famílias assentadas sobre o diálogo de milicianos com gente pública, de corporações militares e de grupos políticos para acessar informações sobre o assentamento, visando orientar invasões. O acesso das agromilícias às instituições do Estado amplia as "cotas de poder" desses grupos em detrimento dos grupos sociais minoritários. Nesta mesma ocasião, os grupos comunitários depositam a responsabilidade de mediação/arbitração dos embates junto às instituições públicas e experimentam a flexibilização das regras. As agromilícias só ampliam seus métodos de expropriação, cercamentos ou desapossamentos quando estão ramificadas nas instituições públicas. Em muitos casos, por estarem representados por gente pública, os integrantes das agromilícias recebem informações de operações e investigações em curso, o que possibilita maior organicidade para driblar os órgãos fiscalizadores e garantir vantagens na arena de embates. É o que aconteceu no PA Margarida Alves nos últimos anos.

Considerações finais

O atual fenômeno de invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia gera, por sua vez, conflitos complexos, ambíguos e polêmicos, por envolver movimentos sociais/ecologistas de diversas pautas, instituições públicas, grupos econômicos, agromilícias, posseiros, sujeitos sociais comuns etc., o que gera uma série de interpretações próprias segundo a conveniência de cada ator envolvido nas arenas de embates, sobretudo entre os grupos rapineiros.

Outro aspecto dos conflitos na Amazônia é a falta de recursos dos grupos sociais na arena de embates. Os que integram os grupos rapineiros, por sua vez, possuem recursos o bastante para investir pesado nas geoestratégias de domínio territorial, o que resulta no conjunto de "cotas de poder" que os põe em vantagem em relação aos grupos minoritários. A falta de recursos dos grupos sociais fortalece os métodos de expropriação, cercamentos e desapossamentos dos grupos rapineiros. Além disso, o que pode ser verificado em outras abordagens, o exercício cotidiano da violência praticada nos territórios comunitários, parecem se amparar em uma superestrutura de linguagens da violência simbólica de justificação das múltiplas formas de violência concreta, em que invadir Áreas Protegidas – sobretudo aquelas povoadas por comunidades diversas – tem amparo, além de outras dimensões simbólicas, no que parece ser uma questão moral do "mundo agro", em que os grupos sociais são rotulados por representar o "atraso" enquanto os grupos rapineiros representam o

"progresso". Com isso, esses conflitos são movidos de certa forma por uma racionalidade econômica dos grupos hegemônicos: um choque antagônico de valores simbólicos.

Os embates são localmente impulsionados por uma esfera ampla de forças exógenas, oscilam de acordo com a ação dos atores envolvidos e os momentos políticos. É resultado de um complexo global de causas interativas e efeitos típicos da exploração capitalista da natureza e sua acumulação primitiva correspondente, o que faz das áreas de conflitos uma arena de longos e intensos embates. Outra questão envolvendo esses conflitos em geral está na irreversibilidade dos processos ecológicos, já que grande parte dessas áreas foram convertidas em campos de pastagens para criação de gado de corte e de monoculturas. Diante disso, caberia indagar-nos sobre o futuro das Áreas Protegidas e dos territórios comunitários impactados por estes processos de rapinagem capitalista. É preciso falar na reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza a partir da Amazônia.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense –POSGEO/UFF. Aos grupos de pesquisa: Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Núcleo de estudos sobre Territórios, Ações coletivas e Justiça (NETAJ/UFF).

Referências

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A.; SOUZA, L. Í. T.; LIMA, L.A. P. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). **Revista de Geografía Norte Grande**, 77: 253-271, 2020.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia&antropologia**, v. 4, n. 1, p. 21-53, 2014.

MATOS, L. Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza. **Ambientes**. Vol. 5, n. 1, p. 265-293, 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Edições Loyola – São Paulo, 2005.

4

Sobre a resistência em assentamentos de reforma agrária: a bovinolcultura no Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia

Marcel Emeric Bizerra de Araujo

Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Rondônia – IFRO, Vilhena – marcel.emeric@ifro.edu.br

William Kennedy do Amaral Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Rondônia – IFRO, Colorado do Oeste – william.souza@ifro.edu.br

Claudinei Lucio Soares dos Santos

Coordenação MST e Via Campesina

claudineisantos@mst.org.br

RESUMO

O Assentamento Margarida Alves, no município de Nova União (RO), é fruto da luta pela terra encampada pelo MST no Brasil. O objetivo deste trabalho foi apresentar algumas das estratégias de resistência utilizadas pelas famílias do Margarida Alves para permanecerem na terra, especialmente aquelas ligadas à pecuária bovina. Realizamos comparações entre dados de 2007 e 2019. Como resultado principal, constatamos que os assentados do Margarida Alves têm na produção do leite sua principal fonte de renda, mas há um ganho gradativo de importância da pecuária de corte, o que permitiu às famílias aumentar progressivamente sua renda monetária de 2007 a 2019, sendo essa uma das principais estratégias de permanência no Assentamento. Este crescimento da renda, aliado ao acesso às linhas de crédito e a outras fontes de renda, garantem aos assentados do Margarida Alves melhor qualidade de vida e a permanência com dignidade em terras da reforma agrária.

Palavras-chave: Produção de leite. Permanência na terra. Renda em assentamentos de reforma agrária.

Introdução

A agricultura praticada nos assentamentos de reforma agrária em Rondônia é diversa e, atualmente, voltada, em sua maioria, para atender demandas de grandes grupos capitalistas rurais de produção de alimentos, como laticínios e frigoríficos multinacionais. Em Rondônia, há condições favoráveis de clima, solo e relevo para a pecuária leiteira. Trata-se do nono maior rebanho de vacas ordenhadas e da sétima bacia leiteira do país, a primeira da região Norte, com produção estimada em 972 milhões de litros, em 2018, o que equivalente a 2,8% da produção nacional e a 47,7% do volume da região Norte (EMBRAPA, 2019).

De acordo com Araújo (2015), baseado em dados do IDARON (2019), mais de 80% dos produtores de leite em Rondônia são considerados pequenos agricultores familiares (camponeses), tendo como principal dificuldade a baixa utilização de tecnologias modernas, como vacas geneticamente melhoradas, falta de acesso à ração de qualidade preparada para cada tipo de necessidade nutricional dos animais, escasso melhoramento de pastagem com capim de qualidade e o transporte inadequado, tudo isso deixa o produto com baixo valor agregado. Essas dificuldades se mostram maiores em assentamentos de reforma agrária.

Os municípios de maior produção diária de leite localizam-se na região central de Rondônia, com destaque para Ouro Preto do Oeste, com 82.461 litros/dia e Jaru, com 73.317 litros/dia (IDARON, 2019). Na região central do estado também se concentram laticínios e frigoríficos de grande porte, o que se constitui em um incentivo à criação bovina tanto para a produção de leite, quanto para o abate.

Nova União, município também situado na região central do Estado, foi, até a década de 1970, um Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto. Neste município localiza-se o Assentamento Margarida Alves (recorte espacial da presente pesquisa), que, para atender à crescente demanda por leite e carne bovina não só na região, mas em todo o país, tem modificado, ao longo dos anos, a forma de produção dos Assentados.

No Assentamento Margarida Alves verificamos o crescente interesse dos assentados em relação à produção de leite e, atualmente, também de gado bovino para o abate. Como essa mudança na forma de produzir e no tipo de produção tem modificado o modo de vida e as formas de resistência dos camponeses? Este trabalho, tem como objetivo investigar qual é a principal fonte de renda dos assentados e se ela tem melhorado de 2007 a 2019. Sabemos, por meio de outros estudos, que a produção de leite é a principal fonte de renda das famílias, mas outros fatores, como acesso

a linhas de crédito e outras fontes de renda não-agrícolas, também tem contribuído para a permanência dos assentados na terra. Comparações entre dados de 2007, 2013 e 2019 permitiram-nos conhecer a evolução dos sistemas produtivos e das formas de comercialização utilizadas pelos Assentados, bem como suas perspectivas de futuro. Estes são aspectos importantes para projetarmos as dinâmicas agrárias da região e possíveis caminhos para fortalecer as estratégias de resistência (ou mesmo iniciativas de protagonismo) dos camponeses em outras regiões de Rondônia e do Brasil.

Metodologia

Realizamos a pesquisa bibliográfica e a consulta a dados de fontes secundárias, e em um segundo momento, para a coleta de dados primários, realizamos visita ao Assentamento Margarida Alves, entre os dias 3 e 14 de fevereiro de 2019. Na ocasião, aplicamos 77 formulários com questões sobre produção, comercialização, assistência técnica e perspectivas de futuro, no intuito de atualizar os dados já disponíveis sobre o assentamento levantados nos anos de 2007 e 2013. Utilizamos o formulário, por ser o mesmo, importante instrumento de investigação social, constituindo-se em um sistema de coleta de dados diretamente do entrevistado: "o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante, e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista" (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 9).

Para definir o número de indivíduos (famílias visitadas) participantes da pesquisa, utilizamos a metodologia do cálculo amostral, proposta pela plataforma digital SurveyMonkey, que considera o tamanho da amostra como o número de respostas completas recebidas em um questionário, chamando-se de amostra porque representa apenas parte do grupo cujas opiniões ou comportamentos são relevantes. Consideramos o erro amostral (diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor), definido pelo próprio pesquisador, sendo sugerido o valor de 10%. O nível de confiança é a probabilidade de que o erro amostral seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa (10%). O nível de confiança de 90%, por exemplo, indica a probabilidade de que o erro cometido pela pesquisa não exceda o valor estabelecido, em 90% dos casos. Responderam ao formulário pessoas consideradas chefes de família ou que se colocaram como seus representantes no momento de realização da coleta dos dados. No total, aplicamos 77 formulários e não apenas 70, como sugerido pelo cálculo amostral, para ajustar-se a levantamentos anteriores realizados no mesmo Assentamento. Analisamos os dados por

meio de estatística descritiva, com a construção, tabelas e gráficos, buscando ter a visão detalhada da composição das famílias e dos dados de produção do Assentamento, de maneira a entendermos quais as estratégias dos assentados para permanecerem na terra e garantir melhor qualidade de vida.

Resultados e discussão

Em visita ao assentamento Margarida Alves, durante a pesquisa (2019), fomos ao lote do senhor "ST", que fez questão de mostrar-nos seu lote e contar-nos como a vida financeira melhorou em relação a 2013 (ano do último levantamento feito por nós no assentamento). Ele contou que, atualmente, além do acesso a financiamento, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pode contar com alguns equipamentos pertencentes à Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (Coomeafes) do Assentamento, como tratores, caminhões e máquinas trituradoras.

Em seu lote, atualmente, dispõe de ordenhadeira mecânica, um tanque resfriador, pertencente à Cooperativa do Assentamento, e ele adquiriu mais cabeças de bovino leiteiro (possui um total de 90 cabeças, com produção de leite de 80 litros/dia) e utiliza piqueteamento de pastagem para seu rebanho (projeto dos piquetes foi feito por um técnico do MST que orienta os assentados em alguns serviços, segundo o entrevistado). O senhor "ST", exemplo de melhoria na renda e, consequentemente, das condições de vida, nos contou que o acesso a linhas de crédito, como o Pronaf, o ajudou a melhorar a infraestrutura do lote e, por conseguinte, a produção de leite, garantindo-lhe melhor renda e condições de quitar seus financiamentos. Nesse caso, é o que chamamos de estratégias de investimento econômico (SANT'ANA, 2003), utilizadas como forma de manutenção do camponês na terra.

As famílias do Margarida Alves vêm a cada dia investindo mais na produção de leite. Esse investimento está relacionado ao acesso a linhas de crédito e a outros tipos de renda, inclusive, não agrícolas.

Esta pesquisa evidenciou que no Margarida Alves predomina o trabalho agrícola da família dentro do estabelecimento (90,94% dos participantes da pesquisa). Um fator relevante foi a constatação de que 84,06% dos pesquisados que não realizam atividade agrícola fora de seu lote, enquanto somente 15,94% realizam trabalhos em outras propriedades por meio de trocas de dias de serviço, recebimento de diárias ou outras formas de pagamento.

Ao ampliarmos a análise para as rendas consideradas não oriundas das atividades dentro do lote das famílias, 44,16% das entrevistadas possuem outro tipo de renda além daquela proveniente das atividades agrícolas dentro do seu lote. Dentre aqueles que dispõem de renda não-agrícola, as fontes são diversas (41,56% do total), mas predomina a aposentadoria/pensão, com 65,62%, seguida da renda referente ao salário de funcionário público, 21,9% do total.

Dentre as famílias que recorreram às linhas de crédito vemos que a quase totalidade (93,3%) utilizou o financiamento para compra de gado bovino (leite e corte). A maioria destes utilizou o crédito para investir em compra de gado bovino de corte (54,24%) e 38,9%, para investir na compra de gado bovino leiteiro. Este resultado indica uma tendência de mudança da produção de uma pecuária de leite para a de corte, se tornando, essa última, também uma das principais atividades econômicas do Assentamento. Embora Araújo (2015) afirme estar na produção de leite a principal fonte de renda das famílias, atualmente podemos constatar que a mescla entre bovinocultura de leite e de corte tende a resultar em uma maior renda para os assentados, o que contribui para a permanência na terra.

Considerações finais

Ao finalizarmos este trabalho consideramos como estratégias produtivas de permanência na terra, a manutenção da produção de leite e a adesão, mesmo que lenta, à criação de gado bovino de corte. Entendemos que outras formas de aquisição de renda e o acesso a linhas de crédito servem de sustentação para a continuidade da bovinocultura no Assentamento Margarida Alves.

Verificamos, também, que o Assentamento Margarida Alves continua o seu processo de transição na forma de produzir, adequando-se cada vez mais ao que exige o mercado de leite e carne em Rondônia. Ressaltamos que essa adequação ao mercado não se dá de forma subsumida, pois a organicidade dos assentados e do movimento social que lá está permitem a possibilidade de discussão junto ao mercado sobre a produção e o preço final dessas mercadorias. A renda das famílias ainda permanece majoritariamente proveniente da produção de leite e vem aumentando em relação a anos anteriores. As famílias assentadas, em sua maioria, desejam permanecer na terra, o que nos mostra uma boa perspectiva para a continuidade do Assentamento sem projetar perdas em relação ao número de famílias assentadas em relação ao que foi proposto na sua criação.

Referências

ARAÚJO, M. E. B. **A vida e a produção no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia**. 2015. 113 f. Porto Velho, RO: UNIR, 2015, Dissertação de Mestrado, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET. Departamento de Geografia – DGEO. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2015.

EMBRAPA. **Anuário Leite 2019**. Disponível em: www.embrapa.br/gado--de-leite. Acesso em: 15 mar. 2023.

IDARON, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. **Produção de leite com base nos dados referentes a 46ª etapa f. aftosa (abril e maio de 2019)**. Disponível em: www.idaron.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/RELATORIO-LEITE-46-ETAPA-ABR-MAIO-2019.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

OLIVEIRA, J. C. P. *et al*. O questionário, o Formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. **III Congresso Nacional de Educação**. 5 a 7 de outubro de 2016, Natal, RN. Disponível em: www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_ EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

SANT´ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara, 2003. 246 f. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003.

5

A conceituação e a defesa da categoria modos de vida como afirmação e resistência de camponeses e povos e comunidades tradicionais

William Kennedy do Amaral Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Colorado do Oeste william.souza@ifro.edu.br

Marcel Emeric Bizerra de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena marcel.emeric@ifro.edu.br

RESUMO

Partindo dos fundamentos do materialismo histórico, portanto da compreensão das bases materiais da cultura, este trabalho evidencia modos de vida de povos e comunidades tradicionais nos vales dos rios Guaporé e Madeira em Rondônia. Também trazemos uma definição da categoria modos de vida. Resistindo ao processo de produção destrutiva do capital, que na Amazônia aparece sobretudo como agronegócio e neoextrativismo, e as tentativas de desestruturação dessas comunidades, trabalhadores(as) insistem em manter formas de estar no mundo que requerem a produção de saberes em sintonia com a natureza, tendo como horizonte a reprodução ampliada da vida. Os procedimentos de pesquisa foram observação das práticas cotidianas, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Foram lócus dessa pesquisa comunidades em Porto Velho e em Costa Marques. Os resultados indicam que se constituindo como forma de resistência, os modos de vida manifestam as relações que essas pessoas, mediadas por experiências vividas e herdadas, estabelecem com o território.

Palavras-chave: Modos de vida. Desestruturação. Experiência. Cultura.

Introdução

Em Rondônia os vales dos rios Guaporé e Madeira abrigam ribeirinhos, camponeses, indígenas, descendentes de quilombolas e extrativis-

tas que formam diversas comunidades multiétnicas. Esses rios dividem, naturalmente, a fronteira do Brasil com a Bolívia, fato que facilitou a miscigenação na região. Para manter-se, os que vivem nas margens desses rios criam (e recriam) estratégias de trabalho e de conhecimentos que foram e continuam sendo transmitidos a seus sucessores, o que faz da região uma fonte inesgotável de conhecimento a ser respeitada.

Essas populações vêm sendo continuamente confrontadas com os avanços de frentes colonizadoras, ocupantes das terras que antes eram suas pelo uso e pelo costume, sendo atualmente o agronegócio e neoextrativismo os responsáveis pela destruição da natureza, fazendo com que os moradores das comunidades tradicionais migrem para os centros urbanos, engrossando as fileiras dos desempregados ou subempregados.

Por ser uma "frente pioneira" e ao mesmo tempo uma "frente de expansão" (MARTINS, 2019) para a produção feita a partir do solo e por ter grande parte de seu subsolo intacto, a Amazônia é vista pelos capitalistas como um território a ser conquistado, cujas histórias daqueles que se julgam como conquistadores são feitas de violência contra povos e comunidades tradicionais. Entretanto, povos e comunidades tradicionais resistem, reafirmando as suas identidades, costumes e modos de vida.

Identidade e modos de vida: tentativa de conceituação

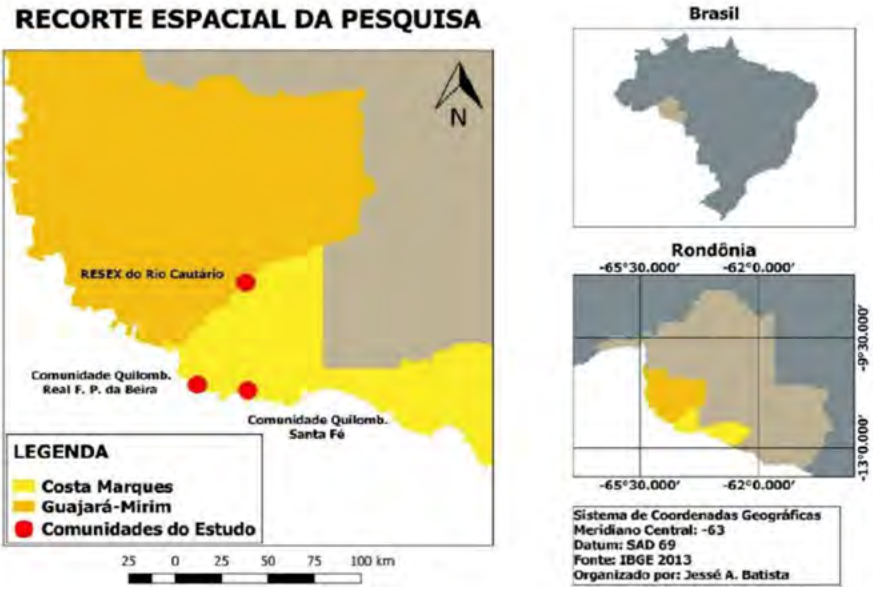
A constituição da população dos vales do Guaporé e do Madeira é um misto de identidades. Temos remanescentes quilombolas, indígenas brasileiros, indígenas bolivianos, migrantes nordestinos, camponeses, agroextrativistas, seringueiros, pescadores e ribeirinhos. Os conceitos identitários alteram-se com o tempo e uma mesma comunidade assume diversas facetas de uma ampla identidade que, necessariamente, não são excludentes. Podemos afirmar que se trata de comunidades multiétnicas.

No caso de nossa pesquisa, não podemos discutir a identidade apenas pela questão de cor de pele, mas, pelas formas de produzir a vida material e imaterial. Em outras palavras, precisamos entender os seus modos de vida, percebendo que devemos levar em conta por um lado, à análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas, como trabalho, vida familiar, consumo, lazer e, por outro lado, as relações que o conjunto dessas práticas estabelecem com as relações sociais mais gerais (GUERRA, 1993).

O lócus da pesquisa centra-se no Vale do Guaporé, especificamente nas Comunidades Quilombolas do Forte Príncipe da Beira e Santa

Fé, além da Reserva Extrativista do rio Cautário, todas no município de Costa Marques, divisa do Brasil com a Bolívia, conforme a figura 1.

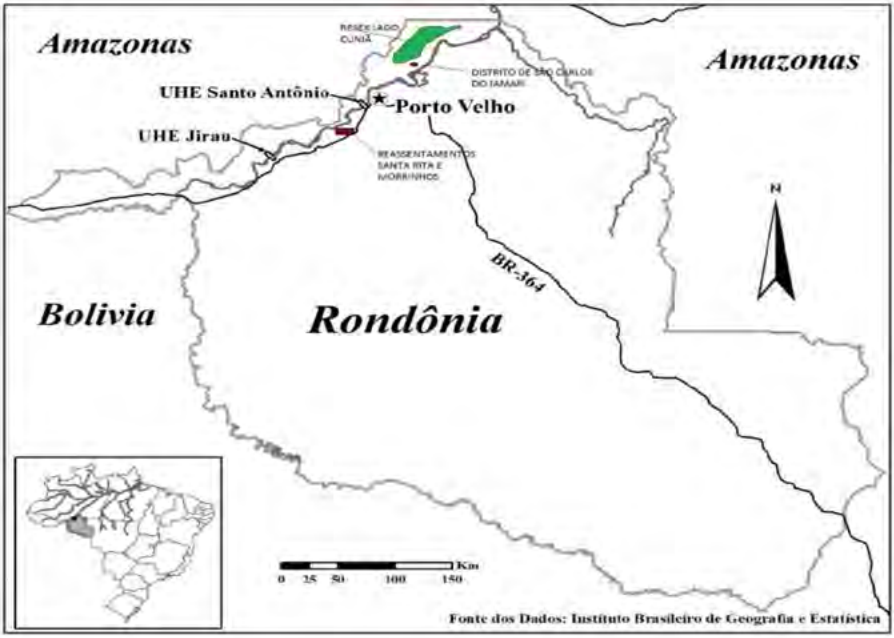
Figura 1 – Recorte da pesquisa no Vale do Guaporé



Fonte: IBGE, 2023; Org. J. A. B, 2023.

No município de Porto Velho, beirando o rio Madeira, foi o lócus da pesquisa a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, a comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, o Reassentamento Morrinhos e o Reassentamento Santa Rita 2).

Figura 2 – Hidrelétricas e comunidades da pesquisa no Vale do Madeira



Fonte: IBGE, 2023; Org. J. A. B, 2023.

Os procedimentos de pesquisa foram observação das práticas cotidianas, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Partimos do pressuposto de que a afirmação de seus modos de vida é um elemento de estruturação de sua identidade e resistência frente às dificuldades da vida, é uma condição para sua existência, a qual não pode ser pautada pela lógica dos processos de sociabilidade do capital. Portanto, se os agentes do modo de produção capitalista conseguem afetar o modo de vida, interferem enfraquecendo a resistência de povos e comunidades tradicionais ao avanço do capitalismo em seus territórios. No processo de tentativas de desestruturação das comunidades, o modo de produção capitalista ataca as maneiras de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, dificultando a relação de povos e comunidades tradicionais com os seus territórios e com os que estão à sua volta. Ora, a relação com o território é ação nuclear na constituição dos modos de vida dessas comunidades.

Esses modos de vida são formados nas relações entre trabalho e educação e entre economia e cultura. Tendo em conta que: a) a cultura tem uma materialidade e que as relações econômicas não estão separa-

das das relações culturais e; b) que os nexos trabalho-educação se constituem como unidade dialética, acreditamos que a análise dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Guaporé e do Vale do Madeira, proporcionará a compreensão dos seus processos de reprodução social e do enfrentamento às investidas do capital sobre seu território.

Infelizmente o ataque aos modos de vida vai direto nas estruturas, nos alicerces da vida em comunidade, por isso falamos em desestruturação dos modos de vida. Quando povos e comunidades tradicionais perdem os seus territórios, precisam adentrar novos espaços sociais e estruturar novamente os seus modos de vida. O grande problema é que já o fazem em novas bases, geralmente com a interferência do modo de produção capitalista. Mas, o que são modos de vida?

> Por modos de vida, compreendemos o conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica. Como expressão da cultura, diz respeito aos costumes, tradições, valores, crenças e saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário. **Relaciona-se às maneiras de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, tendo em conta as formas de sentir e pensar a vida e o mundo**. Os modos de vida manifestam as relações que homens e mulheres trabalhadoras, mediadas pela memória coletiva e por experiências vividas e herdadas, estabelecem entre si e com o território em que produzem sua existência. (SOUZA, 2020, p. 131, grifo dos autores).

A afirmação de modos de vida, entendidos como patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, condição de existência humana, é um elemento de resistência e negação de outros modos de produção da vida social, os quais, de alguma maneira, entrelaçam-se em menor ou maior grau, de acordo com as determinações dos contextos históricos de luta por hegemonia, luta essa que ocorre em todas as esferas da vida social.

Para continuar pensando...

Ao avançar sobre os territórios, os "homens-de-negócio" autodeclaram-se proprietários dos meios de produção da vida, dos rios, dos mares e das florestas, exatamente na contramão das economias e das culturas dos povos e comunidades tradicionais que, historicamente, vivem da defesa do comum, do que é coletivo, comunitário. Para Dardot e Laval

(2017, p. 16), "o comum tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso". Talvez o conceito não seja definido pelos povos tradicionais, mas a ideia já foi incorporada na vida dessas comunidades há muito tempo.

Povos e comunidades tradicionais tecem os seus modos de vida cotidianamente na relação entre trabalho-educação, em que economia e cultura são elementos primordiais para esta relação. Isto amplia a experiência e garante a reprodução da vida material e imaterial desse povo. Ressaltamos que é pela junção dos conceitos de trabalho, território, educação, economia, cultura, experiência, saberes e identidade que é possível apreender os modos de vida e, com esses, a resistência. Essa junção é dialética, um constante movimento entre os conceitos já que a relação trabalho-educação traz saberes e experiência, articula a economia e a cultura, reforça a identidade e com isso a luta pelo território. Mas também é o território que permite a relação trabalho-educação, as relações econômicas, as relações culturais, marca a identidade, traz experiências e saberes, enfim, é na produção da vida material e imaterial que estes conceitos se misturam e formulam os modos de vida nas comunidades. E estes modos de vida hão de continuar.

Referências

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *In*: **Sociologia, problemas e práticas**, n. 13, p. 59-74, Lisboa. 1993.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2019.

SOUZA, W. K. do A. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

6

Projetos de assentamentos no acre: reforma ou contrarreforma agrária?

Elias Pedroso da Silva

Universidade Federal do Acre – UFAC,
Rio Branco – elias.pedroso@sou.ufac.br

Carlos Estevão Ferreira Castelo

Universidade Federal do Acre- UFAC, Rio Branco

carlos.castelo@ufac.br

RESUMO

Na presente comunicação, a proposta foi desenvolver uma discussão sobre a finalidade dos projetos de assentamento criados durante o regime militar (1964-1985) no Estado do Acre, partindo de uma provocação criada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em sua obra "Integrar para não entregar" (1988), Na visão de Oliveira (1988) os projetos serviram como uma contrarreforma agrária, objetivando mitigar os movimentos de luta pela terra e suas reivindicações e também salvaguardar os domínios do latifúndio nas regiões nordeste e sudeste do Brasil. A comunicação faz parte de uma pesquisa de maior fôlego em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAC (PPGeo). Nesse texto procura-se demonstrar de maneira sucinta a atuação dos órgãos que foram criados exclusivamente para conduzir esse processo, bem como os atores que fizeram com que essas ações do governo militar tivessem êxito e, principalmente, evocar os interesses do grande capital internacional sobre a, até então, inexplorada Amazônia brasileira. Na pesquisa em desenvolvimento, trabalha-se com pesquisa bibliográfica e as estratégias metodológicas da história oral. Utiliza-se ainda o método dialético para a análise dos dados coletados.

Palavras-chave: Reforma agrária. Contrarreforma agrária. PIN. INCRA. COLONACRE.

Introdução

Nesta comunicação busca-se desenvolver uma discussão sobre a finalidade dos projetos de assentamento criados durante o regime militar (1964-1985) no Estado do Acre, partindo de uma provocação criada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em sua obra: Integrar para não entregar, de 1988. Para esse autor, os projetos de assentamento serviram como uma contrarreforma agrária, objetivando mitigar os movimentos de luta pela terra e suas reivindicações e também salvaguardar os domínios do latifúndio nas regiões nordeste e sudeste do Brasil. Destaca-se que a presente comunicação faz parte de uma pesquisa de maior fôlego em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAC (PPGeo).

No Acre foram implantados 151 projetos entre PAs (Projeto de Assentamento) e PADs (Projeto de Assentamento Dirigido), sendo 150 deles pelo INCRA e 1 pelo órgão que foi criado exclusivamente para gerir esses assentamentos: a Companhia de Colonização do Acre - COLONACRE (LIMA; FIGUEIREDO, 2020). Por que criaram um órgão estadual se já existia um federal para cuidar do tema? Qual o interesse em implantar a agropecuária no Acre, até então isolado do resto do Brasil pela falta de estradas ou suas condições precárias? De onde vieram os assentados nos projetos em território acreano? Estas são questões que pretende-se responder no decorrer da comunicação.

Metodologia

Com objetivo de problematizar e responder as questões utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica em fontes documentais e, também, as estratégias metodológicas da história oral (MARCONI; LAKATOS, 2020). As fontes orais estão sendo produzidas através de entrevistas com assentados no Projeto Redenção, realizado e dirigido pela COLONACRE. Como recorte temporal, trabalhou-se com o período de 1970 a 1990, e o recorte espacial ficou restrito ao Estado do Acre.

Balanço historiográfico dos projetos de assentamento

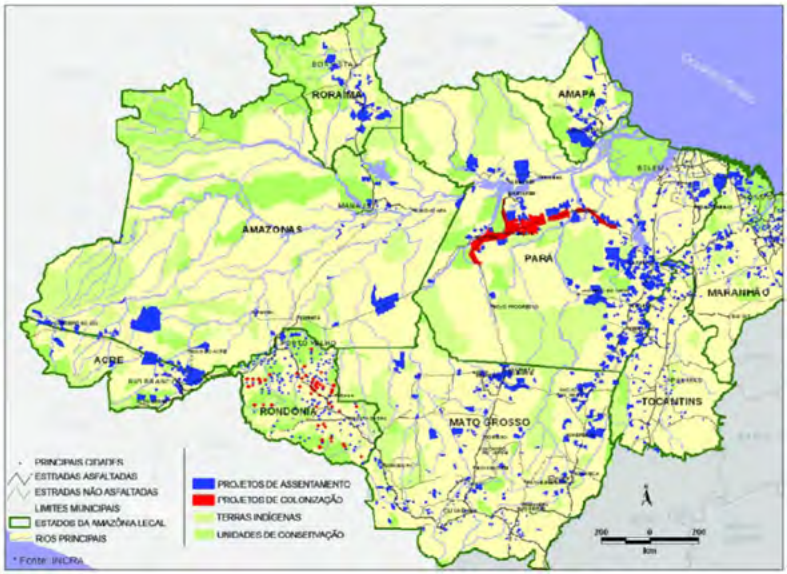
Com o avanço do capitalismo no Brasil, houve uma mudança nas formas de organização territorial, onde a população passou a ser

mais urbana e menos rural, surgindo assim uma ocupação desordenada das cidades e, em contrapartida, aumentaram as tensões entre as classes sociais, levando a criação de movimentos reivindicatórios por parte dos trabalhadores, que passaram a organizarem-se em sindicatos e associações com o objetivo de cobrar diversas "melhorias" ou reformas nas leis que viessem a favorecer os trabalhadores.

Contudo, em 1964, ocorreu um golpe civil/militar que afundou o Brasil em uma ditadura de 21 anos. O objetivo principal dos fardados era barrar as reformas que o governo da época prometia ao povo. A principal reforma, talvez a mais temida, era a reforma agrária, que foi durante muito tempo a principal pauta de reivindicação dos trabalhadores e movimentos camponeses brasileiros.

Os militares possuíam uma doutrina de segurança nacional, e viam o espectro do comunismo em todos os movimentos que ousavam contestar o *status quo* brasileiro, por isso, desenvolveram uma política repressiva muito forte contra esses movimentos. Todavia, não foi suficiente para acabar com as organizações, muito menos evitar adesões aos movimentos, então, na tentativa de mitigar possíveis conflitos, o governo ditatorial resolveu fazer sua própria reforma agrária, para isso, criou o INCRA, (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária), a partir do PIN (Programa de Integração Nacional).

Figura 1 – Projetos de assentamento na Amazônia (1970-1990)



PIN (Programa De Integração Nacional), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a Colonacre (Companhia de Colonização do Acre)

O PIN, foi criado pelo Decreto-lei 1.106 de 16 de junho de 1970, e tinha como diretriz principal a abertura de rodovias para interligar o território brasileiro, um exemplo dessas rodovias é a Transamazônica e a Belém-Brasília. Outra diretriz foi a massiva propaganda nos meios de comunicação de que esse projeto seria uma maneira de resguardar o território brasileiro de uma possível invasão estrangeira (OLIVEIRA, 1988). A partir do PIN, o governo federal passou a mapear as áreas estratégicas para a mineração e, também, criou faixas de exploração cada vez mais aprofundadas dentro da floresta, não apenas às margens dos rios, mas em terra firme, às margens das rodovias.

O INCRA foi criado pelo Decreto-lei 1.110 de 9 de julho de 1970, a partir da fusão do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), segundo Oliveira (1988, p. 74), o objetivo principal do INCRA era fixar pessoas para servirem de mão-de-obra dentro dos projetos de exploração agrominerais e agropecuários, que já estavam sendo desenvolvidos pelo que ele chamou de "Operação Amazônia". No Acre, o INCRA implantou e administrou mais de uma centena de assentamentos, esses projetos seguiam um padrão, com lotes cortados em tamanho similar, localizados às margens de uma estrada ou rodovia e uma pequena vila que serviria como cidade pioneira (MORAIS, 2000), onde poderia surgir um novo núcleo urbano ou uma cidade. Outra característica desses projetos eram seus assentados, oriundos de vários lugares do Brasil, mas principalmente, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A COLONACRE foi criada através da lei 560 de 10 de julho de 1975 pelo Governo do Estado do Acre tinha como objetivo, planejar, implementar e administrar o Projeto de Assentamento Redenção. As terras que serviram de base para o projeto foram doadas pelo governo federal através do decreto-Lei 6.591, de 17 de novembro de 1978 (BRASIL 1978), que destinava 30.000 hectares de terras que correspondiam aos seringais: Bagaço, Vila Rica e Novo Acordo.

Inicialmente, o Projeto Redenção receberia moradores locais que trabalhavam na exploração da borracha, numa tentativa de restabelecer a economia gomífera no Acre. Contudo, após o fracasso inicial, o Governo do Estado do Acre se aproveitou de uma oportunidade ímpar para promover o projeto Redenção entre os habitantes do sul do Brasil: a construção da hidrelétrica de Itaipu. Sua represa alagou uma vasta área de terra e

desalojou muitas famílias na região. O governo do Acre criou um escritório em Cascavel no Paraná e, de lá, passou a cadastrar pessoas interessadas em "ganhar" um "pedacinho" de terra no Acre.

Considerações finais

Diante do exposto, consideramos que a hipótese levantada no texto com base nos escritos de Oliveira (1988), é deveras válida, porque encontramos diversos elementos que corroboram com sua assertividade. Os projetos de assentamento foram criados de maneira vertical, de cima para baixo, principalmente em gabinetes militares. A execução dos projetos se deu através de órgãos oficiais que serviam a um propósito não apenas de colonizar ou neocolonizar a Amazônia, mas também de propagandear as benesses do regime ditatorial.

Os principais assentados, eram oriundos de regiões consideradas "nevrálgicas" para o governo central, que sempre buscava amputar qualquer movimento que pudesse colocar a ordem estabelecida em risco. Por isso, seria impensável que essa fosse uma reforma agrária com participação popular em todas as suas fases, antes, foi uma contrarreforma agrária que alijou os movimentos sociais e grupos de luta pela terra do processo de criação e planejamento desses assentamentos. Podemos dizer que, os projetos de assentamento criados no Acre no período estudado, serviram diretamente ao grande capital, ao governo militar e a sua doutrina de segurança nacional.

Referências

ACRE. LEI n. 560, de 10 de julho de 1975. **Autoriza a constituição da Companhia do Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre - COLONACRE**. Disponível em: www.al.ac.leg.br/leis/?cat=19&paged=2. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Coleção das leis de 1978**, Poder legislativo, Departamento de Imprensa Nacional, 1978.

LIMA, Bianca Guerreiro; FIGUEIREDO, Symone Maria de Melo. Scientia Naturalis, v. 2, n. 2, p. 799-818, 2020. **Caracterização ambiental do projeto de assentamento dirigido Humaitá**, Home page: http://revistas.ufac.br/revista/index.php/SciNat.

MARCONI; LAKATOS (2020). Pesquisa bibliográfica. In: ____. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado. Trabalho de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MORAIS, Maria de Jesus. Rio Branco-Ac: a formação sócio-territorial urbana a partir das políticas públicas dos militares. *In*: **Anais** XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Editora Papirus, 1988.

Programa de Integração Nacional definição. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin. Acesso em: 13 jun. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

7

O protagonismo da juventude indígena em geotecnologias: experiências com drones em Rondônia

João Bosco Salles da Silva Júnior
Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho
joaoboscosalles12@gmail.com

Lidiane de Oliveira Morais
Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho
lidiane_18morais@hotmail.com

Jucileno Durgo dos Santos
Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho
djucileno@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo abordar sobre o protagonismo da juventude indígena na utilização de geotecnologias, a partir da experiência com drones em Rondônia. Essa tecnologia inicialmente foi utilizada para fins militares e, posteriormente, aberta ao meio civil para exploração comercial e aperfeiçoamento tecnológico. As comunidades indígenas sofrem constantes pressões em seus territórios. No intuito de garantir a defesa de suas terras, as comunidades indígenas, através de instituições parceiras como a Kanindé e a WWF-Brasil, estão se apoderando do uso de ferramentas na gestão territorial e protagonizando o monitoramento de seus territórios, além de garantir a preservação ambiental. A metodologia da pesquisa é de relato de experiências, a partir da participação em duas oficinas de capacitação da juventude no uso de drone, monitoramento territorial e ambiental das Terras Indígenas de Rondônia. O direito à terra, um direito humano e constitucional, é condição para a continuidade dos modos de vida indígena.

Palavras-chave: Monitoramento territorial. Drone. Juventude indígena. Terras indígenas de Rondônia.

Introdução

O direito ao território às sociedades indígenas é garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, que reconhece a sua organização social, modos de vida originários e culturais, principalmente sobre as terras ocupadas, cabendo à União a demarcação e garantia de suas propriedades. As constantes pressões contemporâneas sofridas nos territórios indígenas vêm espelhar o cenário atual da omissão do ente estatal no combate às práticas antrópicas e agressivas ao meio ambiente, principalmente, na Amazônia.

As ferramentas de geotecnologias são importantes componentes na efetivação e garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas. Dentre eles podemos destacar os drones, veículos aéreos não tripulados, que inicialmente foram criados para atender a fins militares, que atualmente fazem parte de inúmeras atividades da sociedade civil, regulamentada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (NASCIMENTO; DENADAI, 2021). Atualmente os drones são compostos que atendem a uma variedade diversificada de atividades, dentre elas, a conservação ambiental. É uma tecnologia muito eficaz para fazer o monitoramento ambiental e territorial, reduzindo os gastos com missões terrestres e dificuldades de acessos (WWF-BRASIL, 2020).

Com a disseminação dessas tecnologias em escala global é preciso que os espaços estejam adequados com infraestrutura para receber essas ferramentas e garantir a sua utilização. Um dos desafios é garantir que nas terras indígenas as geotecnologias possam ser utilizadas para a gestão e monitoramento ambiental e territorial, sobretudo, com a qualificação de jovens indígenas.

Diante do exposto, apresenta-se a seguinte problemática: Quais os desafios na formação de jovens indígenas na utilização da tecnologia do drone no monitoramento e defesa territorial e ambiental das Terras Indígenas de Rondônia? O objetivo deste texto é analisar o uso da ferramenta tecnológica drone no monitoramento, defesa territorial e ambiental das comunidades indígenas de Rondônia, a partir da capacitação de jovens indígenas.

A contribuição deste relato de experiência indica dois processos centrais: a importância da formação e protagonismo da juventude indígena na defesa do território, e a capacidade dos povos indígenas em

ampliar o controle territorial e resistência frente às inúmeras ameaças que atualmente vêm ocorrendo na Amazônia.

Metodologia

O lócus do estudo ocorreu em um relato de experiência na Terra Indígena Igarapé Lourdes (2023) e a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (2019), com o desenvolvimento dos cursos em monitoramento territorial e ambiental com o uso de drone, localizados em Rondônia, cujo objetivo foi o treinamento e capacitação da juventude indígena na utilização de geotecnologias.

Nesse sentido, a pesquisa foca em dois eixos metodológicos: 1) a importância da participação dos jovens indígenas na gestão do território, a partir do uso de novas geotecnologias; 2) e a potencialidade dos grupos indígenas em ampliar suas capacidades de conhecimento tecnológico para a proteção do território contra as ameaças, invasões, desmatamento e pressão antrópicas.

Com a abordagem qualitativa, análise documental e bibliográfica, constatou-se poucas bibliografias referentes ao uso de drones pelos grupos indígenas na gestão territorial. Assim, consultas aos sites das organizações APIB, Jornal (o) ECO, WWF Brasil, Kanindé, dentre outros, possibilitaram acesso à informações relativas às geotecnologias nas terras indígenas.

A importância do território aos indígenas é a garantia das suas condições de vida, como também possibilita o equilíbrio e a proteção do ecossistema local. Esse conjunto integra o meio natural aos bens, valores, cosmogonias, conhecimentos e tradições dessas comunidades e possibilitam a vida individual e coletiva. A terra é fator de luta e resistência para os povos indígenas, pois, é a que unifica, mobiliza, fortalece esse sujeito em torno de uma bandeira, um bem comum, a luta e a defesa territorial. (LUCIANO, 2006).

Resultados e discussão

A declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas (2008) destaca em seu artigo 26, o direito à terra: "os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tra-

dicionalmente ou tenham de outra forma utilizado ou adquirido". O papel do Estado é o de assegurar esse reconhecimento e proteção, respeitando e assegurando aos indígenas as posses de seus territórios.

São constantes as pressões sobre as terras indígenas, sendo mais recente a tese jurídica do Marco Temporal (PL 490-2007), que defende que os povos indígenas só têm direito a demarcação de suas terras se estivessem ocupando elas na data de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Segundo essa tese as terras que estavam ocupadas por outras pessoas ou desocupadas nesta data não podem ser demarcadas como terras indígenas. Seria assim, propriedades particulares ou do Estado. Diante dessas e outras tratativas contra os direitos dos territórios indígenas, há uma busca e fortalecimento desses próprios sujeitos pela defesa e vigilância de suas terras. Com isso, a geotecnologia pode ser uma aliada para potencializar essas ações.

Para a juventude indígena, a inserção tecnológica está tornando-os protagonistas nesta luta a favor de seus direitos, como evidencia-se o ativismo ambiental, muito bem representado por várias lideranças como a Txai Suruí e a Samela Sateré-Mawe que são as representações da COP climática na discussão sobre tratativas na mitigação dos efeitos dos impactos ambientais e climáticos. Sobre o papel da tecnologia e o protagonismo indígena, Luciano destaca:

Com eles, os povos indígenas cada vez mais estão superando a invisibilidade social, principal causa da ignorância, do preconceito e da discriminação. O processo de apropriação das tecnologias e de outros conhecimentos próprios da modernidade está possibilitando que esses povos reorientem e planejem seus futuros, reafirmando e fortalecendo os seus próprios conhecimentos. (...) os recursos tecnológicos e digitais representam novas possibilidades de recuperação e de consolidação dos processos autônomos dos povos indígenas, na medida em que, efetivamente, podem contribuir decisivamente para a autogestão de seus territórios. (LUCIANO, 2006, p. 91-92).

Um dos trabalhos realizados foi o curso e as oficinas em 2019, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, com parceria entre a WWF e a Kanindé (Figura 1). Estas organizações não governamentais, com a captação de recursos do Fundo Amazônia, vêm desempenhando trabalhos importantes na capacitação de jovens indígenas no uso de geotecnologias para o apoio na gestão, monitoramento ambiental e defesa territorial.

Nesta atividade, os próprios indígenas aprenderam a pilotar drones e a usar ferramentas no apoio à gestão territorial e monitoramento ambiental. Awapy, indígena Uru-Eu-Wau-Wau, falou sobre a importância de aprender e levar esse conhecimento aos parentes que tem uma facilidade em assimilar e dominar as tecnologias:

Antes, sem o drone, a gente dava de cara com os invasores nas atividades de monitoramento da Terra Indígena. E, muitas vezes, eles estavam armados. Agora, enviamos o drone para uma área a dois quilômetros, por exemplo, e vemos os acampamentos dos invasores, quantos eles são e se estão armados. Localizamos com precisão, registramos e fazemos denúncias com imagens e Georreferenciamento"(WWF-BRASIL, 2023).

Figura 1 – Curso drone na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (2019)

Fonte: Marizilda Cruppe / WWF-Brasil (2019)

Uma atividade mais recente foi realizada em março de 2023 na Terra Indígena Igarapé Lourdes em Ji-Paraná-RO, a capacitação em monitoramento ambiental e territorial com o uso de drone, realizada pela Kanindé e WWF-Brasil, e contou com a participação de 6 comunidades indígenas do estado. Percebeu-se a destreza e a rápida assimilação dos jovens representantes, as geotecnologias que compunham toda a estrutura teórica e prática do curso.

Muitas atividades práticas foram realizadas e a cada momento, cada grupo falava das suas percepções e experiências, apontando as

maiores dificuldades na utilização das ferramentas. O saldo positivo foi a geração de planejamentos de voos futuros pelos próprios indígenas onde se delimitou os lugares específicos dos territórios que estão sofrendo pressões, seja de madeireiros, grileiros, garimpeiros ou fazendeiros e contarão com o apoio de órgãos governamentais e não governamentais, para que essas ações sejam realizadas e não fiquem somente no papel.

Considerações finais

Em algumas aldeias, ainda se discute o uso de geotecnologias, principalmente entre os sabedores e algumas lideranças. Esse acesso pode ser benéfico no sentido de contribuir e fortalecer as suas culturas e tradições no intuito de melhorar as condições de vida, garantindo a manutenção de sua identidade e modos de vida.

O uso do drone pelos próprios indígenas, além de torná-los protagonistas, potencializa a realizarem o mapeamento territorial e ambiental de suas áreas e ajudar, assim, na conservação da natureza, como também em estudos sobre o clima, a qualidade dos recursos hídricos e monitorar e combater o desmatamento e a invasão de suas terras. Para a juventude constitui num fator primordial e de continuidade de seus modos de vida, sendo estes, as futuras lideranças e gestores de suas comunidades.

Referências

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p. (Coleção Educação para Todos; 12).

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.

NASCIMENTO, Ana Juvelina da Silva; DENADAI, Marcelo Scantamburlo. Drone, a história desta tecnologia. **Tekhne e Logos**, Botucatu, v.12, n. 2, setembro, 2021. P, 48-56. ISSN 2176 – 4808.

WWW-BRASIL. **Sistema de Monitoramento Ambiental completa 6 meses em Rondônia**; janeiro-2023. Disponível em: www.wwf.org.

br/?84741/Sistema-de-Monitoramento-Ambiental-completa-6-mesesem-Rondonia. Acesso em: 28 mar. 2023.

WWW-BRASIL. **Uso de drones auxilia no monitoramento de áreas remotas da Amazônia**; 15 de setembro de 2020. Disponível em: www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/emergencia_amazonica/uso_de_drones_auxilia_no_monitoramento_de_areas_remotas_da_amazonia/. Acesso em: 9 jun. 2023.

8

Abrigar a Amazônia na própria Amazônia e dentro de si

Cláudia Queiroz de Assis
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
assisclaudia.geo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conscientizar a comunidade acadêmica e, em especial, graduandos e pós-graduandos em Geografia Licenciatura e Bacharelado da Unir, em torno das histórias e vivências, observadas de forma empírica, através de personagens que efetivamente vivem a Amazônia brasileira. Homens e mulheres, líderes ambientais, líderes quilombolas, pequenos agricultores, produtores de café e farinha, pescadores, protetores das matas e águas, detentores da cultura e, portanto, da verdadeira riqueza da região, que precisam ser ouvidos e respeitados quanto sujeitos e sujeitas que trazem consigo experiências únicas de quem nasceu e viveu intensamente e em todos os sentidos a Amazônia, para que assim participamos do engajamento para salvar a Amazônia com a certeza de que é um trabalho necessário, infinito e urgente.

Palavras-chave: Amazônia. Preservação. Luta. Educação.

Abrigar a Amazônia dentro de si é tarefa fácil. Basta conhecer, observar, experimentar e vivenciar. Sentir os sabores em uma espécie de hipogeusia autorizada. Banhar-se em seus igarapés em dias de muito calor e passar horas "de molho". Ouvir os pássaros e vê-los a projetar, conceber seus ninhos em vôos de ida e volta sem descanso. Fazer-se gingar pela música, mesmo que sem tirar os pés do chão. Olhar para lua por quase toda a madrugada, sem perceber quanto tempo passou e sentir como se pela primeira vez ela olhasse só pra você. Ouvir histórias, conversar sem pressa, fazer suas próprias descobertas e certamente vai amá-la e abriga-la dentro de si.

Agora, a Amazônia na própria Amazônia? Difícil. Como abrigar essa imensidão com seus 6.700.000 km²? Como esconder – e aqui esconder significa só defender – a maior Floresta Tropical do mundo da caterva que a quer dilapidar? Sujeitos que sentem a fragrância da riqueza que ela exala e entram sem pedir licença e que ao saírem deixam como recompensa pelo que levaram o rastro de caos, o fedor da morte, o vestígio da corrupção.

A história sempre nos provou que a humanidade destruiu, devastou e explorou até não conseguir tirar mais nada, até dominar o outro, se apossar do outro e do que é do outro. Em uma longa repetição de atos que culminam no quadro do quanto pior, melhor, só podemos concluir que somos mesmo "a praga do planeta".

Como fomos denominados por Krenak (2020, p. 7):

> Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade.

Em Rondônia, na região do Vale do Guaporé, Município de Seringueiras observamos o avanço sistemático da soja ao limite da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Desta forma, comprovamos in loco como os exploradores das economias extrativistas da Amazônia se aproximam sem o mínimo pudor da Terra Indígena.

Figura 1 – Plantação de soja ao lado de um dos portões da T.I. Uru-Eu-Wau-Wau. Vale do Guaporé-RO (2022)

Foto: Cláudia Queiroz de Assis – out/2022

Sem que as intenções em avançar cada dia mais sejam estancadas, obstruídas pelo poder público, como se continuassem ali a tencionar pelo melhor momento para adentrar ao território e expandir sua fronteira, como faz desde os anos 1964, com a chamada modernização econômica da Amazônia, o que significa a diminuição da floresta para dar espaço para plantação da soja. Como descrito por Costa Silva (2021, p. 4):

> A modernização econômica da Amazônia, iniciada com a abertura da floresta na ditadura militar (1964-1985), tem apresentado um custo socioambiental muito alto para o bioma amazônico, povos indígenas e comunidades tradicionais. Desde os grandes projetos de infraestrutura (hidrelétricas, pólos minerais, pólos agropecuário, portos e estradas) às políticas de colonização agrícola, todo o sistema territorial fomentou a expansão da fronteira, que em termos gerais significou a subtração da floresta para dar espaço às pastagens, agricultura, mineração e outras formas de economias extrativas.

Para que haja a preservação – do que ainda existe – e a proteção da Amazônia, é necessário pautar e observar grupos característicos da região, esquecidos pelo poder público e explorados pela sociedade capitalista também. Grupos que fazem parte de uma época há muito ultrapassados pelas tecnologias, mas que é conjunto de saberes e mais que qualquer outro abriga a Amazônia em si: populações ribeirinhas, pequenos agricultores e trabalhadores remanescentes do período econômico de coleta do látex. Bem como urgência em conhecer de perto estes sujeitos e sujeitas que fazem parte da Amazônia e, por tanto, são a própria Amazônia. Dialogar, ouvir suas histórias e saberes, encontrar a paisagem que faz parte de seu cotidiano e que está mudando com uma rapidez impressionante. Conforme Silva (2022, p. 1-2):

> Se vamos tratar da luta pela preservação e proteção da Amazônia, faz-se necessário pautar esses modos de vidas, saberes e seus sujeitos como agentes imprescindíveis e importantes no enfrentamento à devastação das florestas e das águas. Da mesma forma, faz-se necessário darmos a oportunidade de conhecer, dialogar e vivenciar os encantos e belezas de um conjunto de conhecimentos, saberes e paisagens que volatizam de forma acelerada.

Neste contexto, se saberes e paisagens volatizam de forma acelerada, como fazer a contagem do tempo que resta até que não consigamos mais manter essa Amazônia de pé? Tempo, tempo, como contá-lo aqui? Quanto tempo, quantas horas leva para um explorador derrubar e negociar a madeira equivalente a dez, a cem, a mil campos de futebol sem o planejamento de manejo florestal? Para contaminar a água de um rio, o solo e as plantações em volta com mercúrio? E quanto tempo para invadir ou comprar terras – muitas vezes griladas –, contratar ou deslocar de outros acampamentos trabalhadores – muitas vezes pessoas que vivem em regime de trabalho análogo a escravidão – derrubar tudo que cresce ali e plantar soja ou milho? Acreditem, pouco tempo.

Assim, os especuladores vão arrombando as portas, tomando conta, e desfrutando de uma Amazônia que a cada dia deixa de ser o que precisamos e queremos, perdendo espaço e cultura.

Muitos que lutaram junto com os povos das florestas e das águas já não têm mais o tal tempo. Nessa luta brutal e covarde ficaram pelo caminho. São homens e mulheres, líderes ambientais e indígenas que foram extirpados da luta, da vida, da Amazônia que tanto amaram e defenderam. Lideranças conhecidas da grande mídia como Chico Mendes (1944-

1988), Dorothy Stang (1931-2005), Rieli Franciscato (1964-2020) e Bruno Pereira (1980-2022), mas também nomes que poucos de nós conheceram a história ou lembram-se de ter ouvido, como Nilce de Souza Magalhães (1967-2016) , Edilene Mateus Porto (1984-2016), Adna Senhora Teixeira (?-2016), Jane Julia de Oliveira (1974-2017), Paulo Paulino Guajajara (1992-2019), Cacique Francisco de Souza pereira (1966-2019), Zezico Rodrigues Guajajara (? – 2020) e tantos outros que jamais serão esquecidos, que não podem ser esquecidos e fazem parte da Amazônia e certamente ela sempre fará parte deles e do ensinamento que deixaram e semearam, ainda que para os exploradores suas vidas tenham tido pouco significado. De acordo com Silva (2022, p. 2):

> O ataque sistemático de madeireiros, garimpeiros, do agronegócio sobre as terras indígenas e aos povos tradicionais originários, provocam os frequentes assassinatos de líderes ambientais, líderes indígenas. Lideranças, vidas são silenciadas. As vidas dos que fazem resistências aparentam ter pouco significado nesse conflito, nesse espaço de luta. O espaço e a cultura dos povos tradicionais, ribeirinhos, pequenos agricultores sofrem com a floresta sendo posta abaixo e vivenciam a perda da diversidade para o fogo, para a biopirataria de forma descontrolada.

Precisamos, mais do que nunca, falar sobre a Amazônia, mobilizar grupos de proteção, preservação e educação ambiental, fazer parte de coletivos, e escrever artigos. É preciso conscientizar a nós mesmos e aos outros: A Amazônia é para se amar, é para cuidar, é para deixar viver todos os seres.

Referências

COSTA SILVA, R. G. **O agronegócio que pressiona as florestas de Rondônia**. Áreas protegidas de Rondônia em perigo: a luta dos povos da floresta na defesa dos seus territórios. Organizadores: Pastoral da Terra Rondônia – CPT/RO, Associação de Defesa Etnoambiental – KANINDÉ – Brasília: ECAM, 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Josué da Costa. **Amazônia, vivências e espaços emotivos.** *In:* (livro no prelo) Curitiba, 2022.

9

Avanço da fronteira do capital na Amazônia brasileira: perspectivas para a bacia hidrográfica do rio Ituxi em Lábrea no sul do Amazonas

Marcelo Horta Messias Franco
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
marcelo.franco@unir.br

RESUMO

A crise ambiental vivenciada pela humanidade no século XXI vem sendo alarmada com certa ênfase desde ao menos a segunda metade do século XX, e, dada a dinamicidade dos meios de comunicação, as suas evidências vêm sendo registradas praticamente em tempo real. No presente ensaio a ideia é apresentar a pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, a qual objetiva traçar, para o recorte do rio Ituxi, no sul do estado do Amazonas, um panorama dos processos territoriais em marcha, com ênfase em dois grandes aspectos, que são o da violência agrária e o do avanço da fronteira econômica sobre áreas protegidas. Nesse sentido, a grande questão que se faz, motivo de inquietação e que move a presente pesquisa é: Quais são as perspectivas de desenvolvimento para uma região sob intensa pressão da fronteira econômica vinda a partir de Rondônia?

Palavras-chave: Amazônia. Dinâmicas territoriais. Fronteira. Sul do Amazonas.

Introdução

A crise ambiental vivenciada pela humanidade no século XXI vem sendo alarmada com certa ênfase desde ao menos a segunda metade do século XX, e, dada a dinamicidade dos meios de comunicação, as suas evidências vêm sendo registradas praticamente em tempo real. Assim, são reportados anualmente episódios de temperaturas acima de média com

graves incêndios florestais na Europa, América do Norte e Austrália, fortes ondas calor na Índia, chuvas torrenciais no Brasil, tempestades de neve a cada ano mais exageradas nos Estados Unidos, todos esses, eventos recorrentes causando danos materiais e mortes.

Todavia, o noticiário é desacreditado pelo crescente negacionismo e pela perversidade de agentes políticos que apostam na desinformação como jogo para a ascensão ao poder e consequentemente a maneiras fáceis de acumular capital (SANTINI; BARROS, 2022). São grupos restritos em busca de angariar lucros privados em detrimento do sofrimento da coletividade.

No Brasil, a carta constitucional de 1988 no seu artigo 255 garantiu o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito coletivo, um bem de uso comum da população essencial à sadia qualidade de vida. A carta designa ao poder público a responsabilidade pela defesa do meio ambiente sadio e a sua preservação para o bem da presente e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Houve, entretanto, a partir do ano de 2014, sistemáticos ataques ao dispositivo constitucional. Em 2016 com a mudança abrupta na presidência do Brasil (impeachment), se assistiu a um rápido ataque aos direitos trabalhistas em favor de interesses corporativos com influência no parlamento. No mesmo sentido, todo o arcabouço legal socioambiental foi frontalmente atacado (CRUZ, 2022; VERDUM, 2019), ofensiva esta que se intensificou com a ascensão ao poder, em 2019 do governo neofascista de Jair Messias Bolsonaro.

O presidente Bolsonaro, desde o seu primeiro dia de mandato, visou implementar uma política de abertura total da fronteira amazônica ao agronegócio, à mineração e aos empreendimentos de infraestrutura (CARRERO *et al.*, 2022; OLIVEIRA, 2021). Como consequência dessa política inconstitucional, vieram os recordes de alertas de desmatamento na Amazônia, com alta nos focos de calor (queimadas) aumentando a cada ano. Também explodiu a violência, notadamente contra povos indígenas, populações tradicionais e ambientalistas em toda a extensão do bioma (COSTA SILVA, 2022).

Nesse contexto se insere a bacia hidrográfica do rio Ituxi, no município de Lábrea, sul do estado do Amazonas, recorte territorial apresentado como tema de pesquisa de doutorado em Geografia em andamento pela Universidade Federal de Rondônia. O trabalho tem como objetivo traçar um panorama dos processos territoriais em marcha nesta fronteira amazônica com ênfase na violência agrária e o avanço da frente econômica sobre as áreas protegidas. No desenvolvimento da tese buscaremos explicar as razões estruturais da permanência de conflitos socioambien-

tais numa região com ordenamento territorial já definido, com zoneamento ecológico econômico, unidades de conservação federais e terras indígenas (FRANCO, 2014).

Metodologia

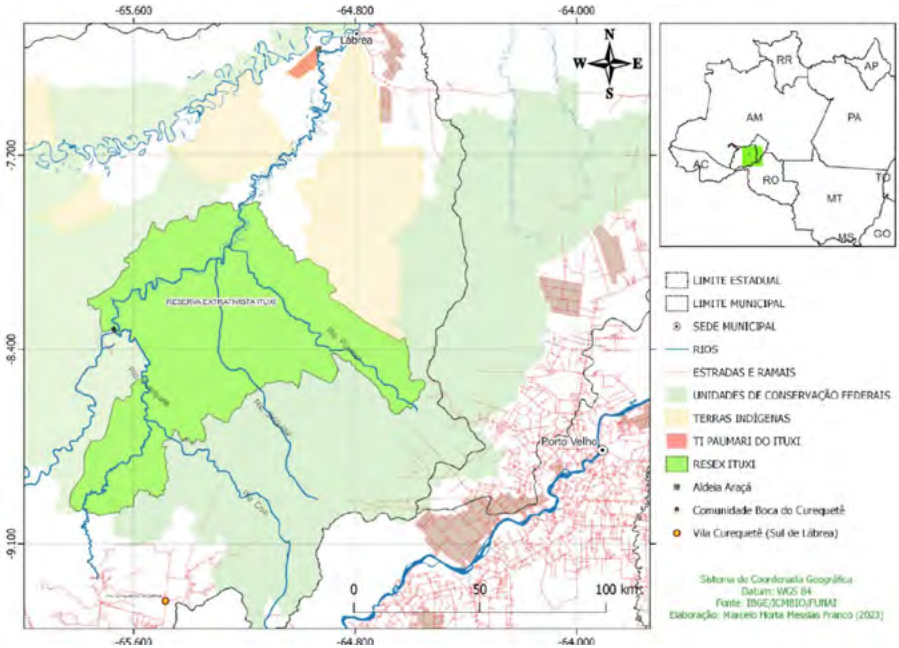
A pesquisa privilegia a coleta de dados primários por meio do trabalho de campo, percorrendo zonas específicas dentro da bacia hidrográfica do Ituxi de acordo com os seguintes critérios: (a) tipo de território, sendo uma terra indígena, uma reserva extrativista e uma vila/assentamento; (b) tipo de coletividade, sendo um povo indígena (grupo étnico), coletividade extrativista (modo de vida ribeirinho) e finalmente o colono, dentro da lógica dos loteamentos com ramais para escoamento e comunicação.

Estão sendo realizadas também entrevistas com agentes públicos das três esferas de governo, membros de associações e organizações não governamentais com incidência no território, bem como o diálogo e troca de informações com outros pesquisadores no mesmo tema.

As análises cartográficas, de imagens de satélite, bem como análise documental, das fontes secundárias são essenciais nesse estudo. Finalmente, será aplicada a metodologia da cartografia social, quando couber, junto aos coletivos acessados, com a intenção de retornar para a comunidade material útil para a gestão ambiental e territorial dos territórios, caso seja de interesse das comunidades e instituições de apoio.

A figura abaixo é um mapa de localização da bacia hidrográfica do Ituxi, com destaque para as áreas protegidas existentes nesse espaço. Estão pontuadas no mapa as três localidades que irão ser percorridas no decorrer da fase de campo da pesquisa, a aldeia Araçá, na Terra Indígena Paumari do rio Ituxi, a comunidade Boca do Curequetê, na Reserva Extrativista Ituxi e a Vila Curequetê, localizada na porção sul do território de Lábrea:

Figura 1 – Bacia hidrográfica do rio Ituxi
- planejamento para o trabalho de campo (2023)



Perspectivas e inquietações

A pesquisa está em andamento, não chegando ainda aos resultados esperados. Todavia, o andamento das etapas de levantamento bibliográfico e análise documental, possibilitou a confecção do capítulo metodológico, além de um primeiro capítulo teórico. A hipótese que está sendo trabalhada é se a persistência dos conflitos sociais e da violência na fronteira do rio Ituxi tem a ver com a dinâmica do avanço do capitalismo sobre faixas da região amazônica.

Nesse aspecto estamos atentos ao que disseram Novoa Garzon et al. (2022) que se debruçaram sobre o que tem acontecido na fronteira do norte de Rondônia afirmando conclusivamente que:

O que está em questão hoje, na Amazônia, é a criação paraestatal e paramilitar de dispositivos perpetradores de genocídios e de ecocídios continuados. Não se trata aqui de eventos isolados, mas de um método que reorganiza os processos produtivos sob impulso da máxima rentabi-

lização, apelando para a sintetização de povos e territórios na forma de custos e riscos financeiros (p. 118, com grifo do autor).

Ou seja, nessa lógica, a fronteira do Ituxi, como toda a região sul do estado do Amazonas, estaria no raio de expansão de fronteiras econômicas já consolidadas que se movimentam continuamente buscando a apropriação de novas áreas, enxergando a legislação atual, sobretudo a legislação ambiental e indigenista, as quais protegem biodiversidade e povos e comunidades tradicionais, como meros entraves a serem superados, de uma forma ou de outra, ou seja, legal ou ilegalmente (CARRERO *et al.*, 2022, p. 5).

Cabe ressaltar que a fronteira que estamos estudando está na zona de influência da BR 364, que liga Porto Velho a Rio Branco (AC), "eixo de expansão que fez de Rondônia uma extensão longitudinal de Mato Grosso, com fronteiras sucedendo-se na mesma ordem: atividade madeireira, desmatamento, pecuária extensiva, monocultura da soja" (NOVOA GARZON *et al.*, p. 126). Com isso, os resultados observados no norte de Rondônia, são os mesmos observados no sul do município de Lábrea, que não por acaso, sempre figura nas listas dos maiores desmatamentos em todo o Brasil.

O termo introduzido por Costa Silva (2022) ao falar de "desamazonização da Amazônia" (p. 108) se enquadra perfeitamente em uma das regiões desse estudo ilustrada na figura 1 que é a Vila Curequetê (sul de Lábrea). Situado no território de Lábrea, o assentamento vive a contradição de estar situado numa zona de influência direta da fronteira econômica tendendo mesmo a se tornar vetor de penetração nas Unidades de Conservação federais ao norte, explorando madeira, derrubando castanhais e abrindo novas pastagens.

Em relação a isso, e à pressão que atinge as comunidades da Reserva Extrativista Ituxi, como na comunidade Boca do Curequetê, também abordada no estudo, cabe a afirmação do autor segundo o qual:

> as características comuns da formação social amazônica (natureza, rios, trabalho, cultura e comunidade/populações), cada vez mais aparecem como estranhamentos e obstáculos à lógica que se pretende hegemônica na região, assumida na bandeira do agronegócio e das economias extrativas. Verifica-se a aglutinação de grupos econômicos / políticos em todos os estados da Amazônia Legal que encaminham uma coalizão regional em termos políticos – económicos com vista à desterritorialização dos povos originários e comunidades tradicionais." (COSTA SILVA, 2022, p. 108).

Este cenário político colocado para a Amazônia pôde ser vivenciado com mais intensidade a partir do governo Temer (2016-2018), agravando-se no governo Bolsonaro (2019-2022), período em que, vale ressaltar, observou-se não só a paralisia total nos processos de reconhecimento de novas terras indígenas e territórios de povos tradicionais como as terras de remanescentes de quilombos em todo o Brasil, como ataques sistemáticos no âmbito das câmaras legislativas às leis de proteção ambiental dos biomas, com propostas de revisão de limites e até extinção de áreas protegidas (VERDUM, 2019). Nesse período, a própria constituição federal de 1988 sofreu tentativas de modificação, sempre em nome de interesses econômicos atuantes na esfera política.

Desse modo, com o movimento de apropriação de terras, com recursos naturais e humanos em curso, essa frente econômica atua com força na conversão de tudo em mercadoria, dentro da lógica hegemônica, que é a lógica de mercado. Nesse sentido, a nossa hipótese na presente pesquisa pode ser complementada com a pergunta: Quais são as perspectivas de desenvolvimento para uma região sob pressão intensa e direta da fronteira agropecuária vinda de Rondônia?

Considerações finais

Essa pesquisa visa contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais em uma fronteira ainda pouco estudada na região amazônica. Espera-se oferecer com esse trabalho, um apanhado qualitativo de casos de violência relacionados à questão agrária no sul do estado do Amazonas por meio da categorização dos tipos de violência vivenciado por povos e comunidades tradicionais dessa região, buscando confirmar, ou mesmo agregar novos questionamentos à hipótese e questões aqui proferidas como inquietações de pesquisa.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em especial ao Grupo de pesquisa em gestão do território e geografia agrária da Amazônia (GTGA) e ao Laboratório de Gestão do Território (LAGET).

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988. Acesso em: 18 jul. 2022.

CARRERO, G.C., R.T. WALKER, C.S. SIMMONS & P.M. FEARNSIDE. Land grabbing in the Brazilian Amazon: Stealing public land with government approval. **Land Use Policy**. N.2 (106133), May 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106133 . Acesso em: 18 jul. 2022.

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 104-111, 2022. Disponível em: www.cptnacional.org.br/ .

CRUZ, D. U. da, Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMAN, C. R. (Org.); CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires, Salvador: CLACSO, Pinauna Editora, 2022. v. 1. 513p.

FRANCO, M. H. M. Terras indígenas e unidades de conservação: um mosaico de áreas protegidas no Médio Purus. *In*: BENSUSAN, N. (Org.) **A diversidade cabe na unidade?** Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: Ed. Mil Folhas/IEB, 2014. p. 696-703.

NOVOA GARZON, L. F.; DA SILVA, D. S.; RIBEIRO, M. S. Desmanche de territórios indígenas e de unidades de conservação no novo arco de desmatamento em Rondônia/Brasil e Beni/Bolívia (2018-2020). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 116-142, jul./dez. 2022.

OLIVEIRA, J. P. de. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 77–104, 2021. DOI: 10.6092/issn.2036-0967/13087.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo**. Liinc em revista**, v. 18, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5948. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA JUNIOR, C.H.L., Pessôa, A.C.M., Carvalho, N.S. *et al.* The Brazilian Amazon deforestation rate in 2020 is the greatest of the decade. **Nat. Ecol. E.** vol.5, 144–145 (2021). https://doi.org/10.1038/s41559-020-01368-x . Acesso em: 18 jul. 2022.

VERDUM, R. La estrategia conservadora y neoliberal contra los derechos de los pueblos indígenas y comunidades tradicionales en Brasil. **Debates indígenas**. Noviembre 2019. p. 3-4. 2019. Disponível em: https://debatesindigenas.org/notas/7-la-estrategia-conservadora-contra-los-derechos-de-los-pueblos.html . Acesso em: 13 jul. 2022.

10

Apontamentos sobre a criação da TI Sete de Setembro no contexto da expansão da fronteira agrícola em Rondônia

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Professor do Curso de Licenciatura Intercultural
da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

carlos.trubiliano@unir.br

Hgaibiten Surui

Graduado em Licenciatura Intercultural
da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

gaibitensurui@gmail.com

RESUMO

Pensar a história recente de Rondônia é pensar o processo colonizatório do território. A recente história de Rondônia e a história do povo Paiter Suruí estão interligadas com as políticas de ocupação e exploração do espaço. Tradicionalmente, os Paiter Suruí se fixaram a noroeste de Mato Grosso e a sudeste de Rondônia. Na medida em que avançavam as frentes de expansão ocorreram os contatos dos Paiter Suruí com os não índios. O estudo que segue é fruto de pesquisa que objetivou de modo geral, compreender o processo de criação da Terra Indígena Sete de Setembro; especificamente buscou-se identificar os projetos políticos e econômicos, bem como, os conflitos que envolveram os não indígena e o povo Paiter Suruí.

Palavras-chave: Fronteira, Território, Paiter Suruí.

Introdução

Pensar a história recente de Rondônia é pensar o processo colonizatório do território. Teoricamente, os estudos de Becker (1991, 1999,

2004) nos permitem discutir o avanço do capitalismo nas fronteiras rondonienses. Segundo a geógrafa, o avanço capitalista ocorreu por meio de duas políticas de Estado que se interligam.

A primeira refere-se à construção da BR-364, na década de 1970 – pode-se incluir neste item, mais recentemente, a construção das usinas e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) –; a segunda refere-se aos programas de assentamento populacional, como os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) e os Projetos Integrados de Colonização (PICs). De toda sorte, essas políticas foram responsáveis pelo deslocamento voluntário e involuntário de grande contingente populacional: trabalhadores, investidores e aventureiros migraram para Rondônia em busca de oportunidades.

Ti Sete de Setembro e a expansão da fronteira agrícola

Embora o Estado tenha criado o aparato burocrático/legal para organizar, disciplinar e assistir os migrantes, os fluxos migratórios ultrapassaram a capacidade de controle estatal, o que gerou situações conflitantes, sobretudo no que dizia respeito à posse da terra. O avanço populacional sobre a floresta gerou uma das principais atividades econômicas da Amazônia Legal, a indústria da madeira.

Segundo Browder (1986) e Terezo (1990), a extração em escala industrial da madeira se iniciou em 1960, ano em que se registrou a existência de aproximadamente 89 serrarias na Amazônia Legal. Já em 1981, estavam catalogadas cerca de 1.600 serrarias e, apenas três anos depois, em 1984, o número de serrarias legais dobrou e chegou aos 3.000 empreendimentos. Especificamente no estado de Rondônia, as empresas ligadas ao setor madeireiro evoluíram de quatro empresas, em 1953, para 781 em 1987.

Quando estudamos as causas da expansão da indústria madeireira em Rondônia, identificamos entre elas o avanço da malha rodoviária. Até meados de 1960, a extensão das rodovias rondoniense era praticamente inexistente; contudo, em 1988, o estado registrava mais de 44 mil km de rodovias. As construções das malhas rodoviárias atendiam à política de integração nacional, viabilizando o desenvolvimento das atividades capitalistas (Kitamura, 1994; Browder, 1986).

Assim como o avanço das rodovias, o estímulo por meio de créditos subsidiados e incentivos fiscais concedidos à atividade também contribuíram para a expansão da indústria madeireira. Entre as décadas de 1960 e 1980, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) financiou a instalação ou reformulação de 131 projetos madei-

reiros industriais; o total de investimentos foi da ordem de meio bilhão de dólares (US$ 500 milhões) em subsídios diretos (Browder, 1986, p. 8).

O avanço do desmatamento está diretamente ligado à história do povo Paiter Suruí. O contato dos Paiter Suruí com os não índios foi mais intenso na década de 1960, com a criação do PIC Gy-Paraná. No final da década de 1960, a Cia. Itaporanga (dos Irmãos Melhorança) passou a vender lotes ilegalmente, introduzindo várias famílias na área indígena (MINDLIN, 1985). O assentamento irregular dos colonos gerou conflitos e marcou a história dos Paiter Suruí.

A pesquisa que se segue teve por objetivo historicizar o contato entre os colonos e os Paiter Suruí, episódio decisivo para criação da Terra Indígena Sete de Setembro. Buscamos identificar as motivações econômicas desse processo, e de que forma os Paiter Suruí se viram nele.

Figura 1 – Em destaque na cor verde a Terra Indígena Sete de Setembro em relação ao Estado de Rondônia

Fonte: Ferronato; Nunes, 2010.

Entre as décadas de 1970 - 1990, além dos grupos que migraram e foram assentados com algum tipo de assistência e regulamentação estatal, registrou-se um grande fluxo populacional atraído pela perspectiva da posse da terra. À medida que essa massa de despossuídos chegava, fixava-

-se por conta própria, muitas vezes adquirindo terras irregulares por meio das companhias colonizadoras, grilando ou ocupando terras demarcadas. Fato é que, como informa Becker (1991), o fluxo migratório excedeu a capacidade de controle do Estado.

Como ilustração, na década de 1950, Rondônia registrava uma população estimada de 37 mil habitantes; já em 1984, o contingente populacional beirava a marca de 900 mil habitantes, evidenciando uma explosão demográfica num interstício de pouco mais de três décadas. O crescimento populacional, somado às falhas de políticas públicas para atender, direcionar e disciplinar os migrantes gerou e intensificou conflitos pela posse da terra (BECKER, 1991). Neste contexto, já a partir de 1969, passam a ser registradas disputas entre os colonos e os Suruí, especialmente após a instalação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy - Paraná, que foi implantado no entorno da Terra Indígena (TI) Sete de setembro. Em 21 de agosto de 1976, o jornal *O Globo* noticiava: "FUNAI quer que o Exército leve paz para área indígena":

> Pela primeira vez no país o exército poderá atuar para por fim em uma disputa de terras entre índios e brancos (...). O presidente da FUNAI alega que a atuação da Polícia Federal naquela região tem sido insuficiente para conter os ânimos dos posseiros, que se instalaram em área indígena criada por decreto do Presidente Geisel. Ele calcula que haja na área cem mil posseiros, todos armados. (...) O problema que iniciou a disputa de terras, surgiu em 1971, quando a companhia Itaporanga, dos Irmãos Melhorança, loteou e vendeu ilicitamente uma parte da área indígena. Mesmo sem o título da terra os posseiros a ocuparam e passaram a ter atritos frequentes com os índios. (O GLOBO, 21/08/76, p. 8).

Por outro lado, os colonos denunciavam que os índios foram armados pela FUNAI:

> Com flechas eles eram até humildes, e inspiravam confiança. Muitos de nós fomos à caça com eles tempos atrás. Era comum em Espigão do Oeste um colono acompanhar um Surui no meio da mata. A gente partilhava a caça e eles ficaram satisfeitíssimos. Agora só se vê índio armado de carabina por aí afora – conta um dos colonos da linha 11 (O GLOBO, 21/08/76, p. 9).

Destaca-se que o povo Paiter Suruí estava em constante estado de guerra com os povos vizinhos, como parte das vivências nas relações intertribais; os Paiter, por serem extremamente territorialistas, compreenderam logo após o contato que suas terras estavam sob ataque e passaram a revidar com saques "às casas dos colonos nas linhas demarcatórias do INCRA" (O GLOBO, 21/08/76, p. 9), bem como ataques e assassinatos de colonos, como Mindlin também relatou: "os líderes Cádio e Itabira Suruí se armaram de arcos, flechas e espingardas e iniciaram a resistência à ocupação da reserva. Houve mortes de índios e colonos" (MINDLIN, 1985, p. 133).

Entre o primeiro contato oficial e a demarcação da TI Sete de Setembro, passaram sete anos. A demarcação territorial teve o seu processo iniciado em 1976, e ficou a cargo da empresa Plantel S/A, com sede em Goiânia (GO) – que também ficou responsável pela demarcação da TI Igarapé Lourdes, dos povos Arara e Gavião, e da TI Roosevelt, dos Cinta Larga. Entretanto, como nos lembra Itabira Gapoi Suruí: "essa Plantel, uma empresa que cuidava naquele tempo da demarcação, demarcava as terras do INCRA também. Era uma empresa particular ligada ao governo" (PAPPIANI; LACERDA, 2016, p. 121). No desvendar da trama que resultou a demarcação da TI Igarapé Lourdes, a pesquisadora Lediane Fani Felzke nos revela documentos do grupo de trabalho instituído pela FUNAI para acompanhar as demarcações, em que informa:

> Após uma explicação detalhada na área, com apresentação de vários mapas em diversas escalas, incluindo os de navegação utilizados pela F.A.B., por mim adquiridos no Rio, chegamos a um comum acordo da área necessária à sobrevivência dos índios nos Postos Indígenas: IGARAPÉ LOURDES (grifo meu), 7 de SETEMBRO e ROOSEVELT, sem nenhuma preocupação do que por ali pudesse existir, INCRA, ITAPORANGA, GRILEIROS (sic), etc. (FUNAI, 1975 *apud* FELZKE, 2017, p. 295).

Embora seja necessário o aprofundamento e mais pesquisas, é possível levantar a hipótese de que a equipe de demarcação da empresa Plantel S/A chegou às aldeias, ciente dos limites a serem demarcados, com vistas a garantir a propriedade de posseiros e da Cia. Colonizadora Itaporanga.

Considerações finais

O fruto da interação entre indígenas e não indígenas estabeleceu um marco na história do povo Paiter Suruí. Além de disputas, invasões e conflitos, houve a criação da Terra Indígena Sete de Setembro. O contato com os não índios alterou profundamente as relações interétnicas com os povos vizinhos e dentro da própria comunidade Suruí. Tais alterações serão temas para futuras pesquisas.

Referências

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

BROWDER, J. O. **Madeireiros na mata pluvial-tropical**: uma política econômica de extração madeireira e troca desigual na Amazônia brasileira. Tradução: Brent H. Millikan. Porto Velho-RO, dez. 1986

CRUZ, Montezuma. Assassinato de cacique - uma história que se repete. Agência Amazonas. **Jornal de Brasília**, Brasília, 26 jun. 2006.

FELZKE, Lediane Fani. **Dança e imortalidade**: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. 2017. 324 p. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FERRONATO, Marcelo Lucian; NUNES, R. de O. A exploração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro, Cacoal. **Revista Facimed**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2010.

ISIDORO, Edinéia Aparecida. **Situação sociolinguística do povo Arara**: uma história de luta e resistência. 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2006.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasilia: EMBRAPA-SPI, 1994

MINDLIN, Betty. **Nos Paiter**. os Suruí de Rondônia. Petrópolis: Vozes, 1985.

PAPPIANI, Ângela; LACERDA, Inimá (Org.). **Histórias do começo e do fim do mundo** – o contato do povo Paiter Suruí. São Paulo: Ikorẽ, 2016.

PUCCI, Magda D. **A arte oral Paiter Suruí de Rondônia**. 2009. 357 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e Línguas Indígenas do Brasil. **Educação e Ciências Sociais**, Centro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, ano II, v. 2, n. 6, p. 4-102, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil**: 1930-1967. Goiânia: UFG, 2003.

VILAÇA, Aparecida. **Quem somos nós**: os Wari' encontram os brancos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

11

A fronteira econômica da Amazônia sul-ocidental: formas de expansão, conflitos e usurpação do território

Silvio Simione da Silva
Universidade Federal do Acre
ssimione@gmail.com

RESUMO

O propósito deste trabalho é compreender como a atual expansão da fronteira econômica, sob o avanço do agronegócio, fomenta transformações na produção do espaço regional, promovendo formação de zonas de fortes conflitos e aceitações. Recorreu-se ao levantamento de informações noticiadas em jornais; conversas informais; revisão bibliográfica e documental; acesso ao acervo de informações da CPT/AC; trabalhos de campo. Notou-se que esta região tem sido atingida por frentes de expansão da fronteira econômica brasileira desde a década de 1960, com as correntes migratórias vindas do Centro-sul brasileiro. Atualmente, isto ocorre também pelos rearranjos de forças internas, saído das áreas rurais antigas tomadas pelo agronegócio e buscando novas áreas florestais. Portanto, a fronteira revive um novo momento de articulação interna, com os conflitos ganhando formas mais amplas, produzindo cenários diversos de frações territoriais com ações promovidas pelo agronegócio sobre áreas já transformadas, mas avançando sobre trechos florestais, ocupados por nativos e camponeses.

Palavras-chave: Fronteira Econômica. Conflito. Agronegócio. Resistência camponesa. Amazônia.

Introdução

A Amazônia Sul-Ocidental (Figura 1) tem sido atingida por frentes de expansão da fronteira econômica brasileira desde a década de 1970, sendo estas com características bastantes diversas no tempo e no espaço de sua formação. Nas três últimas décadas do século passado, o processo

foi marcado pelas correntes migratórias vindas do Centro-Sul, como parte da transferência de excedentes populacionais de outras regiões, junto à ação de investidores, especuladores e grileiros de terra. Assim, se tratando de áreas já ocupadas por povos nativos e posseiros seculares, o conflito esteve na raiz desta formação territorial.

Atualmente, passados mais de quatro décadas deste início conflituoso, a fronteira revive um novo momento de articulação interna, em que os conflitos ganham formas mais diversificadas. Caracterizando-se por cenários diversos em frações territoriais que vão desde ações promovidas pelo agronegócio de grãos já estabelecidos, áreas de agropecuárias que estão sendo tomadas, até aquelas em que se avança sobre áreas florestais ocupadas por nativos e camponesas.

É neste universo de ações complexas que se consolida áreas de expansão do capitalismo agrário, sob um peso muito forte de conflitos que se caracterizam desde a luta por terra de trabalho, até às ações de usurpações territoriais de camponeses e populações tradicionais por agentes do capitalismo agrário (SILVA, 2005; OLIVEIRA, 2016). Em tudo isto, já se vê assentar a territorialização de renovadas feições da questão agrária regional, nestas três décadas iniciais do século XXI.

Figura 1 – Amazônia Sul-Ocidental
– eixos rodoviários como fator da expansão de fronteira

Fonte: DNIT – Mapas Multimodais Google Maps.
Desenho e reelaboração: autor, 2022.

Assim, este trabalho, vem como parte de um estudo sobre as novas feições espaciais da reprodução do espaço em áreas da atual fronteira da Amazônia Sul-Ocidental, visando focar nos tipos e formas de conflitos que têm marcado este processo em tempos mais recentes. Entende-se que a dinâmica da ocupação desta fronteira já remonta há mais de um século; contudo, aqui optamos por tratar mais especificamente da situação nestas décadas iniciais do século XXI, sem, logicamente, negar seus princípios que remonta às décadas finais do século XX.

De modo geral, o foco do estudo situa-se neste universo de ações complexas, que vai desde a luta por terra de trabalho até ações de usurpações territoriais. Com isto, pode-se compreender as faces geográficas em que se configura os conflitos em cada uma das frações territoriais, dinamizando o momento atual da fronteira perante as novas formas de inserção regional na economia nacional e global.

Desenvolvimento

Parte-se do princípio de que o território da fronteira econômica referida já era ocupado por populações nativas e, depois, pelas frentes pioneiras extrativistas da borracha desde os finais do século XIX (SILVA, 2005). Após 1960, passou a ser articulada pela dinâmica da fronteira econômica agropecuária, vinda do Centro sul para o Norte e Oeste em solos amazônicos,como forma de expansão por ocupação e incorporação de novos espaços agrários ao processo produtivo. Isto se deu por expropriação e usurpação de territórios vividos por populações locais; mais uma vez, firma o conflito na raiz da formação da fronteira.

É neste quadro socioespacial que destacamos o vetor formado pelos eixos de rodovias como a BR-174, junto à BR-364. Este eixo, cortando o extremo oeste do Mato Grosso, segue-se por Rondônia e finaliza no Acre, onde se integra com a BR-317, incorporando o sul do Estado do Amazonas. Assim, descrevem um circuito de expansão e povoamento pela fronteira agropecuária que remonta aos anos de 1960/70. Estes circuitos rodoviários, desde então, vem se caracterizando um vetor de indução ao agronegócio, mas também como uma veia aberta aos conflitos agrários no coração Sul-ocidental da Amazônia, desde finais da década de 1970.

Desta forma, pode-se dizer que no processo de formação regional as raízes dos conflitos sempre estiveram como parte das novas dinâmicas que se implantavam na reprodução socioespacial, sempre negando as formas de ocupações pretéritas tanto dos indígenas, como dos seringueiros e, até mesmo, dos colonos que chegaram já nas décadas finais do século

passado. Isto transformou esta região em área de fortes tensões sociais que perduraram pelas décadas seguintes, vindo a diminuir nos finais do século passado e início deste.

Contudo, vencidas estas fases finais do século passado, a faixa de encontro entre áreas ocupadas e áreas de florestas, onde o extrativismo da borracha se esgotou, ainda permaneceu como espaços potenciais para continuidade da expansão agropecuária. Sendo que nos limites destas estão incorporados trechos florestais (inclusive, em Unidades de Conservação - UC e Terras Indígenas – TI) que continuou, embora mais lentamente, sendo tomadas por agentes da fronteira agropecuária (CPT, 2021).

Por isto, os focos de conflitos perpetuariam e, frente às novas articulações da fronteira neste início de século XXI, tornaram-se mais intensos, desenhando rastros de violência e morte que chegam aos dias atuais, sobretudo, no território sul amazonense, mas articulado como agentes da situação vindos do Acre e Rondônia em busca de novas terras para expansão de seus negócios.

É nisto que se vê a formação de novas áreas como "zonas de atritos" nesta reformulação da fronteira econômica, onde a pressão se põe intensamente sobre áreas de expansão do agronegócio como também pela busca de terra de trabalho por camponeses (sujeitos expropriados da terra que foram assentando em outras épocas), posseiros ou assentados, em áreas procuradas por agentes capitalistas que visam requerer a terra para expandir seus domínios fundiários por meios legais e ilegais como a grilagem (OLIVEIRA, 2016).

Tudo isto tem nos levado a compreender que o avanço destas frentes de ocupação por forças do capital, feitas ao longo dos séculos, ocorreu sempre como forma de usurpar as terras já territorializadas pelos povos originários, comunidades tradicionais e camponeses. São terras de populações nativas e camponesas que já ocupavam os territórios, ou mesmo terras públicas ainda não destinadas. Com isto, vê-se que, mesmo fazendo parte do processo de expansão da fronteira econômica, os camponeses e povos nativos são integrados ao modo de vida da sociedade hegemônica, seja na condição de assentados, na luta pela terra de trabalho, ou mesmo expropriados, como vítimas das ações de grilagens especulações (OLIVEIRA, 2016) e finalmente, de mecanismo operados pelo Estado, que se mostra conivente à usurpação de áreas já ocupadas pelo conjunto de trabalhadores. Territorialmente, este é um processo que vai muito além das fronteiras políticas da Amazônia Brasileira, atingindo outros países do Pan-Amazônia.

Considerações finais

Podemos falar que o avanço de fronteira(s), desde o princípio até o momento atual, sempre se deu por formas de conflitos e violências sociais, impactos ambientais nas diversas fases de construção e reconstrução deste território. Nisto é pertinente tratarmos os mecanismos de usurpação de território no processo de incorporação de novas áreas rurais pela lógica imposta pelo capital agropecuário em sua apropriação do espaço amazônico. Vimos como isso ocorre, mesmo com formas diversificadas de uso do espaço, dado às temporalidades distintas nas quais se articulam a dinâmica dessa fronteira, formando "frações territoriais" em que há marcas de diferentes condições que o capitalismo se impôs e impõe na sua reprodução socioespacial e socioterritorial.

Portanto, considerando que o processo de formação da fronteira é feito por ações de legalidades e ilegalidades, podemos dizer que a construção socioterritorial que daí se deriva traz em si condições básicas centrais de um processo que é usurpador de territórios, no qual os conflitos constituem as marcas dessas dinâmicas.

As raízes da formação amazônica recente não são diferentes de tempos pretéritos, colocando-se como formas de disputas por áreas em que muitas propriedades que se formam constituem-se em produtos de ações ilegais, mas que com o tempo e por mecanismo diversos os próprios órgãos públicos dos estados os reconhecem, dando um legalidades documental.

Tais situações marcam o descrédito das leis agrárias e as fragilidades dos órgãos públicos em agirem pela formação legal de todas as propriedades fundiárias do país. Contudo, ações de usurpação, também provém de políticas públicas em grandes projetos desenvolvimentistas que ocupam ou deslocam populações de áreas onde já viviam há muito tempo.

Referências

BRASIL, Presidência da República do. **Lei n. 8.176, de 8 de fevereiro de 1991** – Código Penal. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1991. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8176.htm. Acesso em: jan. 2023.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**. Goiânia: Centro de documentação Dom Tomas Balduíno, CPT Nacional, 2010, 2016, 2021.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Geografia do atrito**: dialética espacial e violência em Campinas-SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Conflitos no Campo Brasil** 2015, p. 28-42, 2016

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade Amazônica-acreana. Presidente Prudente: [s.n.], 2005.

12

Sobreposição do Cadastro Ambiental Rural: cenário na fronteira sul do Amazonas nos municípios de Boca do Acre e Lábrea

Daniel Alves de Araujo Filho
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
dfilho02@gmail.com

Aline Lessa de Souza
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
alinelessa@ufam.edu.br

Rakcelainy Mendonça Beleza
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
rakybeleza98@gmail.com

Viviane Vidal da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
vivianevidal@ufam.edu.br

RESUMO

Em 2012, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi implementado como uma política de conservação ambiental conforme as alterações no Código Florestal. No entanto, a sobreposição entre áreas declaradas pelos imóveis rurais e áreas públicas se tornou um desafio. Esta pesquisa visa analisar os conflitos territoriais resultantes do CAR no sul do Amazonas. Como metodologia foram utilizados dados espaciais digitais e o software ArcGIS, para gerar mapas representando os conflitos e a área calculada de sobreposição entre o CAR e as áreas de florestas públicas. Os resultados revelam que apro-

ximadamente 40% e 43% das áreas de imóveis rurais nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, respectivamente, estão sobrepostas a Unidades de Conservação (UCs). Essa sobreposição apresenta implicações preocupantes, permitindo ocupações irregulares de terras e contribuindo para a degradação ambiental e exploração ilegal de recursos naturais.

Palavras-chave: Amazônia; Desmatamento; Unidades de Conservação.

Introdução

O desenvolvimento econômico da Amazônia passou nas últimas três décadas por duas visões antagônicas: de um lado, a criação de Unidades de Conservação visou proteger grandes extensões de florestas, e por outro, um modelo de desenvolvimento, que inclui a pecuária, mineração e agricultura, que vem avançando, intensificando a exploração e expropriação da natureza (NOBRE, 2019).

Essa exploração resultou no desmatamento das áreas originalmente cobertas pela Floresta Tropical, o que levou à tentativa de conciliar políticas desenvolvimentistas com poucas políticas ambientais. Uma das iniciativas nesse sentido foi a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a partir de 2005, contribuindo para o controle do desmatamento na região.

Em 2012, por iniciativa da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, foram realizadas modificações no Código Florestal, Lei Federal 12.651/2012, estabelecendo a necessidade de realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR foi regulamentado pelo decreto 7.830/2012, que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SFB, 2022), responsável por integrar o CAR de todas as Unidades da Federação. O CAR é um registro obrigatório para todos os imóveis agrários situados em áreas cadastráveis, excluindo as Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) de domínio público e áreas urbanas. As informações ambientais contidas no CAR compõem uma base de dados essencial para o controle, monitoramento, planejamento ambiental, econômico e combate ao desmatamento (FARIAS *et al.*, 2018).

Atualmente, o Brasil já possui 6,5 milhões de imóveis rurais cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural, totalizando uma área de 618.821.449 hectares. O estado do Amazonas conta com 68.081 imóveis cadastrados (SICAR, 2022). No entanto, embora o CAR não represente um registro fundiário, sua implementação permite que grileiros e invasores se beneficiem indevidamente.

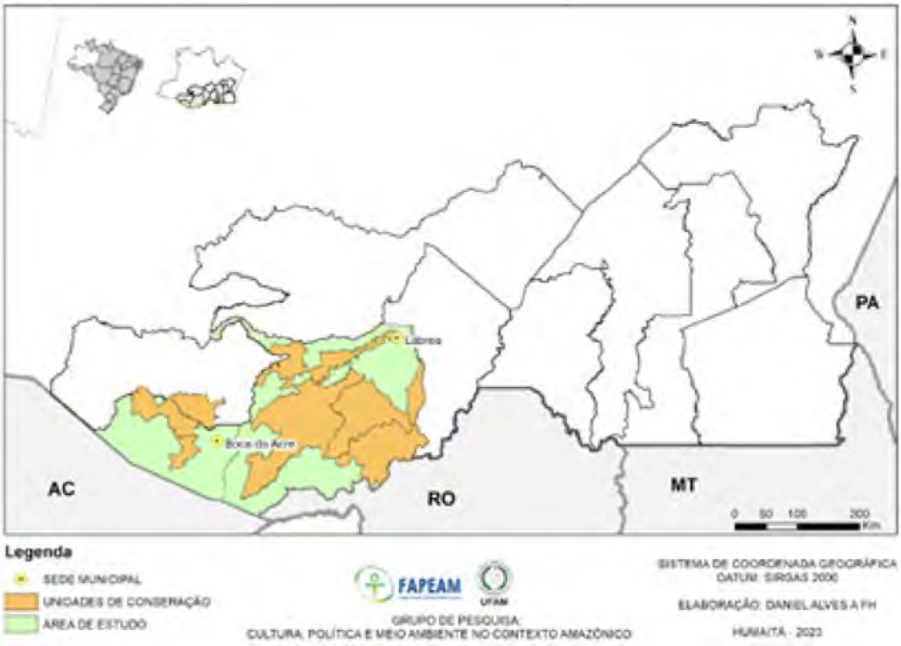
Para garantir a efetividade do CAR, é fundamental avaliar a situação do cadastro em áreas críticas, como a fronteira sul do estado do

Amazonas. Este trabalho tem como objetivo central analisar as sobreposições do Cadastro Ambiental Rural em áreas protegidas, com foco nos municípios de Boca do Acre e Lábrea.

Metodologia

O estudo foi conduzido nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, localizados no sul do estado do Amazonas, abrangendo a Região Geográfica Intermediária de Lábrea conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Figura 1 – Mapa de localização (2023)



Fonte: Araújo Filho (2021)

A metodologia adotada neste estudo utilizou técnicas de geoprocessamento para quantificar as sobreposições nas unidades de conservação desses municípios. Foram obtidas informações precisas sobre as unidades de conservação e os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

foram adquiridos por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

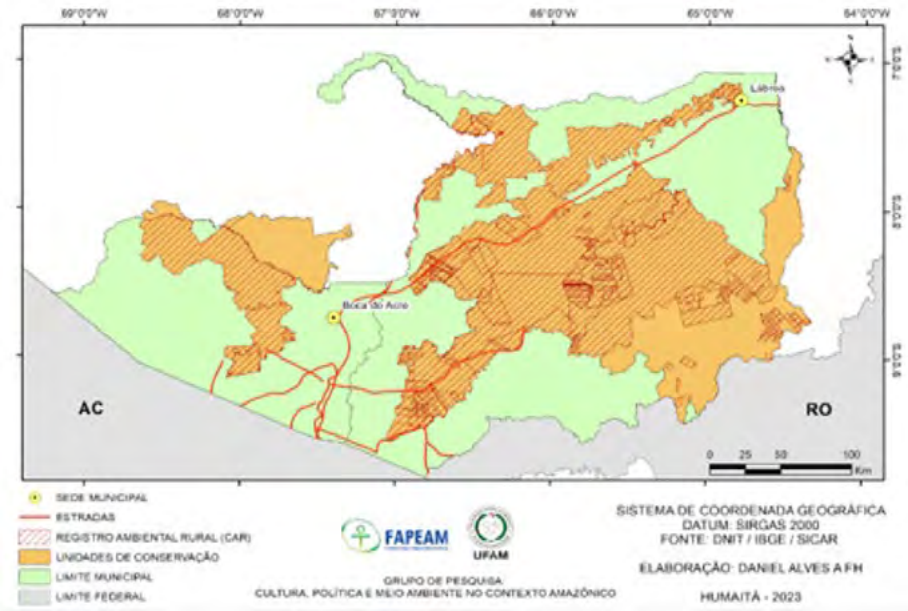
Os limites geográficos das unidades de conservação e dos imóveis rurais foram sobrepostos para identificar as áreas de sobreposição. Em seguida, foram realizadas análises para avaliar as implicações ambientais e socioambientais decorrentes dessas sobreposições.

Resultados e discussão

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um importante instrumento de monitoramento e controle de atividades agrícolas em regiões de fronteira, especialmente na Amazônia, onde a exploração ilegal de recursos naturais é um problema recorrente. No entanto, a sobreposição entre Unidades de Conservação (UCs) e imóveis rurais registrados no CAR tem sido motivo de preocupação. Embora o CAR não seja um registro fundiário, tem sido utilizado como uma forma de legitimar ocupações irregulares de terras, incluindo áreas que incidem sobre UCs.

A presença de ocupantes nessas áreas é evidente, e muitas vezes esses ocupantes estabelecem contratos verbais com grileiros e invasores de terras para explorar os recursos madeireiros sob seu controle, contribuindo para o desmatamento da floresta. Embora a responsabilidade de fiscalização e proteção das UCs seja do Poder Público, ainda ocorrem ocupações irregulares e tentativas de "legalizar" essas áreas por parte dos ocupantes conforme figura 2.

Figura 2 – Sobreposições do CAR (2023)



Fonte: Araújo Filho (2021)

Análises mostram que aproximadamente 40% e 43% das áreas de imóveis rurais nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, respectivamente, estão sobrepostas às UCs, o que contribui para a degradação ambiental e a exploração ilegal de recursos naturais. É necessário, portanto, um maior controle e monitoramento por parte das autoridades competentes para garantir a proteção dessas áreas e a conservação do meio ambiente.

Quadro 1 – Quantitativo de áreas (2019)

Classes Boca do Acre	Soma de áreas (hectares)	%
Imóveis Car	520796,1156	40,54%
Floresta Nacional de Mapis Inauin	371639,0278	28,93%
Floresta Nacional de Purus	257610,5348	20,05%
Reserva Extrativista Arapixi	134550,9672	10,47%
Total geral	**1284596,645**	**100,00%**

Classes Lábrea	Soma de áreas (hectares)	%
Imóveis Car	4695258,39	43,82%
Estação Ecológica	89364,60	0,83%
Floresta Nacional de Balata-Tufari	1087510,00	10,15%
Floresta Nacional do Iquiri	1474870,00	13,76%
Parque Nacional Mapinguari	1785840,00	16,67%
Reserva Extrativista Canutama	198943,00	1,86%
Reserva Extrativista do Médio Purus	605363,00	5,65%
Reserva Extrativista Ituxi	778939,00	7,27%
Total geral	**10716087,99**	**100,00%**

Fonte: Araújo Filho (2023)

Considerações finais

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento importante para monitorar e controlar as atividades agrícolas em regiões de fronteira, como a Amazônia. No entanto, a sobreposição entre imóveis rurais e Unidades de Conservação (UCs) registrados no CAR tem sido preocupante, permitindo ocupações irregulares de terras. Isso contribui para a degradação ambiental e exploração ilegal de recursos naturais. É crucial aumentar o controle e monitoramento das autoridades para proteger essas áreas e promover a conservação ambiental na região.

Agradecimentos

O primeiro e a segunda autora agradecem, respectivamente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica e de Pós-Doutorado.

Referências

BRASIL, TRABALHO INTERMINISTERIAL, Grupo Permanente *et al.* **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal** (PPCDAm): 3ª Fase (2012-2015): pelo uso sustentável e conservação da floresta. 2013.

BRASIL, Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. **Institui o novo código florestal brasileiro.** [2] BRASIL. Lei n. 20.922, de 16 de outubro de 2013.

BRASIL, SICAR - **Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: www.car.gov.br/#/. Acesso em: 8 maio 2023.

FARIAS, Monique *et al.* Potencial do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no controle do desmatamento em assentamentos no município de Novo Repartimento (PA). **GOT Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 14, p. 179, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE | **Portal do IBGE**. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 12 jun. 2022.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. Projeto "Amazônia 4.0" Definindo uma terceira via para a Amazônia. **Futuribles,** São Paulo 2, 7-20, 2019.

13

Amazônia: a fronteira entre pecuarização e os direitos humanos

Francisco Gomes da Rocha
Universidade Federal do Acre - UFAC
fco.g.rocha@gmail.com

Silvio Simione da Silva
Universidade Federal do Acre - UFAC
ssimione@gmail.com

RESUMO

A Amazônia tem sido amplamente discutida, estudada e noticiada no Brasil e no exterior, afinal, chama a atenção do mundo, dado sua dimensão, diversidade e relevância do seu bioma. O desmatamento ilegal das florestas e as queimadas causam repugnância global. A pecuária, atividade que mais cresceu nos últimos sessenta anos na região, é responsável pela maior destruição do bioma, posto que responde por cerca de 75% do desmatamento. A legislação ambiental brasileira trouxe alguns avanços em termos de preservação, não obstante as constantes violações de direitos das populações tradicionais. Via de regra, os governos federal e locais não têm implementado projetos e programas que realmente priorizem a região e sua população. Os modelos de desenvolvimento implantados são ambientalmente predatórios e socialmente excludentes. O processo de ocupação e exploração da Amazônia foi conduzido pelo grande capital e assentado na grilagem, expropriação e violação de direitos das populações tradicionais da região.

Palavras-chave: Pecuarização. Legislação Ambiental. Desmatamento Ilegal. Direitos Humanos.

Introdução

O propósito deste estudo é promover reflexões sobre a implementação da pecuária na região amazônica, verificando os impactos ambientais causados por esta atividade. Para isto, buscou-se ver como a produção deste espaço está se dando, em detrimento à legislação ambiental brasileira, provocando violações a direitos fundamentais das populações desta região. Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados junto a algumas instituições públicas, no intuito de fundamentar o estudo, enfatizando a construção de novos espaços na região, notadamente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI.

Consideramos que o processo de povoamento da Amazônia, por povos não indígenas, deve ser visto como produto da expansão do capitalismo na região. Com isso, podem-se notar as articulações do capital na promoção das reproduções do espaço para viabilizar a exploração dos recursos naturais da região. Entre essas articulações, percebeu-se que a construção de rodovias foi a mais impactante das estratégias implementadas. Com isso, o transporte fluvial pereceu perante a abertura das estradas e a chegada dos automóveis, símbolo da modernidade e do progresso, a partir da segunda metade do século XX. Assim, é imprescindível que se compreenda de forma mais aprofundada a relação que se estabeleceu entre a integração rodoviária da Amazônia com as demais regiões do Brasil, o avassalador crescimento da pecuária e, de forma proporcional, o desmatamento, quase sempre ilegal, em afronta aos direitos e a dignidade das populações locais.

O avanço da pecuária e as violações aos direitos humanos

Quando se fala em região Amazônica, faz-se referência em primeiro lugar, às riquezas naturais existentes e o potencial volume de negócios a serem gerados a partir de sua exploração. Como forma de justificar a supressão destes recursos, adota-se o discurso de desenvolvimento econômico e social. Analisando de forma mais profunda os projetos idealizados para a Amazônia, verificamos que o objetivo principal, não obstante o corolário ideológico, sempre foi prioritariamente exploratório.

Lamentavelmente, as atividades econômicas que predominaram na Região, notadamente a partir da segunda metade do século XX, seguiram uma lógica neocolonialista de ocupação, expropriação, massacre e apropriação das riquezas. Implementou-se atividades altamente predatórias ao meio ambiente e, via de regra, sob o manto da ilegalidade. A estra-

tégia foi um sucesso total, implantou-se na região atividades que satisfizeram os interesses do grande capital. Como bem observou Goncalves (2018), a Amazônia ocupava uma posição periférica no interior de um país periférico, de modo que, os projetos de exploração e mesmo as concepções sobre a região são externas a ela.

Com base neste cenário é que Gonçalves, (2018 p. 26), acertadamente, fala em uma espécie de "colonialismo interno da Amazônia", isso porque, as políticas implementadas para a região sempre foram impostas de fora para dentro e com o intuito de atender as necessidades externas, inicialmente em relação a outros países e posteriormente, também em relação a outras regiões brasileiras. Considerando o contexto histórico em referência, não seria exagero afirmar que até recentemente predominou uma espécie de geopolítica colonial para a Amazônia, a partir, inicialmente da Europa e, posteriormente, de Brasília e região Sudeste.

Sob o discurso de vazio demográfico, não obstante a ocupação dos povos nativos, implementou-se na Amazônia, atividades econômicas ambientalmente predatórias e socialmente excludentes. Direito à vida, propriedade, à dignidade, a ser reconhecido como pessoa, entre outros, foram constantemente negados aos povos nativos, notadamente os indígenas.

A pecuária, ao tornar-se a atividade econômica predominante na Amazônia, potencializou o desmatamento, de modo que nos últimos 40 anos, desmatou 49 vezes mais que em toda história do Brasil, ou seja, cada década pós rodovias, desmatou-se o equivalente a um século anteriores a elas, a supressão das florestas decuplicou.

Ao refletir sobre o assunto, Becker (2005, p. 73) afirma que: "Todos sabem como o projeto de integração nacional acarretou perversidades em termos ambientais e sociais". Em termos de desmatamento, a pecuária é de longe a atividade que lidera as estatísticas, trazendo consigo graves violações aos direitos humanos e ao meio ambiente. O sucesso da pecuária na Amazônia deve-se a uma conjugação de fatores que beneficiaram os governos locais e governo federal e ao grande capital, muito embora, mais recentemente, tenha chegado à pequena propriedade.

Aos governos, a possibilidade de maior controle sobre a cobrança dos impostos e ao grande capital, interessa a baixa densidade demográfica, viabilizando seu projeto de ocupação, sem fiscalização rigorosa e grandes convulsões sociais e com oferta de créditos e incentivos fiscais.

A professora Loureiro (2009, p. 58/59) faz esta análise de forma magistral, chamando atenção para a questão dos benefícios da pecuária para os governos, mas também acusando os danos ambientais ocasionados pela atividade: "se os governos dos estados consideram a pecuária [...]

rentável, é somente porque não contabiliza os danos ambientais [...]; e porque recolhem impostos através dela, o que não conseguem fazer igual com as atividades tradicionais".

A alta produtividade e a qualidade da carne estão associadas respectivamente ao baixo preço da terra e ao elevado nível da pastagem, dado ao alto índice pluviométrico e as extensões das propriedades. Isto assegura uma alimentação de qualidade e em quantidade adequada para o rebanho, o que resulta em carne de excelência. Foi a conjugação destes fatores que resultou na pecuarização da Amazônia.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros, assegura o direito à propriedade e a saúde e bem-estar, o que vem sendo violado na região Amazônica em decorrência da expansão das atividades econômicas, especialmente a pecuária, uma vez que esta se expandiu através da expropriação das populações tradicionais e da grilagem de terras.

Cabe ressaltar que a Constituição brasileira de 1988 no Art. 225 determina que todos temos o direito de usufruir de um meio ambiente equilibrado e saudável. Para viabilizar este direito o legislador pátrio aprovou a Lei n. 12.651 de 24 de maio de 2012, que ficou conhecida como o "Novo Código Florestal Brasileiro" e que instituiu, entre outros, institutos como a Reserva Legal e o CAR – Cadastro Ambiental Rural.

Setores tradicionais da economia brasileira, em especial o agronegócio, que representam o grande capital, fizeram forte lobby contra a aprovação desta legislação. O principal argumento utilizado foi que caso aprovada a área de reserva legal nos termos propostos comprometeria o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo da região amazônica. Contudo, produzir riqueza não é sinônimo de desenvolvimento econômico, principalmente nos moldes que tem ocorrido na região Amazônica. Não há desenvolvimento de qualquer natureza quando a acumulação de capital é decorrente da depredação indiscriminada da natureza, da grilagem de terras e da expropriação das populações tradicionais.

Em linhas gerais, o Novo Código Florestal estabeleceu as normas sobre a proteção da vegetação nativa, inseridas aí as Áreas de Preservação Permanente, a Reserva Legal e as áreas de uso restrito. A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, também disciplina a exploração e controle dos recursos naturais e sua proteção.

No caso da Amazônia Legal, objeto de estudo da nossa pesquisa, a reserva legal foi fixada em 80% da área do imóvel rural, o que representa, em geral, um percentual 75% superior à média das demais regiões.

Estudos e pesquisas recentes comprovam que o desgaste ambiental ocasionado pelo modelo de desenvolvimento econômico capitalista

gera desequilíbrio natural, que por sua vez, resulta em crises mais acentuadas, seja de ordem ambiental, social, econômica e de direito, pois como alertou Becker (2005, p. 72) entre as riquezas que impera na Amazônia também está o "*saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser mais bem utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e regional".

Assim, pelas posições críticas expostas pela autora mencionada, pode-se afirmar ser necessário modificar o padrão de desenvolvimento para a Amazônia, de modo que os direitos das populações sejam respeitados e a concepção de desenvolvimento atenda aos interesses da região e seus habitantes.

Conclusão

Viu-se que a partir da segunda metade do século XX, notadamente após o Golpe de 1964, sob o discurso de Integração Nacional, a Amazônia foi rasgada pelas estradas e o ritmo frenético da exploração capitalista se impôs. O propalado progresso para a região foi via de mão única, servindo quase que exclusivamente para levar a madeira, o ouro, a carne e outras riquezas, sem contrapartidas significativas.

A pecuária foi introduzida em ritmo acelerado. Não menos veloz foi o ritmo da destruição do bioma amazônico, principalmente o desmatamento florestal. Leis ambientais foram aprovadas. Criou-se os institutos da reserva legal e Cadastro Ambiental Rural, com a obrigatoriedade de preservação de 80% da área de uma propriedade e o propósito de fiscalização, respectivamente, que apenas atenuaram a degradação ambiental, mas não atacou de frente as graves violações aos direitos humanos que massacraram as populações tradicionais da Amazônia brasileira.

Conclui-se que o projeto de desenvolvimento implantado na Amazônia foi predatório para o meio ambiente, de exclusão social e assentado em transgressões de direitos. Portanto, não houve um projeto de desenvolvimento para a Amazônia e sua população e sim um processo de apropriação de suas riquezas pelo grande capital, facilitado pelo Estado brasileiro e à revelia de sua gente e seus direitos.

Agradecimentos

À Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco Acre – SEME, de onde sou funcionário e à Fundação CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, o que viabilizou minha participação no PPGEO/UFAC.

Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo código florestal brasileiro. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

14

Fronteira e desmatamento no noroeste de Rondônia: impactos nas áreas protegidas entre as rodovias BR-364, BR-421 e BR-425

Luciano Ítalo Tavares de Souza
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
lucianoits22@gmail.com

RESUMO

As metamorfoses espaciais que transformam áreas naturais em territórios da capital no norte/noroeste de Rondônia ganharam força na ótica do Estado e dos agentes hegemônicos que produzem a expansão da fronteira agropecuária. O objetivo deste estudo foi relacionar a fronteira agropecuária e o desmatamento nas áreas protegidas no norte/noroeste do estado, qualificando os impactos socioterritoriais nas TIs Igarapé Ribeirão, Karitiana e Karipuna e nas UCs FLONA do Bom Futuro e RESEX Jaci-Paraná. O município de Porto Velho apresenta o maior efetivo bovino, com 1.353.947 animais e o maior volume de madeira extraída, 936.212 m³. Ademais, o desmatamento acumulado nas áreas protegidas no entorno das rodovias foi de 175.474 ha em 2022. Logo, os dados implicam iniciativas de instituições favoráveis aos direitos humanos e territoriais dos povos amazônicos.

Palavras-chave: Fronteira agropecuária. Impactos Socioterritoriais. Áreas Protegidas.

Introdução

As metamorfoses espaciais no espaço agrário do norte/noroeste de Rondônia se estruturam a partir da transformação de áreas naturais em territórios do capital para a reprodução social e econômica dos agentes hegemônicos. Destaca-se, nesse panorama, a pecuária bovina que, sendo deslocada por conta da expansão da soja, abre caminhos em áreas pouco desmatadas e com formações florestais originárias (COSTA SILVA, 2016),

somando-se a extração legal e ilegal de madeira que acompanha o deslocamento da fronteira agropecuária (MICHALSKI, 2018).

O objetivo deste artigo é analisar os impactos socioterritoriais causados pela expansão da fronteira, evidenciada nas ações de fazendeiros, grileiros e outros agentes, praticadas no entorno de áreas protegidas no norte/noroeste de Rondônia.

A área de estudo compreende três Terras Indígenas (Karipuna, Karitiana e Igarapé Ribeirão) e duas Unidades de Conservação (Reserva Extrativista Jacy-Paraná e Floresta Nacional do Bom Futuro), localizadas na área de influência das rodovias BR-364, BR-421 e BR-425. As ações dos agentes hegemônicos e os modos de vida dos povos amazônicos retratam uma dialética que leva em conta o uso, apropriação, produção, ordenamento e organização (SANTOS, 1994).

Metodologia

Adota-se a pesquisa quali-quantitativa e cartográfica, com análises bibliográficas e dados estatísticos relacionados aos conceitos de território usado, descrevendo o uso e apropriação do território por diferentes agentes (SANTOS, 1994); e de fronteira, que se refere ao espaço do conflito (MARTINS, 1997), o limite entre a visão do capital e os modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais (COSTA SILVA, 2015; COSTA SILVA; CONCEIÇÃO, 2017).

Adota-se o método dialético, o qual propicia o caminho para a compreensão da produção do espaço agrário e transformações dos territórios protegidos. Os dados serão sistematizados à luz das abordagens epistemológicas da ciência geográfica.

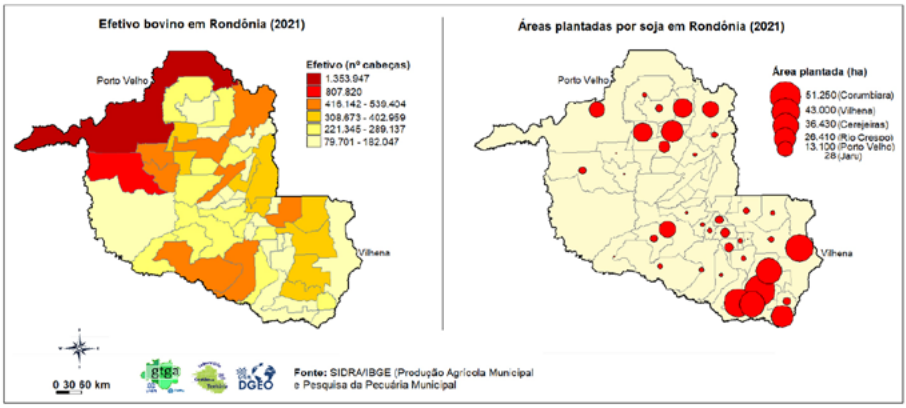
A fronteira agropecuária avança no Norte de Rondônia

A soja, a pecuária e a exploração madeireira avançam no norte de Rondônia. Essa dinâmica se estabelece a partir do aumento da produção de grãos no cone sul do estado por volta da década de 1990, fator que resulta no deslocamento das pastagens (MICHALSKI; BORGES, 2022) em direção ao norte do estado de modo que esta transforme, junto à extração madeireira, áreas naturais em pastagens.

A figura 1 retrata a relação espacial entre áreas de grãos e o efetivo bovino municipal, apontando as zonas de concentração das variáveis.

Visto que o cone sul do estado se qualifica como o epicentro da soja, a nova área de expansão está inserida na microrregião de Ariquemes, condição que impulsiona o deslocamento da pecuária para o norte, tornando Porto Velho e Nova Mamoré líderes no efetivo bovino estadual.

Figura 1 – Áreas plantadas de soja (ha)
e efetivo bovino(unidades) em Rondônia (2021)

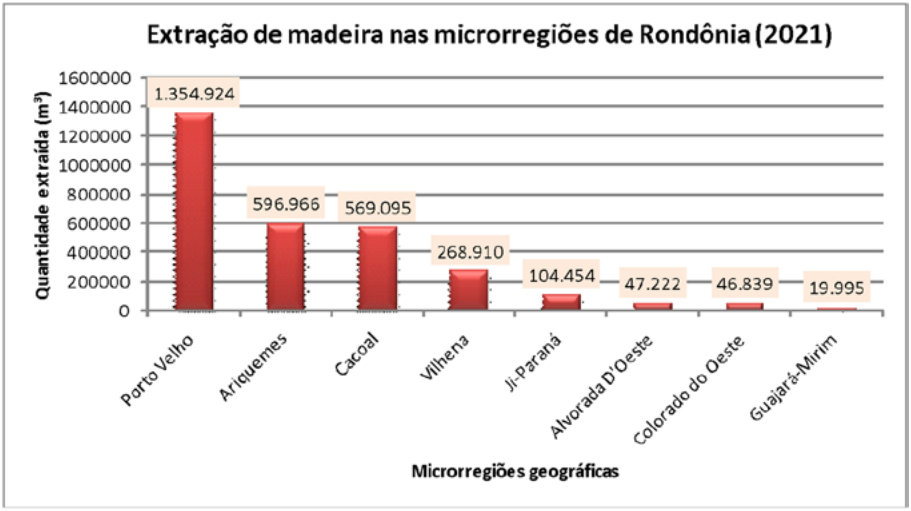


Fonte: PAM/IBGE e PPM/IBGE (2021)
– organizado pelo autor (2023)

Segundo o IBGE (2021), as áreas destinadas à soja abrangem trinta e nove municípios, atingindo um total de 400.459 hectares. Os municípios da nova zona de expansão, Rio Crespo, Cujubim, Alto Paraíso, Machadinho d'Oeste, Porto Velho e Ariquemes, somam 99.662 hectares de áreas plantadas de soja. O efetivo bovino estadual soma 15.110.301 animais, dentre os quais 2.701.171 ocupam os municípios de Porto Velho (1.353.947), Nova Mamoré (807.820) e Buritis (539.404), que contêm os maiores efetivos e que abrangem as áreas protegidas em estudo.

Rondônia apresenta um dos maiores índices de desmatamento no Brasil em virtude de práticas não-sustentáveis de atividades econômicas ligadas à agropecuária e exploração madeireira, assim como o crescimento demográfico sem planejamento de ocupação (PEDLOWSKI *et al*, 2005). De acordo com o cartograma da figura 2, as informações obtidas através dos dados do IBGE ilustram a forte presença da exploração madeireira no município de Porto Velho no ano de 2021.

Figura 2 – Extração madeireira (m³)
em Rondônia - microrregiões (2021)



Fonte: PEVS/IBGE (2021)
– organizado pelo autor (2023)

Dos 3.008.405 m³ de madeira extraídos no estado em 2021, segundo o IBGE, 45% são da microrregião de Porto Velho (1.354.924 m³), ficando a microrregião de Ariquemes em segundo lugar, com 19,8% (596.966 m³). Dentre os municípios do estado, Porto Velho foi responsável por 31% deste volume (936.212 m³), ficando na frente de Espigão d'Oeste, que extraiu 362.462 m³ de madeira (12%). "A extração madeireira legal e ilegal acompanha a expansão da fronteira agropecuária, pois a ação das madeireiras se revela como mecanismo para a abertura de novas áreas" (MICHALSKI, 2018, p. 95) para a ampliação do capital.

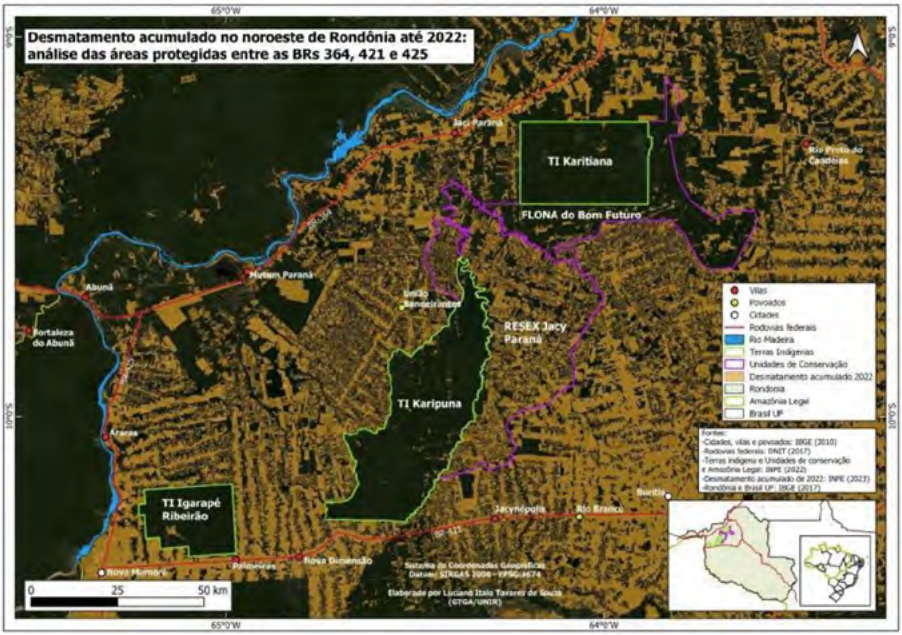
O norte/noroeste de Rondônia se posiciona como parte da trajetória da marcha do capitalismo na Amazônia. Sendo assim, essa região do estado assume dinâmicas territoriais agrárias densas que "ampliam [as] pressões sociopolíticas e econômicas nos espaços institucionalizados [áreas protegidas] para garantir formas sociais de uso coletivo da terra e da natureza, que diretamente assegura a proteção dos serviços ambientais à sociedade (COSTA SILVA *et al*, 2020, p. 254).

A expansão da fronteira e desmatamento atingem áreas protegidas cercadas por rodovias federais

A ampliação do espaço do capital estimula o avanço de frentes pioneiras (pecuária e madeira) sobre frentes de expansão (terras indígenas e unidades de conservação) (MICHALSKI, 2018). Nessa perspectiva, cabe ressaltar que os sujeitos envolvidos transitam em parâmetros contraditórios à medida que os agentes hegemônicos contribuem com invasões, ameaças e pressões enquanto os povos indígenas e extrativistas lutam pela permanência e modo de vida em seus territórios.

Como parte dessas ocorrências na Amazônia Legal, o norte/noroeste do estado de Rondônia compreende uma região composta por áreas protegidas cercadas por eixos rodoviários. É notório que a prática de desmatamento nas áreas protegidas aflige tanto os serviços ambientais quanto os direitos humanos e territoriais dos povos que nela habitam e delas vivem. As informações do mapa abaixo (Figura 3) mostram a magnitude do desmatamento no noroeste de Rondônia e sua presença nas áreas protegidas em estudo.

Figura 3 – Desmatamento acumulado nas Áreas Protegidas do norte de Rondônia (2022)



Fonte: O autor (2023)

Conforme dados do ISA, o desmatamento acumulado nas APs em 2022 foi de 175.774 ha, compreendendo 1.828 ha desmatados na TI Igarapé Ribeirão; 7.154 na TI Karipuna; 922 na TI Karitiana; 147.365 na RESEX Jaci-Paraná, e 18.505 na FLONA do Bom Futuro. Nota-se, conforme informações da figura, que o desmatamento se alastrou com a abertura de estradas vicinais nas rodovias que cercam as APs em estudo. "Esse fenômeno revela a busca de novas áreas em função da produção agropecuária expondo pressões, tensionamentos e conflitos sobre áreas protegidas ao noroeste do estado" (MICHALSKI; BORGES, 2022, p. 73).

Considerações finais

A fronteira que atinge o norte/noroeste de Rondônia é parte desse cenário na Amazônia. A centralidade geográfica da soja é evidente nas zonas de expansão, após consolidada no cone sul do estado. A demanda por áreas de *commodity* teve como um dos efeitos espaciais o deslocamento da pecuária para áreas naturais. Tanto a pecuária quanto a exploração madeireira adentraram ao entorno e interior de áreas protegidas, corroborando com desmatamento, pressões e ameaças.

Os conflitos produzidos a partir da fronteira atingem terras indígenas e unidades de conservação, dizimando os direitos humanos e territoriais dos povos indígenas e extrativistas. O desmatamento provocado pela expansão da agropecuária contribui com a diminuição da possibilidade de vida desses povos. Diante disso, é imprescindível uma articulação entre a ciência geográfica, agentes políticos e sociais, movimentos e outras instituições para debates e soluções que valorizem os modos de vida dos povos da floresta e suas relações com a natureza.

Referências

COSTA SILVA, R. G. Agentes, procesos y conflictos en la gestión territorial en el estado de Rondônia (Brasil). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 45, p. 319 344, dic. 2016.

COSTA SILVA, R. G. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** (Paris), v. 23, p. 1-30, 2015.

COSTA SILVA, R. G.; CONCEIÇÃO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará». **Geographia** (UFF), v. 19, p. 54-72, 2017.

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A; TAVARES DE SOUZA, L. I; PEREIRA LIMA, L. A. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia brasileira). **Revista Geog. Norte Grande**. 2020, n. 77, p. 253-271. Disponível em www.scielo.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

MICHALSKI, A.; RIÇA MOURÃO BORGES, L. A. geografia das fronteiras no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo e os reflexos da negligência da gestão territorial do Estado em Rondônia. **AMBIENTES Revista de Geografia e Ecologia Política**, *[S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 71–114, 2022. DOI: 10.48075/amb.v4i2.29919. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/29919. Acesso em: 16 jun. 2023.

MICHALSKI, A.; RIÇA MOURÃO BORGES, L. A**. Geografia da pecuária e do desmatamento em Porto Velho**: União Bandeirantes e Rio Pardo. Porto Velho, 2018. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) pela Universidade Federal de Rondônia.

PEDLOWSKI, M. A. *et al*. Conservation units: a new deforestation frontier in the Amazonian state of Rondônia, Brazil. **Enviromental Conservation** 32 (2): 149-155 p. 2005 Foundation for Enviromental Conservation.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SIDRA/IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **PPM; PAM; PEVS.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil. Acesso em: 21 jun. 2023.

15

A fronteira da esperança: uma análise dos direitos humanos do migrante internacional na Amazônia

Maria Sandra Xavier Gelpke
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – PPGeo/UFAC
msandrax20@gmail.com

José Alves
Universidade Federal do Acre – UFAC
jose.alves@ufac.br

RESUMO
O objetivo geral deste trabalho é analisar os direitos humanos do migrante internacional na fronteira amazônica acreana, considerando ainda a importância do conceito de território como a esperança que vai muito além da simples demarcação espacial ou geográfica. O processo migratório abordado não está simplesmente ligado ao deslocamento espacial, mas a uma série de fatores, como culturais, históricos, sociais, de gênero, etário, observado, ainda, o respeito aos direitos humanos. As pesquisas bibliográficas e levantamento de dados oficiais permitiram a realização deste estudo com maior entendimento da referida temática.
Palavras-chave: Fronteira. Direitos humanos. Migração. Amazônia.

Introdução

Refletir acerca dos direitos humanos das pessoas que saem de seus países em busca de melhores condições de vida, com a esperança de ter direitos a territórios, onde possam reconstruir suas vidas, é um grande desafio. Nas palavras de Milton Santos (2007) a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele

mantemos. Afinal, para este autor "o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade" (SANTOS, 2007, p. 83-84). Ressaltando ainda, a respeito das concepções de território, Haesbaert (2012) que agrupa quatro vertentes básicas: a política, a cultural, a econômica e a natural. A primeira vertente, a política, está vinculada às relações de espaço-poder e é a mais propagada. Nela, o território é visto como um espaço demarcado e controlado por um determinado poder que, na maioria das vezes, se remete ao poder político do Estado. A segunda vertente, a cultural ou simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica na qual o território é visto "como um meio de apropriação e de valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (HAESBAERT, 2012, p. 40). A terceira vertente, a econômica, pouco difundida, destaca a dimensão territorial das relações econômicas. Assim, o território é visto como uma fonte de recurso ligada às classes sociais e na relação capital-trabalho. A quarta e última vertente é a natural ou a naturalista que prioriza a relação entre sociedade e natureza, principalmente, "no que se refere ao comportamento 'natural' dos homens em relação ao seu ambiente físico" (HAESBAERT, 2012, p. 40).

Assim, ao focar na realidade da migração internacional, que ocorre pelas fronteiras amazônicas e com objetivo de analisar os direitos humanos dessa população, evidencia-se violações quanto aos direitos desses migrantes, considerando que o movimento migratório é um direito humano, que garante as condição de igualdade com os cidadãos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, contidas na Constituição de 1988, bem como, a Lei de Migração (n. 13.445/2017), no entanto, ainda precisa-se avançar na proteção dos estrangeiros contra discriminação.

Figura 1 – Imigrantes na ponte da Integração,
na fronteira entre Brasil e Peru, localizada em Assis Brasil-Acre

Fonte: https://vermelho.org.br/

Metodologia

Com o propósito de realizar uma análise quantitativa e qualitativa, foram levantados dados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) e no Observatório das Migrações Internacionais – OBMIGRA. A presente pesquisa fundamenta-se em um estudo qualitativo e quantitativo, cujo eixo teórico metodológico tem como o objetivo "compreender os fenômenos através da coleta de dados numéricos, apontando preferências, comportamentos e outras ações dos indivíduos que pertencem a determinado grupo ou sociedade" (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 34).

Resultados e discussão

O estado do Acre é uma das principais portas de entrada e, agora, de saída de imigrantes haitianos no Brasil, a partir de 2010, quando estes

começaram a chegar à cidade de Brasiléia, pela fronteira com a Bolívia, assim como pela fronteira com o Perú. O período de maior fluxo de entrada de estrangeiros pela fronteira acreana se deu entre os anos de 2013, 2014 e 2015, sendo registrado a chegada de, respectivamente, 10.779, 14.333 e 9.011, com maior contingente de origem haitiana, seguidos pelos senegaleses, dominicanos e, recentemente, de venezuelanos (MAIA, 2018).

Este movimento, contudo, esteve condicionado pela dinâmica econômica do período, impulsionado, sobretudo, por fatores de ordem humanitária. Esta complexidade de fatores, que atuaram em momentos distintos, possibilita a divisão deste período em dois subperíodos, por apresentarem características distintas: a) 2010 a 2014, quando houve crescimento expressivo do volume de imigrantes, movimento que esteve vinculado ao alto dinamismo da economia e ao aquecimento do mercado de trabalho brasileiro; e b) 2015 a 2018, quando o volume de imigrantes sofreu oscilações, em função dos efeitos da crise econômica, mas também da entrada de novos fluxos migratórios, oriundos especialmente da América Latina.

De acordo com o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) os registros de residência temporária e permanente concedidos aos imigrantes internacionais podem ser usados como uma boa aproximação dos fluxos migratórios regulares que se destinaram ao Brasil. A partir desses dados, foi possível perceber as transformações na participação de mulheres, crianças e adolescentes na imigração internacional que aportou no país em meados da última década. A partir da análise dos dados, observou-se que, em 2011, foram registrados no SisMigra um total de 74.339 imigrantes, sendo 24.262 mulheres (32,6%), 4.363 crianças (5,9%) e 4.959 adolescentes (6,7%). No início da década seguinte, no ano de 2021, foram contabilizados um total de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres, que correspondiam a 44,8% dos imigrantes registrados, 29.795 crianças (19,7% do total) e 14.555 de adolescentes (9,6% do total), ou seja, em 2021 quase 30% dos imigrantes registrados no país tinham menos de 18 anos de idade. O ano de 2019 foi o com maior número de registro de mulheres na série histórica analisada com 80.711, comparando os anos de 2011 e 2021, o número de mulheres imigrantes registradas em 2021 é aproximadamente 3 vezes maior que o de 2011, isso levando em conta que o ano de 2021, ainda, apresentou os números impactados pela pandemia da Covid-19, mas já retomou o número próximo ao de 2019, com 67.722 registros - o segundo maior número na década. (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2022).

O Observatório das Migrações Internacionais – OBMIGRA, também divulgou dados relativos ao refúgio que em 2022, no Brasil, onde foram feitas 50.355 solicitações da condição de refugiado, provenientes

de 139 países. As principais nacionalidades solicitantes em 2022 foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%).

Em 2022, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu 5.795 pessoas como refugiadas. Os homens corresponderam a 56% desse total e as mulheres, a 44%. Além disso, 46,8% das pessoas reconhecidas como refugiadas eram crianças, adolescentes e jovens com até 24 anos de idade.

Do total, 57,8% das solicitações apreciadas pelo Conare foram registradas nas Unidades da Federação (UFs) que compõem a região norte do Brasil. O estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE em 2022 (41,6%), seguido por Amazonas (11,3%) e Acre (3,3%).

No ano de 2022, a categoria de fundamentação mais aplicada para o reconhecimento da condição de refugiado foi "Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos (GGVDH)", responsável por 82,4% do total de fundamentações, seguida por "Opinião Política", que representou 10,9% desse total. (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2022).

Considerações finais

Diante das análises, vimos que a imigração de haitianos, senegaleses, dominicanos, venezuelanos, cubanos e angolanos para o Brasil especificamente para o Estado do Acre, se destinam à construção histórica, bem como, social e territorial. Por conseguinte, a delimitação da fronteira reflete amplas relações de poder e adquire diferentes significados de acordo com as funções das quais está investida. A fronteira é, finalmente, a marca simbólica das territorialidades.

Assim, a legislação brasileira sobre os movimentos migratórios devem ser revistas, buscando refletir sobre a oferta de políticas públicas nas regiões fronteiriças visando a garantia de direitos, para alcançar essa população através de uma recepção humanizada e de acordo com as leis vigentes. Observa-se que existem iniciativas que ainda são deficitárias na recepção de migrantes, pela falta de comunicação entre as esferas políticas para se pensar estratégias eficientes.

Portanto, a Lei de Migração regida pelo caráter humanitário e o princípio da não-discriminação, alcança a maior crise humanitária desde a 2ª Guerra Mundial, onde milhares de pessoas perderam suas vidas. Assim, não podemos impedir que essas pessoas cruzem a fronteira da esperança em busca de uma vida digna e feliz.

Referências

BAENINGER, R. et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MAIA, M.L. **Vivências de imigrantes senegaleses no bairro defesa civil em Rio Branco/AC.** 2018. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Filosofia dos Direitos Humanos) - Faculdade Diocesana São José-FADISI, Rio Branco, 2018.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

16

Concessão da Floresta Nacional de Humaitá: uma análise preliminar

Victor Ferreira Inácio
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ferreirainacio40@gmail.com.

Viviane Vidal da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
vivianevidal@ufam.edu.br

Katarina Moraes Cardoso
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
kmorais53@gmail.com.

Aline Lessa de Souza
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
alinelessa@ufam.edu.br

RESUMO

As florestas Nacionais são Unidades de Conservação com objetivo de conservar o meio ambiente sob regime especial da Administração Pública. Com isso, à Floresta Nacional de Humaitá, criada a partir do Decreto n. 2.485, em 2 de fevereiro de 1998, possuindo uma área oficial de 468.790 (quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e noventa) hectares, localizada no município de Humaitá/AM, tem suas principais ameaças segundo ICMBIO e o INPE, um total identificado de desmatamento acumulado até 2019: 716 (setecentos e dezesseis) hectares. Com isso, no ano de 2019 analisaram a possibilidade de uma concessão florestal que é possibilitada pela Lei n. 11.284/2006. O pre-

sente trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica sobre as concessões de Florestas Nacionais e observações das reuniões do conselho gestor da Flona de Humaitá entre os anos de 2019 a 2023.

Palavras-chave: Concessão florestal. Manejo sustentável. Setor privado.

Introdução

As Florestas Nacionais são unidades de conservação de uso sustentável, no qual, tem como definição um "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

Na região Amazônica as Flonas destinadas à concessão florestal são aquelas localizadas nos estados do Pará e Rondônia. No estado do Amazonas, apesar do potencial madeireiro do estado, o processo de concessão florestal é recente, e a FLONA de Humaitá será a primeira unidade de conservação a atender os objetivos das Florestas Nacionais iniciando o processo de concessão florestal no estado.

A Flona de Humaitá foi criada em 2 de fevereiro de 1998, por meio do decreto 2.485/98, com área de 468.790,0000 ha e totalmente localizada no município de Humaitá, às margens da rodovia Transamazônica, na região de fronteira agrícola do sul do estado do Amazonas. Ademais, tem suas principais ameaças segundo ICMBIO e o INPE, um total identificado de desmatamento acumulado até 2019: 716 (setecentos e dezesseis) hectares.

Diante disso, no ano de 2019 foi incluída PAOFS (PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL), conforme descreve o Tribunal de Contas da União por meio do processo administrativo n. TC033.616/2020-5. Tendo em vista, as dificuldades ambientais enfrentadas, buscando como uma perspectiva de solução a possibilidade da Concessão Florestal.

A concessão florestal se apresenta como um modelo de desenvolvimento em regiões carentes alinhada a conservação das florestas, e de combate ao mercado ilegal de madeira. Regulamentada pela Lei n. 11.284/2006, também conhecida como Lei de Gestão das Florestas Públicas. Ademais, a concessão florestal é o meio pelo qual o Poder Pública repassa a gestão de florestas públicas à terceiros, por meio de processos de licitação. Uma vez feita essa concessão, este terceiro passa a poder explorar esta área de floresta concedida, mediante pagamento pelo seu uso ao ente federativo.

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo tecer considerações preliminares sobre o processo de concessão florestal da Flona de Humaitá, com base nos documentos já disponibilizados.

Metodologia

O presente trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica sobre concessões de florestas nacionais. Para isso, foram realizadas pesquisas acerca do tema em periódicos, em sites oficiais do governo e também na legislação brasileira que regulamenta as atividades de manejo florestal que será aplicada na Floresta Nacional de Humaitá. Observações das reuniões do conselho gestor da Flona de Humaitá entre os anos de 2019 a 2023.

Resultados e discussão

A Lei n. ° 11.284, de 2 de março de 2006 (BRASIL, 2023), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, prevê que o Poder Público pode conceder a exploração de lotes florestais a empresas privadas para a extração de madeira de forma sustentável. Apresentando três modalidades de gestão de florestas públicas: a destinação de florestas públicas para as comunidades tradicionais, a gestão direta, em que o estado realiza o manejo florestal, e a concessão florestal.

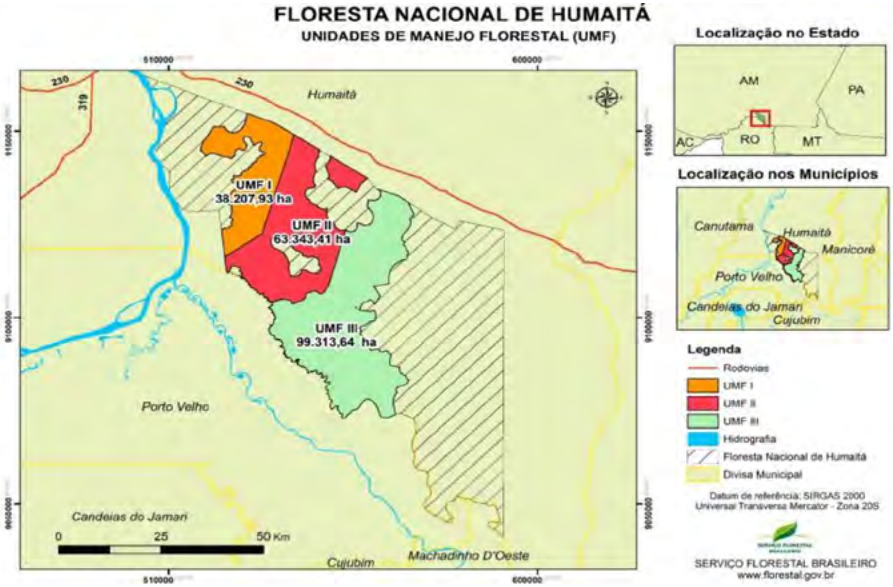
No caso da Flona de Humaitá será realizada a concessão florestal apoiada em um conjunto de regulamentações, como por exemplo a Portaria ICMbio n. 47, de 17 de junho de 2010 onde a Flona abriu o Estudo Técnico Preliminar para a possibilidade de Concessão, a Resolução SFB 6, de 7 de outubro de 2010 que descreve o sistema de cadeia de custódia, Resolução SFB 4 de 2 de dezembro de 2011 a bonificação em contratos de concessão, Resolução SFB 11 de 9 de maio de 2012, que trata da sinalização das possíveis UMFs, Resolução SFB 16 de 7 de agosto de 2012 que trata das garantias contratuais em concessão florestais, a Resolução n. 20 de 8 de fevereiro de 2013 que foi a medição de produtos florestais, a resolução SFB 5, de 7 de dezembro de 2018 sobre as auditorias florestais e a Resolução CONAMA 406, de 2 de fevereiro de 2009 que trata do plano de manejo florestal Sustentável. Essas regulamentações são as que regem a possibilidade da Concessão Florestal.

Compreendendo todos os aspectos que descrevem sobre a concessão florestal, na Flona de Humaitá, se submeteu ao trâmite, para justa-

mente atender a premissa defendida de que a concessão florestal poderá dificultar o desmatamento, a grilagem de terras públicas e a ocupação desordenada da floresta, e, simultaneamente, propiciar uma gestão sustentável destas, aumentando a renda e melhorando a qualidade de vida da população local (GODOY, 2006; SILVA *et al.*, 2009).

No percurso de divulgação e submissão do processo de concessão florestal da Flona de Humaitá, o SFB identificou a existência de Terras Indígenas justapostas à área de uma das UMF. Após as devidas tratativas com a Fundação Nacional do Índio, bem como reuniões com representantes das etnias Tenharim-Marmelo e Jiahui, foi emitida a Informação Técnica n. 50/2020/Copam/CGGAM/DPDS-Funai, por intermédio da qual, em síntese, o órgão cita as etnias vizinhas à área da Flona, bem como a existência de sobreposição em relação a uma das áreas inicialmente previstas pelo SFB com terras indígenas. Desse modo, delimitou-se as Unidades de Manejo Florestal, conforme a figura 1.

Figura 1 – Unidade de Manejo Florestal
- Floresta Nacional de Humaitá/AM (2020)



Fonte: SFB (2020)

Ademais, a área a ser concedida, de 200.282 hectares, foi dividida em três Unidades de Manejo Florestal. A UMF I, mais próxima do muni-

cípio de Humaitá, possui área de 38.207,93 ha, considerada como UMF pequena, e área de efetivo manejo de 29.514,55 ha, com produção anual estimada de 19.676,36 m³ de madeira. A UMF II se enquadra no conceito de UMF média, com área de 62.242,38 ha, área de efetivo manejo de 48.886,15 ha, e produção anual estimada de 35.590,76 m³. A UMF III, também caracterizada como média, possui uma área de 100.412,31 ha, área de efetivo manejo de 78.104,58 ha, e produção anual estimada de 52.069,72 m³ de madeira.

Vale ressaltar que para definir essa delimitação foi-se necessário a realização de várias reuniões do conselho consultivo da Flona, composta por moradores tradicionais, órgãos de proteção ambiental, as Universidades, e outros convidados, ouvindo e respeitando cada informação. A Flona de Humaitá manifestou o interesse na concessão florestal no PAOF de 2016, entretanto, o processo iniciou apenas no ano de 2019, e as reuniões foram realizadas apenas em 2020.

Diante disso, transcorreu todos os trâmites administrativo conforme demonstra TC033.616/2020-5, do Tribunal de Contas da União – TCU, até que aconteceu a 1º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Floresta Nacional, no dia 7 de junho de 2023, foi apresentada a atualização sobre o processo de concessão florestal e apresentação do Plano de Gestão da FLONA de Humaitá. As empresas vencedoras da concessão florestal foram as empresas Apice Consultoria E Projetos LTDA. CNPJ 19.116.550/0001-07 responsável pela UMF I, a empresa Forest Ark Investimentos LTDA. CNPJ: 74.002.056/0001-11, responsável pelas UMFs II e III. Foi apresentado destaque para as propostas de incentivo financeiro para a região com cláusulas no contrato de Concessão de bonificação por geração de emprego para a região e um fundo para o município que será gerido pela Secretaria Municipal de Meio de Ambiente.

Considerações finais

As concessões florestais representam um avanço no que se refere à gestão de florestas públicas no Brasil. Além disso, a política em questão também exerce função de proteção das florestas, pois impede o avanço da ocupação desordenada e grilagem de terras, práticas comuns na região norte do país. A concessão florestal da FLONA de Humaitá será a primeira no estado do Amazonas. Desta forma, o acompanhamento desse processo é fundamental para análises efetivas desse tipo de gestão de florestas públicas.

Referências

BRASIL. **LEI n. 11.284, de 2 de março de 2006.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 2.485, de 2 de fevereiro de 1998.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2485.htm Acesso em: 23 jun. 2023.

GODOY, SILVA *et al.*, 2009. Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de Empresas**. 1995, v. 35, n. 3, p. 20-29.

ICMBIO. **Portaria ICMBio 47, de 17 de junho de 2010.** Disponível em www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/P_icmbio_599_2021_declara_revogacao_atos_normativos_inferiores_decretos.pdf Acesso em: 23 jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 6, de 7 de outubro de 2010 Sistema de Cadeia de Custódia** Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/SFB/RE0006-071010.PDF. Acesso em: 23 jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 4, de 2 de dezembro de 2011 Bonificação em contratos de concessão.** Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/conjurnormas/index.php/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_4,_DE_2_DE_DEZEMBRO_DE_2011. Acesso em: 23 de jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 11, de 9 de maio de 2012 Sinalização da UMF.** Disponível em: .www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/concessoes-florestais-em-andamento-1/resoluo_sfb_n_11_de_9_de_maio_de_2012_padronizao_placas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 16, de 7 de agosto de 2012 Garantias contratuais em concessões florestais. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=127682.** Acesso em: 23 jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 20, de 8 de fevereiro de 2013 Medição de produtos florestais.** Disponível em: www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002712.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

IBAMA. **Resolução SFB 5, de 7 de dezembro de 2018. Auditorias Florestais.** Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/

servico-florestal-brasileiro/acesso-a-informacao/legislacao. Acesso em: 23 jun. 2023.

CONAMA. **Resolução 406 de 2019**. www.mprs.mp.br/media/areas/gapp/arquivos/resolucao_conama_n_406_09.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

TCU. **Analisa pela primeira vez a desestatização da floresta nacional. 2020.** Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-analisa-pela-primeira-vez-desestatizacao-de-floresta-nacional.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

17

Gestão de projetos públicos e inovação em serviços com foco na fiscalização agropecuária em Rondônia

Uéverton Fraga de Paula
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
fragosopvhro@gmail.com

RESUMO

Conforme as medidas pela redução da pobreza, proteção ao meio ambiente e comportamentos favoráveis ao clima e em decorrência à garantia da prosperidade das pessoas, a Organização das Nações Unidas propôs os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Visto isso, este estudo adota a sistemática da utilização das Teorias da Administração e uma de suas ferramentas, a análise Swot, para demonstrar que o respeito às medidas globais que demandam o foco na fiscalização agropecuária estão sendo tomadas. Nesse passo, são estudados os impactos da inovação na fiscalização agropecuária de Rondônia para a produção agropecuária sustentável na sociedade em geral, com a utilização da ferramenta Swot. A elaboração do estudo lançou mão de pesquisa bibliográfica, e da análise de conteúdo. Como resultados são propostas ações de inovação na fiscalização agropecuária voltada para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Fiscalização agropecuária; Análise SWOT; Sustentabilidade.

Introdução

O cenário global requer medidas para redução da pobreza, proteção ao meio ambiente e comportamentos favoráveis ao clima e à garantia da prosperidade das pessoas. São os requisitos apontados pela Organização das Nações Unidas (ONU) que propõem práticas entre as nações, de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nessa sistemática, PEDRO FILHO *et al.* (2022, P.190) citam que a Nova Gestão Pública (NGP) exige eficiência estatal por meio do apoio do setor público à iniciativa privada, bem como da promoção da educação e

formação de mão de obra qualificada, de modo a estimular o desenvolvimento local integrado.

Nessa conjuntura, Rondônia, com grande potencial no agronegócio e a economia bastante influenciada pela produção agropecuária, executa ações de extensão e fiscalização com o intuito de zelar pela sua imagem, tanto no Brasil como no exterior, de estado com responsabilidade social e ambiental, e com seus órgãos de fiscalização agropecuária atuantes.

Da Costa Silva *et al.* (2017, p. 47) afirmam que há em Rondônia uma contínua transformação de áreas naturais em espaço da agropecuária e do mercado de terras, se deslocando para territórios protegidos. De modo geral, a fiscalização agropecuária se empenha no encargo de propriedades regulares a irregulares, desde em área de conflito agrário até mesmo em áreas indígenas entre outros, justamente para ajudar mitigar ao menos o risco sanitário perante a produção animal e veg313etal no cenário econômico rondoniense.

Dessa forma uma ação inovadora na fiscalização agropecuária surge em sintonia com os ODS. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é o de analisar o processo de inovação na fiscalização agropecuária de Rondônia para a produção agropecuária sustentável com impactos na sociedade de um modo geral.

Os objetivos específicos são: Identificar as tecnologias utilizadas na fiscalização agropecuária em Rondônia e sua aplicação na melhoria da qualidade dos produtos agropecuários (1). Avaliar os impactos da inovação na fiscalização agropecuária de Rondônia na redução de riscos sanitários e ambientais (2). Propor a inovação na fiscalização agropecuária considerando o aumento na competitividade produtiva sustentável (3). Este estudo é constituído desta introdução, de uma estrutura teórica-conceitual, da metodologia do preparo, e dos resultados.

Metodologia

A metodologia de pesquisa adotada neste trabalho decorre de abordagem qualitativa. Segundo Medeiros (2012), nesse tipo de abordagem é necessária uma sustentação teórica competente, com rigor metodológico. Contudo, assinala o autor, a criatividade do pesquisador deve se fazer presente em todo o processo da pesquisa.

A pesquisa desenvolve-se por meio da seleção de estudos relevantes no tema, visando um maior aprofundamento. Rodrigues (2002), nesse sentido, fala da importância da meta-análise, a qual se oferece até mesmo

um paradigma, a partir do momento em que o pesquisador se dispõe a adotar um novo enfoque incorporando estudos e conclusões alheias, buscando seu aprimoramento.

Procedeu-se com pesquisas na rede mundial de computadores com a finalidade de buscar acervos bibliográficos de consultas públicas, de modo que houve a seleção dos materiais. Assim, foram acessados dados por meio da plataforma Sucupira, a fim de orientar e identificar periódicos de revistas com relevância para a pesquisa. Outras plataformas utilizadas foram a Google Acadêmico e SCIELLO. Houve um aprofundamento na análise de modelos, ou análise SWOT, que é uma ferramenta de *benchmarking* a qual agrega valor na percepção de pontos fortes, fracos, oportunidades e melhorias a serem implementadas (NÓBREGA, 2021).

Resultados

Aspectos econômicos de Rondônia e a inovação na fiscalização agropecuária

As ações de desenvolvimento do estado de Rondônia são atualizadas pelo site oficial (RONDÔNIA, 2022). Os dados fazem parte do Boletim Informativo "Agro Seagri", elaborado por meio do Agrodados. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Rondônia alcançou, até julho de 2022, um total de 50,93 bilhões de reais, com destaque para as seguintes culturas: soja, milho, café e bovinos. Para acompanhar a ascendência produtiva, as ações de extensão e fiscalização agropecuária devem se aprimorar, pois à proporção que a produção agropecuária ascende, os riscos em decorrências a pragas e doenças aumentam.

Diante desta visão, a Administração Pública procura sempre inovar as suas ações. Bini *et al.* (2019) ressaltam nesse sentido, o papel da Tecnologia da Informação (TI), com capacidade de processamento de dados, produção e disseminação de informações e conhecimento. De forma geral, a inovação tecnológica permite desenvolver o uso de sistemas de monitoramento remoto, drones, sensoriamento remoto, entre outras formas de tecnologia. A tendência é que as normativas acompanhem este avanço tecnológico incorporando-o em ações de fiscalização agropecuária, no sentido da orientação para a mitigação do risco sanitário.

Análise SWOT na fiscalização agropecuária

Segundo Brugnolo (2018, p. 48), análise SWOT é o entendimento integrado dos ambientes externo e interno de uma organização, posto que a análise do ambiente externo deve caminhar em consonância com o

conhecimento interno da organização. Nesse sentido a análise SWOT visa facilitar a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças envolvidas no processo (p. 60).

No desenvolvimento do estudo foi analisada a aplicabilidade da Matriz SWOT, de modo a identificar e apontar as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades em relação ao trabalho de fiscalização agropecuária em Rondônia, como demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Análise Swot, fiscalização agropecuária no estado de Rondônia

Análise SWOT		
	Forças	**Fraquezas**
Ambi-ente Interno	1. Quadro de fiscais capacitados e especializados. 2. Cooperação e parcerias com órgãos de pesquisa e instituições acadêmicas. 3. Utilização de tecnologia avançada, como sistemas de monitoramento e rastreamento.	1. Escassez de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura e equipamentos 2. Carência de pessoal para cobrir as áreas de fiscalização necessárias 3. Falta de integração e compartilhamento de informações entre diferentes entidades e setores envolvidos na fiscalização.
	Oportunidades	**Ameaças**
Ambi-ente Externo	1. Crescente demanda por produtos agropecuários de qualidade e seguros. 2. Ampliação do comércio internacional de produtos agropecuários. 3. Conscientização crescente sobre a importância da sustentabilidade e do bem-estar animal.	1. Avanço de doenças e pragas que podem afetar a produção agropecuária. 2. Mudanças na legislação nacional e internacional que exigem adaptação e atualização constante dos processos de fiscalização. 3. Pressão de interesses políticos e econômicos que podem interferir na eficácia da fiscalização.

Fonte: Adaptado de Nobrega (2021).

Proposituras a inovação na fiscalização agropecuária

A inovação na fiscalização agropecuária ocorre quando há a introdução de novas metodologias de gestão, visto que estas podem trazer melhorias significativas no planejamento e organização do trabalho. Com isso, a tendência é que tragam benefícios econômicos, e por que não afirmar, sociais e ambientais.

Algumas alternativas para aprimorar a inovação são pouco utilizadas, como o sensoriamento remoto, que pode obter uma classificação da melhor área para encontrar inconsistência no que está sendo fiscalizado. Becker (2013, p. 3761) cita, por exemplo, a prática do sensoriamento remoto orbital, a qual vem sendo incorporada às pesquisas. É um tipo de sensoriamento que alcança os resultados pretendidos com maior antecedência, maior precisão, além de menor custo operacional que as técnicas tradicionais.

Outro meio de inovação utilizado no ramo do agronegócio é a utilização de *blockchain* na cadeia produtiva. Cabral (2021, p. 19) informa que este método é ideal para fornecer estas informações de forma rápida e compartilhada, com armazenamento em um livro-razão que é imutável e totalmente transparente. Isso agrega as informações com confiança e eficiência.

Considerações finais

A busca por inovação na fiscalização agropecuária torna-se fundamental para mitigar os riscos sanitários, trazendo efeitos no bem-estar animal e consequentemente na segurança alimentar, e na saúde pública. Em decorrência do avanço tecnológico surgiram uma diversidade de ações voltadas para inovações aplicadas para uma fiscalização agropecuária mais eficiente e precisa.

Percebe-se que não somente Rondônia, como também outros estados com perfil agropecuário vêm assimilando as inovações tecnológicas. A Teoria da Nova Gestão Pública propõe exatamente isso, a melhor eficiência e transparência na prestação de serviços públicos.

Assim, em paralelo, às inovações tecnológicas são utilizadas as ferramentas da administração, que são capazes de apontar a avaliação dos impactos dessa inovação na fiscalização agropecuária e de propor aprimoramentos e avaliações pertinentes ao serviço público.

Agradecimentos

Ao IDARON, que desempenha o papel de fiscalização agropecuária no estado de Rondônia, e aos professores do Mestrado PROFIAP–UNIR em especial ao Professor Dr. Flávio São Pedro Filho.

Referências

BECKER, Willyan Ronaldo *et al.* Sensoriamento Remoto como ferramenta de verificação do vazio sanitário da soja no estado do Paraná na safra verão 2013/2014. **Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)**. Santos/SP, 2017, p. 3760-3766. Disponível em: https://proceedings.science/proceedings/59/_papers/59288/download/abstract_file1. Acesso em: 23 maio 2023.

BINI, Eliziane Ap Mendes; BONETTI, Jackson Ramos; SEMANN, Renato Antônio. **Gestão da tecnologia de informação no setor público**, 2019. Disponível em: https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/Final_artigo.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

BRUGNOLO, Mariano F. **Gestão estratégica de negócios**. Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788547233143. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547233143/. Acesso em: 27 abr. 2023.

CABRAL, AYA ALAYDES STAMM *et al.* BLOCKCHAIN: **A tecnologia que gera valor ao agronegócio?** 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4975. Acesso em: 23 maio 2023.

DA COSTA SILVA, Ricardo Gilson. MICHAKSKI, Amanda. SILVA SANTOS, Tiago Roberto. **Geografias de Rondônia**, v. 26, n. 2, p. 179, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Agronegócio avançou com investimentos do governo de Rondônia em ações neste ano**. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/agronegocio-avancou-com-investimentos-do-governo-de-rondonia-em-acoes-neste-ano/#:~:text=A%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20v%C3%A1rios%20programas,produtiva%20e%20refor%C3%A7o%20%C3%A0%20economia. Acesso em: 10 maio 2023.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem,** v. 14, n. 2, p. 224-9, 2012.

NÓBREGA, Judí Maria da. **A defesa agropecuária brasileira e o programa de proteção integrada de fronteiras**. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Altos Estudos em Defesa**.** Escola Superior de Defesa, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1498. Acesso em: 15 maio 2023.

PEDRO FILHO. Flávio de S. Gestão pública, inovação e tecnologia aplicada. Porto Velho-RO, **Generis Publishing**. 2022.

RODRIGUES, Cássio. A abordagem processual nos estudos da tradução: uma meta-análise qualitativa. **Cadernos de tradução**, v. 2, n. 10, p. 23-57, 2002.

18

Cooperativismo rural: um estudo de caso da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre(Cooperacre)

Antonia Roselí Nogueira Matos
Universidade Federal do Acre – UFAC
antonia.matos@sou.ufac.br

RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo de caso, que visa analisar de maneira qualitativa, por meio de referências bibliográficas, a cooperativa extrativista do Estado do Acre – COOPERACRE, destacando sua importância no contexto do cooperativismo acreano. Como resultado, as literaturas analisadas apontaram para o importante papel da Cooperacre no desenvolvimento socioeconômico do estado do Acre, colaborando para a criação de emprego e renda, além de promover o crescimento econômico sustentável por meio do fortalecimento da agricultura familiar e da valorização dos produtos locais. As referências pesquisadas também destacaram a importância dos pequenos produtores residentes na zona rural do estado do Acre, ao promoverem a produção sustentável, que colabora com a preservação do meio ambiente. Com isso, observa-se que a Cooperacre é um exemplo de organização popular no estado do Acre, cujo objetivo tem sido alcançado tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperacre. Acre. Desenvolvimento.

Introdução

As empresas cooperativistas estão se tornando cada vez mais populares em todo o mundo e, nos últimos anos, o Estado do Acre vem passando por transformações impulsionadas pelo aumento dessas empresas de cooperação, que têm se mostrado uma das alternativas viáveis para

lidar com os obstáculos e construir uma economia sustentável e inclusiva no país, entre elas, a principal que rege o Estado, a Cooperacre.

Nota-se que o desenvolvimento socioeconômico do Acre tem sido auxiliado, principalmente, por empresas que têm a capacidade de unir esforços para a cooperação entre seus membros e promover o empreendedorismo local por meio deste modelo, como por exemplo, afirmam Barbosa e Moret (2015):

> A COOPERACRE atende aproximadamente dez municípios do estado do Acre, **abrangendo em torno de 1.800 famílias extrativistas**. A gestão da COOPERACRE é participativa, ampara-se em preceitos de sustentabilidade e formação educacional dos habitantes das reservas extrativistas (BARBOSA; MORET, 2016 p. 5).

Logo, o maior objetivo deste trabalho, baseia-se na perspectiva de demonstração de um comércio cooperativista no Estado do Acre, onde essa se mantém uma reserva extrativista de grande relevância para o governo e a população residente no estado. Nessa seara, a questão principal se revela por meio do tema, vez que, o estudo de caso tem por desígnio o papel dessa cooperativa, vale ressaltar autores que se manifestam ao encontro do que é afirmado durante a escrita deste artigo, literatos como por exemplo, Keil e Monteiro (1982) e Marx (1975).

Metodologia

A pesquisa em questão, trata-se do relato por meio da escrita de um estudo de caso, que tem por objetivo notar algumas considerações analíticas e questionamentos sobre o cooperativismo rural, com abordagem qualitativa do tipo descritiva, no qual, traz a trajetória e expansão da Cooperativa Central dos Extrativistas no Estado do Acre.

Não obstante, ressalta-se que a coleta de informações para este artigo se deu principalmente por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em banco de dados de acesso público, assim como, a partir de informações cedidas pela própria Cooperativa em sites e revistas.

Insta mencionar ainda o Banco de Dados que foram utilizados para tal pesquisa, qual seja, o Google Scholar, por meio de artigos publicados em periódicos, assim como o site da própria empresa analisada. Menciono também as palavras chaves utilizadas para a pesquisa, quais sejam: cooperativa, estudo de caso, extrativista e extrativista.

Resultados e discussões

Sabe-se que, o primeiro movimento cooperativista, aconteceu no ano de 1844, quando 28 tecelões, ao buscarem uma melhor situação econômica, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, onde a partir desse movimento, surgiu o que foi intitulado de Princípios Básicos do Cooperativismo, firmado em doutrina (KEIL; MONTEIRO, 1982).

Logo, entende-se que

> A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas. bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação (MARX *apud* CARLI, 2008, p. 382).

É perceptível através de seus resultados como a cooperativa ajuda os agricultores a se formar e se aprimorar, dando-lhes as melhores habilidades de produção e gestão. Essa ação melhora o desenvolvimento pessoal dos cooperados e fortalece a agricultura familiar, sendo possível através deste estudo uma melhor compreensão da relação entre a operação de uma cooperativa agrícola e o crescimento econômico regional como resultado da visita à cooperativa Cooperacre. Ao aprender sobre práticas de consumo, apreciar os produtos locais é perceptível como a Cooperacre desempenha um papel importante no fortalecimento da economia local.

A cooperativa Cooperacre é uma organização que contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Uma organização, composta por produtores locais, trabalha para aumentar a agricultura familiar e promover a sustentabilidade, onde tem-se destacado por sua capacidade de oferecer oportunidades de emprego e renda para os cooperados, além da promoção do empreendedorismo, pois a maior parte de seus cooperados, que somam mais de 2500 famílias, vivem em locais de difícil acesso, mas que através da cooperativa podem fomentar o comércio local, além de promover a produção agrícola de forma ecologicamente correta e responsável.

Em vários artigos, teses, monografias e entre outros trabalhos que envolvem o assunto, é possível perceber a importância que o trabalho tem para aqueles que vivem da renda desse meio, vejamos:

> Ser um cooperado/a pela visão daqueles que fazem parte da Cooper é perceber-se em uma ampla rede de significados, de

> formas de organização e união, com melhoria de renda pelo trabalho como agricultor/a, pois para os mesmos/as: "É bom, traz benefícios, facilita na venda" (J. A. R. – cooperado da Cooper, 49 anos); "É uma forma de você ser recompensada pelo trabalho que você faz (...) tem onde vender" (A. A. da S. – cooperada da Cooper, 45 anos); "Foi bom, uma união, uma forma para se organizar mais" (C. A. da S. – cooperado da Cooper, 50 anos); "É um tipo de união do pequeno produtor/a (...) junta a turma para fazer a produção em coletivo" (F. de P. R. – cooperado da Cooper, 74 anos); "É facilidade de venda do produto, melhorias para a propriedade sendo cooperado e agregação de valor na produção" (R. D. C. – cooperado da Cooper 30 anos); "Eu gostei de me associar, não me arrependo não (...) a gente vende e recebe uma cota, quem não é associado, só recebe o dinheiro seco" (G. F. P. da S. – cooperada da Cooper, 66 anos); (SILVA; MORALES; LUCAS, 2022, p. 13).

Todos esses aspectos podem andar lado a lado, o cooperativismo, a sustentabilidade e o fortalecimento de relações entre os produtores locais, nota-se também, a importância que é destacada a cada atividade realizada.

Não obstante a isso, notamos que nem só pela renda é vivendo o trabalho e essa labuta constante, a vontade de melhorias, o desejo de agregar qualidade e também, de crescer juntamente com a cooperativa, o que vai ao encontro do que é evidenciado à Cooperacre, visto os seus objetivos como cooperativa extrativista e agricultura.

A promoção do empreendedorismo e da geração de renda é outra consideração importante. O acesso ao mercado e a promoção dos produtos dos cooperados ajudam a fortalecer a economia local. Isso melhora significativamente a qualidade de vida dos agricultores, pois agora podem contar com uma fonte de renda diversificada e estável. Além disso, a Cooperacre ajuda a preservar o meio ambiente implementando práticas agrícolas ecológicas que minimizem os danos ao ecossistema local. Por meio de programas de capacitação e assistência técnica, os cooperados são incentivados a adotar métodos de produção mais ecológicos e sustentáveis, promovendo a preservação dos recursos naturais.

Considerações finais

Foi possível notar, nos trabalhos pesquisados, que a criação de cooperativas no estado do Acre se deu de forma desordenada, com pes-

soas simples e humildes que buscavam uma forma de inserção no mercado de trabalho por meio da união de interesses comuns.

Em resumo, tornou-se possível a compreensão da relação entre a operação de uma cooperativa agrícola e o crescimento econômico regional como resultado do estudo. Ao aprender sobre práticas sustentáveis, apreciar os produtos locais e apoiar os agricultores familiares, percebe-se como a Cooperacre desempenha um papel importante no fortalecimento da economia local e na promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Por fim, notamos como principal resultado, que os cooperados promovem a valorização dos recursos naturais, criam oportunidades de trabalho e renda, além do fortalecimento das comunidades locais. Neste aspecto, conhecer e discorrer sobre a influência desse modelo de cooperativismo é de vital importância para o aperfeiçoamento no estudo de geografia agrária.

Referências

BARBOSA, M. A. M.; MORET, A. S. A renda nas reservas extrativistas: situação da cadeia produtiva da Castanha do Brasil. **Revista Saber Científico.** Porto Velho, v. 5, n. 2, p. 18-29, 2016. Disponível em: http://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/1205/1052. Acesso em: jul. 2023.

KEIL, I. M.; MONTEIRO, S. T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo, agosto de 1982. Disponível em: www.cootrade.com.br/files/Downsload/pioneirosrochdale.pdf. Acesso em: ago. 2008.

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: **Textos**. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

SILVA, J. C. K.; MORALES, G. P.; LUCAS, F. C. A. Cooperativismo, sustentabilidade e fortalecimento de produtores locais no sudeste paranaense. **Cadernos Cajuína.** Piauí, v. 7, ano 3, p. 1-31, 2022. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/57. Acesso em: jul. 2023.

19

A reorganização do capital na agricultura: o caso da Amacro

Claudinei Lucio Soares dos Santos
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Via Campesina e INTERJUS - Instituto Territórios e Justiça
claudineisantos@mst.org.br

Renata da Silva Nobrega
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
renatanobrega@unir.br

Luís Fernando Novoa Garzon
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Luis.Garzon@fao.org

RESUMO

Os vários processos de intervenção do Estado na política de uso de terras na região amazônica foram criados sob o discurso de promover o ordenamento territorial para o seu desenvolvimento, mas na verdade buscavam garantir a expansão do capital na agricultura, norteada pelo debate da segurança jurídica. Sobre este conjunto de medidas de caráter executivo, legislativo e jurídico, produziram-se violentos conflitos e a disputa pela governança dos territórios, e será sobre estas premissas que pretendemos tratar do tema de nossa investigação, apresentando o que podemos denominar de a mais nova reorganização do capital na agricultura, que tem se convencionada a chamar de Zona de Desenvolvimento Sustentável ZDS Abunã-Madeira, que compreende os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, também conhecida como AMACRO.

Palavras-chave: Capital. Agricultura. Território. Conflitos.

Introdução

Na década de 1970 se aplicou na região amazônica o Programa de Integração Nacional – PIN. O próprio nome já sugere, para um leitor médio, a intencionalidade do referido Programa. A ideia principal era patrocinar a ocupação da Amazônia, tendo como locomotiva um grande programa de *construção de estradas* e *distribuição de terras* por meio da colonização dirigida e *exploração variada dos recursos naturais*. Todas estas iniciativas se apoiavam em um argumento humanitário, dado a grande seca do Nordeste daquele período, mas que camuflava os rearranjos econômicos e geopolíticos.

No tocante ao tema da terra, em 1971, o Programa foi enxertado por meio do Programa de Redistribuição de Terra – PROTERRA. Embora este previa a redistribuição de terras devolutas, seu maior legado foi sem dúvida ter forjado a formação de uma gama de latifúndio, pequenos e médios proprietários com base nos contratos agrários, induzindo nestes a "cultura" do desbravador, onde se ver a natureza como algo a ser abatida na busca de um tal desenvolvimento, se tornando mais tarde em modelo antagônico as diversas formas de agricultura de subsistência.

Já em 1980, teve início o Programa Calha Norte (PCN), e retomado em 2003 tendo como premissas três objetivos: *colonização* e *desenvolvimento*, *controle territorial* e defesa nacional.

Neste sentido, podemos assim extrair que o Programa teve como objetivo principal contribuir com a manutenção da soberania nacional na Amazônia e promover o seu desenvolvimento de forma ordenada. O PCN buscava desenvolver ações que fossem socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. Para isso, segundo o Ministério da Defesa (2007) era indispensável respeitar as características regionais e os interesses da Nação, *ocupando os espaços vazios estratégicos*.

Em 2009 instituiu-se a Lei 11.952/2009 que se convencionou a chamar de Programa Terra Legal.

O programa Terra Legal descende de iniciativas normativas anteriores que promoveram sucessivas ampliações no limite máximo legal para a concessão de propriedade ou direito real de uso de terras públicas situadas na Amazônia Legal, com dispensa de licitação, a particulares que nelas residissem e produzissem. Fixado, de início, em 100 ha, pela Lei no 8.666/1993, este limite foi aumentado para 500 ha pela Lei no 11.196/2005; depois, pela Lei no 11.952/2009 – que instituiu o Terra Legal –, o limite estendeu-se a áreas de até quinze módulos fiscais ou cuja superfície não ultrapassasse 1.500 ha.2 Inicialmente, o programa

pretendia transferir a domínio privado, via regularização, cerca de 67,4 milhões de hectares de terras públicas federais. Tal previsão, estimada à luz de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi revista, ainda com caráter de estimativa, para 58,8 milhões de hectares após a retirada, da base cartográfica original, de áreas de destinação definida, como unidades de conservação (UCs) e projetos de assentamento. (VALADARES, 2013, p. 27/28).

O total representaria 11,6% do território da Amazônia Legal. O programa estaria presente em quase 60% dos municípios da região, com expectativa inicial de regularizar até 300 mil ocupações. Percebe-se que o tema da terra é constantemente acionado como forma de dinamizar as ações do capital sobre a agricultura. No caso do Terra Legal, a justificativa legislativa/jurídica rolou em torno da regularização fundiária e da segurança jurídica, mas que camuflava um verdadeiro flagrante de privatização do patrimônio público em dolo objetivo do órgão estatal, pois agia com total destreza na busca da depredação daquilo que deveria ser um bem de uso especial, onde o ESTADO deveria ser o detentor da propriedade e seus nacionais os usuários temporários.

Nesta toada, Meirelles (2003) ao tratar do patrimônio público na perspectiva do direito administrativo, nos apresentou a seguinte definição:

> [...] o domínio público, em sentido amplo, 'corresponde ao poder de dominação ou de regulamentação que o Poder Público exerce sobre os bens de seu patrimônio, do particular ou aos de fruição geral (res nullius). O domínio eminente é o resultado do poder político, pelo qual o Poder Público submete à sua vontade todas as coisas de seu território (manifestação da soberania interna), abrangendo todos os bens e legitimando as intervenções na propriedade, sujeito, porém, ao regime do direito administrativo (público), e não ao regime do direito civil (privado)' (MEIRELLES, 2003, p. 132).

A terra, assim como os demais bens da natureza, nasceu livre e o homem por meio da sua força (*estado de natureza*) a tornou "sua". Mas é com o estado em sua forma jurídica (Mascaro, 2013), que ela vai ganhar status de propriedade privada, juridicamente reconhecida impondo uma obrigação de respeito por todos.

Mas para nossa conferência, queremos apresentar a mais nova alteração na corrida pela governança territorial da região amazônica, que tem se convencionado a chamar de AMACRO.

Metodologia

Quanto à forma de abordagem do tema problema, trata-se de pesquisa compreensiva e qualitativa. Os procedimentos adotados passaram por pesquisa bibliográfica. Ao final do trabalho, identificamos que este fenômeno está inserido em um novo ciclo de expansão do capital na agricultura, e tem resultado no avanço sobre "novas" fronteiras agrícolas provocando o aumento no preço da terra e no acirramento dos conflitos fundiários e territoriais.

Resultados e discussão

O Programa da Zona Especial de Desenvolvimento Econômico e Conservação da Natureza entre os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, AMACRO, abrange uma tríplice divisa que reúne os estados do Acre, Amazonas e Rondônia, região que se tornou palco frequente de grilagem de terras, desmatamento, mineração e extração ilegal de madeira. Esta região passou a ser território objeto da cobiça de grandes empresas, sendo convertida em uma zona de desenvolvimento do agronegócio no Norte, replicando o modelo do MATOPIBA, que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Com o discurso de casar proteção e desenvolvimento sustentável, com ordenamento territorial e segurança jurídica, o agronegócio, suas representações na agricultura e órgãos estatais, têm debatido e consolidado uma proposta de reorganização do capital na agricultura, materializada na AMACRO.

A área de abrangência da AMACRO e suas dimensões socioeconômicas nos dão uma dimensão da sua ambição e potencialidade conflituosa. Porque dentro deste espaço geográfico territorial também há uma territorialidade humana, com suas diversas formas de agricultura, com suas diversas formas de se relacionar com a natureza, com suas culturas, tradições e saberes acumulados ao longo do tempo.

A AMACRO vem sendo pensada com base em um conjunto de ações multisetoriais que visam promover a sustentabilidade ambiental por meio do desenvolvimento socioeconômico de uma área que abrange cerca de 32 municípios espalhados no sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, englobando um total de 465,8 mil km² e uma população estimada em aproximadamente 1,7 milhão de pessoas.

Sua composição é feita basicamente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Banco da Amazônia – BASA, EMATER, secretarias de agricultura e meio ambiente dos estados membros, representação do agronegócio por meio de suas federações, academia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e federação de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Considerações finais

A AMACRO se concentra em quatro grandes campos de atuação, sendo eles: (a) Agronegócio, que tem como principal objetivo ampliar a presença do rebanho bovino. (b) Sustentabilidade, que visa desenvolver diversas atividades econômicas, tendo nos recursos naturais a matéria prima necessária, captando ativos financeiros por meio da mercantilização da natureza. Uma dessas formas seria a expansão da venda de crédito de carbono. (b) Dimensão urbana, que visa tratar de questões ligadas à infraestrutura das cidades. (c) Regularização fundiária, está à frente busca a disputa direta pela governança territorial.

Diante de tudo apresentado até aqui, podemos observar que as várias tentativas do Estado em criar as condições para a expansão do capital por meio de ações de caráter macroeconômico no sentido de abrir caminho para garantir tais interesses, produziram na região amazônica um espaço de evidente conflito pelo domínio do território, de crescente espoliação e estrangulação da natureza e o sufocamento de práticas agrícolas que se baseiam na subsistência coletiva.

Referências

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 544.

20

Territórios violados na amazônia: resistência do Povo Indígena Katxuyana frente à implantação da hidrelétrica Cachoeira Porteira

Luciene Monteiro Penha
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
lucienemonteiro30@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
adnilson@unir.br

RESUMO

A pesquisa analisa a resistência do povo indígena Katxuyana frente ao projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira (região do rio Trombetas, oeste do Pará). Como procedimentos metodológicos, utilizou-se o discurso do sujeito coletivo, com questões abertas, trabalho de campo e revisão bibliográfica e documental. A pesquisa fez um recorte territorial dos indígenas Katxuyana, que viveram por mais de 30 anos em outros territórios na região. A retomada do projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira, pensado no período da ditadura militar (1964 a 1985), a partir das políticas desenvolvimentistas, foi o motivo de grande apreensão para o povo Katxuyana, sobretudo pela incerteza do futuro do seu território, que se encontra ameaçado por estar localizado na área de influência da Usina Hidrelétrica.

Palavras-chave: Desterritorialização, Povo Katxuyana, Amazônia.

Introdução

Nos últimos anos têm sido instalados diversos projetos de infraestrutura na Amazônia Legal, tendo destaque as usinas hidrelétricas, sob a justificativa de que a região apresenta um grande potencial hídrico

para a geração de energia elétrica (BRASIL, 2013). No oeste paraense, na bacia do rio Trombetas, o anúncio da retomada do projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira viola a permanência dos direitos territoriais, tradicionalmente ocupados por populações indígenas, a exemplo do povo Katxuyana, que tem seu território afetado diretamente por estar localizado na área de influência da usina (PENHA; SILVA, 2022).

A implantação de uma usina hidrelétrica (UHE) expressa mudanças no uso do território, uma vez que se constitui numa grande infraestrutura, capaz de mobilizar um grande volume de capital (CAVALCANTE, 2018). Em geral, as UHE buscam suprir demandas energéticas nacionais que, geralmente, são direcionadas para o atendimento às grandes empresas e incorporações ligadas à macro escala econômica, desconfigurando toda ordem histórica, social e ambiental dos territórios onde são instaladas (COSTA SILVA, 2022).

Dentre os diversos impactos ocasionados pelas UHE, a desterritorialização da população afetada é o mais violento, principalmente nas áreas remotas, deixando as comunidades com perdas que não compõe apenas o valor material, mas inclui, também, as perdas imaterial, simbólico e cultural (FERNANDES, 2005).

Nesse sentido, o objetivo do texto é analisar a resistência dos Katxuyana frente ao projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira perante ao iminente processo de desterritorialização e suas possíveis perdas materiais e imateriais.

Os povos indígenas têm características socioculturais distintas, atribuindo a "seus territórios valores que se caracterizam no pertencimento identitário-cultural e coletivo" (ALMEIDA SILVA, 2015, p. 29), podendo sentir de forma mais drástica os efeitos advindos da expansão dos projetos hidrelétricos em seus territórios.

Com base em levantamentos bibliográfico e documental, concatenado a observação empírica, questões emergiram: I) como ocorrem as articulações entre os "atores" envolvidos (estado e capital) do projeto hidrelétrico, principalmente nas tomadas de decisão com os sujeitos potencialmente atingidos em esfera local? II) como os indígenas Katxuyana fazem resistência perante o anúncio de desterritorialização potencializados pela hidrelétrica?

Estas são algumas das inquietações que alicerçaram a pesquisa, visto que o povo indígena Katxuyana recentemente preocupou seu território de origem, encerrando todo um histórico de migrações forçadas na região de estudo.

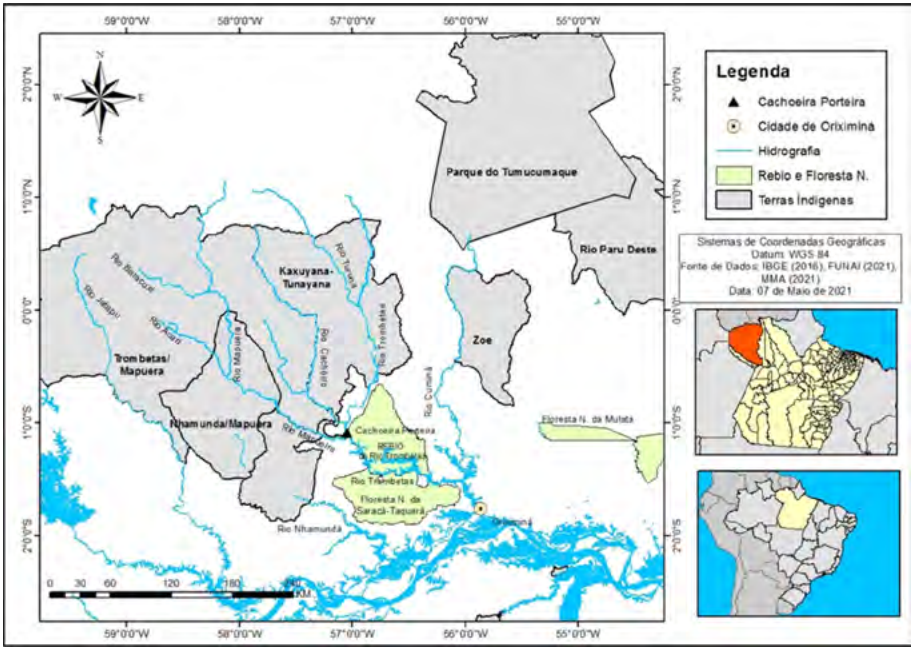
Metodologia

A pesquisa foi realizada em três (3) etapas: a) levantamento documental e bibliográfico, o qual permitiu compreender os possíveis impactos às populações humanas causados pela implantação das hidrelétricas, relacionando-as aos indígenas Katxuyana para, então, elaborar questões sobre as atividades desenvolvidas pelo coletivo local; b) trabalho de campo, com o objetivo de conhecer a realidade do coletivo indígena e seu território, além da realização de entrevistas gravadas e anotações referente às observações de campo; c) análise das informações coletadas, com vistas a identificar os impactos, materiais e simbólico, para o povo e o território Katxuyana.

Resultados e discussão

A recente preocupação dos Katxuyana em seu território de origem, na região da bacia do rio Trombetas, às margens do rio Cachorro e de outros tributários, no município paraense de Oriximiná (Figura 1), se deu no início dos anos 2000, dando início ao processo de reconhecimento perante à Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Contudo, desde 2018, o povo Katxuyana aguarda o fim dos procedimentos administrativos para a homologação pelo Presidente da República e registro em cartório (CPISP, s/d).

Figura 1 – Mapa da bacia do rio Trombetas, 2021



Fonte: Penha (2022)

Entretanto, no início de 2019, o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, General Santa Rosa, faz um pronunciamento referente a retomada de um antigo projeto hidrelétrico em Cachoeira Porteira, que foi paralisado no final da década de 1980, deixando a população que habita essa área apreensivos com relação ao futuro do seu território.

O povo Katxuyana tem duas aldeias, Santidade e Chapéu, na área de influência dessa usina, que terão suas terras alagadas, somado às possíveis restrições aos recursos naturais e alterações nas relações econômicas, sociais e culturais realizadas pelos coletivos, caso o projeto se concretize (PENHA; SILVA, 2022).

Como base teórica, a categoria território deve ser compreendida por e a partir de relações de poder, considerando que na área estudada essas relações estão se manifestando em duas escalas geográficas distintas: uma, por parte da comunidade indígena, e outra, pela hidrelétrica (governo e empresa), que se constituem enquanto agentes perturbadores do território.

O território deve ser compreendido para além do controle material, em sua dimensão física, como espaço geométrico, sendo incorporado também em sua dimensão simbólica, imaterial e cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais que estão inseridos no espaço coletivo (HAESBAERT, 1997; SAQUET,2007).

Os territórios são construídos e desconstruídos, e são disputados cotidianamente nos mais diferentes níveis de interesse e em diversas escalas que delimitam a área de influência, através das relações sociais de poder estabelecidas. Enquanto o território surge como fixação, anexação, ou enraizamento, a desterritorialização aparece como desligamento, separação, mudança, transformação e rompimento no nível simbólico e material, principalmente quanto ao uso dos recursos naturais, em que o abandono pode ocorrer espontaneamente, ou forçado da territorialização (HAESBAERT, 2004). A inserção de novos atores no território, geralmente ocasiona zonas de conflitos, decorrentes dos distintos interesses no território (SOUZA, 2006).

Na área de estudo, a territorialização dos Katxuyanas ocorreu há séculos, e a hidrelétrica Cachoeira Porteira, caso venha a ser efetivada, poderá alterar de forma permanente a região, inundando áreas importantes para a manutenção social dessa população. Esse processo se manifesta em escalas distintas de poder, seja na territorialização do capital e Estado, a partir da construção da hidrelétrica, o que pode implicar na desterritorialização do povo Katxuyana, evidenciando relações desiguais de poder.

Geralmente, no processo de instalação desses projetos ocorrem vários conflitos, principalmente por não haver participação dos sujeitos locais. Isso ocorre devido às políticas serem decididas em escala governamental, que envolve apenas gestores, agências de pesquisa e regulação estatal, empreendedores e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade, que, apenas no início da implementação, realizam audiências públicas com a população local, momento em que tomam conhecimento do projeto e suas implicações em seu território.

Logo que chegam nessas localidades e ocorrem as audiências públicas, já existe um "pacote" pré-estabelecido a ser executado, com poucas chances de modificação. Apesar disso, em alguns casos, especialmente quanto aos reassentamentos, obras sociais de uso coletivo no município, valoração de propriedades, dentre outras, com muita resistência e organização da comunidade local, podem ocorrer algumas alterações durante o período de negociação.

Para os Katxuyana o território possui características específicas, onde suas atividades produtivas e de subsistências estão ligadas direta-

mente ao uso dos recursos naturais (rio, floresta, solo), sendo elementos essenciais à organização territorial das aldeias. Atualmente, residem 43 famílias no território, com aproximadamente 418 pessoas (IBGE, 2010). A maioria das famílias habitam em casas de madeiras, distribuídas em nove aldeias na região do Alto Paru do Oeste, no rio Nhamundá e no rio Cachorro (Katxuru), afluentes da bacia do rio Trombetas.

Deste modo, a possível implantação da hidrelétrica Cachoeira Porteira marcará o início de impactos no território analisado, cuja principal justificativa para sua a implantação na Amazônia está pautada no discurso desenvolvimentista. No entanto, como anteriormente afirmado, a apropriação da área incide diretamente na forma de organização territorial do povo indígena Katxuyana, de modo a cristalizar os conflitos decorrentes das escalas de atuação e objetivação social. Desta forma, surgem preocupações do povo Katxuyana, a partir de suas organizações sociais para com seu território vivido, que será intensamente afetada pela construção/instalação dessa hidrelétrica.

A implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia tem gerado conflitos que atingem as comunidades ribeirinhas e territórios indígenas. Neste contexto, chocam-se interesses manifestos no território, já que há uma incompatibilidade no uso dos recursos naturais.

Considerações finais

Geralmente, a implantação de usina hidrelétrica no contexto amazônico passa a ter uma discussão polêmica por conta do perfil das comunidades que moram ao longo dos rios onde estas obras são instaladas, como é o caso da comunidade analisada, pois, para os indígenas Katxuyana, o rio está relacionado à subsistência de seu povo, com a inserção da obra da usina, o rio passa a uma demanda nacional. É neste contexto em que se chocam os interesses manifestados no território, já que há uma incompatibilidade no uso de um mesmo recurso.

Os Katxuyana exercem relações diferenciadas com o território, onde possuem uma ligação social, cultural e econômica. Deste modo, os coletivos indígenas, através de suas representações e organizações sociais, utilizam-se das formas simbólicas como elementos relacionados à defesa de sua territorialização, efetivada pela cosmogonia, experiência socioespacial e ancestral de construção de mundo.

Essa atuação é o único meio que disponibilizam para a defesa de seu território e de sua cultura. A desterritorialização produzirá fissuras profundas em seu modo de vida, ao passo que não podem contar com

a ajuda dos poderes constituídos na solução dos problemas, uma vez que são eles os agentes desse processo. Portanto, não há como se falar em promover o desenvolvimento local, sem considerar os atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Referências

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. **Sistemas Furnas de geração e transmissão** - Usina hidrelétrica. Furnas - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, 2013.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; PUJOL, Antoni Francesc Tulla Hidrelétricas e (re)ordenamento do território: uma comparação entre os povos amazônicos (Brasil) e das montanhas da Catalunya (Espanha). **Confins** [Online], 36 | 2018. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. **Conflitos no campo Brasil**, v. 1, p. 104-111, 2022.

CPISP. Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Povos indígenas em Oriximiná**. Link: https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/indios-e-quilombolas/povos-indigenas/. Acesso em: 19 jul. 2021.

FERNANDES, B. M. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do camponês. *In*: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Março, 2005. Anais. São Paulo, p. 4860- 4864.

HAESBAERT. R. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997. 293 p.

HAESBAERT. R. Des-caminhos e Perspectivas do Território. *In*: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010.

PENHA, L. M.; SILVA, A. de A. The territorialization of the Katxuyana indigenous people in the Trombetas region, western Pará. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 84–105, 2022. DOI: 10.46551/rc24482692202220.

SAQUET, M. A. As Diferentes Abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. *et al.* (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

21

As novas dinâmicas territoriais das frentes pioneiras no sul do Amazonas: Lábrea, Humaitá e Apuí

Ana Beatriz Castro de Jesus
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
castrob491@gmail.com

Thiago Oliveira Neto
Universidade Federal do Amazonas – UFAM/
Universidade de São Paulo - USP thiagoton91@live.com

Fredson Bernardino Araújo da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
fbernardino1997@gmail.com

RESUMO

As transformações territoriais na Amazônia contemporânea apresentam características que remetem ao deslocamento das frentes pioneiras ao longo dos eixos rodoviários, tais dinâmicas apresentam novos elementos, principalmente com o deslocamento interno de capitais e de migrações dentro das frentes pioneiras consolidadas de Rondônia e Mato Grosso para as novas frentes no Sul do Amazonas, apresentando articulações marcadas pela apropriação econômica de uma faixa pioneira que acompanha os percursos rodoviários das ligações BR-230 (Transamazônica), BR-319 (Manaus-Porto Velho) e AM-174 (Apuí-Novo Aripuanã). Nesse contexto, este texto aborda as transformações na faixa pioneira que apresenta intensas transformações territoriais com a inserção de novos conteúdos técnicos como portos, frigoríficos e melhorias nas trafegabilidades das rodovias mencionadas. Para fins de abordar essa temática, a pesquisa foi realizada por meio de trabalho de campo ao longo do percurso das rodovias mencionadas, correspondendo a uma faixa de intensas mutações.

Palavras-chave: Frentes pioneiras. Eixos rodoviários. Transformações.

Introdução

As dinâmicas de transformação da Amazônia continuam em marcha, apresentando novas feições espaciais com o deslocamento da faixa pioneira para o interior dessa região, apresentando, no período atual, uma faixa pioneira que corresponde ao percurso da rodovia Transamazônica (BR-230), passando a apresentar novos conteúdos técnicos e fluxos que articulam diversos lugares.

Essas dinâmicas correspondem aos avanços das ocupações econômicas do território, isto é, com fluxos econômicos, de pessoas e de veículos, seguindo os caminhos terrestres já existentes. De maneira a verticalizar esse entendimento, identificou-se em trabalho de campo que essa faixa pioneira apresenta atividades econômicas centradas principalmente na transformação das florestas e de áreas já alteradas em áreas de produção de grãos, madeira e de pecuária, com novos conteúdos técnicos marcados pela presença de frigoríficos, melhoria das infraestruturas rodoviárias e de novos portos fluviais privados.

Nesse contexto de uma Amazônia em constantes mutações relacionadas às dinâmicas de frentes pioneiras de ocupação, buscou-se por meio desta pesquisa trazer um conjunto de análises dessas transformações, chamando atenção para a formação de uma faixa pioneira com intensos processos de ocupação recente, marcados pelo deslocamento de capitais e de pessoas para os eixos das rodovias BR-319, BR-230 e AM-174, constituindo em três principais vetores de expansão das frentes pioneiras no Sul do Amazonas.

Metodologia

A realização da pesquisa ocorreu em três principais etapas que incluíram levantamento bibliográfico, realização de trabalho de campo ao longo das rodovias BR-319 e BR-230 e, por fim, sistematização das informações e transformações territoriais identificadas e os aportes teóricos para compreender tais mudanças, assim como representar os diversos sistemas de engenharia existentes e a nova faixa pioneira que existente na Amazônia. O levantamento bibliográfico realizado esteve centrado nas discussões sobre frentes pioneiras e o processo recente de transformação territorial na Amazônia.

A segunda etapa consistiu na realização de um trabalho de campo entre os dias 17 e 22 de setembro de 2022, com levantamento de dados por meio de entrevistas abertas com os moradores das cidades de Lábrea,

Humaitá e Apuí. Além dos percursos rodoviários, realizou-se deslocamentos fluviais no rio Madeira, a pé nas cidades mencionadas e deslocamento em automóvel na rodovia AM-174.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos dados obtidos em trabalho de campo e o retorno em leituras sobre as transformações espaciais no Sul do Amazonas. Nessa etapa, centrou-se na elaboração de representações dessa nova faixa pioneira que se desenhou nas últimas décadas no percurso da rodovia Transamazônica.

Rodovias e frentes pioneiras

O processo de ocupação de diversas áreas do país foi marcado pela expansão das frentes pioneiras atreladas à abertura de novos caminhos terrestres para expansão de atividades econômicas no território brasileiro, como salientou Monbeig (1984) para o caso paulista e Théry (2010 [1976]) quando analisou o estado de Rondônia. A marca desse movimento de ocupação na Amazônia desde a década de 1960 está alicerçada nas políticas territoriais. Uma das faces desse movimento de estruturação do território brasileiro foi A expansão da malha rodoviária, a inserção de diversos incentivos para migração, a promoção de atividades econômicas e os projetos governamentais como usinas hidrelétricas, projetos de colonização e industriais, constituíram em elementos fundamentais para impulsionar as frentes pioneiras em direção à Amazônia, em um deslocamento que acompanhou os percursos rodoviários estabelecidos na região a partir de 1960.

Na Amazônia brasileira, houve a inserção de vários projetos rodoviários, estes tinham objetivos geopolíticos de possibilitar uma integração territorial, acesso as fronteiras e aos principais núcleos urbanos existentes, fatos geopolíticos que estão relacionado ainda aos objetivos econômicos como acesso aos recursos naturais, as terras para produção de grãos, rebanhos e demais criações, colonização e especulação, expansão de serviços como o caso das linhas de ônibus (BECKER, 1982; OLIVEIRA NETO, 2019). Essa expansão das frentes pioneiras na Amazônia ocorreu a partir da década de 1960 com a abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (atual BR-364 Araraquara/SP-Mâncio Lima/AC), posteriormente a partir de 1968, com a construção das rodovias BR-174 e BR-319, e em 1970, com a construção das rodovias BR-163 e BR-230. Esses projetos buscavam para além da integração territorial, reduzir as pressões sociais pela necessidade de terra para agricultura nas regiões Nordeste e Sul, com a criação de diversos projetos de colonização com a intenção de realizar uma reforma agrária, mas de acordo com Ianni (1979) houve uma con-

tra-reforma agrária, constituindo na expansão do capitalismo na região como salientaram Muller e Cardoso (1977).

No contexto, pode-se salientar que no Sul do Amazonas houve a inserção de políticas territoriais que culminaram na materialização de dois eixos rodoviários: BR-230 e BR-319. A primeira corresponde ao antigo projeto de colonização e de integração territorial entre o Nordeste e a Amazônia, enquanto o segundo eixo resulta de uma política territorial voltada à integração regional entre Manaus e Porto Velho. Ambos os eixos apresentam uma ligação no município de Humaitá, constituindo-se em um importante nó da circulação regional.

O município do Apuí foi oriundo do projeto de colonização da década de 1980, enquanto que o município de Humaitá teve projetos agropecuários estimulados pelo estado na década de 1990 (GALUCH; MENEZES, 2020; LIMA, 2008; CASTRO DE JESUS, *et al*, 2023). Nesse sentido, as rodovias e os diferentes projetos implantados foram fundamentais para a expansão das frentes pioneiras no Sul do Amazonas.

As rodovias na Amazônia constituem nos principais vetores de expansão das frentes pioneiras, nesse sentido, podemos mencionar que existem diferentes características dessas frentes pioneiras na região, podendo ser identificada pelo menos duas: i) frente pioneira já estabelecida; ii) frentes pioneiras com novas dinâmicas que constituem em um revigoramento de percursos terrestres como o caso particular da rodovia Transamazônica no trecho amazonense no período atual, característica já mencionada por Silva *et al.* (2021), Silva e Silva (2022) e Castro de Jesus *et al.* (2023).

Uma nova faixa pioneira e seus novos conteúdos técnicos

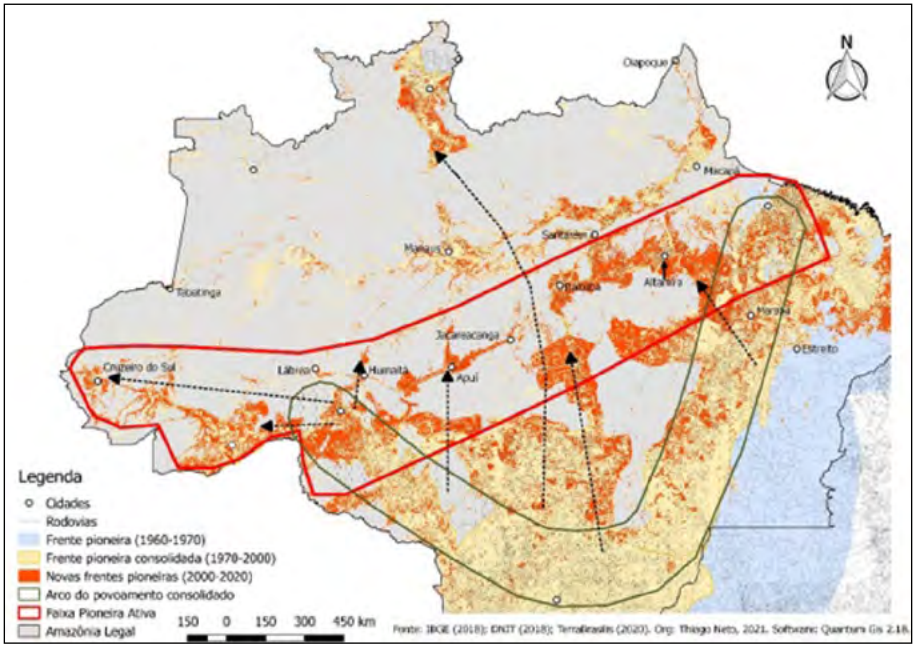
No período atual, observam-se mutações nessa faixa pioneira que corresponde ao percurso das rodovias BR-230 e do trecho Sul da rodovia BR-319, sobretudo entre as cidades de Lábrea, Humaitá e Apuí. Entretanto, essa nova faixa pioneira (Figura 1) é caracterizada por suas articulações que não estão subordinadas somente à essas cidades, mas também apresentam influência tanto nos deslocamentos quanto nos fluxos capitais inseridos nas escalas regional e nacional.

Esse deslocamento pode ser analisado a partir do fluxo rodoviário, seja no transporte de pessoas ou de cargas. No que se refere ao transporte de pessoas, notou-se que no percurso do distrito de Realidade até Humaitá, o desenvolvimento das frentes pioneiras de ocupação está associado às frentes pioneiras já estabelecidas, neste caso, impulsionadas por Rondônia. O deslocamento é uma característica da distribuição urbana,

uma vez que se encontra correlacionada a outros elementos como, por exemplo, a presença de comércios voltadas às atividades agrícolas, consolidação dos ramais existentes e a instalação de novas infraestruturas de circulação.

No âmbito de transporte de cargas, verificou-se a existência de fluxos rodofluviais e rodoviários que possibilitam o estabelecimento de articulações regionais dessa faixa pioneira com a cidade de Manaus e os estados de Rondônia e Mato Grosso. Os principais fluxos consistem no transporte de cargas de rebanhos bovinos vivos e de madeira.

Figura 1 – Faixa pioneira e arco
do povoamento consolidado na Amazônia



Fonte: Oliveira Neto (2023)

Dentre as infraestruturas existentes no município de Humaitá (Figura 2), destaca-se a conclusão por parte do Governo Estadual de uma via de acesso denominada de "Anel Viário", para fins de deslocar a passagem de carretas e caminhões por fora da área urbana da cidade. Com 12 quilômetros de extensão, essa infraestrutura visa uma nova dinâmica de escoamento, assim, os produtos não farão um percurso interno, dimi-

nuindo a circulação de caminhões e carretas dentro da área urbana que foram impulsionados a partir dos portos graneleiros instalados no município. Tal articulação expressa novos arranjos relacionados a uma modificação no modelo de distribuição dos produtos ou serviços que vêm sendo trazidos desde a consolidação das rodovias.

Além das infraestruturas voltadas à fluidez da circulação de cargas, pode-se destacar a presença de balsas utilizadas nas atividades garimpeiras. Essas balsas realizam o trabalho de movimentação de sedimentos do leito do Rio Madeira para fins de encontrar ouro. Na orla da cidade, é possível identificar um conjunto de balsas utilizadas nesta atividade econômica. Nesta mesma orla, identifica-se a presença de infraestruturas portuárias com funções distintas: i) a primeira consiste em um pequeno porto que atende a dinâmica de circulação fluvial regional; ii) está relacionado à circulação de cargas em balsas na rota Manaus-Porto Velho e Humaitá-Manaus; iii) consiste em uma infraestrutura portuária voltada a movimentação de grãos de soja e milho.

Esses novos conteúdos técnicos correspondem a nova face que a faixa pioneira do Sul do Amazonas apresenta. Outra característica identificada por Castro de Jesus *et al.* (2023) é a transformação da paisagem agrária com a expansão de capitais que impulsionam as atividades econômicas centradas na pecuária e na extração de madeira. Sendo essa última caracterizada ainda pela substituição de antigos colonos que migraram na década de 1980 com diversas atividades econômicas voltadas a criação de rebanhos, presença de fruteiras e de pequenas plantações de ciclo curto. Essa dinâmica está sendo substituída a partir da aquisição das terras por empresários oriundos principalmente dos estados de Rondônia e Mato Grosso, constituindo-se na inserção de novas fazendas com predomínio da atividade pecuária. Em suma, o que se observa são os avanços das frentes pioneiras de áreas consolidadas, como Mato Grosso e Rondônia, em direção ao Sul do Amazonas, portanto num vetor predominante Sul-Norte.

Figura 2 – Infraestruturas voltadas à logística em Humaitá

Fonte: Trabalho em campo (set/2022)

Legenda: : a) Fazenda bovina na margem da via; b) Via sem capeamento asfáltico; c) Visão panorâmica de um dos portos graneleiros; d) Anel Viário que interliga a BR-319 a região portuária de Humaitá

As frentes pioneiras existentes na Amazônia apresentam diferentes articulações multiescalares. No caso particular do Sul do Amazonas, foi possível identificar ao longo do trabalho de campo que a faixa pioneira apresenta as seguintes articulações: i) entre frentes pioneiras situadas no eixo da Transamazônica; ii) por meio de fluxos das linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais; iii) fluxos de capitais e de migração das frentes pioneiras já consolidadas com a frente pioneira ativa do Sul do Amazonas.

Considerações finais

O Sul do estado do Amazonas corresponde a uma das mais dinâmicas frentes pioneiras na Amazônia, apresentando mutações centradas na consolidação das infraestruturas de circulação existentes, inserção de novas e o deslocamento de capitais das frentes pioneiras consolidadas para a faixa pioneira que corresponde ao percurso rodoviário da Transamazônica no trecho amazonense.

A transformação em marcha na faixa pioneira mencionada nesta pesquisa corresponde às novas características que as frentes pioneiras na Amazônia ganham no período atual, centradas principalmente na expansão do desflorestamento, pecuária e produção de grãos.

Por fim, o Sul do Amazonas corresponde a uma faixa de expansão dos investimentos estatais e de capitais privados oriundos de frentes pioneiras consolidadas dos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará, chamando atenção que esta dinâmica está acompanhando os percurso rodoviários existentes.

Referências

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO DE JESUS, A. B.; OLIVEIRA NETO, T.; BERNARDINO, F. A. S. Rede urbana e frentes pioneiras no Sul do Amazonas: rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 108, 2023.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, M. S. B. de. **Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. 2008.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

GALUCH, M. V.; MENEZES, T. C. C. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 388-412, 2020.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984. MULLER, Geraldo; CARDOSO, F. H. C. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA NETO, T. **Transportes rodoviário de passageiros na Amazônia**. Manaus: *mimeo*, 2023.

OLIVEIRA NETO, T. **Rodovia BR-163**: entre a geopolítica e a geoeconomia. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SILVA, R. G. da C.; SILVA, V. V. da; MELLO-THÉRY, N. A. de; LIMA, L. A. P. Nova fronteira de expansão e áreas protegidas no estado do Amazonas. **Mercator**, v. 20, p. 1-13, 2021.

SILVA, V. V. da; SILVA, R. G. da C. Amazônia, Fronteira e Áreas Protegidas: dialética da expansão econômica e proteção da natureza. **Ambiente e Sociedade**, v. 25, p. 1-21, 2022.

THÉRY, H. Rondônia: **Mutações de um território federal na Amazônia Brasileira**. Tese de Doutorado defendida em 1976 [2010] na Universidade de Paris 1. Tradução de Evelyne Mainbourg.

22

Territorialidades amazônicas: territórios cognitivos e pluriepistêmicos para equidade digital em IA - Inteligência Artificial

Maria Angelita da Silva
Universidade Federal do Amazonas UFAM, Humaitá
angelita@ufam.edu.br

Lorranne Gomes da Silva
Universidade Estadual de Goiás UEG – Goiás
lorrannegomes@gmail.com

RESUMO

Vimos através deste trabalho apresentar a problematização sobre a invasão de territórios simbólicos e cognitivos de povos indígenas e tradicionais e pavimentar o debate sobre equidade digital e neurodiversidade em IA no Brasil, especialmente no contexto amazônico e latino-americano. O campo jurídico do neurodireito promove discussão a partir dos direitos fundamentais individuais e coletivos, mas é no direito difuso que reside a proteção amplificada de direito às identidades, memória coletiva, à territorialidade, ancestralidade, língua e outros epistemes. O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão sobre a PLS 2338/2023 regulamentação da IA no Brasil, e especialmente a PEC 029/2023 e seus desdobramentos para os direitos fundamentais. A metodologia que vem sendo utilizada é de abordagem qualitativa e quantitativa com enfoque na pesquisa documental e na análise descritiva analítica de documentos em tramitação no Congresso Nacional. Os resultados não definitivos apontam para uma urgência de ampliação no debate pluriepistêmico e científico.

Palavras-chave: Territorialidades subjetivas. Colonialidade e invasão de territórios simbólicos. Equidade digital e neurodiversidade. Direito difuso e neurodireito. Parlamento brasileiro.

Introdução

Dialogar sobre territorialidades amazônicas e analisar as dinâmicas territoriais que reconfiguram a Amazônia no contexto dos desafios dos direitos humanos e da educação pública como processo sociocultural necessário à compreensão das transformações contemporâneas na região, entrelaçando o local e o global, se manifesta como grande desafio atual. Na era digital onde a neurociência, por meio da neurotecnologia, representa, através de inovações em IA – Inteligência Artificial como o ChatGpt, esse salto tecnológico difícil de mensurar em seus aspectos éticos e de equidade sociocultural e pluriepistêmica é que introduzimos ao debate das territorialidades amazônicas e da colonialidade esse aspecto incontestável da nova colonização em curso - a das redes neurais profundas e aprendizagem de máquina.

As funções psicológicas superiores, como apontam pensadores da psicologia histórico cultural, são a linguagem, o pensamento, a imaginação, memória, atenção, percepção, criatividade, todas essas funções desenvolvidas pelas janelas de aprendizagem, o sistema sensorial da percepção da visão, audição, paladar, olfato e tato. Ao reconhecer que essas funções são desenvolvidas individual e coletivamente tendo como base a cultura, isso nos faz pensar que o cérebro biológico não determina de forma genérica e padronizada o processo de aprendizagem.

Povos indígenas nos oferecem repertório para combater padrões normativos da cultura ocidentalizada quando, por exemplo, nos apresenta o conceito de língua espírito, ou quando desenvolve uma relação com a natureza, que desafia nossa percepção baseada na razão ocidental.

"As plantas falam", os rios e florestas são sujeitos de direito, os animais são entidades, na verdade radares que em ondas os comunicam do perigo iminente e os instrui…O sonho para os Yanomami, um dos povos indígenas mais numerosos e mais conhecidos da América do Sul, também, são diferentes de como a cultura ocidentalizada pode conceber e compreender. Segundo a antropóloga Hanna Limulja (2022), em entrevista para @GAMA REVISTA os sonhos "são experiências enviadas todas as noites pelos xapiri pë, espíritos que os auxiliam a navegar pelas paisagens oníricas. Eles nascem junto com as flores da árvore dos sonhos. Quando estas não desabrocham, os yanomami simplesmente não sonham." (LIMULJA, s/n, 2022).

E assim, vamos compondo um mosaico de linguagens e cosmovisões que desafiam nossa compreensão da realidade, e esses territórios cognitivos e epistemológicos é que serão tema de nossa reflexão sobre direitos humanos, direitos difusos e neurodireito e invasão de territórios

simbólicos e cognitivos pela IA e seus desenvolvimento a partir da ética de mercado.

Metodologia

A metodologia que vem sendo utilizada é de abordagem qualitativa e quantitativa com enfoque na pesquisa documental e na análise descritiva analítica de matéria legislativa em tramitação no Congresso Nacional. Nesse contexto legislativo o Projeto de Lei 21/20 que tinha como objetivo criar o marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA) pelo poder público e demais setores da sociedade foi apresentado em 2 de março de 2020 pelo Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) e aprovada com alterações no Plenário da Câmara de Deputados em 29 de setembro de 2021. Atualmente está tramitando no Senado PLS 2338/2023 tendo o Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) como autor.

Resultados e discussão

A PLS 2338/2023 está aberta para consulta pública virtual, onde 210 pessoas opinaram, 60 aprovaram a matéria e 130 não. De qualquer forma, um tema relevante como esse e de grande impacto social, econômico e sociocultural não está tendo a visibilidade que merece, uma vez que grandes corporações empresariais de neurotecnologia nacionais e internacionais se debruçam sobre o tema, assim como as principais nações do planeta. O grande público, principal afetado por essas mudanças de paradigmas, permanece alheio ao debate. Há especialistas que comparam a corrida da Inteligência Artificial à corrida espacial e armamentista, por conta dos impactos na cultura e economia global.

Em consonância com a regulamentação da IA no Brasil, temos ainda o PL 2630 tramitando na Câmara dos Deputados que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, o que aguçou o debate sobre censura e liberdade de expressão. Para engrossar esse caldo de interesses e contradições, a PEC 029/2023, de 16 de junho de 2023 e seus desdobramentos para os direitos fundamentais, prevê alteração constitucional para garantir direitos fundamentais embasados nas transformações do mundo tecnológico atual.

E em que tudo isso impacta territórios simbólicos e subjetivos e suas heranças ancestrais? Justamente o fato de que se presume e se argumenta que estamos diante de rápidos avanços tecnológicos e esses por

sua vez operam num processo de colonização ininterrupto (SAID, 2011) onde a invasão de territórios cognitivos e mentais representam risco para a dignidade humana e proteção mental e cognitiva.

A exemplo da Proposta de Emenda à Constituição n. 17, de 2019, concebida no Congresso Nacional/Senado Federal, que culminou na recente Emenda à Constituição n. 115, de 10 de fevereiro deste ano, a qual alterou a Lei Maior para nela incluir a proteção de dados pessoais dentre os direitos e garantias fundamentais, a PEC 029/2023 prevê alterar a Constituição Federal para incluir, entre os direitos e garantias fundamentais, a proteção à integridade mental e à transparência algorítmica. Essa ação tem jurisprudência segundo a PEC 029/2023:

> Na América Latina, o Chile é o único país que avançou na análise do tema, expressando preocupação com a necessidade de advento de marco regulatório capaz de reconhecer novos direitos humanos à vista do desenvolvimento tecnológico atualmente experimentado. Ao aprovar a Lei nº 21.383, publicada em 25 de outubro de 2021, o parlamento chileno alterou a Constituição do país para contemplar o direito à neuroproteção como decorrência da proteção à dignidade humana, resguardando o direito (i) à privacidade mental, (ii) à identidade e à autonomia pessoal, (iii) ao livre arbítrio e à autodeterminação, (iv) ao acesso equitativo a mecanismos de incremento cognitivo cerebral, e (v) à proteção contra o preconceito algorítmico em processos automatizados de tomada de decisão (PLS 29/2023, p. 4).

O Chile foi o primeiro país no mundo a adotar legislação para proteger a integridade mental e, por ser latino-americano, podemos depreender que seus epistemes locais têm a ver com isso. Antes disso temos a Constituição equatoriana de 2008, no Caso Vilacamba, que previa a natureza – "Pacha Mama" – como sujeito de direito. No que tudo indica, países da América-latina têm prestado atenção nas epistemologias locais e seus saberes ancestrais. O que queremos é que no caso brasileiro o mesmo ocorra. A boa notícia é que temos o primeiro rio do Brasil a ter seus direitos próprios reconhecidos e, isso ocorreu no Estado de Rondônia:

> Dia 5 de junho de 2023, professor Francisco OroWaram, na Câmara de Vereadores de Guajará Mirim/RO foram aprovados por unanimidade o projeto de Lei 07/2023 que reconhece o Rio Laje como sujeito de Direitos, projeto de autoria do Vereador indígena professor Francisco OroWaram, apoiado pelo também vereador e professor Wem Cacami que em 3 de abril já haviam

> conseguido o feito de alterar a Lei Orgânica do Município para reconhecer os direitos da Natureza no território(Via Instagran Mapas_direitosdanatureza, 23/06/2023).

Novamente, chamamos atenção para o contexto epistêmico e cultural em que essas ações legislativas se desenvolvem e buscamos a reflexão de que o mesmo deva ocorrer com a proteção dos territórios cognitivos e mentais de nossos povos amazônicos com o protagonismo pluriepistêmico dos mesmos.

Considerações finais

Das análises feitas em consonância com o cenário atual e pluriepistêmico a nível amazônico e de América-latina entendemos que o contexto tecnológico merece atenção difusa e coletiva. A ética de mercado a atropelar e querer achatar a ética de gente, parafraseando Paulo Freire (1996) precisa ser confrontada para que territórios simbólicos e cognitivos não sejam invadidos e colonizados, ao contrário, que os povos das águas e da floresta, como há tanto tempo tem realizado, possam manter suas cosmovisões para promoção da equidade digital e neurodiversidade capazes de fazer frente aos ataques à dignidade humana. A América-latina tem demonstrado repertório de vanguarda para isso.

Referências

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2338, 4 de maio de 2023**. Disponível em: www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233 Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 21, de 4 de fevereiro de 2020**. Disponível em: www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236340 Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2630, de 3 de julho de 2020**. Disponível em: www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 29, 13 de junho de 2023.** Disponível em: www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/158095 Acesso: 23 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMULJA, Hanna Notas sobre os sonhos yanomami. **Revista de Antropologia**, 65: 2022b.

LIMULJA, Hanna. Hanna Limulja: 'A forma única como os yanomami sonham, assim como todo o universo deles, está sob ameaça'. [Entrevista concedida a] Leonardo Neiva. **@GAMAREVISTA** (website), São Paulo, julho, 2022.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, M. A. da, Ferreira, J. da S.; Mori, N. N. R. **Identidade e pertencimento**: quando a natureza, sujeito de direito, promove o direito dos sujeitos. **Revista Videre**, 13(27), 26-56, 2021https://doi.org/10.30612/videre.v13i27.12944

23

As dinâmicas territoriais do agronegócio na Amazônia brasileira – o caso do município de Vilhena/RO

Diego Alves Lus
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
diegodelus@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como eixo principal de análise compreender as dinâmicas territoriais do agronegócio na Amazônia brasileira – o caso do município de Vilhena/RO. As relações econômicas de ordem global se efetivam com a apropriação do território em função das novas características impostas pelo mercado externo. Os resultados dessas transformações estão relacionados com o processo atual de globalização da economia, tendo suas implicações nas transformações territoriais e na atuação social e econômica desse município. As empresas trading, como a Amaggi e Cargill, tem suas atividades vinculadas com o armazenamento, o transporte e a comercialização das commodities. A metodologia utilizada neste artigo, parte da compreensão e identificação dos elementos potenciais que engendram as transformações territoriais, entendidos como eixos norteadores da pesquisa. Para os procedimentos técnicos, foram utilizados dados estatísticos para posterior espacialização cartográfica utilizando o software de cartografia temática Philcarto.

Palavras-chave: Amazônia. Agronegócio. Território.

Introdução

O presente artigo foi desenvolvido a partir da necessidade de compreender os circuitos territoriais do agronegócio na Amazônia brasileira – o caso do município de Vilhena/RO. Em função das novas características impostas pelo mercado externo o território se reestrutura para suprir a demanda de produção econômica, apresentando novas funcionalidades territoriais.

Os resultados dessas transformações estão relacionados com o processo atual de globalização da economia, tendo suas implicações no território e no atual dinamismo visualizado na atuação social e econômica desse município.

As novas relações cidade e campo que surgem em função do cultivo de grãos e principalmente da produção de soja, sendo esta *commodity* solicitada para abastecer a demanda do mercado externo, formam novos arranjos territoriais em Vilhena.

Estas atividades exigem uma adequação da cidade em se estruturar com os equipamentos para abastecer o campo. Com isso se configura um novo dinamismo, sendo os meios de produção alicerçados pela inovação tecnológica, evolução da ciência e a espacialização das informações. O Estado comparece neste processo com as políticas públicas de desenvolvimento econômico, que servem de incentivo para as empresas privadas instalarem-se, o que termina por modificar a configuração territorial do município.

Para uma produção mais eficiente torna-se essencial uma transformação territorial, adequando-o para uma atividade de maior qualidade e quantidade, suficientes para atender as demandas externas.

A metodologia utilizada neste artigo, parte da compreensão e identificação dos elementos potenciais que engendram as transformações territoriais, entendidos como eixos norteadores da pesquisa. Para os procedimentos técnicos, foram utilizados dados estatísticos para posterior espacialização cartográfica utilizando o software de cartografia temática Philcarto.

Agronegócio, globalização e os circuitos territoriais

O agronegócio está inserido num ambiente econômico e social complexo e diversificado. A exploração econômica das propriedades rurais, concebida no pretérito como uma atividade isolada, tem na atualidade um amplo espectro de inter-relações e interdependências produtivas, tecnológicas e mercadológicas (CALLADO; CALLADO, 2009; LUS,2012).

A globalização e integração dos mercados, envolvidos em um sistema com arranjos institucionais direcionados para as atividades econômicas, atendem tanto o mercado doméstico quanto o mercado internacional. O tradicional setor primário (caracterizado principalmente pelo tripé agricultura-pecuária-extrativismo) tem se transformado em agrone-

gócio (diversificado-moderno-complexo) (CALLADO; CALLADO, 2009, LUS,2012).

As políticas públicas dirigidas ao setor agroindustrial e, principalmente, à agricultura, após a estabilização, continuam condicionadas por dois fatores básicos – abertura econômica e crise fiscal -, colocando a necessidade de ganhos contínuos de competitividade nessas atividades (TOMICH; MAGALHÃES; SILVEIRA, 2001).

Nas economias contemporâneas, o produto agrícola ou agropecuário tradicional possui uma série de características, principalmente pelo avanço das tecnologias, como o processo de irrigação localizada, defensivos de última geração, o melhoramento genético das sementes, as máquinas eficientes, o transporte, o monitoramento por satélite, acondicionamento e refrigeração, fruto de investimentos privados e públicos (RIBEMBOIM, 2009).

As regras e normas para a entrada destes produtos no mercado internacional, estão cada vez mais sofisticadas e exigentes. Estas *commodities* têm suas características específicas: 1) a padronização; 2) deve ser pouco perecível, normalmente deve ser armazenada ou transportada para entrega futura; 3) ampla escala de consumo, grandes disponibilidades do produto para negociação e transação; 4) ter seu fluxo livre e negociado pelo preço de equilíbrio, isto é oferta e demanda existentes; 5) condição de matéria-prima ou semi elaboração, não pode sofrer um complexo sistema de produção, pois sua disponibilidade estaria afetada em caso de falha na cadeia produtiva (NEVES, ZYLBERSZTAJN, 2005).

A organização funcional e estrutural dos fixos em sistemas de engenharia, não seria possível se não houvesse uma unicidade técnica para a realização do processo de mundialização da produção, ou a unificação do mercado consumidor, do sistema financeiro internacional. Então o fenômeno da simultaneidade ganha novo conteúdo, pois em nenhum outro período, cada momento compreendeu uma sistematização dos lugares e dos eventos que são interdependentes, incluídos na atualidade em um só sistema de relações (SANTOS,1996).

O território usado pelo agronegócio em Vilhena

A produção do território se estabelece em função da intensidade dos investimentos, esses alocados no lugar onde se percebe a tendência de desenvolvimento da produção econômica (LUS,2010).

No município de Vilhena, as empresas instalam filiais que gerenciam o armazenamento e o escoamento de grãos produzidos para abas-

tecer o mercado externo. Atribui-se desse modo o fato de empresas relacionadas com o desenvolvimento do agronegócio, sendo aqui entendido como os negócios vinculados à agropecuária moderna, se instalarem no município impondo novas formas fixas e também novos meios de escoar a produção com os fluxos.

Desse modo o cultivo de soja, traz consigo, as empresas vinculadas com as atividades agropecuárias. Tais comércios são especializados no fornecimento de insumos, fungicidas, herbicidas, adubos, fertilizantes, manutenção de equipamentos agrícolas, etc (LUS,2012).

As cidades se tornam foco do capital e de instalações essenciais para operação e circulação dos recursos mundializados. Dessa maneira tais adequações são impostas pelo modo de produção, alterando o espaço geográfico (ARROYO,2003; BERNARDES; 2006; ELIAS ; 2006).

Essa dinâmica impõe ao Estado uma geografia agrícola recente, onde os espaços são apropriados, formando um fator socioespacial diferenciado pelas novas vertentes de produção e dessa forma tem sua fronteira agrícola ampliada.

Os significativos avanços desses cultivos estão também relacionados com a evolução das técnicas utilizadas para se obter melhores resultados e poderem alcançar as demandas solicitadas para abastecer o mercado externo, sendo dessa forma as pesquisas científicas e a tecnologia a base deste aumento significativo da agricultura, permitindo a produtividade em alta escala, com excelente qualidade (LUS,2010).

Isto demonstra a modernização na agricultura em Rondônia, tendo seu desenvolvimento principalmente com base no agronegócio de commodities. Com isso se tem caracterizado a configuração territorial devido às ações em escala mundial, as formas fixas têm nos lugares seu campo de objeto, destinados a incorporar as necessidades de uma produção em constante alteração.

Em suma, compreende-se uma estratégia onde os fatores responsáveis pelo seu padrão de evolução estão alicerçados em tendências globais, que ocorrem alterando as relações não só de uma parcela da população, mas de toda uma sociedade que muitas vezes não está habituada com o nível de exigência imposto por tais demandas, tendo que se adequar ao novo padrão de desenvolvimento econômico da sociedade (COSTA SILVA; LUS, 2008; LUS, 2010; 2012).

Considerações finais

No período atual, se estabelece a reciprocidade dos lugares, constituindo-se as dinâmicas territoriais exercidas para poder abastecer as demandas globais.As ações dos agentes econômicos, são estimuladas pelas medidas adotadas pelo Estado, quando fornecem subsídios para as atividades impostas e dão uma nova configuração dos arranjos produtivos rurais e aos serviços e fluxos urbanos, decorrentes da atividade econômica do agronegócio.

Destarte, o espaço geográfico do município de Vilhena tem seu espaço de produção, com a inserção de capitais, maquinário agrícola, as construções, os arranjos territoriais, devido à expansão do cultivo de soja, com a formação do espaço globalizado.

Referências

ARROYO, M. Território Brasileiro e Mercado Externo: Uma leitura dessa relação na virada do século XX. *In*: SOUZA, Maria Adélia (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR – 163 matogrossense. *In*: BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire. (orgs.). **Geografia da soja**: BR – 163 fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-37.

CALLADO; A. A. C.; CALLADO; A. L. C. Sistemas Agroindustriais. *In*: CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-19.

COSTA SILVA, R.G.C; LUS, D.A. Amazônia e as instabilidades do território: transformações na agricultura, campo e cidade em Rondônia. **XV Encontro Nacional de Geógrafos** – ENG. 20 a 26 de Julho de 2008. Universidade de São Paulo. USP.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: Pequeno, R. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

LUS, D. A. **Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena**: uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia (2012). 120f.

LUS, D. A. Novos arranjos territoriais do agronegócio em Rondônia. Anais **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças: Espaço de diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

NEVES; M. F. A Década do Agronegócio. *In*: NEVES; M. F; ZYLBERSZTAJN; D; NEVES; E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 3-7.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEMBOIM; J. A. Produtos Agrícolas e mercados no agronegócio**.** *In*: CALLADO, A. A. C. (Org). **Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2009:p-59-71.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TOMICH; F.A; MAGALHÃES; L.C.G; SILVEIRA; F. G. Desempenho do comércio internacional e a competitividade do agronegócio brasileiro: Avaliação da década de 1990 e cenários*. In:* GASQUES; J.G; CONCEIÇÃO; J.C.P.R (Org). **Transformação da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 339-372.

24

A territorialidade camponesa na comunidade de Porto Alegre, rio Juruá em Ipixuna-AM

José Augusto Lopes de Andrade
Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Ipixuna-AM
lopesandrade.augusto@gmail.com

Francilene Sales da Conceição
Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus-AM
fconceicao@uea.edu.br

RESUMO

Este trabalho aborda a territorialidade camponesa dos(as) ribeirinhos(as) da comunidade Porto Alegre, concernente ao modo de subsistência a partir da agricultura de várzea e da pesca que desenvolvem atividades para a subsistência e renda familiar, sendo necessário a compreensão da interação do campesinato ribeirinho com a natureza e os conflitos derivados da lógica do capital sobre as diferentes territorialidades camponesas na Amazônia. O objetivo do trabalho é analisar a territorialidade, práticas de reprodução territorial e as estratégias de resistência do campesinato ribeirinho da Comunidade de Porto Alegre, no rio Juruá no município de Ipixuna-Am. O estudo parte do método Histórico-Crítico e Dialético que possui uma abordagem qualitativa. Quantos aos procedimentos metodológicos foram realizadas revisões bibliográficas, a pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas (abertas e fechadas) com a aplicação de formulários, bem como utilizou a técnica da observação direta e conversas informais da realidade pesquisada. Verificou-se a importância do campesinato ribeirinho na terra/território para condição espacial da comunidade e percebeu que as questões agrárias e territoriais orbitam em torno da espoliação criada pelo modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Territorialidade Camponesa. Re-existências. Agricultura de Várzea. Pesca. Amazônia de Ipixuna-AM.

Introdução

Este trabalho aborda a territorialidade camponesa dos(as) ribeirinhos(as) da comunidade Porto Alegre, no que concerne ao modo de subsistência a partir da agricultura de várzea e da pesca, atividades estas em que os(as) ribeirinhos(as) que vivem às margens do rio meandrante do Juruá no município de Ipixuna-Am, obtém o sustento e fonte de renda de suas famílias camponesas. Essa prática territorial camponesa significa a forma de reprodução social na terra/território/natureza, resultando em estratégias de re-existências que contrapõem a lógica do capital.

O trabalho se justifica pela importância de compreender a realidade e os desafios enfrentados pelas famílias camponesas da comunidade Porto Alegre que desenvolvem agricultura e pesca, localizada à margem direita do rio Juruá, em frente a cidade de Ipixuna-Am, uma vez que as pressões territoriais implementadas pela lógica do capital comprometem e ameaçam a territorialidade camponesa na Amazônia Ipixunense. As estratégias de re-existência, recriam-se enquanto social e modo de vida. Deste modo, o objetivo do trabalho é analisar a territorialidade, práticas de reprodução territorial e as estratégias de resistência do campesinato ribeirinho da Comunidade de Porto Alegre, no rio Juruá no município de Ipixuna-Am.

Quanto à metodologia, utilizou-se do método histórico-crítico e dialético, que possui uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa foi feito uma revisão bibliográfica e a pesquisa de campo com as entrevistas semiestruturadas, aplicação de formulários e a técnica da observação direta e conversas informais da realidade pesquisada, no intuito de tecer as reflexões e interpretar o modo de subsistência e renda familiar dos(as) camponeses(as) ribeirinhos(as) de Porto Alegre e apontar quais os principais contrapontos presentes na comercialização de produtos da agricultura camponesa, pois a lógica de acumulação capitalista somente beneficia uma classe social, na qual exclui e subjuga contraditoriamente a classe social do campesinato ribeirinho amazônico.

A partir das relações contraditórias presentes no espaço agrário ribeirinho amazônico que envolve duas classes sociais, campesinato ribeirinho e modo de produção capitalista. Verifica-se que o campesinato ribeirinho do sudoeste do estado do Amazonas tem uma territorialidade particular que se cristaliza às margens do rio Juruá, denominada de Amazônia Profunda, na qual esta classe social e modo de vida se reproduzem enquanto classe social frente às imposições do capital hegemônico, negacionista e autoritário que nega corpos, territórios e natureza.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando a natureza do objeto de estudo, utiliza-se das lentes do método histórico-crítico e dialético para tecer as reflexões e análises, a dialética deve compreender a noção de movimento na história, uma ciência que possui leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, sociedade e pensamento humano, (SPOSITO, 2004). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois aborda a territorialidade e as estratégias de re-existências da população camponesa da comunidade de Porto Alegre, município de Ipixuna, referente à produção e renda familiar dos camponeses/camponesas ribeirinhos (as).

A pesquisa possui caráter exploratório, pois proporciona clareza do problema, apresentando a realidade à sociedade e às autoridades responsáveis pela produção e abastecimento local. Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram realizados levantamento bibliográfico e revisões teóricas conceituais em Oliveira (1996), Fraxe, Wittkoski e Pereira (2007); Cruz (2007) Neves (2020), e Conceição (2017, 2020). Em relação à pesquisa de campo, foram feitas entrevistas semiestruturadas (abertas e fechadas) por meio da aplicação de formulários com trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas, bem como utilizou ainda a técnica da observação direta da realidade e conversas informais, com o foco de analisar a territorialidade camponesa da comunidade ribeirinha de Porto Alegre, à margem direita do Rio Juruá, no município de Ipixuna-Am, sudoeste no estado do Amazonas, na qual considera de tamanha relevância o trabalho desenvolvido pelo campesinato ribeirinho na terra/território e as questões agrárias e territoriais que orbitam e cristalizam a espoliação do campesinato ribeirinho pelo modo de produção capitalista.

Um debate sobre a geografia agrária da Amazônia ribeirinha de Ipixuna-AM: conhecendo o campesinato do rio Juruá

A territorialidade camponesa dos(as) ribeirinhos(as) da comunidade Porto Alegre em Ipixuna-Am, à margem direita do Juruá, assim como de outras da Amazônia, está assentada numa prática de trabalho coletivo que visa a sobrevivência e consumo familiar, por meio das atividades do plantio na várzea (agricultura camponesa) e da pesca artesanal. Portanto, a busca por renda familiar do campesinato ribeirinho é obtida por meio da comercialização de produtos cultivados na terra e do extrativismo pesqueiro proveniente da natureza, pois essas práticas territoriais

desenvolvida pelo campesinato ribeirinho contribui com a dignidade e gera independência financeira para que esta classe social possa comprar outros gêneros/mantimentos que necessitam para a unidade organizativa familiar.

Todo este esforço e trabalho dos camponeses(as)ribeirinhos(as) esbarra num gargalo proveniente da lógica de consumo e mercado, imposta pela égide do capitalismo, pois quem obtém lucro é o empresário e/ou comerciante que consegue dominar toda a cadeia produtiva. É necessário compreender as territorialidades destes(as) ribeirinhos(as), seus modos de vida e o trabalho familiar executado na agricultura e da pesca, bem como é necessário compreender como a expansão do capital gera transformações nas relações de vida destes(as) camponeses(as) ribeirinhos(as), gerando novas territorialidades que reconfiguram e ressignificam a realidade espacial/territorial e o modo de vida ribeirinho amazônico, a partir das relações de negociação e mercado que só beneficia o modo de produção capitalista.

De acordo com Oliveira (1996), o modo de vida do campesinato no Brasil corresponde a uma condição de vida e subsistência, a partir da relação direta da classe social camponesa com a terra, que provê tudo aquilo de que necessitam, através do trabalho do plantio, cultivo, colheita e outras relações estabelecidas com o meio ambiente conservado. Os desafios são inúmeros no modo de vida do campesinato, pois a lógica do capital e mercantilização dos produtos provenientes do trabalho do ribeirinho ocorrem porque uma parcela significativa desta população não tem outra fonte regular de renda para obter dinheiro. Deste modo, ao vender parte de sua produção, vão para a cidade comprar mantimentos ou eletrodomésticos, aquilo que a indústria apresenta como modernidade do meio técnico-científico informacional, fazendo alusão a Santos (2014). Assim, na busca pela aquisição de renda para ter acesso a produtos e serviços, os(as) ribeirinhos(as) comercializam o excedente daquilo que produzem na terra/território e esbarram no cruel processo de espoliação do capital e a desvalorização de sua força de trabalho.

O processo de espoliação pelo capital dos(as) camponeses(as) ribeirinhos(as), conforme Cruz (2007), ocorre através da não comercialização do produto por um preço justo nos mercados locais e regionais, ação esta que é resultado do trabalho familiar do campesinato desenvolvido na terra/território. A subjugação da lógica do campesinato à lógica do capital se assenta no momento em que são realizadas as negociações com capitalistas e atravessadores mais abastados, que exploram o trabalho destes trabalhadores(as) camponeses(as) no processo de compra do produto, alegando ainda que irão ter gastos muito maiores com o escoamento para os locais de venda, ditando valores baixos e injustos na produ-

ção camponesa na Amazônia Ribeirinha, como é o caso de Porto Alegre, que expressa esta injusta lógica de mercado, orquestrado pela regência do sistema capitalista.

Nessa lógica carregada de contradições, quem lucra com o trabalho do camponês/camponesa ribeirinho(a) de Porto Alegre, bem como de outras comunidades, são os capitalistas, médios e grandes comerciantes e os atravessadores que vendem por um preço elevado o pescado e produtos da agricultura de várzea em localidades específicas da cidade de Ipixuna e/ou exportam as melhores espécies de peixe e produtos da agricultura para Manaus e Cruzeiro do Sul, no estado do Amazonas. Além disso, a falta de apoio e incentivo por parte dos órgãos competentes é evidente, pois do contrário o abastecimento da feira municipal se daria com a produção dos camponeses(as) ribeirinhos(as) e não viria de Cruzeiro do Sul-AM, criando-se, assim, um cartel de negociações logísticas e de preços entre feirantes locais, donos de embarcações e agricultores acreanos.

Cruz (2007) ressalta ainda que se deve considerar que o modo de vida e as realidades da territorialidade ribeirinha na Amazônia, que outrora não obedecia a lógica do capitalismo, pois era direcionada exclusivamente para alimentação familiar. Entretanto, na contemporaneidade o processo de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura camponesa ou extraídos da natureza (pesca) que contribuem com a renda familiar e recriação social camponesa, com as interferências das atividades de mercado, estabelece uma lógica de monopolização do território, sob a regência de um sistema capitalista que espolia o camponês/camponesa ribeirinho(a) da Amazônia, sobretudo, do município de Ipixuna-Am.

A territorialidade camponesa e as estratégias de re-existências territoriais na Amazônia ribeirinha do rio Juruá

Ao atribuir a conceituação sobre camponeses(as) aos ribeirinhos(as) da comunidade Porto Alegre, dialoga-se com as ideias de Cruz (2007) e Neves (2020) que partem da premissa que o camponês/camponesa é aquele que obtém seus sustentos a partir do cultivo da terra, da criação, extração, caça, pesca, isto é, territorialidades agropastoris, aquáticas e florestais. E quanto a definição de ribeirinhos, Fraxe, Wittkoski e Pereira (2007) definem estes seres humanos como sociedades tradicionais que vivem em ecossistemas de várzea, organizados em comunidades compostas de uma vizinhança de agricultores(as), pescadores(as), extrativistas que vivem uma interação ser humano-natureza, relação direta com o solo, a floresta e o rio. Estes autores elucidam que o termo ribeirinho(a), refe-

re-se aqueles que andam pelos rios e que sobrevivem a partir do conhecimento que possuem dos espaços favoráveis para o plantio e pesca.

O território do campesinato na Amazônia é entendido a partir da terra-território, rio e a floresta, pois ao conceber a existência da natureza para essa classe social é promover a recriação social, sobretudo, da agricultura de várzea e o extrativismo pesqueiro a partir dessas territorialidades tradicionais. Destarte, o modo de vida do campesinato possui uma dimensão do trabalho familiar realizado na terra/território/natureza por meio da agricultura familiar e do extrativismo, e pode ser definido como uma tipologia de trabalho e subsistência agroextrativista (CONCEIÇÃO, 2017; 2020).

Essa reprodução social mostra que as realidades e os desafios das atividades da agricultura de várzea e da pesca são inúmeros, que articuladas antagonicamente à regência da acumulação de capital, apresentam dificuldades no que tange a fluidez da diversidade produtiva policultora, implicando gradativamente na comercialização e geração de renda familiar, prática contraditória que qualifica na desvalorização do trabalho e na espoliação do campesinato que resiste às pressões do capital. A territorialidade camponesa nas várzeas dos rios amazônicos diz respeito a uma condição de vida e existência de sociedades ribeirinhas, que concebem sua subsistência e geração de renda familiar, por meio dos conhecimentos tradicionais do plantio, da colheita, da pesca e de outras atividades de um campesinato amazônico que vive e trabalha nas terras/territórios, nas águas e nas florestas, em meio a sazonalidade do regime de cheia e vazante dos rios (CRUZ, 2007). Essa prática agroextrativista desenvolvida por trabalhadores e trabalhadoras do campo nas margens do rio Juruá qualifica uma territorialidade onde a vida e o trabalho é agroextrativista, agroecológico e diversificado, no que tange a produção que atendem o sustento familiar e abastece os mercados local e regional.

Os(as) camponeses(as) ribeirinho(a) de Porto Alegre estão imbuídos em vivências e realidades de trabalho mediatizadas pela dinâmica de vida à margem direita do rio Juruá, pelo ir e vir das canoas, na subida ao barranco, com a pesca, o plantio na várzea, entre outras coisas inerentes ao modo de vida de um campesinato ribeirinho. Na realidade, esta sociedade em sua territorialidade planta e colhe, conforme a sazonalidade de cheia e vazante do rio, produtos como a mandioca, o milho, arroz, feijão, jerimum, melancia, entre outros produtos importantes do seu hábito alimentar. E também nos períodos favoráveis pescam peixes do rio Juruá e lagos em localidades específicas, utilizando-se de várias técnicas como o lance de tarrafa, anzol e armação de rede de pesca.

Considerações finais

A partir das reflexões, verifica-se que o campesinato ribeirinho do sudoeste do estado do Amazonas tem uma territorialidade particular às margens do Juruá, na Amazônia Profunda. Para muitos ribeirinhos(as) a vida é regulada pelo tempo lento do rio e as práticas de agricultura no plantio de mandioca, milho, feijão, bem como as atividades pesqueiras que são a única alternativa de subsistência, objetivando a dignidade de criarem os seus filhos sob égide do modo de vida campesino. No entanto, esta territorialidade que a tempos era apenas condição espacial de manutenção da vida, por meio daquilo que se produzia e extraía da terra/território/natureza, na atualidade se reconfigura a partir da regência do capital. Pois por meio de logísticas e negociações perversas e enganosas, a busca do lucro por pessoas querem se apropriar do trabalho campesino e conseguem vantagem comprando barato e vendendo caro os produtos para pessoas abastadas, e ainda, exportando para outras cidades, qualifica um espaço agrário ribeirinho dos conflitos.

Portanto, pode-se dizer que a realidade da territorialidade do campesinato ribeirinho da comunidade Porto Alegre, do rio Juruá em Ipixuna-Am, destaca o trabalho conforme a sazonalidade do movimento das águas do rio, contribuindo com o sustento e renda familiar. É uma estratégia de re-existência criada pelo campesinato ribeirinho frente à espoliação imposta pelo capital. Este trabalho permitiu enxergar o modo de vida da classe social camponesa de Ipixuna, bem como entender a Geografia Agrária desta localidade, objetivando divulgar às autoridades responsáveis, pois é preciso ter responsabilidade nos processos inerentes à gestão de políticas públicas de apoio e incentivo à agricultura camponesa/familiar.

Referências

CONCEIÇÃO, F. S. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro:** lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGG/Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2017. 225 f.

CONCEIÇÃO, F. S; RIBEIRO, A. F. A; SILVA, R. G. C. (Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão, ano 30, n. 1, p.

6-25, jan./jun. 2019. Disponível em: https://seer.ufs.br/index. php/geonordeste/article/view/7518. Acesso em: 15 jun. 2023.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FRAXE**,** Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI**,** Antonio Carlos; PEREIRA**,** Henrique dos Santos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

NEVES, Jonathas Laborda. **A produção da natureza sob a perspectiva do modo de vida camponês na Vila do Jacaré – Manacapuru – Amazonas – Brasil**. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

25

Desafios da educação na Amazônia sul-ocidental: um enfoque sobre a adequação docente no estado do Acre

Victor Régio da Silva Bento
Universidade Federal do Acre - UFAC
victor.bento@ufac.br

RESUMO

O estado do Acre, assim como as demais unidades federativas da Amazônia, enfrenta desafios no sistema educacional, tanto pela carência de infraestruturas quanto pela incipiente capacitação dos profissionais de educação; A análise espacial de indicadores educacionais torna-se um relevante recurso para adoção de políticas públicas educacionais, especialmente nos municípios onde há o predomínio de docentes atuando sem graduação ou fora de sua área de formação. Mediante essas assertivas, o presente trabalho busca compreender as disparidades na adequação docente nos municípios acreanos. Como alternativa metodológica recorreu-se aos microdados do censo escolar do INEP (2021), os quais passaram por tratamento estatístico e foram vinculados à base cartográfica municipal, para análise espacial e mapeamento. Conclui-se com essa pesquisa que o estado do Acre possui um elevado percentual de docentes sem formação superior e ensinando em disciplinas diferentes de sua licenciatura, especialmente no ensino médio e anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Geotecnologias. Adequação docente. Educação Básica. Acre.

Introdução

A realidade da Educação Básica brasileira é bastante desigual nos estados e regiões, tanto pela localização urbana ou rural, quanto pelo tipo de esfera administrativa (federal, estadual, municipal, privada). Além das

disparidades geográficas e de gestão, é perceptível as desigualdades na formação docente, assim como ausência de equipamentos e dependências basilares como biblioteca, quadra de esportes e laboratório de informática é marcante nas instituições de ensino fundamental e médio. Esses problemas estruturais repercutem negativamente na aprendizagem dos alunos.

A formação de professores é uma preocupação que permeia o ambiente educacional do Brasil Republicano. As leis que instituíram as escolas normais e os cursos de licenciatura plena curta foram umas das tentativas de expansão da formação docente no período anterior à Constituição de 1988. A lei de diretrizes e bases da educação - LDB 9.394/1996. Afirma, em seu Art. 62º. Que: "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação" (BRASIL, 1996, p. 20). Posteriormente, A Lei n. 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e em seu texto, demonstra a necessidade de utilizar indicadores de avaliação institucional, os quais "perfil do alunado e do corpo dos(as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão" (BRASIL, 2014, sp.).

As Geotecnologias são ferramentas para coleta, processamento, análise e mapeamento de informações espaciais, que foram aprimoradas com o advento da informática (CÂMARA *et al.*, 2004). São exemplos os Bancos de Dados Geográficos, os sistemas de posicionamento global - GPS, a cartografia digital e o sensoriamento remoto. Elas podem ser utilizadas em diversas aplicações, inclusive na análise de indicadores educacionais e políticas públicas de inclusão social. Ademais, pode ser um importante instrumento de apoio à detecção de fatores limitantes à universalidade da Educação Básica de Qualidade. A utilização de microdados do censo escolar (INEP, 2021) contribuem para uma análise multivariada de indicadores sobre a formação docente e condições estruturais dos espaços escolares. Com os dados educacionais, é possível verificar a distribuição dos docentes de acordo com sua formação, nas mais diversas escalas espaciais (município, estado e região). E essa é a temática central deste trabalho, o qual objetivou mapear indicadores da adequação docente para entender as desigualdades espaciais da formação de professores nos municípios acreanos.

Metodologia

O recorte espacial da pesquisa abrangeu os 22 municípios acreanos (Figura 1). Após a delimitação espacial, foram extraídos os microdados educacionais do INEP, referentes ao censo escolar de 2021 sobre a adequação da formação docente e sobre infraestruturas dos espaços escolares essenciais para o trabalho docente.

Figura 1 – Delimitação da área de estudo. Municípios do estado do Acre.

Elaborado por: BENTO, V. R. S.

O indicador classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial, a cada disciplina que leciona na educação básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais). Foram estratificadas cinco categorias de adequação da formação dos docentes quanto à disciplina que estes lecionam: Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; Grupo 4 - Docentes com formação

superior não considerada nas categorias anteriores; Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

Dos cinco grupos considerados nos microdados do INEP, observou-se que os Grupos 2 e 4 não possuem muita relevância para o entendimento dos desafios sobre a formação docente, pois os percentuais de profissionais enquadrados nessas tipologias são pouco expressivos. Nesse sentido, a análise espacial e mapeamento focaram nos grupos 1, 3 e 5.

Os microdados foram tratados no programa Excel e posteriormente convertidos em formato Comma Separated (CSV.) para que fosse possível fazer a vinculação com o programa de geoprocessamento Quantum GIS. Por meio desse recurso, foi realizado um mapeamento temático que espacializou os municípios do Acre os percentuais de adequação dos profissionais, de acordo com os grupos de indicadores considerados, a partir do estabelecimento de dez classes de intervalos iguais (entre 0 e 100%).

Resultados e discussões

O primeiro indicador (Grupo 1) retrata o percentual de professores da Educação Básica que possuem nível superior em licenciatura e/ou bacharéis que fizeram complementação pedagógica, os quais atuam em disciplinas condizentes com suas áreas de formação. Tal variável indica a situação ideal da adequação docente, pois os profissionais estão lotados para ministrar aulas em componentes curriculares consonantes com suas competências formativas.

O mapeamento desse indicador revelou contrastes significativos nos municípios acreanos, evidenciando que etapa da Educação Básica necessita de maior atenção em políticas públicas para a formação docente. Na educação infantil, as melhores condições de adequação são percebidas na capital e em municípios circunvizinhos, com destaque para Plácido de Castro (92%), Rio Branco (75%), Bujari, Xapuri e Senador Guiomard (os três com 63%). As facilidades de deslocamento para o principal centro urbano do estado, onde as possibilidades de formação profissional são facilitadas pela presença de diversos órgãos educacionais e a Universidade Federal do Acre, contribuem para o destaque dessas unidades territoriais. Em contrapartida, Santa Rosa do Purus e Jordão, municípios ribeirinhos sem acesso à estrada e Assis Brasil, que apresenta dificuldades de deslocamento pelas precárias condições viárias, possuem os mais baixos valores de adequação docente para esta etapa educacional (3, 21 e 17%, respectivamente).

Os anos iniciais do ensino fundamental é a fase que possui melhor adequação, onde 20 dos 22 municípios registram taxas superiores à 50% de professores lotados em disciplinas compatíveis com sua formação superior, com destaque para Rio Branco (85%), Senador Guiomard (82%) e Cruzeiro do Sul (80%) que estão dentre as maiores taxas de urbanização do estado, indicando uma concentração de instituições de ensino básico na sede municipal, fato este que pode facilitar o processo de formação docente.

A atuação de programas de formação de professores, com a oferta de cursos de Pedagogia, contribui para a aumentar as taxas de adequações docentes nessa etapa da Educação Básica, especialmente nos municípios do interior, onde a presença da universidade pública ainda é reduzida (ALMEIDA; BENTO, 2020).

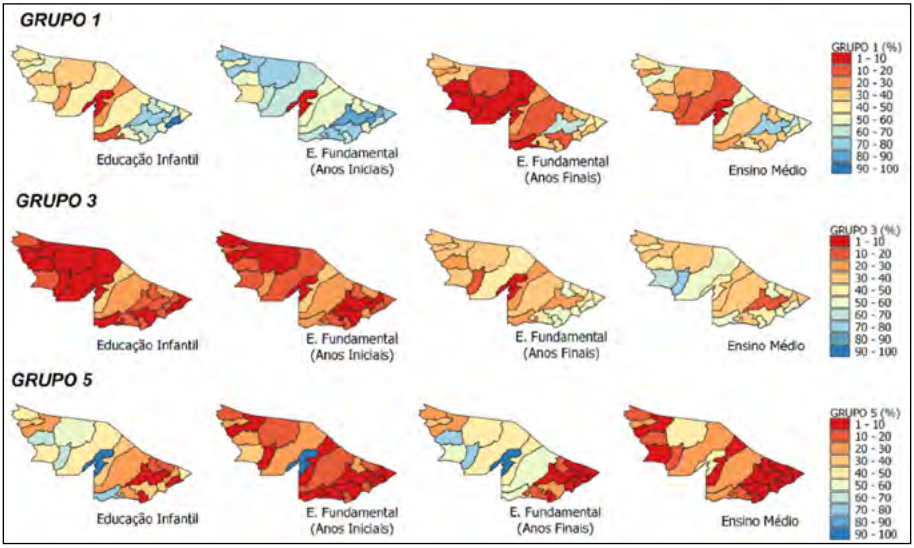
Os anos finais do ensino fundamental são uma fase crítica na adequação docente, com exceção de Rio Branco (69%), os demais municípios acreanos encontram-se com taxas inferiores à 50%. A situação é agravada nos municípios ribeirinhos de Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, todos com menos de 8% de professores licenciados ministrando disciplinas em suas áreas de formação. Tal constatação reflete a necessidade de expandir a oferta de cursos de licenciatura plena para o interior do estado, especialmente para os municípios isolados, sem acesso terrestre.

O ensino médio apresenta adequação um pouco melhor que a dos anos finais do ensino fundamental, com cinco municípios registrando taxas superiores à 50% Rio Branco, Senador Guiomard, Cruzeiro do Sul, Manoel Urbano e Acrelândia. Mesmo assim, o estado precisa progredir nessa etapa da Educação Básica, incentivando a formação docente e estimulando os alunos a continuarem os estudos, tendo em vista que a evasão escolar é uma característica do nível médio, principalmente nos municípios de população predominantemente rural.

O segundo indicador analisado (Grupo 3) demonstra o percentual de docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona (Figura 2). Os altos valores dessa variável podem revelar a atuação de professores formados em outras áreas, mas que conduzem disciplinas afins, à exemplo de um professor de História que ministra Geografia. Além disso, é comum a existência de professores formados em Pedagogia, mas que ministram disciplinas específicas do sexto ao nono ano. A educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental são etapas que registram taxas inferiores à 40% dessa inadequação docente em todos os municípios do Acre. Tal resultado é possível, pois estas etapas são de domínio dos pro-

fessores formados em Pedagogia, não havendo maior concorrência com outras licenciaturas.

Figura 2 – Espacialização da adequação docente quanto aos grupos, municípios do Acre, 2021 (%)



Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar, 2021

Já, por outro lado, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, onde o professor polivalente cede espaço para os licenciados com formações específicas é perceptível o aumento da inadequação docente, com professores ministrando uma ou mais disciplinas diferentes de sua competência formativa. Quanto à análise do indicador referente ao Grupo 3, na etapa do ensino fundamental (Anos Finais), destaca-se os municípios situados nas imediações de Rio Branco: Bujari (59%), Capixaba (57%) e Xapuri (54%). Apesar da proximidade da capital e das facilidades de acesso por transporte terrestre a esse importante pólo de serviços educacionais, é verificável incongruências na formação dos professores que ministram disciplinas do sexto ao nono ano. Considerando esse indicador para o ensino médio, verifica-se um maior número de municípios com inadequações entre a formação dos professores e as disciplinas na quais estes atuam. Os maiores percentuais de professores nessa situação são observados em Jordão (75%) e Marechal Thaumaturgo (64%), muni-

cípios isolados, com população rural dispersa e onde o transporte é realizado apenas por via fluvial e aérea.

O terceiro indicador analisado (Grupo 5) refere-se à atuação de docentes sem formação superior que estão lotados na Educação Básica. Essa forma de inadequação é a mais grave de todas, pois evidencia a precariedade educacional na qual ainda estão submetidas as instituições de ensino básico, com a ausência de professores licenciados. Tal situação é mais expressiva em municípios com predominância de população rural, com extensas áreas territoriais e com deficiências de conexão viária entre as sedes e as suas comunidades. Nesses locais é predominante a figura do profissional de nível médio com magistério ou mesmo pessoas leigas, sem qualificação pedagógica. O mapeamento do Grupo 5 (Figura 2) revelou que Santa Rosa do Purus obteve o maior percentual de professores sem formação superior em todas as etapas da educação básica: educação infantil (95%). ensino fundamental, anos iniciais (100%), ensino fundamental, anos finais (90,6%) e ensino médio (44%). Jordão, Assis Brasil e Porto Walter possuem altas taxas de professores não-licenciados na Educação Infantil (superiores à 62%) e no Ensino Fundamental, Anos Finais (superiores à 59%).

Considerações finais

A partir dessa pesquisa, observou-se que os desafios que o estado do Acre passa quanto a formação docente, tendo em vista as múltiplas realidades geográficas que essa unidade federativa apresenta. A longa distância entre suas sedes municipais e a capital, a presença de municípios isolados por via terrestre, o expressivo contingente populacional residindo em áreas rurais e as dificuldades de expansão do ensino em suas diversas etapas nos municípios do interior, são alguns exemplos que dificultam a universalização da capacitação dos professores. Nesse sentido, é comum que ainda resta a figura do professor leigo sem formação e do professor com magistério, mas sem formação superior, especialmente nos locais de difícil acesso. Assim, a presença da universidade pública é fundamental para ampliar o aperfeiçoamento docente, por meio de cursos de formação, programas de interiorização ou mesmo com cursos de educação à distância.

Referências

ALMEIDA, L. F.; BENTO, V. R. S. Na capital e no interior: experiências do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre. **Revista de Geografia:** Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPE. V. 37, n. 3, 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

CÂMARA, G; DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.;.MONTEIRO, A.V.M. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Adequação da formação docente**. 2021. Disponível em: www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente. Acesso em: 3 jun. 2023.2.

26

O ensino de geografia nas escolas do campo da Amazônia na perspectiva descolonial

Andrea Barros de Oliveira
Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus
abdo.geo21@uea.edu.br

Mônica Fernandes Morais
Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus
mfm.geo21@uea.edu.br

RESUMO

O trabalho objetiva analisar como o ensino de Geografia vem sendo pensado nas Escolas do Campo da Amazônia na perspectiva descolonial. O método de análise para o entendimento da pesquisa é o dialético e a metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa, cujos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foram a revisão bibliográfica de artigos, livros e capítulos de livros. Nesse sentido, valorizar a cultura do campo, buscando a aplicação de um ensino descolonial, é primordial para uma educação efetiva e de qualidade, pois um educador que não tem a sensibilidade de perceber os processos do campo, que não entende que os sujeitos do campo são protagonistas de suas histórias e ainda que não assume a identidade do campo, dificilmente conseguirá construir uma educação de referência, que contribua com a formação de sujeitos crítico-reflexivos, coerentes e comprometidos com o futuro.

Palavras-chave: Educação do Campo. Ensino de Geografia. Descolonialidade. Amazônia.

Introdução

Este artigo apresenta um debate teórico-metodológico na perspectiva da Descolonialidade no Ensino de Geografia para as Escolas do

Campo. O trabalho se justifica em destacar a importância de pensar um ensino de geografia descolonial, ao que tange aos processos didáticos-pedagógicos e as metodologias de ensino para as Escolas do Campo Ribeirinhas da Amazônia, considerando que as espacialidades e territorialidades sejam integradas à proposta curricular e ao projeto político pedagógico.

Nesse sentido, o trabalho objetiva analisar como o ensino de Geografia vem sendo pensado nas Escolas do Campo Ribeirinhas da Amazônia na perspectiva descolonial. Assim, cabe reflexões sobre as possibilidades da ressignificação do ensino, haja vista que, durante muitos séculos, aplica-se um modelo de ensino retrógrado e estagnado, onde os alunos, em sua maioria, são passivos, receptáculos das informações que o professor transmite e retransmite dia após dia, apenas com aplicações de provas, exercícios e trabalhos, desconsiderando que o aluno é um ser pensante, resultando em aulas tediosas e pouco participativas.

Metodologia

O método de análise para o entendimento da pesquisa é o dialético e a metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa consistiu na revisão bibliográfica de artigos, livros e capítulos de livros, principalmente dos autores Fernandes e Molina (2004); Campos (2016) e Nascimento (2009). Pois, entende-se que esse tipo de ensino aplicado nas instituições do campo é colonial e não leva em consideração sua identidade cultural, seu espaço geográfico, seu relacionamento com a terra, tornando relevante uma remodelagem dessa estrutura escolar. Assim, fugir desse padrão rígido, onde a identidade é desprezada como algo sem valor, como se o aluno não pudesse pensar por si, ou ter pensamentos distintos e revolucionários, não se pode enterrar futuros cientistas, professores, pensadores, não se pode enterrar o futuro do mundo, pois o campo é um espaço de vida, um espaço de resistência.

Educação do campo na perspectiva descolonial

A Educação Básica do Campo passou a ser reconhecida como modalidade de ensino através da Resolução n. 04/2010/CEB/CNE, e através do Decreto n. 7.352/2010 foi instituída a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –

PRONERA, onde se definiu os princípios que garantiriam a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo dentro das políticas educacionais.

Fernandes e Molina (2004) afirmam que a Educação do campo "nasceu da luta pela terra e pela reforma agrária [...] não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais", ela deve advir da cooperação democrática e participativa da comunidade com os órgãos e movimentos populares, de forma que a escola seja um espaço que venha a repercutir a demanda e os sonhos do campo, bem como a contribuir com a formação de seres comprometidos e articuladores do seu futuro. Para isso, primeiramente, faz-se necessário se desligar do pensamento retrógrado e arraigado sobre o conceito de educação rural, que consiste em um dos principais desafios a se enfrentar e combater pelos educadores. Historicamente, ainda segundo os autores:

> [...] o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles (FERNANDES E MOLINA, 2004, p. 9).

Assim, é necessário sublinhar que a educação das regiões agrícolas é um movimento ideológico e social que visa avançar a aprendizagem contextualizada e transformadora para aqueles que vivem em zonas rurais, valorizando ao mesmo tempo as tradições, culturas e os valores das comunidades rurais. As pessoas tendem a pensar que a educação da cidade é superior à escolaridade do campo. A história da colonização latina americana serve de base a este ponto de vista antiquado e eurocêntrico. As narrativas eurocêntricas se tornaram predominantes durante os processos de colonização e ainda hoje são difundidas como resultado da imposição do imperialismo cultural e do domínio econômico. Um sistema hegemônico chamado colonialismo, que tem a capacidade de desvalorizar as visões e histórias de outras classes sociais, gênero e raça.

É crucial refutar a presunção de que as escolas rurais são pobres e sem importância. Devemos lutar para assegurar que a sua comunidade, que é do interesse de todos, tenha acesso a educação de qualidade em todos os níveis e que o seu povo seja participante e ativo no processo educativo. É necessário tomar consciência e pensar de forma criativa de que a educação é um direito dos povos do campo, devendo a formulação e efetivação de políticas públicas. Reconhecer a necessidade de exercer pressão sobre o governo para cumprir a sua responsabilidade de promover polí-

ticas públicas que protejam o acesso dos residentes rurais à educação de qualidade.

Portanto, valorizar a cultura do campo é primordial à educação efetiva e de qualidade. Faz-se necessário o resgate de sua cultura, identidade e a valorização de suas raízes, saberes, conhecimentos e suas memórias. Um educador que não tem a sensibilidade para perceber os processos do campo, que não entende que a comunidade deve ser protagonista da sua própria história, que não é fiel ao povo do campo e muito menos assume a identidade do campo, de forma a ajudar a construir uma educação de referência, dificilmente conseguirá contribuir com a formação de sujeitos críticos-reflexivos, coerentes e comprometidos com o futuro.

Educação do campo e ensino da geografia na Amazônia

A Educação do Campo da Amazônia é compreendida como uma educação carregada de especificidades, isso porque sua cultura, identidade, modo de vida, até mesmo seus territórios, carregam as mais distintas características da diversidade de povos tradicionais. Campos (2016) reforça essa compreensão ao dizer que a visão do campo amazônico se funda, tanto na cultura e geografia do lugar, como na ideia que seu povo tem de pertencimento do mundo amazônico.

Ressalta ainda que a cultura tradicional indígena, antes predominante na Amazônia, passa por um forte processo de miscigenação da sua formação cultural desde sua colonização até os dias atuais, processo esse que se dá de forma desigual e conflituosa, gerando migração e expropriação de suas terras, a territorialização do capital, bem como instauração de políticas conservadoras e excludentes, o que impacta negativamente no aspecto político-social da sociedade do campo e atingindo, ainda mais desfavoravelmente, a forma como se dá a sua educação. A educação do campo para Nascimento (2009) "é vista como uma luta por direitos dos que trabalham no campo", estando ela ligada a uma educação diversificada no processo de formação humana. Como enfatiza Freire (2001):

> A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder. [...] essa educação tem que ver com uma compreensão diferente do desenvolvimento, que implica uma participação, cada vez

> maior, crescente, crítica, afetiva, dos grupos populares. (FREIRE, 2001, p. 99).

Reconhecer é o primeiro passo para entender que o colonialismo não só impacta a política e a economia, mas também a educação, a geração de conhecimento e a forma como o pensamento e o saber são estruturados. Deve-se examinar a descolonialidade, objetivando remover práticas racistas, xenófobas e opressivas, a fim de contrariar o termo "colonialidade" e as suas consequências. Uma abordagem geográfica descolonial examina a territorialidade, ancestralidade, estrutura social e práticas dos povos colonizados, a fim de valorizar o seu contexto histórico. A adoção de um ponto de vista descolonial requer uma análise crítica das formas como o colonialismo influenciou a nossa compreensão do mundo e as nossas interações com ele, uma vez que o pensamento colonial categoriza as suas tradições como conhecimento antigo e tardio.

Considerações finais

A educação tem um papel fundamental na vida das pessoas, além de ser fundamental para a formação de sujeitos críticos-reflexivos, é transformadora na formação e vida social. Quando se compreende o papel da educação, consequentemente se compreende o papel do educador e o porquê educamos, a forma que educamos e o quão importante é a democracia do ensino no nosso país, ou seja, ensinar tudo a todos. Entende-se que o processo colonial na educação, que se arrasta por séculos, precisa de mudanças realmente satisfatórias, com um ensino democrático e de qualidade, estruturas adequadas, valorização e capacitação de educadores, investimentos, etc., ou o ensino continuará deficiente e excludente. Deve-se desmistificar que a educação do campo é precária, sem qualidade, inferior e arcaica, ao invés de aliená-los, colocá-los como protagonistas do processo educacional, pois suas identidades, necessidades e interesses são importantes no decorrer do processo.

O trabalho do docente em comunidades do campo não se trata de algo fixo, mas sim de uma metodologia mutável, que deve se adaptar com as demandas de cada uma das matérias, de suas propostas e objetivos, os estudantes e suas subjetividades e toda a complexidade que engloba o ensino. Faz-se extremamente necessário superar esse modelo de ensino hegemônico e patriarcal, é importante que se busque o respeito às diferenças, a superação do preconceito, da discriminação e valorização das culturas. É relevante que se perceba que o país é detentor das mais dis-

tintas culturas e identidades, ao entender e buscar mudanças realmente efetivas é que conseguiremos alcançar o ensino ideal, que por tanto tempo se persegue.

Referências

BRASIL. **Decreto n. 7352, de 5 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010, p. 1.

CAMPOS, Raimundo Sidnei dos Santos. **A educação do campo na amazônia**: estudo sobre a compreensão de movimentos sindicais com atuação nos espaços das florestas e das águas. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID10183_19082016203248.pdf. Acesso em: 9 abr. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

FREIRE, P. Direitos humanos e educação libertadora. *In*: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

NASCIMENTO, C. G**. Educação do campo e políticas públicas para além do capital**: hegemonias em disputas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

27

A importância da educação ambiental na formação dos alunos no ensino fundamental

Maria Suzana Benvindo dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia
da Universidade Federal do Acre – PPGeo/Ufac
E.mail: maria.suzana@sou.ufac.br

Silvio Simione da Silva

Professor Titular e Docente do Programa de Pós-graduação em
Geografia da Universidade Federal do Acre –PPGeo/UFAC. Orientador.
E.mail: ssimione@gmail.com

RESUMO

O presente estudo aborda a importância da educação ambiental na formação dos alunos de escolas urbanas e rurais. Objetiva-se analisar a importância da educação ambiental na formação dos alunos no Ensino Fundamental; discutir suas contribuições na formação dos alunos; reconhecer o papel que a educação ambiental proporciona aos estudantes em defesa ao meio ambiente, na autoconscientização da necessidade de adotar hábitos saudáveis e respeito ao meio ambiente. Para isto, foi realizada a pesquisa bibliográfica e conversas informais com professores da área. Como resultados, pode-se compreender o papel da educação ambiental na conscientização dos alunos sobre os problemas ambientais tanto na cidade como no campo; suas consequências e relevância para a adoção de atitudes na construção de uma sociedade mais justa e um mundo mais saudável, para as gerações presentes e futuras.

Palavras-chave: Educação ambiental. Formação dos alunos. Meio ambiente. Conscientização.

Introdução

O presente estudo aborda o papel da Educação Ambiental na formação dos alunos nas escolas urbanas e rurais. O tema pesquisado decorre de sua relevância para a melhor qualidade de vida das pessoas, da necessidade de conscientização de todos, de uma ação educativa permanente pela qual a população deve ter consciência de sua realidade local e global.

Trabalhar a temática Educação Ambiental é de grande relevância, uma vez que visa a conscientização dos indivíduos sobre a necessidade de se adotar atitudes corretas em defesa e proteção do meio ambiente, pois a falta desta consciência tem acarretado uma série de problemas, que trazem consigo, riscos e consequências desastrosas, prejudicando a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, é importante que os alunos reconheçam a relação existente entre a crise ambiental e as ações cotidianas de cada indivíduo, seja na cidade ou no campo, trazendo importantes reflexões acerca da importância de agir com responsabilidade social.

Para isto, trabalhou-se com os objetivos de: analisar a importância da educação ambiental na formação dos alunos no Ensino Fundamental; discutir as contribuições da educação ambiental na formação dos alunos; reconhecer o papel que a educação ambiental proporciona aos alunos em defesa ao meio ambiente e na autoconscientização da necessidade de adoção de hábitos saudáveis e de respeito ao meio ambiente.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, recorreu-se a pesquisas bibliográficas, em revistas e jornais, tal como a observação do que é desenvolvido em escolas no município de Cruzeiro do Sul, Acre. Realizou-se análises de artigos, legislações e documentos acerca da educação ambiental e seu papel na formação dos estudantes.

Com este instrumental, foi possível compreender melhor o conceito de educação ambiental e sua importância na formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de intervir de forma positiva em defesa do meio ambiente. Destacando a importância do papel da escola, na formação de uma consciência ambiental dos alunos por atitudes positivas de respeito e preservação ao meio ambiente, à vida em sua integralidade.

A legislação em favor da educação ambiental

Conforme a Constituição Federativa do Brasil (1988), no artigo 225, todos os indivíduos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sendo então, papel do poder público e de todos os indivíduos preservá-lo para que as gerações futuras possam ter a oportunidade de viver com dignidade. Como um processo educativo, o art. 2º da Lei 9.795 de 27 de abril (1999), a educação ambiental é um componente indispensável e permanente na educação, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto de maneira formal como informal.

Através desses objetivos, é possível garantir aos indivíduos, conhecimentos, saberes e informações acerca da educação ambiental, buscando assegurar tanto o respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e atitudes de proteção e cuidado com o meio em que vivemos, para que a cidadania seja efetivada e o meio ambiente possa ser preservado. Além do mais, é fundamental que tanto os alunos quanto a sociedade em geral sejam estimuladas a realizar ações e atitudes que favoreçam o cuidado e preservação do planeta. Todos temos o direito de viver em um ambiente equilibrado, protegido e com condições de vida saudável, porém, é nosso dever fazer uso do meio ambiente com respeito e responsabilidade.

Deste modo, cada indivíduo juntamente com o poder público é responsável por contribuir com um ambiente mais saudável. Neste sentido, observa-se a necessidade das escolas incorporarem a educação ambiental nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, contribuindo com a formação de cidadãos mais conscientes e orientados ao desenvolvimento sustentável. A realidade das escolas urbanas e rurais, em nossas cidades, demonstra como estão inseridas em contextos complexos de problemas sociais e ambientais. As escolas urbanas lidam com sua inserção num cotidiano em que a vida se apresenta muito mais integrada ao mercado de trabalho operário e do mundo de desemprego; ao passo que na zona rural o ambiente é menos agressivo, porém há um maior distanciamento das mudanças mais rápidas que o mundo sofre.

Contudo, as ações educativas nesta área são flexíveis. A Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação ambiental, ressalta que as instituições de ensino devem priorizar:

> I - Abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida [...]II - abordagem curricular integrada e transversal [...]. III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante

> estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos [...] IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental; V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, [...] (BRASIL, RESOLUÇÃO n. 2, 2012).

Portanto, é de fundamental importância que temas relacionados ao meio ambiente estejam presentes na proposta curricular e sejam efetivamente trabalhados dentro das escolas, levando os alunos a refletirem criticamente sobre eles, mas sempre vinculados à lógica de seu espaço produzido: da cidade ou do campo. Assim, contribuindo para a formação de espaços sustentáveis, para o desenvolvimento da cidadania através da proteção e defesa do meio ambiente e das condições de vida humana social.

No contexto visto, a consciência ambiental pode contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas, orientando-as e capacitando-as. Desse jeito, mostrando alternativas de hábitos e condutas que devem ser adotadas por todos no seu cotidiano, favorecendo a implementação do desenvolvimento sustentável na prática diária dos cidadãos, para que assim sejam minimizados os impactos ao meio ambiente e a vida dos seres humanos.

Segundo Jacobi (2003) o momento atual requer a mobilização e participação da sociedade, capaz de questionar de maneira concreta a falta de iniciativa do poder público sobre políticas públicas voltadas para a questão do desenvolvimento sustentável, em um contexto de grandes dificuldades em se promover a inclusão social. Sendo necessário o envolvimento e comprometimento de todos para que a sustentabilidade seja verdadeiramente efetivada no dia a dia de cada indivíduo.

Nesse sentido, o papel da escola é relevante e complexo e deve permitir que os alunos possam se apropriar da realidade e refletir sobre os problemas que atingem as sociedades atuais e que as causas dos mesmos são principalmente as más condutas dos homens.

Segundo Pádua (2001), a educação ambiental deve assegurar aos indivíduos condições adequadas de sobrevivência, e estimular a consciência ambiental tão necessária e importante nos tempos atuais, centrada na cidadania e na valorização dos valores éticos e morais, individuais e coletivos para que a sustentabilidade possa ser efetivada.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente (1998), a principal função do trabalho com o meio ambiente é contribuir com a formação de cidadãos conscientes, capazes de deci-

dir e atuar na realidade em que vivemos. Por isso, destaca-se o papel da educação na formação dos cidadãos e a conscientização, fator essencial para que tenhamos uma sociedade mais justa e um planeta mais saudável. Nesse sentido, nota-se que a sensibilização é o primeiro passo para a consciência ambiental, permitindo aos alunos refletirem, discutirem, participarem, darem suas opiniões e se apropriarem diariamente da educação ambiental, que deve nortear a sua vida e suas ações.

Para isto, viu-se que é necessário que se trabalhe temas atuais, mostrar para os alunos as consequências oriundas da destruição do meio ambiente, os problemas e atitudes indesejáveis. Nos processos educativos deve-se refletir com os alunos sobre a necessidade de mudar e melhorar a realidade em que vivemos, reconhecendo que os problemas podem aumentar. É importante que os professores trabalhem de forma interdisciplinar e permanente, para que a educação ambiental não seja trabalhada de forma neutra e descontextualizada.

Considerações finais

Com este estudo, pode-se compreender que a educação ambiental é um instrumento essencial na vida dos seres humanos. A partir dela temos o conhecimento e as informações necessárias a uma convivência mais proveitosa no espaço em que vivemos. Para quem vive na Amazônia, este sentido torna-se mais vital, pois o conteúdo regional diz respeito à vida de todos, como a maior reserva de biodiversidade ainda existente na porção tropical do Planeta. Nesse sentido, a educação deve ser uma atividade permanente na vida dos cidadãos, onde todos possam adquirir informações necessárias a uma vida mais adequada no trabalho, na vivência individual e coletiva e na forma de ver e usar os recursos existentes.

Sendo assim, a escola deve priorizar uma educação ambiental de forma interdisciplinar permanente, voltada para construção de valores, de práticas positivas, de consciência ambiental, e de respeito pelo Planeta. Para isto, nota-se a necessidade de um maior fortalecimento da educação ambiental, para que possamos ter um ambiente mais preservado e uma maior conscientização sobre o nosso papel e as nossas atitudes sobre o lugar que vivemos. Assim, as escolas e as demais instituições sociais, devem estar engajadas num trabalho de preservação da natureza, mas a começar pelas condições de existências humanas numa sociedade como a que vivemos. Só assim, seremos capazes de minimizar as consequências desastrosas da natureza e assegurar um ambiente saudável a todos os indivíduos.

Referências

BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei n. 9.795. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_meio_ambiente/meio_06.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**/ Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL **Resoluções dos Conselhos Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental**. Resolução do CNE n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118. p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf. Acesso em: 8 ago. 2018.

PADUA, S. M. Educação ambiental e participação comunitária: chaves para a conservação da biodiversidade. *In*: ROURE, M. de; PADUA, S. (Org.). **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura, 2001. p. 183-201.

28

Das lutas às conquistas ao direito à educação infantil para crianças do campo

Camila Jheovana Almeida Ferreira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
myllah-jheovana@hotmail.com

Beatriz Lima Benigno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
beatrizbenigno1997@gmail.com

Elen Mara da Silva Neves
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
eleneves19@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa surge a partir da busca por compreender a Educação Infantil do Campo e seus avanços, bem como suscitar a pertinência da pesquisa em relação a esta etapa de ensino. Os estudos ocorreram no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (GPEDIN). Para produção de conhecimentos, buscou-se referências bibliográficas de autores que retratam o contexto histórico da Educação Infantil do Campo, seus desafios, conquistas e ainda destacar brevemente a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para a sua concretização. Após a análise do contexto histórico da Educação Infantil do Campo ficou evidente a contribuição das lutas dos movimentos sociais para efetivação e valorização dessa modalidade. Ao analisarmos a trajetória da Educação Infantil do Campo há 30 anos atrás percebe-se sua evolução, entretanto essa modalidade de ensino tem muito a melhorar, no que se refere a oferta do ensino de qualidade para as crianças campesinas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Campo. Lutas. Conquistas.

Introdução

Este artigo tem por objetivo resgatar o contexto histórico da Educação Infantil de forma breve e a sua concretização como direito às crianças do Campo. Bem como suscitar a importância de políticas públicas que realmente sejam aplicadas na garantia de melhores condições de aprendizagem das crianças do Campo, sejam elas pedagógicas, curriculares e de espaços físicos adequados para que possam garantir essa qualidade. Este estudo surge a partir do contexto de pesquisa e vivência docente na Educação Infantil do Campo pelas autoras e mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Estado do Amazonas (UFAM).

No percurso dos estudos, ficou evidente que para que a Educação Infantil viesse a ser concretizada como direito garantido às crianças do Campo, foram necessários alguns enfrentamentos e engajamento de alguns movimentos sociais para que de fato fosse um direito. Dentre os vários movimentos encontramos o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), como o principal movimento envolvido neste processo.

Metodologia

Para produção de conhecimento buscou-se algumas referências bibliográficas que retratam o processo de inserção desta etapa de ensino na Educação do Campo, bem como o seu processo de construção e as leis que garantem o direito das crianças do Campo a uma Educação Infantil de qualidade e que atenda às suas especificidades.

Breve contexto da educação do campo

Os marcos da Educação do Campo ganharam visibilidade a partir das inquietações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que por sua vez não reivindicavam apenas direito à Educação, mas também direito à saúde e à terra, e melhores condições de sobrevivência das famílias camponesas. Segundo Mendes (2017), as lutas persistiram ao longo da década de 1990, com a realização de encontros nacionais e a publicação de manifestos e cartas, momento em que alguns pesquisadores ligados a universidades passaram a contribuir com os debates e com as reivindicações dos movimentos sociais por uma Educação do Campo, contrapondo um modelo ao existente até então, identificado como Educação Rural.

> A educação idealizada nos princípios pedagógicos e filosóficos do MST é a Educação que nunca existiu para as classes populares-pobres, minorias – no Brasil. Não é somente educação para os assentamentos ou para o campo, é muito mais, é a educação do povo. A história da Educação pública é muito recente no Brasil e nela a Educação das minorias. Quando a educação se torna pública, vêm os manuais prontos, com conteúdo, metodologias e respectivas ideologias (SOUZA, 2006, p. 34).

Constata-se desta forma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra foi importante no processo histórico de luta pela escola pública do Campo. De acordo com Franco e Ponce (2022, p. 424) "nesse conjunto, encontram-se os "Sem Terrinha", crianças que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desde o primeiro acampamento em 1985 (MST, 2018).", desta maneira constituem-se elas mesmas protagonistas deste processo de ascensão da Educação do Campo.

Educação infantil do campo: conquistas e propostas

No contexto da Educação do Campo está inserida a Educação Infantil. Ela é etapa obrigatória da educação básica a partir dos quatro anos. Tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos, nos aspectos sociais, físicos, intelectuais e psicológicos devendo ser complementados pela família e pela comunidade (BRASIL, 2017).

Silva (2012), enfatiza que os direitos à educação das crianças pequenas foram garantidos a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Sendo reconhecida como direito incontestável, a partir da CF e da LDB, o processo de inserção da Educação Infantil no Campo deixou de ter uma perspectiva de educação a ser oferecida apenas nos centros urbanos a fim de atender as necessidade das famílias e das mães que necessitavam trabalhar, para uma visão mais ampla vislumbrando a criança do Campo como sujeito de direitos e a escola como lugar onde ocorrem as relações de interação e aquisição de conhecimento de mundo e de si mesma de forma privilegiada para além do seio familiar.

No entanto, a cobertura da área do Campo é inferior à área urbana. Na área urbana estão concentradas a maioria das escolas com estruturas adequadas para a Educação Infantil, possuindo melhores condições e instalações adequadas para receber as crianças. Em outro cenário estão as escolas do campo, que passam por uma precarização tanto de infraestru-

tura, materiais pedagógicos e formação específica para os professores que exercem docência na área.

As lutas pelos direitos das crianças campesinas não param por aí. Diversos foram os movimentos como a luta dos seringueiros, dos indígenas e dos quilombolas, para que o direito a uma educação que atenda às especificidades das crianças do Campo, de modo a garantir um ensino contextualizado com a sua realidade que incluam direitos básicos, sendo gratuita e o mais próximo de suas residências. Silva (2012, p. 51) diz que, "entretanto, oferecer uma Educação Infantil no Campo, não é suficiente quando queremos considerar as creche/pré-escolas como instrumento e espaços de desenvolvimento, de formação humana e de construção de subjetividade e sociabilidade das crianças do campo.", neste sentido, a educação oferecida nos territórios rurais, deverá ser uma educação que respeite o contexto da criança do Campo.

Neste marco temporal das lutas pela inserção da Educação infantil no Campo, destaca-se que somente em 2009 com a revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB n. 5/2009) que do ponto de vista das concepções pedagógicas, foram definidos os princípios legais para esta etapa de ensino. Quanto às propostas pedagógicas para a Educação Infantil do Campo as DCNEI (2010) garantem que:

> As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem reconhecer os modos próprios de vida no campo, ter vinculação inerente à realidade dessas populações, flexibilizar, se necessário, calendário, prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2010).

Pensando nas especificidades da Educação Infantil do Campo, as instituições de ensino devem preocupar-se com a realidade cultural e social das crianças inseridas nos diversos espaços territoriais e ainda, valorizar a criança como construtora de conhecimento e que tenha suas necessidades de aprendizagem atendidas de acordo com a sua realidade.

Para Silva (2012, p. 37) "um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do Campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais.",

desta maneira entende-se que para que haja um atendimento que acolha todas as necessidades de aprendizagem das crianças do Campo é necessário que haja a articulação de um currículo voltado para as culturas do Campo e que atendam as especificidades das crianças inseridas neste contexto. Ainda de acordo com a autora, no Campo ainda existe uma carência de estrutura física para um bom atendimento, na medida em que faltam itens básicos para que de fato aconteça uma educação de qualidade. (SILVA, 2012, p. 38).

Nessa direção, considerando os aparatos legais em torno da Educação Infantil, como foi suscitado no decorrer deste texto, fica evidente que ocorreram mudanças significativas no cenário educacional brasileiro e compreendemos que essas mudanças precisam continuar acontecendo para que se efetive ainda mais o atendimento das crianças do Campo. É nesse cenário complexo que se consolida o processo histórico da Educação Infantil no Brasil e no Campo, fazer a reconstrução desse cenário educacional se fez necessário para que possamos entender o lugar que essa educação ocupa na sociedade.

Considerações finais

Considerando todos os avanços e conquistas da Educação Infantil e a expansão da oferta de vagas destinadas às crianças residentes no Campo, percebe-se que, ainda assim, grande parcela das crianças brasileiras não são beneficiadas, pois em sua maioria, são crianças que vivem em áreas do Campo de difícil acesso, onde as políticas públicas chegam de forma lenta ou por muitas vezes nem chegam, a escola do Campo passa por isolamento social. Em síntese, constata-se que as crianças passam por uma negação dos seus direitos mesmo que eles estejam garantidos nas políticas públicas, esta é uma grave problemática que acarreta na precariedade da oferta da Educação Infantil para as crianças do Campo.

Diante do exposto, a valorização que a Educação Infantil do Campo recebe hoje, é diferente do que era no passado, as transformações foram acontecendo ao longo dos anos, e hoje a criança é vista como um sujeito de direitos. Ao revermos esse processo histórico, compreende-se que, a Educação Infantil é fundamental e tem grande importância no desenvolvimento humano e social da criança do Campo em suas particularidades, no entanto as instituições encontram-se pouco preparadas para atender as especificidades das crianças do Campo. Espera-se que este estudo possibilite que mais pesquisas sejam direcionadas para esta etapa de ensino com o intuito de que as políticas públicas sejam efetivadas e consequentemente, trazer maior visibilidade das crianças residentes no Campo e a educação ofertada a elas.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa de estudo, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Grupo de Pesquisas em Educação Infantil (GPEDIN), pela oportunidade de vivenciar este contexto.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FRANCO. Zilda Gláucia Elias; PONCE. Branca Jurema. Diálogo entre currículo e territórios das crianças Ribeirinhas. **Debates em Educação** – Maceió, Vol. 14, n. especial, 2022.

SOUZA, J. M. D. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, Ana Paula Soares da; SILVA, Juliana Bezzon da; PASUCH, Jaqueline. **Educação infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012.

MENDES, M. M. **Especificidades da educação e da escola do campo: documentos oficiais e produção bibliográfica em análise (1996-2016).** 247 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná., Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2017.

29

A educação no ecoar da voz da mulher intelectual indígena

Agna Maria de Souza; Mestra em Geografia;
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
agna.souza@ifro.edu.br.

Adnilson de Almeida Silva; Doutor em Geografia;
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
adnilson@unir.br

RESUMO

Este texto objetiva realizar uma reflexão sobre a atuação da mulher indígena intelectual que vive nas cidades da Amazônia brasileira frente às condições políticas, sociais e culturais da atualidade pelos seus deslocamentos entre as comunidades indígenas e não indígenas em suas diversas organizações. A abordagem fenomenológica, pelas diferentes experiências dos sujeitos, no sentimento de pertencimento, na percepção e nos conhecimentos dos indivíduos (GOMES, 1996). Fundamentado em ciência e na filosofia, Husserl (1989). As técnicas utilizadas foram: fontes bibliográficas, Gonçalves e Lisboa (2007) e Thompson (1992), análise documental, e de campo por meio de entrevistas semiestruturadas via Google Meet, e a fonte oral. A mulher indígena da Amazônia brasileira frente às condições políticas, sociais e culturais da atualidade evidenciou diversos desafios para romper a barreira da percepção do impacto da atuação da mulher indígena no seu coletivo e fora dele.

Palavras-chave: Mulher Indígena. Organização Social. Cultura. Educação

Introdução

Nos territórios tradicionalmente ocupados, hoje em dia vê-se a nítida ampliação da representatividade feminina dentro e fora de suas

comunidades. Assim, realizamos uma breve reflexão sobre a atuação da mulher indígena intelectual que vive nas cidades da Amazônia brasileira frente às condições políticas, sociais e culturais da atualidade, decorrentes dos deslocamentos entre as comunidades indígenas e não indígenas em suas diversas organizações.

Em muitos povos indígenas, nos dias atuais, as mulheres, sobretudo, aquelas que frequentam ambientes educacionais, são as responsáveis por contribuir nas intervenções para resolução de problemas, divulgação da cultura indígena entre a sociedade não indígena. Deste modo, acabam sendo vistas e percebidas pela comunidade como autoridade de poder com a sua atuação e articulação nos diferentes espaços. Através desta nova recolocação, elas quebram barreiras da da invisibilidade, contribuem para o combate ao apagamento cultural, apoderam-se de autonomia no uso de direitos através das lutas estabelecidas nos discursos em diversos ambientes, seja territorial ou espaços de diálogos, como por exemplo: fazer ecoar a voz indígena frente às organizações políticas, garantindo lugares de destaque nos espaços de discussões e tomadas de decisões individuais e coletivas as comunidades.

Metodologia

Utilizamos a abordagem fenomenológica, pelas diferentes experiências dos sujeitos, ancoradas na pertença, na percepção e nos conhecimentos dos indivíduos. (GOMES, 1996). No combate a adoção do empirismo e do psicologismo, como fundamento da ciência e da filosofia, Husserl (1989) buscou consolidar um método liberto de pressuposições, das certezas positivas que permeiam o discurso das ciências empíricas, qual define como 'ingênuas', pois acreditava que a suprema fonte de todas as afirmações racionais é a consciência.

Utilizamos técnicas de entrevistas semi estruturadas via *Google Meet* e análise documental que favorecem a leitura a partir da observação e do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, práticas e saberes. Utilizou-se fontes bibliográficas através de autores que abordam os assuntos de gênero indígena, cultura e identidade, para a formação de uma base teórico- conceitual. Inserimos ainda a fonte oral, para apontar o modo que tem se mostrado através dos tempos como uma fonte de conservação, de difusão do saber, para a ciência em geral, segundo Gonçalves e Lisboa (2007). Ela antecede ao desenho e à escrita, citada nos estudos de Thompson (1992), quando diz que ela é tão antiga quanto a própria História, pois foi a primeira espécie de história. A escolha de tra-

balhar a técnica oral visa, sobretudo, fazer ecoar falas que foram silenciadas, não valorizadas no decorrer da história pela tentativa de apagamento.

A visibilidade indígena na voz da mulher

Verifica-se que o cenário político dos últimos anos tem impulsionado algumas mulheres indígenas, a buscar uma mudança em realidades dos espaços geográficos ao buscar autonomia do pensamento, liberdade expressão e ascensão profissional pelo vínculo em ambientes educacionais. Estas mulheres atuam dentro de suas comunidades de forma diferente daquelas aldeadas; e com o tempo, a própria comunidade reconhece seu poder de representatividade coletiva, colocando sobre esta o cocar do cacicado. A afirmação identitária dos povos indígenas em diferentes segmentos da sociedade atual, traz maior visibilidade para a mulher indígena ao fazer ecoar vozes em rede mundial, através do discurso na ONU em 2021, como de Txai Suruí.

Figura 1– Liderança Jovem do Povo Paiter Suruí -Txaí Suruí

Fonte: https://exame.com/negocios/txai-surui-entrevista

Influências da mulher indígena nas tomadas de decisões e as organizações sociais em seus territórios temos em destaques nacionais, lideranças, tais como as seguintes protagonistas: Silvana Terena, Enir Bezerra da Silva, Iara Wassu Cocal, Marcia Wayna, Valdelice Verón, Leonice Tupari, Zahy Guajajara, Silvia Waiãpi, Ana Terra Yawalapiti, Joenia Wapichana, Antonia Melo, Bel Juruna, Kerexu Yxapyry, Célia Xakriabá (CARDOSO, 2017). O movimento da mulher indígena intelectual rompeu as denúncias realizadas pelas geografias feministas, de uma Geografia hegemonicamente masculina, branca, ocidental, heterossexual e elitizada (SILVA, 2009a; SILVA, ORNAT e CHIMIN, 2013). Além do mais, quando se busca as escriturações históricas das memórias contadas através da fonte indígena, pois nota-se um apagamento, escassez e invisibilidade da mulher indígena. Ao aprofundar no contexto teórico, raras são as obras que abordam a mulher indígena, principalmente sob perspectiva geográfica.

A organização social e a mulher indígena no contexto amazônico

As novas atuações da mulher indígena da Amazônia brasileira têm seus primeiros passos ainda no final do século XX, na década de 1980, com o registro da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e da Associação das Mulheres Indígenas de Tarauacá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT). Depois disso, temos em 2002 outro salto que foi conquistado ao se criar a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, atualmente a maior organização indígena da Amazônia brasileira, com representantes de nove estados da Amazônia brasileira, e Rondônia esteve presente nesse processo de discussão e construção deste departamento conforme:

> O Departamento foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20 organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias, assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena (SACCHI, 2003, p. 4).

A participação em Conselhos, nas Associações, nas Coordenações, nas Diretorias entre outros, contribuiu para a inclusão de suas demandas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, que envol-

vem costumes, tradições, culturas e saberes tradicionais específicos de cada povo, com isso algumas mulheres indígenas estão se organizando politicamente, a fim de garantir seu lugar nos espaços de discussões e tomadas de decisões. Um modelo de liderança feminina é visto na Cacica Márcia Mura, do povo Mura, também de Rondônia. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Em entrevista concedida em novembro 2021:

> [...] Nossa atuação de retomada do coletivo Mura de Porto Velho é diferente né, porque a gente ta em uma capital que antes de tudo é ancestral Mura e não tem reconhecimento disso em lugar nenhum oficialmente pelo Estado. [...]. Então a tese do meu doutorado eu trabalhei sobre o resgate do nosso povo, todo trajeto e percurso de ocupação territorial Mura. A partir de então o povo mura passou a me reconhecer, as principais organizações políticas Mura do Amazonas me reconhece. [...]. Esse também ano organizei uma caravana para ir para marcha das mulheres indígenas em Itaquatiara, AM (MARCIA MURA, entrevista concedida em novembro de 2021).

Encontramos em Márcia Nunes Maciel (Márcia Mura), indígena do Povo Mura, que atua como docente no ambiente educacional em escolas no Estado de Rondônia, sendo também outro exemplo de liderança indígena na atuação da organização social do seu povo, se configurando no modelo de protagonismo feminino.

Figura 2 – Cacica do Povo Mura – Márcia Mura

Fonte: https://catarinas.info/o-atual-governo.acesso 20.06.2022

Cacica de seu povo, título conferido pelo seu povo, como reconhecimento de sua atuante e eficaz participação nos dilemas coletivos e diante habilidade de transitar entre os não indígenas.

Resultados e discussão

Na reflexão sobre a atuação da mulher indígena intelectual que vive nas cidades da Amazônia brasileira temos as condições políticas, sociais e culturais da atualidade em processos de lutas contra as invisibilidades e não apagamento cultural. O sentimento de pertencimento é evidenciado nos seus coletivos, quando conseguem estabelecer planos de reorganização política e social, sendo esta atuação que faz ecoar sua voz entre seu povo e demais povos por onde seus gritos são aceitos. No entanto, tais mulheres obtiveram grandes reconhecimentos dentre seus povos, que concedem estes títulos de líderes, até mesmo o cacicado. No entanto, seus modos de vida são poucos discutidos, tanto na ciência geográfica, como nas demais áreas.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas paras Mulheres.Brasília,2008, 236 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: jun. 2022.

CARDOSO, Bia. A liderança das mulheres indígenas e seus atuais desafios. **Blogueiras femininas**. Disponível em: https://blogueirasfeministas.com/2017/04/19/a-lideranca-das-mulheres-indigenas-e-seus-atuais-desafios/. Acesso em: jun. 2022.

CARDOSO, Bia. Dia Internacional da Mulher Indígena e o Feminismo. **Revistaforum**. 5 set. de 2013. Disponível em: www.revistaforum.com.br/dia-internacional-da-mulher-indigena/. Acesso em: jun. 2022.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1996.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. R. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**. Florianopolis v.10 n. esp. p. 83-92, 2007.Disponível em: www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/?lang=pt. Acesso em: jun. 2022.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

L.; MURA, Márcia. **Entrevista** concedida em novembro de 2021.

ONU, MULHERES. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Mulheres indígenas estão na luta pela terra e sofrem ameaças de madeireiros. **ONU Mulheres Brasil**. 23 de dezembro de 2015. Disponível em: www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-estao-na-luta-pela- terra-e- sofrem-ameacas-de-madereiros/. Acesso em: jun. 2022.

SACCHI, Angela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Anthropológicas**, v. 14, p. 105-120, 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. 400 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

30

O ensino de geografia e a educação no campo: reflexões a partir do referencial curricular do estado de Rondônia

Renata Maria da Silva
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
renatamaria.enzo@gmail.com

Dirlete Azevedo Freitas
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
dirleteazevedo@gmail.com

Cristiane Gonçalves Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
cristianegoncalvesribeiro7@gmail.com

RESUMO

A educação brasileira orienta-se pela Base Nacional Comum Curricular, nas esferas estadual e municipal é norteada pelas Diretrizes Curriculares Estaduais. A Educação no Campo no processo de ensino-aprendizagem se coaduna com movimentos e identidades amazônicas, considerando a vivência comunitária e a interação de povos originários com o espaço vivido. O objetivo deste estudo é analisar como a educação do/no campo está disposta no Referencial Curricular do Estado de Rondônia no que compete ao Ensino Fundamental II. A pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental. Rondônia é composta por diferentes grupos étnicos tradicionais, com cenário historicamente constituído, faz parte da organização do mosaico amazônico, portanto, tratar a diversidade cultural no âmbito escolar como elemento formador, possibilita o entendimento, a valorização e a superação da discriminação cultural, étnica e econômica.

Palavras-chave: Amazônia. Educação do/no Campo. Ensino de Geografia. Rondônia.

Introdução

O objetivo deste estudo é analisar como a educação do/no campo está disposta no Referencial Curricular do Estado de Rondônia no que compete ao Ensino Fundamental II. O ensino de Geografia pode ser entendido em aspectos científicos, sociais e culturais. Aspectos que em escala nacional são fundamentados pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (este documento normatiza e estabelece as habilidades e competências de cada etapa da Educação Básica, foi homologado em 20 de abril de 2017) e na perspectiva estadual e local seguem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Estaduais (DRCs).

A Educação do/no Campo, no processo de ensino-aprendizagem precisa coadunar-se com movimentos e identidades amazônicas, considerando a vivência comunitária e interação de povos originários com a pesca, roçado, caça e com ciclo da água na organização escolar.

As comunidades camponesas são conhecidas por suas práticas singulares e sua interdependência com a natureza. São sujeitos sociais que mantêm uma relação sustentável com o meio ambiente que o cercam, suas atividades são de baixo impacto ambiental e sua produção é prioritária à subsistência familiar. Diferenciam-se culturalmente e possuem formas específicas de organização social e uso do território. Pensar o território amazônico dentro da ótica educacional, é pensar na construção curricular, tendo em vista que a caracterização regional, cultural e a dimensão simbólica impressa através da construção de uma identidade local.

O sujeito amazônico, e o homem do campo encontram-se enraizados no meio cultural em que foi socializado, portanto, é parte do cenário e herdeiro de um longo processo acumulativo de saberes, vivências e experiência adquirida pelas inúmeras gerações que o antecederam.

Dito isso, a educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações. Visa incidir sobre a política de educação e aos interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, cultura, conhecimento das lutas sociais dos camponeses e ao embate entre projetos de campo e lógicas de agricultura que têm implicações na sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012).

Metodologia

A presente pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental. Busca-se analisar a atual conjuntura educacional partindo do Referencial Curricular do Estado de Rondônia, com intuito de analisar como a educação do/no campo está disposta no Referencial Curricular do Estado de Rondônia no que compete ao Ensino Fundamental II.

Resultado e discussões

As instituições escolares não possuem apenas o dever de estabelecer caminhos para produção do conhecimento e sim somar com os saberes já adquiridos e trazidos pelo estudante. O currículo é a soma de todos os preceitos necessários para uma educação inclusiva e qualitativa e a construção curricular deve seguir sistemas de elaboração e propostas fundamentadas no direito à aprendizagem e ao desenvolvimento social humano (SACRISTÀN, 1995).

O currículo precisa ser constituído de minúcias, critérios e pautas, que junto ao projeto pedagógico possibilita repensar o ensino básico dentro das diferentes trajetórias, realidade e formação do educando. Munido de estrutura própria, permeado de inter-relações entre componentes, competências e habilidades. A abordagem de temas culturais possibilita perpassar por conteúdos com maior percepção do espaço vivido.

A educação geográfica está intrinsecamente ligada ao conceito de identidade, pois ela se expressa através da leitura de mundo. Enquanto componente curricular, a Geografia permite a leitura dos mais diferentes contextos culturais, no que tange às comunidades originárias amazônicas, a várzea e a terra firme correlacionam-se com percepções do mundo e dos saberes tradicionalmente constituídos. A articulação entre currículo, cotidiano e saberes locais evidenciam os efeitos gerados nas matrizes sociais, culturais e históricas do território.

O estado de Rondônia é composto por diferentes grupos étnicos tradicionais, com cenário historicamente constituído, faz parte da organização e do mosaico amazônico. A pluralidade local engloba indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, entre outros agentes sociais carregados de identidade sociocultural própria. Pensar a escola dentro desse contexto é considerar aspectos específicos para a construção do currículo (RONDÔNIA, 2020).

Dentre diferentes grupos escolares, temos a Educação do Campo e suas especificidades culturais. Essa modalidade tem ocupado seu espaço a nível regional e nacional, porém, para que o ensino se efetive é preciso que todos tenham o compromisso de assegurar a educação de qualidade como um direito de todos. O ensino da Geografia deve ser pautado no estímulo de habilidades e, desta forma, possibilitar ao aluno desenvolver competências criativas de percepção e cognição a serem incorporadas ao seu crescimento (KIMURA, 2001).

A educação do campo foi entendida durante muito tempo como atrasada, sem acesso tecnológico, subordinada culturalmente e a serviço das áreas urbanas. Nessa conjuntura, surgiu a necessidade da construção de um currículo considerando as memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que articulam esse espaço. No ano de 2002 entrou em vigor a Resolução CNE/CEB 01, de 3 de abril, que estabelece Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, essa resolução foi um passo importante para a história da educação brasileira e, em especial, para a melhoria da educação do campo (GADOTTI, 2000).

A materialização de políticas e ações para a educação do campo concretiza a democratização político cultural de conceitos anteriormente desconsiderados e abre importantes debates para o aperfeiçoamento do ensino. Além disso, uma gestão democrática pensada dentro e fora do âmbito escolar colabora com a construção do saber cultural e científico. É preciso entender que referenciar o currículo de acordo com a realidade do campo não é desconsiderar conteúdos globais, é entrelaçar ambos como elementos a serem problematizados, pois afetam efetivamente o cotidiano dos estudantes e de suas comunidades (SOUSA, 2006).

A busca por educação de qualidade no que tange o campo na Amazônia e comunidades tradicionais passam por lutas históricas vivenciadas por seus agentes sociais. O homem do campo também conhecido como camponês amazônico não vive isolado no tempo e no espaço, possui entrelaçamentos simbólicos entre si, o espaço vivido e o mundo global. Tendo em vista as especificidades e desafios para a efetivação de uma Educação do/no campo no contexto ribeirinho, aponta-se a necessidade de constituir uma educação voltada para essas comunidades, constituída pelos sujeitos que trabalham e ali vivem (SANTOS; NEVES, 2012).

O cenário escolar contemporâneo requer um ensino geográfico para além dos conteúdos e conceitos globais, o componente curricular deve ser apresentado de forma que desperte a criticidade do educando, para que ele perceba a realidade ao qual está inserido e exerça um raciocínio geográfico que lhe permita a leitura de mundo. Portanto, devem ser trabalhados temas contemporâneos, partindo de alguns tópicos, dentre

eles estão a preservação do meio ambiente e o respeito à cultura. Essa temática ao ser incorporada ao currículo não só estabelece o desenvolvimento da autonomia do estudante, como também o torna capaz de uma intervenção responsável no mundo em que vive (RONDÔNIA, 2020).

Sendo assim, tratar a diversidade cultural no âmbito escolar como elemento formador possibilita o entendimento, a valorização e a superação da discriminação étnico-racial. Operar esses mecanismos é corroborar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Educação do Campo, em relação aos povos tradicionais, precisa estar diretamente atrelada à luta contra a discriminação e o ensino deve se estabelecer sem causar rupturas identitárias (SILVA, 2010).

Considerações finais

Apesar da existência de legislações, documentos e programas com objetivo de aprimorar a Educação do Campo e torná-la contextualizada, percebe-se inúmeros desafios à aplicabilidade dos conteúdos e a efetivação da gestão democrática. Os cursos superiores e o debate democrático são bases para um ensino multicultural e inclusivo. Entendemos que a educação no âmbito amazônico precisa da participação ativa da sociedade nas tomadas de decisão e na construção do currículo. As políticas públicas vigentes necessitam quebrar a barreira da teoria e chegar efetivamente à prática, isso se dará mediante a união de todos os envolvidos.

O contexto educacional possui potencialidades capazes de desenvolver a compreensão do espaço vivido, das relações entre o conhecimento escolar e empírico e o estabelecimento da autoformação individual. O ensino de Geografia possui fontes inesgotáveis de atuação e se efetiva mediante a interação de sujeitos sociais distintos, inseridos em lugares diversos.

Referências

BRASIL. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular do Estado de Rondônia**. 2022.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: **Dicionário da educação do campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática**.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Edinéia Oliveira dos; NEVES, Márcia Luzia C. Educação do campo e desenvolvimento territorial: reflexões e proposições. **Entrelaçando. Revista Eletrônica de Culturas e** Educação, n. 6, v. 1, p. 1-10 Ano III (2012) Set.Dez · ISSN 2179.8443.

SILVA. G. R. **O ensino de geografia na educação básica**: os desafios do fazer geográfico no mundo contemporâneo. 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, M.A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

31

Rondônia no censo demográfico 2022: apontamentos sobre sua recente dinâmica regional

Ricardo Gilson da Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
rgilson@unir.br

RESUMO

O Censo Demográfico tem sido uma das pesquisas mais importantes para se compreender as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais do Brasil. Os dados censitários oferecem um conjunto diverso da espacialidade demográfica e socioeconômica nos diferentes níveis da organização territorial brasileira. No caso em estudo, o texto analisa os principais resultados do Censo Demográfico 2022 para o estado de Rondônia, observando o crescimento populacional no período intercensitário e os efeitos desse processo na escala estadual. Os procedimentos metodológicos consistiram no acesso aos dados dos Censos Demográficos 2010 e 2022, cálculos estatísticos efetuados com o software Excel e produção cartográfica elaboradas com o software Philcarto. Os resultados principais indicaram que Rondônia apresentou a menor taxa de crescimento populacional da Região Norte, cujo impacto atingiu 75% dos municípios com decrescimento demográfico. Cristaliza-se na geografia regional a formação do eixo urbano na rodovia BR-364, que reúne 64% da população rondoniense.

Palavras-chave: Rondônia, Análise Geográfica. Dinâmica Populacional. Amazônia, Espaço Regional.

Introdução

O Censo Demográfico constitui uma das mais importantes pesquisas sobre a sociedade brasileira, permitindo conhecer seu vasto território. Produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, normalmente realizado a cada dez anos, os dados censitários oferecem um conjunto diverso da espacialidade demográfica e socioeconômica nos

diferentes níveis da organização territorial brasileira (campo, cidade, bairros, municípios, estados, regiões, dentre as principais escalas).

A partir do Censo, o universo de dados quantitativos e qualitativos possibilita aos estudiosos, gestores públicos, consultores privados e aos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais, a pensarem as diferenças regionais e sub-regionais brasileiras, diagnosticando problemas relevantes que precisam ser enfrentados e equacionados por política públicas. Igualmente, o Censo Demográfico indica tendências diversas da sociedade, muitas delas afetadas por questões de saúde pública – a exemplo da pandemia de COVID-19, que alterou a vida cotidiana e aflorou as desigualdades sociais (COSTA SILVA, 2020), ou por razões econômicas relacionadas tanto às crises quanto aos fluxos da economia globalizada, que afetam a dinâmica populacional do campo e da cidade (COSTA SILVA, 2013).

No caso em estudo, o presente texto analisa os principais resultados do Censo Demográfico 2022 no estado de Rondônia, localizado na Amazônia brasileira. Para isso, considera-se o crescimento populacional no período intercensitário (2010/2022), e os efeitos desse processo na escala intraestadual, observando o comportamento dos 52 municípios que compõem a organização territorial rondoniense.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados foram: acesso aos dados dos Censos Demográficos 2010 e 2022, disponibilizados na plataforma do IBGE. Para os cálculos de crescimento populacional (absoluto e relativo) e saldo populacional utilizou-se o software Excel. Quanto à produção cartográfica, os mapas foram elaborados com o software Philcarto (http://philcarto.free.fr/indexPT.html).

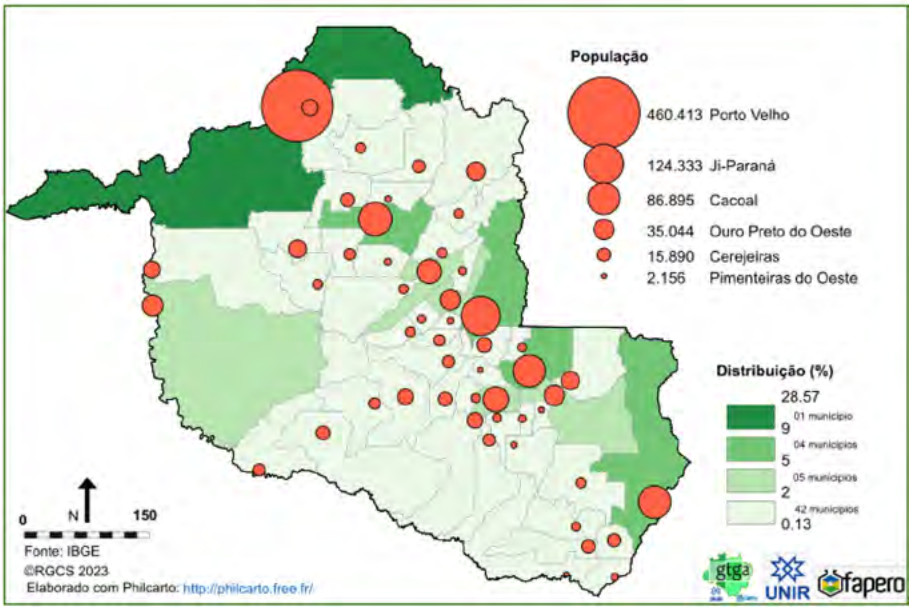
Assim, a partir dos dados quantitativos e cartográficos foi possível indicar os principais resultados e tendências das dinâmicas urbana e regional do estado de Rondônia. Cabe observar que os dados do Censo 2022 ainda não foram disponibilizados de modo desagregado, isto é, sem as informações de unidades territoriais, variáveis menores e temáticas socioeconômicas que indiquem processos geográficos. Desse modo, a análise deste texto está condicionada às informações e dados acessíveis no período de sua elaboração.

Resultados/análises

Os resultados parciais do Censo Demográfico 2022 realizado pelo IBGE trazem dados relevantes para se compreender as dinâmicas urbana e regional do estado de Rondônia. Em termos comparativos, no período intercensitário (2010 e 2022), a taxa de crescimento geométrico (%) do Brasil foi de 0,52, a Região Norte obteve 0,75 e o estado de Rondônia 0,10, apresentando um dos menores crescimentos populacionais da Região Norte e do conjunto das unidades da federação (Estados). Em 2022, Rondônia registrou somente 1.581.016 habitantes, acrescentando apenas 18.607 pessoas no intervalo de 12 anos (Figura 1). Cabe registrar que em 2010 o quantitativo populacional era de 1.562.409 pessoas, significando um acréscimo anual absoluto de 1.550 pessoas.

Esse revés contrasta com a década de 1980, quando o fluxo migratório e a política de colonização agrícola potencializaram o crescimento populacional de Rondônia, sendo o mais expressivo do país, atingindo a taxa de 7,8%, enquanto a nacional foi de 1,9%. Trata-se de um período de expansão da fronteira agrícola, em que a migração, os assentamentos rurais, a agropecuária e o crescimento da rede urbana condicionaram o aumento populacional.

Figura 1 – Mapa referente à distribuição da população rondoniense por município (2022)



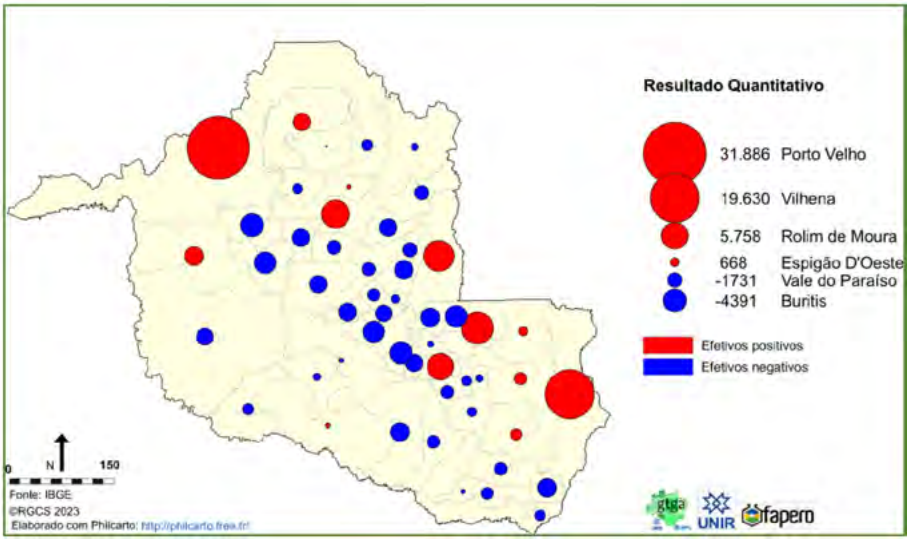
Fonte: dados geográficos diversos do IBGE, 2023. Elaborado pelo autor, 2023

Na hierarquia urbana, a capital Porto Velho é o município mais populoso (460.413 pessoas), seguido de Ji-Paraná (124.333), Ariquemes (96.833), Vilhena (95.832) e Cacoal (86.895). Juntos, esses municípios respondem por 54,66% da população estadual, consolidando a rodovia BR 364 como um eixo urbano regional, situação já identificada no Censo de 2010, quando essa taxa foi 51%. Somente Rolim de Moura, fora do eixo da BR 364, alcançou população acima de 50.000 habitantes, registrando 57.180 pessoas no Censo de 2022. Outro dado importante é que 64% da população reside nos 11 municípios localizados no eixo da BR 364.

Outro fenômeno grave refere-se aos municípios que perderam população. Dos 52 municípios que compõem o estado de Rondônia, em 39 o saldo populacional foi negativo, o que significa que 75% perderam população (Figura 2). O decrescimento mais grave foi anotado em Ministro Andreazza, com taxa de -37,5%, ou seja, de cada 100 moradores 38 deixaram o município. Situações semelhantes ocorreram em Campo Novo de Rondônia (-30,1%), Cacaulândia (-27,6%), Novo Horizonte do Oeste (-25,1%), Governador Jorge Teixeira (-23,8%), Mirante da Serra (-22,2%), Alvorada D'Oeste (-22,1%) e Vale do Paraíso (-21,0%). Além

dos pequenos municípios, o decrescimento atingiu municípios de médio porte, a exemplo de Guajará-Mirim (-5,4%), Seringueiras (-3,9%), Ouro Preto do Oeste (-7,6%), Machadinho D'Oeste (-1,3%), Presidente Médici (-13,4%) e Buritis (-13,5%).

Figura 2 – Mapa referente ao saldo populacional dos municípios rondonienses (2022)



Fonte: dados geográficos diversos do IBGE, 2023. Elaborado pelo autor, 2023

Com observações na Figura 2, verifica-se que o saldo populacional negativo foi registrado nos pequenos municípios, caracterizado pela população rural majoritária e com forte presença das pequenas propriedades (agricultura familiar). Certamente, quando os dados desagregados do Censo de 2022 estiverem disponibilizados, possivelmente a diferença entre a população rural e a urbana aumentará substancialmente, dinâmica anteriormente registrada no Censo de 2010.

Em síntese, a expansão da fronteira agrícola globalizada centrada na produção de *commodities* (soja, milho, pecuária), associada ao aumento do preço da terra, pressiona os pequenos proprietários, que ao comercializarem suas propriedades por razões econômicas e/ou sociais, tendem a migrarem para novas áreas rurais ou cidades (SILVA; COSTA SILVA; LIMA, 2019). Possivelmente, a continuar tal processo, tem-se um esgotamento das pequenas propriedades (agricultura familiar) como modelo de

ocupação territorial de Rondônia *pari passu* a expansão de monoculturas e concentração fundiária.

Considerações finais

Um país com dimensões continentais, diversidade regional e desigualdades socioespaciais expressivas, como o Brasil, tem o desafio a ser compreendido em suas heterogeneidade, no qual o Censo Demográfico é a pesquisa pública mais importante para atingir esse objetivo. A cada pesquisa publicada às características socioeconômicas e espaciais do Brasil, regiões, estados e municípios, modificam-se, exigindo estudos que possam compreender as dinâmicas territoriais em suas múltiplas escalas geográficas.

Assim, analisaram-se algumas transformações geográficas reveladas pelo Censo Demográfico em Rondônia. Os resultados, ainda que parciais, indicam três fenômenos relevantes: a estabilização do crescimento populacional geral de Rondônia, o que indica que o estado já não produz resultados positivos auferidos em décadas anteriores; o decrescimento populacional atingiu 75% dos municípios, especialmente os pequenos municípios, cuja participação da população rural é majoritária; e a formação do eixo urbano na rodovia BR 364, que reúne 11 municípios (22%) e representa 64% da população estadual.

Agradecimentos

A pesquisa tem o apoio da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO.

Referências

COSTA SILVA, R. G. Brasil, pandemia e vulnerabilidade social: o caso de Manaus, Amazônia. **Finisterra** (Lisboa. 1966), v. 55, p. 1-4, 2020. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20341

COSTA SILVA, R. G. Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia. **Acta**

Geográfica (UFRR), p. 69-83, 2013. Disponível em: http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/1383/1211

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022**. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html.

SILVA, V. V; COSTA SILVA, R. G; LIMA; L. A. P. A estruturação da fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 67-82, 2019. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/37193.

32

Caminhos das águas: os rios e o surgimento das cidades na Amazônia Ocidental

Matheus Pinto de Souza
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
mpds.geo15@gmail.com

RESUMO

O fenômeno urbano na Amazônia tem sido objeto de estudo por diferentes pesquisadores que buscam compreender as dinâmicas relacionadas ao modo de produção do espaço e as configurações das cidades amazônicas. Como a própria geografia da região condiciona muitas cidades a uma dinâmica fluvial, os rios tornam-se o principal meio de ligação, é por ele que se chega e se vai, o que o torna importante instrumento para o desenvolvimento da vida nestes lugares. Através do levantamento e da análise bibliográfica e documental, buscamos compreender o surgimento das primeiras cidades na Amazônia Ocidental, precisamente na Província do Amazonas, elencando as principais estratégias voltadas à ampliação da rede urbana. Nota-se que a busca pela consolidação nas terras conquistadas pelos portugueses, através da exploração e mapeamento dos rios, levou a ampliação do número de vilas e entrepostos nas margens dos cursos d'água que, posteriormente, foram institucionalizados como municípios, alterando de forma substancial o modo de produção do espaço localmente.

Palavras-chave: Cidades na Amazônia. Urbanização. Rios amazônicos, Amazonas. Brasil.

Introdução

A busca pela conquista e ocupação da Amazônia foi um projeto que demandou o conhecimento profundo da região, que se deu, essencialmente, a partir de viagens exploratórias através dos rios amazônicos. Os registros e descrições da paisagem natural, assim como os percalços e potencialidades observadas e experienciadas durante as expedições, cola-

boraram para o mapeamento do emaranhado fluvial, colaborando com a ampliação dos domínios da coroa portuguesa em direção à Oeste.

A compreensão deste processo de produção do território amazônico é importante para a interpretação da atual configuração do espaço regional, sendo ferramenta considerável para a proposição de políticas voltadas à solução das diversas problemáticas que emergem da relação entre o ser humano e a natureza.

Assim, buscamos compreender o surgimento das primeiras cidades na Amazônia Ocidental, especificamente na província do Amazonas, criada em 1850 como parte do processo de reafirmação da posse do território ocupado desde a colonização. Nesta linha, os rios tiveram papel principal, pois foi através dos cursos d'água que o europeu adentrou a região, fixando-se nas margens através da implantação de vilas e cidades por toda a extensão da bacia amazônica.

Assim, nosso recorte espacial centra-se no território delimitado como província do Amazonas (Figura 1), espaço que hoje compreende os estados do Amazonas, Roraima e parte do estado de Rondônia.

Nota-se que a consolidação das cidades se deu essencialmente sob dois principais objetivos: I) a coleta e exploração econômica dos produtos da floresta; II) marcar presença dos portugueses na região, reafirmando o controle do território. Com a reestruturação do território brasileiro as cidades passaram a desempenhar importante papel para o desenvolvimento econômico da província, uma vez que estas centralizavam os fluxos em escala local, recebendo produtos vindos de outras freguesias e vilas ao longo dos rios.

Metodologia

A presente análise se deu essencialmente a partir do levantamento de bibliografia acerca da temática estudada, assim como de documentos históricos coletados em base de dados de órgão de governo e centros de pesquisa, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA).

Para Moresi (2003), o levantamento e revisão da literatura permite mapear os autores em que serão ancoradas as análises, ou seja, trata-se da construção da base teórica do trabalho, tornando possível a elaboração de um arcabouço sobre o tema pesquisado, a partir da produção já consolidada.

Assim, elencamos algumas variáveis analíticas, tais como identificar em que contexto ocorreram as primeiras incursões pelos rios da região, indicando as primeiras freguesias, vilas e cidades consolidadas na Província do Amazonas, com vistas a estabelecer a relação entre a ocupação do território e a ampliação do número de núcleos de urbanização.

A partir do uso *software* livre Qgis produzimos um mapa da região, com a distribuição das localidades e cidades na Amazônia Ocidental, localizadas às margens dos principais rios da Província do Amazonas.

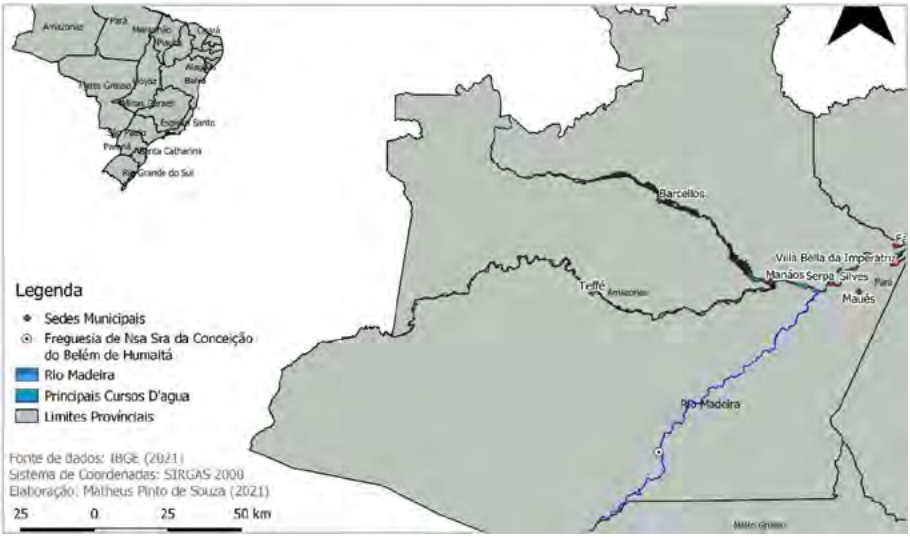
O processo de consolidação das cidades na província do Amazonas

As riquezas contidas na floresta amazônica interessam não só ao país como também a outras nações, sendo uma das principais características da região seu conjunto hidrológico, contendo uma das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do mundo. A gênese da urbanização na Amazônia encontra-se estritamente ligada à exploração destas riquezas, uma vez que o surgimento de vilas e cidades nesta porção do território sempre esteve ligada a descoberta de produtos de alto valor no mercado interno e externo (BROWDER; GODFREY, 2006).

Ocupar e explorar a região foi, a nosso ver, o ponto de ignição para a ampliação do número de cidades na Amazônia, especificamente na província do Amazonas, estabelecida no ano de 1850, a partir do reordenamento do território do então Império do Brasil (DUARTE, 2020).

No ano de 1870, a província contava com oito municípios, cinco deles localizados às margens do rio Amazonas – Faro, Vila Bela de Imperatriz, Silves, Serpa, Manaós e Teffé –, um na margem do Rio Negro – Barcellos –, e outro às margens do rio Maués-Açu – Maués (Figura 1).

Figura 1 – Principais municípios e vilas da Província do Amazonas (1870)



Fonte: dados geográficos diversos do IBGE, 2021. Elaborado pelo autor, 2023

Este cenário torna evidente a importância dos rios para o estabelecimento das cidades na Amazônia, sobretudo os primeiros centros urbanos na então Província do Amazonas. A partir da observação da distribuição espacial destes municípios, podemos perceber o interesse em ocupar o curso principal da bacia amazônica, já havendo, à época, iniciativas para a consolidação de outras cidades às margens de rios considerados estratégicos para o Império do Brasil (OLIVEIRA, 2006), como foi o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Beém de Humaitá, no rio Madeira (Figura 1).

Oliveira (2006, p. 6) *apud* Bitencourt (1926) aponta que:

> Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e/ou recriados povoados visando servir de apoio à exploração do látex e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde cidades, tais como: Manicoré e Humaitá no rio Madeira; Lábrea, Boca do Acre e Canutama no rio Purus; Carauari e Eirunepé no rio Juruá; Codajás no rio Solimões.

Outro ponto importante a ser observado e que pode justificar essa ampliação do número de vilas e cidades pela região, é o fato do modal de transporte da época se dar unicamente pelos rios, sendo necessário, devido às grandes distâncias, reduzir os deslocamentos aos pontos de abastecimento das tripulações (OLIVEIRA, 2006).

Assim, firmaram-se as primeiras cidades na porção ocidental da Amazônia brasileira, tendo os rios como única e fundamental rota de acesso aos produtos da floresta, base do comércio internacional e instrumento que, mais tarde, faria da Amazônia uma floresta urbanizada, sobretudo a partir da busca pela adequação destas cidades ao padrão europeu.

Considerações finais

A consolidação das cidades na Amazônia foi um processo cujo entendimento demanda a observação das especificidades que condicionam a organização espacial da época, sendo evidenciada a centralidade que os rios assumiram frente à produção do espaço nestas localidades.

Com o litoral ocupado e devidamente consolidado o domínio Imperial, a expansão das cidades a oeste tornou-se objetivo para a concretização da posse do território ocidental, sendo a criação da Província do Amazonas, assim como das suas primeiras cidades, importante marco nessa direção.

Evidentemente, tratou-se de um projeto geopolítico, uma vez que as cidades passam a exercer dois papéis fundamentais: a de reafirmar a posse do território frente a nações estrangeiras, servindo, ao mesmo tempo, como entrepostos para a exploração de recursos da natureza, o que fez com que o número de vilas e freguesias se multiplicassem ao longo dos rios nas direções norte e sul, como observado na Província do Amazonas.

Agradecimentos

Desprendemos nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado.

Referências

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Trad. Gisele V. Goldstein. Manaus: EDUA, 2006.

DUARTE, D. M. **Uma breve história da província do Amazonas**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2020. Disponível em: https://idd.org.br/livros/uma-breve-historia-da-provincia-do-amazonas/. Acesso em: 11 mar. 2023.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia científica.** Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva.** Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 10, n. 218, p. 35, 1 ago. 2006. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém-PA, n. 321, p. 1-22, dez. de 2013.

33

Gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Tefé-AM: uma análise do bairro Nossa Senhora de Fátima

Luiz Carlos Souza da Silva
Universidade do Estado do Amazonas – UEA – lcss.geo19@uea.edu.br

Eubia Andrea Rodrigues
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
eandrea@uea.edu.br

RESUMO

O resumo tem como objetivo propor uma reflexão sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos na cidade de Tefé/AM, especificamente, o Bairro Nossa Senhora de Fátima, dentro de uma perspectiva ambiental, propondo aos moradores a participação na construção da cidadania para a busca de uma melhor qualidade de vida. As metodologias utilizadas, além da revisão bibliográfica, para o estudo dos conceitos pertinentes na proposta da ação. Foi necessário uma análise empírica com a aproximação dos sujeitos (moradores e extencionista), para uma conversa informal e entrevistas com os moradores, através de questionários, para identificar os anseios e as angústias analíticas, uma vez que a proposta foi realizada com o objetivo de perceber quais os reais impactos ambientais, oriundos da produção do lixo pelos moradores do bairro.

Palavras-chave: Resíduos sólidos, Espaço urbano, Gerenciamento, Tefé..

Introdução

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Bairro (FECOMÉRCIO, 2013), o bairro configura um território de vivência, onde as pessoas moram e se relacionam, onde vivem o dia a dia, circulam, têm

relação de vizinhança e convivem com problemas concretos que afetam o cotidiano, portanto, não é um limite administrativo, mas uma entidade cultural e antropológica.

Figura 1 – Bairro Nossa Senhora de Fátima – Tefé/AM

Fonte: Google Earth (2023)

O Bairro Nossa Senhora de Fátima, que está localizado na cidade de Tefé-AM (Figura 1), entre cursos d'água do lago de Tefé e o Igarapé Xidarini, condicionando sua área aos regimes de seca e cheia dos rios. Algumas áreas são ocupadas em locais de riscos e de difícil acesso, e não oferecem a infraestrutura e pavimentação necessária que permita a circulação dos caminhões do serviço de coleta de resíduos sólidos. As estações de seca e cheia, respeitam o regime das águas da região, influem diretamente nas condições de transporte dos resíduos coletados no bairro. Lefebvre (2001) explica que o urbanismo formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais [...], é nessa questão que se enquadra o bairro Nossa Senhora de Fátima, a falta de saneamento básico é mais visível devido ser banhado pelo igarapé Xidarini Diante disso, foi elaborada uma lei municipal sobre o saneamento básico que é a lei 11.445:

> O presente Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, do município de Tefé, foi elaborado de acordo com a Lei Nacional de Saneamento Básico – LNSB, a Lei № 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto № 7.217, de 21 de junho de 2010 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei № 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto № 7.404, de 23 de dezembro de 2010. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO TEFÉ/AM, 2012)

Essa lei visa trazer o controle sobre os bairros que não tem saneamento básico e com esgoto a céu aberto, mas no que tange a gestão governamental, encontram muitas dificuldades para elaboração de estudo para que sejam apresentados projetos para melhoria dos bairros.

O bairro atualmente passou por asfaltamento, melhorando assim, a entrada de carros de pequeno portes para a retirada dos resíduos sólidos também são usados triciclos (carrocinhas) para fazer esse escoamento de resíduos sólidos, com a pavimentação algumas áreas que tinha foco de acúmulo de lixo foi recuperado, no Artigo 90 do Plano Diretor Participativo de Tefé-AM (2006), os órgão governamentais tem a obrigação de controlar a disposição inadequada de resíduos sólidos pela educação ambiental, por meio de oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva e recuperar as áreas degradadas e contaminadas.

Para refletir sobre os problemas e criar estratégias que os minimizem foi elaborada uma proposta de atividade que tinha como objetivo analisar os problemas socioambientais decorrentes das ações humanas, produzidas pelos moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima, proporcionando aos indivíduos e grupos sociais a possibilidade de participarem na construção da cidadania e entendam os direitos e os deveres que todos têm com uma melhor qualidade de vida.

Metodologia

Os métodos utilizados foram analíticos, uma vez que a proposta foi realizada para identificar quais os reais impactos ambientais, oriundos da produção do lixo pelos moradores do bairro. Então se fez necessário primeiramente à observação da área de estudo, e posteriormente foi realizada a revisão bibliográfica e prática de campo. A prática de campo, análise, entrevista com os moradores externos e do próprio bairro, no caso do segundo realizou-se entrevista com trinta famílias, que contribuíram para a descrição histórica, além de destacarem seus anseios e angustias.

A coleta ocorreu a partir da relação direta com o objetivo da pesquisa, obtidos através de entrevistas para identificação dos reais motivos que caracterizam pejorativamente. Após a coleta os dados foram tabulados para elaboração de gráficos. Identificou-se os principais problemas sociais e ambientais. Foram realizada uma visita para conhecimento do bairro e suas dimensões, identificando as ruas e becos, uma vez que o bairro passou por um processo de pavimentação asfáltica, além, de enumerar os principais focos de lixeiras viciadas.

Caracterização da área de pesquisa

A questão ambiental referente ao bairro está muito longe da realidade dos outros bairros da cidade, na primeira visita de observação, para conhecer o bairro e o cotidiano dos moradores, foram observados alguns pontos de acúmulo de lixo em locais de vias principais, lixos gerados pelos moradores, jogados em terrenos aos lados das casas, poucos focos de lixos gerados pelos comerciantes, os que existiam no dia da visita observação, estavam em caixas.

Em uma conversa com um morador, para obter mais informações sobre como era a coleta de lixo no bairro, a informação foi que era feita aos sábados por carros de pequeno porte, adaptados pela prefeitura par fazer a coleta. O serviço de coleta de resíduos sólidos em Tefé é administrado pela Prefeitura Municipal por meio das Secretarias de Meio Ambiente e de Infraestrutura. Atinge todos os bairros, mais as Vilas Marinha e Aeronáutica, e recolhe os resíduos de origem domiciliar, comercial, industrial e hospitalar, incluindo o entulho.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios do Estado do Amazonas - PLAMSAN (2012), a cidade de Tefé conta apenas com os serviços de abastecimento de água, prestado diretamente pelo SAAE local, limpeza pública, coleta e transporte de resíduos sólidos. Os resíduos sólidos coletados são transportados para um lixão a céu aberto na Estrada da Agrovila.

A figura 2 representa a quantidade anual de todos os veículos empregados na coleta de resíduos sólidos na cidade, esses estão identificado, por "Caçamba", veículo adaptado para fazer a coleta em quase todos bairros. Percebemos, de acordo com a figura 2, a quantidade de lixo se enquadra em lixos domésticos, capina (lixo verde), podagem das arvores e entulho de construção, todos estão em quantidade anual de dados referente ao ano de 2022. Para a coleta dos resíduos sólidos são empregados botes de alumínio para os bairros localizados além dos cursos d'água e

área de concentração de flutuantes o que se encaixa nos vários bairros que fazem margens no Igarapé Xidarini.

Considerações finais

O bairro Nossa Senhora de Fátima está em constante mudança, durante o pouco tempo de estudo no bairro, o desenvolvimento contínuo, a presença de mais pessoas devido a pavimentação, fez com que o bairro se organizasse mais, com isso, a coleta de resíduos sólidos seja mais constante, passou a ser 3 vezes por semana, ajudando a vida da população, reduzindo o acúmulo de lixo no leito do Igarapé Xidarini.

Figura 2 – Controle de Resíduos Sólidos de 2022

CONTROLE DE RESÍDUOS ANO - 2022

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JXF - 3517	
ENT. DOMES	234,781
ENT. PODA	17,9055
ENT. CONST.	165,844
ENT. CAPINA	71,622

VALOR TOTAL ANUAL DO COMPACTADOR KPF8C73	
ENT. DOMESTICO	740,16

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JXY8E57	
ENT. DOMESTIC	115,616
ENT. PODA	1,9895
ENT. CONST. CI	59,508
ENT. CAPINA	11,937

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA OAC - 8376	
ENT. DOMÉSTICO	176,6151
ENT. CAPINA	127,3205
ENT. PODA	71,627
ENT. CONSTRUÇÃO CIVIL	120,41

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA KEQ - 9634	
ENT. DOMÉSTICO	39,01
ENT. CAPINA	200,9
ENT. PODA	61,68
ENT. CONSTRUÇÃ	83,04

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JXA3185	
ENT. DOMÉSTICO	4,256

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JVH - 0653	
ENT. DOMES	312,769
ENT. PODA	17,9855
ENT. CONST.	30,47
ENT. CAPINA	33,622

VALOR TOTAL ANUAL DO BAÚ JXWY 5825	
ENT. DOMÉSTICO	72,348

VALOR TOTAL ANUAL DO COMPACTADOR - OXM - 1774	
ENT. DOMÉSTIC	900,56

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JVJ 3206	
ENT. DOMÉSTICO	35,465
ENT. CAPINA	63,837
ENT. PODA	3,979
ENT. CONSTRUÇÃO CIVIL	12,456

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JVO - 3670	
ENT. DOMÉSTICO	35,47
ENT. CAPINA	63,84
ENT. PODA	3,979
ENT. CONSTRUÇÃ	12,46

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JVK - 1981	
ENT. DOMÉSTICO	176,6
ENT. CAPINA	77,59
ENT. PODA	19,9
ENT. CONSTRUÇÃ	46,97

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA JVQ - 1737	
ENT. DOMÉS	126,965
ENT. CAPINA	1,9895
ENT. PODA	1,9895
ENT. CONSTR	10,38

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA NOI - 8D40	
ENT. DOMÉSTICO	134,77
ENT. CAPINA	256,65
ENT. PODA	93,506
ENT. CONSTRUÇÃ	112,1

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA NOI8D40	
ENT. DOMÉSTIC	77,9538

VALOR TOTAL ANUAL DA CAÇAMBA (SEM PLACA)	
ENT. DOMÉSTICO	51,7787
ENT. CAPINA	221,0768
ENT. PODA	89,5275
ENT. CONSTRUÇÃO CIVIL	197,216

VALOR TOTAL ANUAL DO COMPACTADOR LQZ 9E88	
ENT. DOMÉSTICO	197,8
ENT. CONSTRUÇÃ	2,952

VALOR TOTAL ANUAL DA GAIOLA - JXE - 7046	
ENT. DOMÉSTICO	41,2
ENT. CAPINA	4,256
ENT. PODA	1,99

VALOR TOTAL ANUAL DA GAIOLA - JXH - 9A67	
ENT. DOMÉS	16,314

VALOR TOTAL ANUAL DO POLINGUICHO	
ENT. DOMÉSTICO	443,92

QUANTIDADE DE RESÍDUOS ANUAL	
ENT. DOMÉSTICO	3934,3414
ENT. CAPINA	1134,8781
ENT. PODA	236,4406
ENT. CONSTRUÇÃO CIVIL	853,8675

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente de Tefé-AM (2023)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Bairro (FECOMÉRCIO, 2013), a Prefeitura deverá coordenar e fomentar a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Bairro na cidade, a fim de fortalecer o planejamento e controle social local e para promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas.

Referências

FECOMERCIO, **Plano de desenvolvimento do bairro**: uma Metodologia participativa. São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TEFÉ. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Tefé/AM**, Jul. de 2012.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TEFÉ, **Plano Municipal de saneamento básico Tefé/AM**, Nov. de 2012.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TEFÉ. **Plano diretor participativo de Tefé**, 28 set. 2006.

34

Resíduos sólidos urbanos: os impactos socioambientais com a produção e descarte no bairro Monte Castelo, Tefé-AM

Maria Kátia Barbosa da Silva
Centro de Estudos Superiores de Tefé
katiamorena916@gamil.com

Eubia Andréa Rodrigues
Centro de Estudos Superiores de Tefé
eandrea@uea.edu.br

RESUMO

A universidade está alicerçada no tripé pesquisa, ensino e extensão e este resumo está vinculado a um projeto de extensão que teve como objetivo analisar os impactos socioambientais acarretados pelo consumo excessivo de produtos industrializados que proporcionam a produção considerável de resíduos sólidos, pelos moradores do bairro de Monte Castelo, na cidade de Tefé/AM. O lixo produzido na comunidade é descartado e armazenado em ambientes impróprios pelos moradores. Os procedimentos teóricos e metodológicos foram fundamentados nos autores: Reigota (2006) e Santos (1995). Os instrumentos de análise foram coletados por meio da observação e entrevistas, foi desenvolvido palestras de cunho educativo, nas Escola Estadual Madre Maria das Mercês, com os alunos do Ensino Fundamental. Os resultados mostraram as situações de risco, por falta de uma estrutura ambiental, que afeta diretamente a vida individual e coletiva da comunidade, em termos de saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Meio ambiente. Impactos ambientais. Espaço urbano.

Introdução

Falar sobre o Meio Ambiente se torna um assunto muito importante, pois, esta questão encontra-se diretamente relacionada ao espaço geográfico no qual estamos inseridos, onde os sujeitos podem fazer possíveis mudanças. Para Reigota (2006) o meio ambiente é um lugar determinado e/ou percebido que se apresenta numa dinâmica, em constante interação entre os aspectos naturais e sociais, a partir do instante em que nos apropriamos do espaço, pois, devemos manter certos cuidados, partindo da compreensão de que a sociedade tem uma grande responsabilidade sobre situações que afetam o meio. Estas ações têm promovido grandes desigualdades socioambientais, principalmente quanto a questão, do consumo exagerado de produtos industrializados e os descartes destes produtos. Diante de tantos consumismos, onde o lixo urbano disputa espaço com a sociedade.

Fala-se do espaço urbano de Tefé, um espaço que se constituiu com o fator migração, uma vez que a cidade, desde a colonização do Estado do Amazonas, foi caracterizada como um entreposto comercial (RODRIGUES, 2011). Carregando a atividade comercial propulsora da economia local, agregada a esta condição econômica temos os serviços e equipamentos urbanos que atraem pessoas das mais variadas regiões do Brasil. Esta atração tem proporcionado uma expansão espacial, promovendo o aparecimento de novos bairros e o crescimento dos existentes.

Neste contexto, fala-se do bairro de Monte Castelo, um bairro que cresceu quanto ao aspecto demográfico, proporcionando a ocupação dos mais diferentes lugares, apropriados ou não para a construção de moradias, surgindo um emaranhado de ruas e becos sem o mínimo de infraestrutura urbana. A Constituição da República do Brasil, trata da Educação Ambiental no Capítulo V – Meio Ambiente Art. 225, diz O seguinte: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes futuras gerações". Tendo como base a Política Nacional de Educação Ambiental que vem como forma de difundir os direitos e deveres do povo, a Lei n. 9793, de 27 de abril de 1999. Com o aumento populacional, houve o aumento na produção dos resíduos sólidos pelos moradores e o comércio que ali se instalou, promovendo os impactos socioambientais em decorrência desta ação.

Essa mobilidade se deu em função do emprego, educação e saúde, tornando-se um lugar de diversidade e adversidade, foi um dos primeiros bairros a surgir na cidade, constituído por ruas asfaltadas, energia elétrica,

abastecimento de água, a quantidade de casas de madeira é menor, que de alvenaria, prédios de no máximo 4 andares, escolas, igrejas supermercados e tabernas, mais que há, um grande problema, os resíduos sólidos, "lixo". Diante do exposto, Milton Santos nos ajuda entender que:

> A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza, e o homem se torna fator geomorfológico, geológico, climático, vindo a grande mudança do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado. (RUA, *apud* SANTOS, 1994, p. 14).

Como afirma Godelier:

> A força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la. Ainda, segundo este antropólogo, nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de ideias que, de algum modo, são somente o reflexo das condições materiais de produção. (1984, p. 63, *apud* DIEGUES, 2000).

O lixo no meio ambiente traz enormes consequências para a vida da população ali situada, pelo fato da quantidade de resíduos sólidos no local infringindo as leis da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), na Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, define resíduos sólidos como material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade. Nesse contexto a PNRS [...], define os resíduos sólidos urbanos (RSU) como aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana. (PROGRAMA LIXÃO ZERO, 2019, p. 15).

Metodologia

O método utilizado foi empírico analítico e se fez necessário a primeira observação da área de estudo, realização de revisão bibliográfica e posteriormente, no trabalho de campo, foram entrevistados trinta (30) pais de família, que contribuíram para a descrição histórica, além de des-

tacarem seus anseios e angústias, ocorreram reuniões, coleta de dados. Algumas estratégias metodológicas foram aplicadas como: entrega de panfletos, visitas no bairro, informativos nos supermercados.

Foram realizadas várias visitas ao bairro, primeiro para a realização de um diagnóstico, e posterior, delimitação do bairro (Figura 1). Foi realizado um ciclo de palestras com os alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Madre Maria das Mercês, para falar sobre as leis que regem o Meio Ambiente, dispostas sobre a Educação Ambiental. Estas ações devem ser realizadas coletivamente, garantido a participação dos moradores, para que lutem por um espaço de vida melhor.

Para a obtenção de informações sobre a ação da Prefeitura Municipal de Tefé, foram realizadas entrevistas com os responsáveis da SEMMAC e a SEMIO, através de um questionário semiestruturado. Foi necessário entrevistar, também, a Secretaria de Infraestrutura e Obra para solicitar a troca do bueiro.

Resultados parciais

As informações partiram da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Conservação (SEMMAC), que vem trabalhando demonstrando seus reais interesses, orientando a implementação de normas legislativas e administrativas, bem como prevê a promoção do desenvolvimento sustentável. Relataram que já estiveram no bairro, orientando sobre descarte correto dos resíduos sólidos, já colocaram placa de conscientização em vários locais, na qual relata a lei municipal n. 044/2008, entregaram informativos dos dias que o coletor passa. Depois das informações declaradas, percebe-se que fazem seus trabalhos nos padrões, buscando por parte dos moradores a colaboração enquanto aos resíduos descartados no esgoto.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (SEMIO), assim como o (SEMMAC), devem estar lado a lado, juntamente com moradores, em busca de melhorias. Enquanto as demais áreas, o maior problema tem sido lixeiras a céu aberto e viciadas, também foi percebido lixo fora das residências, colocadas antes do coletor passar, outro problema encontrado foi o descarte de lixos em vias públicas, ou seja, nas calçadas, problemas este que ocorrendo na frente dos mercadinhos, os mesmos relatam a falta de espaços para colocar os resíduos, deixando à mercê de animais, que espalham os lixos, assim contribuindo com a contaminação do solo e propício ao desenvolvimento de transmissores de doenças.

As visitas foram determinadas pela entrega de panfletos e orientações, entre outras iniciativas, com intuito de solucionar os problemas observados.

Figura 1 – Delimitação e área de risco
no bairro Monte Castelo-Tefé/AM (2022)

Fonte: Google Earth, 2023. Org: Maria Kátia Barbosa da Silva, 2023

Considerações finais

Com o desenvolvimento das atividades percebe-se que a SEMMAC, a SEMIO, a universidade e os moradores devem desenvolver estratégias para minimizar os impactos que são causados pelo acúmulo desordenado dos resíduos sólidos.

A ação do homem contribui com a maior parte da produção de resíduos sólidos produzidos ali, grande parte encontrados- se nas áreas de esgotos e ao redor de suas residências, constatado que existe uma quantidade excessiva nas áreas mais baixas, possivelmente onde se encontram os esgotos.

Algumas ações foram realizadas com resultados positivos, como a entrega de panfletos, para o conhecimento dos moradores, visitas, troca de bueiros, os informativos disponibilizados nas mercearias e supermercados, as palestras na escola. Sabe-se que estas ações não acabarão com

os problemas, mas ajuda na sensibilização dos moradores para que lutem e busquem um espaço de qualidade de vida melhor ,é necessário criar soluções para combater os problemas socioambientais no bairro Monte Castelo.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade do Estado do Amazonas, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) disponibilizando bolsas para o desenvolvimento das atividades de extensão e a oportunidade de conhecer o bairro, além do conhecimento para desenvolvimento do aluno, em sua carreira acadêmica. Também agradeço à Prof. Eubia, pela oportunidade de participar do projeto, e aos moradores, por me receberem bem.

Referências

GODELIER, M. L'idéel et le matériel. Paris: Fayard, 1984. *In*: DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda nacional de qualidade ambiental urbana**: Programa Nacional Lixão Zero. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental, Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos – Brasília, DF: MMA, 2019.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RODRIGUES, E. A. **Rede urbana do Amazonas**: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Solimões. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2011.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 14. *In*: RUAS, João. **Paisagem, espaço e sustentabilidade**: uma perspectiva multidimensional da Geografia, Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2007.

35

Entre rios e estradas: ligações intermunicipais na região metropolitana de Manaus

Adanilson Fonseca Batista
Secretaria de Estado da Educação e Desporto – Seduc
afb.geo@gmai.com

RESUMO

A integração espacial que implica na metropolização, também se realiza no vai e vem das pessoas. No caso das regiões metropolitanas, o centro atende as demandas que não podem ser sanadas nas demais localidades. Ao interagir, os fluxos produzem interações e transformações espaciais. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns dos aspectos do transporte intermunicipal entre os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea e Manaquiri tendo em vista sua participação e interação na Região Metropolitana de Manaus. Para tanto, as observações nos pontos de intermediação, a realização de viagens e conversas informais foram de extrema importância para minimizar as largas lacunas provocadas pela não sistematização de dados oficiais. A análise que se segue aponta para uma parte da RM predominantemente rural, cujo sistema de transporte é pouco regulamentado, precário e conectado de modo peculiar.

Palavras-chave: Transportes. Passageiros. Rodoviário. Fluvial

Introdução

As ligações intermunicipais na Região Metropolitana de Manaus-RMM compreendem rios e estradas, enquanto principais vias de circulação por onde variados meios de transporte circulam, a deslocar cargas e passageiros. Essas ligações, bem como os fluxos, em grande parte, permanecem orientados pela centralidade que Manaus exerce sobre as demais cidades e assentamentos.

A RMM é composta por 13 municípios e apesar de ser o maior território metropolitano do Brasil, apresenta uma malha rodoviária de baixa densidade e com poucas linhas regulares para o transporte de passageiros. Há ainda cidades e localidades que se conectam apenas por via fluvial, ou ainda dependendo da origem e do destino a viagem pode acontecer em trajeto rodoviário e complementado pelo fluvial e vice-versa.

Diante das feições particulares do transporte, sobretudo o de passageiros, o objetivo aqui é pontuar e relacionar algumas das características do transporte de passageiros e suas interações espaciais estabelecidas entre Manaus e os municípios da RMM situados ao longo da borda Sul-sudeste, tais como: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, e Manaquiri.

Ainda que pareça arbitrária, a seleção do recorte levou em consideração características interessantes como, uma população metropolitana majoritariamente rural, um serviço de transporte espontâneo pouco regulamentado e complementar que envolve modais rodoviário e fluvial.

O texto é o resultado parcial de observações realizadas nos pontos de entroncamento das viagens que ligam os municípios e o centro da RM, bem como nos trajetos feitos através dos serviços de transportes disponíveis. Além do aporte empírico, uma revisão de literatura também se fez necessária em razão da natureza científica do tema tratado.

Na sequência de início apresenta-se uma breve consideração sobre o processo de metropolização e sua relação com os transportes no qual se coloca que embora não haja a conurbação na RMM há um processo no qual pouco a pouco se estabelecem conexões e transformações. Em seguida se apresenta alguns aspectos empíricos do recorte sobre os transportes de passageiros acompanhado de uma discussão e por fim as considerações finais.

Resultados

A metropolização do espaço urbano brasileiro representa a consolidação de redes urbanas, em que os fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e investimentos passam a dinamizar o espaço de modo mais agudo. A materialização da metropolização pode ser evidenciada de modo mais contundente através da conurbação. Entretanto, a ausência de tal processo, não autoriza a negação de um processo em curso.

De acordo com o IPEA (2010) a metropolização consiste em um processo de integração territorial a partir de uma cidade núcleo, a configurar um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum.

A integração espacial que representa a metropolização se realiza no vai e vem das pessoas, isto porque todo e qualquer deslocamento realizado está atrelada a uma motivação. No caso das regiões metropolitanas, quase sempre o centro atende diversas demandas que não podem ser sanadas nas demais localidades. Neste sentido, um importante fluxo é gerado entre o centro e as localidades.

O município de Autazes é majoritariamente rural (IBGE, 2023), localizado no sudeste da região metropolitana, pode ser acessado a partir de Manaus através de um percurso que inclui o Rio Preto do Pantaleão e as rodovias AM 254 e BR-319. Também pode ser acessado por via fluvial.

Em virtude de sua localização, Autazes aparece como ponto de intermediação para os fluxos de pessoas oriundos de municípios não metropolitanos como Nova Olinda do Norte e Borba que se direcionam para a capital ou mesmo para Autazes para o a fim de suprir demandas de diversos serviços.

O município de Careiro do Várzea possui a sede menos populosa da RMM e, de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2023), apresenta a maior população rural entre os municípios metropolitanos. A partir da capital a única forma de acessá-lo é via fluvial através de expressos e balsas em uma viagem que dura entre 20 minutos e 1h de acordo com o meio de transporte utilizado. Esse trajeto é também parte importante de outros não metropolitanos e interestaduais.

Entre Manaus e Careiro da Várzea opera o maior volume de transportes da região metropolitana de modo que o serviço diário inicia às 4h e encerra às 20h. Toda essa movimentação pode ser compreendida em razão de o município funcionar como um ponto de intermediação para outros municípios de dentro e de fora da RMM. O quadro abaixo traz números que possibilitam estimar o volume da movimentação gerada diariamente.

Quadro 1 – Oferta de transportes regular
de passageiros entre Manaus e Careiro do Várzea

Via	Modo	Frequência	Frota	Viagens/dia
Fluvial	Balsa	1h	7	15
	Expresso	30 min.	105	Sob demanda

Fonte: Pesquisa de campo jan./2021. Elaborado pelo autor

Em média as balsas têm capacidade para 150 passageiros sentados, multiplicando e essa quantidade pelo número de viagens por dia, se tem uma oferta de 2.265 assentos ao dia. Em relação aos expressos verifica-se que as viagens ocorrem por demanda, porém, de acordo com um dos fiscais que acompanham a movimentação do terminal expresso da CEASA, em média cada embarcação faz 1 viagem (ida e volta), e em média 35 embarcações com capacidade média para 40 passageiros operam ao dia. Assim sendo estima-se que a capacidade de oferta das lanchas é de 1.400 de assentos por dia o que somado às balsas dá o total de 3.665, em idas e voltas a disponibilidade é de 7.330 assentos.

Vale ressaltar que os fluxos gerados entre Manaus e Careiro da Várzea não são inteiramente provocados pela demanda dos dois municípios, a maior parte desse volume é gerado a partir de outros municípios e localidades que usam a travessia para chegar até Manaus. Destaca-se também a precariedade das estruturas dedicadas aos serviços de passageiros que tem como um de seus principais aspectos o improviso.

Segundo o IBGE (2023), cerca de 70 % da população do município de Careiro é rural. É também identificado como "Castanho". Sua sede está situada à margem esquerda do rio Castanho e as margens da BR-319, apesar das duas possibilidades de acesso fluvial o trajeto mais usado tem sido o rodoviário. De Manaus a Careiro são 101 km pela BR-319 e mais 12 km em travessia fluvial entre o porto da Gutierrez e o porto da CEASA. Se pode dizer que partindo de Manaus o acesso ao município é rodofluvial já que a maior parte da viagem ocorre pela estrada e complementado pela travessia fluvial.

No que se refere a oferta de serviços é possível acessar o município tanto através da rodovia quanto através do rio, entretanto, os fluxos do transporte fluvial são eventuais e tem operado no segmento de cargas, mas havendo demanda, o que geralmente ocorre ao longo do percurso, também se transporta passageiros. Pela rodovia os serviços tem frequência diária.

Vale ressaltar que neste e nos outros três municípios há uma baixíssima participação de grupos empresariais do transporte de passageiros no município e entorno, no qual prevalecem as associações de transportadores que atuam a partir da própria organização e com pouca ou quase nenhuma regulamentação.

De modo mais amplo observa-se que essa abertura de mercado ocorre numa parte da região metropolitana na qual as estradas entrecortam uma vasta área onde a população é mais dispersa, o que pode representar em termos de operação, rotas mais distantes, ou maiores custos, e poucos passageiros. Atualmente muitos dos veículos que chegam e saem

do porto da Gutierrez no Careiro da Várzea são oriundos de localidades rurais os quais são mais difíceis de mensurar em virtude dos custos para uma pesquisa de campo mais ampla e mais demorada.

O município de Manaquiri tem mais de 60% de sua população vivendo na zona rural. Localizado ao sul da região metropolitana, a partir de Manaus pode ser acessado por via fluvial ou rodofluvial com intermediação em Careiro da Várzea e Careiro.

Embora Manaquiri esteja conectado ao eixo da BR-319 pela AM-354, o transporte fluvial é o mais representativo na ligação com a capital. A maneira como o serviço rodoviário encontra-se organizado, dividido em três trechos ou três tarifas ou três transbordos, acaba por encarecer o acesso através das estradas. Vale ressaltar que a maior parte da população no município é rural e ao longo do trajeto até a capital via fluvial, não raro se embarca ou desembarca passageiros às margens do paraná do Manaquiri.

Considerações finais

As condições do transporte intermunicipal encontradas entre Manaus e os quatro municípios metropolitanos apontam para a formação de um tronco conectado ao sul constituído pelas rodovias ligadas à BR-319 que acessam os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea e Manaquiri.

Ao longo deste tronco constata-se que os municípios são rurais com boa participação dos transportes fluviais que complementa um importante volume de fluxos rodoviários nos trechos onde este meio é possível. Os serviços são em sua maioria ofertados por transportadores cooperados ou associados ou mesmo individuais, quanto a organização predomina a prática da lotação no qual a frequência das viagens se dá de acordo com a demanda.

Destaca-se o baixo nível de gestão dos serviços. Neste sentido, a ausência do Estado se torna nítida ao repercutir nas deficiências presentes na organização de um serviço de interesse compartilhado tão importante como o transporte de passageiros. As estruturas que servem aos transportes, quando existem, são modestas e na falta delas improvisam-se os portos e os terminais.

Referências

AMAZONAS. **Lei n. 3006 de 19 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal coletivo de passageiros, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2005. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7461_texto_integral. Acesso em: 1º nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis n.s 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**: seção1, Brasília, DF, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Transportes rodoviário de passageiros em regime de fretamento**. Brasília: CNT, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018** – REGIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010.

36

Mapeamento e planejamento urbano em Porto Velho (Rondônia): análise da bacia do Igarapé Grande

Ana Beatriz Albino da Costa
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
anaalbino1998@gmail.com

Siane Cristina Pedroso Guimarães
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
sianecpg@unir.br

RESUMO

Porto Velho, capital de Rondônia, tem enfrentado desafios ambientais decorrentes do acelerado crescimento urbano e limitação das políticas públicas, que impactam as áreas de preservação dos igarapés urbanos. Assim, o artigo analisa os impactos das ocupações humanas irregulares na área de preservação permanente do Igarapé Grande, localizado na zonal sul portovelhense. Como procedimentos metodológicos elaboraram-se mapeamentos e geoprocessamento da bacia hidrográfica urbana, identificação de moradias irregulares e impactos socioambientais. Os resultados indicam que o crescimento populacional de Porto Velho está relacionado à ocupação próxima das Áreas de Preservação Permanente (APPs). O Novo Código Florestal enfrenta desafios para equilibrar preservação ambiental e desenvolvimento econômico. O Plano Diretor busca organizar o crescimento urbano, mas sua efetividade é comprometida pela falta de fiscalização e ineficácia do poder público.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Áreas de Preservação Permanentes. Impactos Socioambientais. Mapeamento. Geoprocessamento.

Introdução

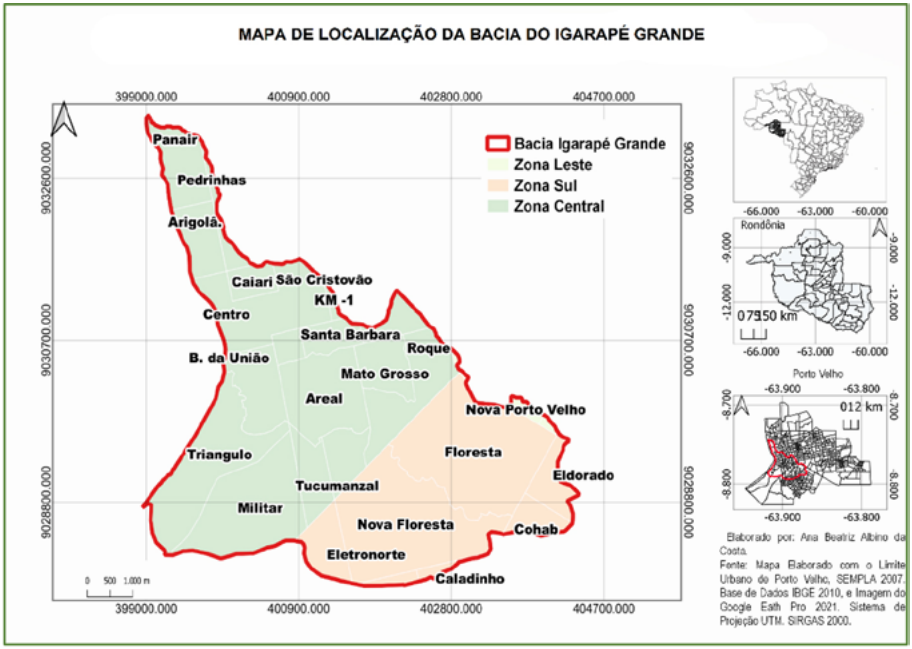
As áreas de preservação permanente são espaços territoriais especialmente protegidos pela legislação ambiental, código florestal e plano

diretor municipal. As áreas de proteção de mananciais estão situadas dentro ou fora do perímetro urbano, localizadas ao lado ou próximo dos canais de água. O tamanho da área protegida é específico, pois, depende da largura do curso fluvial (GLAUCUS, 2011).

A configuração geográfica da área de preservação permanente contribui não só para a proteção dos canais fluviais urbanos, a exemplo dos igarapés, rios e lagos, como assegura a biodiversidade presente. É importante mencionar que no entorno da cidade essas áreas possuem um papel fundamental para a circulação do vento, fortalecimento do solo em locais de desbarrancamento, de modo a contribuir com temperaturas amenas no espaço urbano (FERREIRA, 2011).

Tais problemas de ocupação urbana são evidenciados na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, cujos ciclos econômicos impulsionaram a expansão irregular em áreas que deveriam ser protegidas, a exemplos dos inúmeros cursos d'águas, regionalmente conhecidos como igarapés. As transformações da paisagem urbana expressam o distanciamento da cidade tradicionalmente ribeirinha para uma cidade média, com problemas socioambientais estruturantes. Evidenciam-se situações de moradias irregulares em áreas de fragilidade ambiental na bacia do Igarapé Grande, localizado nas zonas sul e central da cidade de Porto Velho, abrangendo 18 bairros. A bacia do Igarapé Grande tem aproximadamente 1380 hectares (Figura 1).

Figura1 – Mapa de Localização da área de estudo (2021)



Fonte: Elaborado por Ana Beatriz Albino

Metodologia

Para a realização da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) seleção de bibliografias, dados e bases cartográficas relacionadas á área de estudo; 2) construção do Banco de Dados Geográficos, os quais, a partir das bases cartográficas, foram adensados, recortados e georreferenciados para a delimitação da rede hidrográfica, limite urbano da cidade de Porto Velho, limite da bacia Igarapé Grande, bairros da área de estudo e setores censitários do Censo Demográfico IBGE 2010; 3) execução de fotointerpretação da rede hidrográfica, avaliação das propriedades físicas do terreno da bacia do Igarapé Grande, análise de imagem de satélite do ano de 2021 do *Google Earth Pro*.

Resultados e/ou discussões

Com base na análise dos dados demográficos comparativos de 2000 e 2010 (Figura 2), foi possível identificar o crescimento populacional de cada bairro na área de estudo. Com os dados populacionais por bairros foi feito o adensamento por zona 1, 2, 3. Observou-se que as áreas que mais cresceram em termos populacionais foram aquelas que apresentaram maior pressão populacional em torno das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O resultado da análise (Figuras 2 e 3) sugere que o crescimento populacional está relacionado com a ocupação das áreas próximas às APPs, o que impulsionou a expansão urbana sobre as áreas preservadas. Vale esclarecer que na App do Rio Madeira localizada no perímetro da zona 1 é influenciada por áreas comerciais. Tais influências causam o desmatamento de quase toda a área da App do Rio Madeira (Figura 3).

Figura 2 – Quadro comparativo da taxa de crescimento da população das zonas de uso e ocupação da Bacia do Igarapé Grande do município de Porto Velho (2021)

População residente, por situação do domicílio			
Subdistrito	Situação do domicílio	Ano	Total
Zona 1	Urbana	2000	71792
		2010	71579
Zona 2	Urbana	2000	44847
		2010	53689
Zona 3	Urbana	2000	77155
		2010	96767

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000, 2010.
Elaborado por Ana Beatriz Albino da Costa

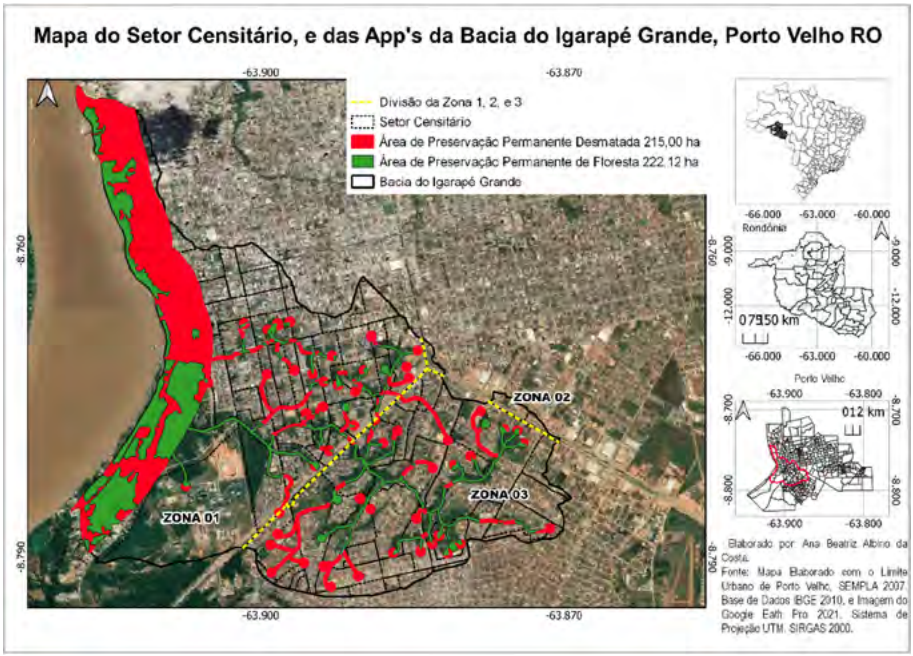
Na zona 3 há uma grande interferência de moradias irregulares com áreas de preservação permanente, em alguns casos, as casas estão situadas dentro do próprio canal de água, que hoje, já não existe. Tal situa-

ção viabiliza a supressão da cobertura vegetal, o descarte de lixo indevido, e a contaminação do solo.

A configuração da bacia do Igarapé Grande resulta na transformação da paisagem natural para a antrópica. Identifica-se o aumento de áreas com problemas de escoamento de água, a ausência de saneamento básico, o intenso fluxo de moradias irregulares próximos dos igarapés, ou cursos de água.

A evolução do Novo Código Florestal Brasileiro enfrenta o desafio de equilibrar preservação ambiental e desenvolvimento econômico, A discussão sobre redução de algumas áreas protegidas tem sido controversa, sendo necessário buscar soluções sustentáveis para garantir a conservação do meio ambiente.

Figura 3 – Áreas de Preservação permanente ocupadas por moradias irregulares, localizadas na Bacia do Igarapé Grande de Porto Velho (2020)



Fonte: Elaborado por Ana Beatriz Albino

A crescente expansão do município de Porto Velho (RO) em termos demográficos e de desenvolvimento é preocupante. Como visto, a

configuração da cidade é prevista em cima de um desenvolvimento sustentável. Permitindo, locais com áreas verdes urbanas, de lazer, recreação e esporte, parques. De modo que visem o bem-estar e qualidade de vida da população. A preocupação é que há um crescimento populacional urbano desordenado em áreas cujo aspecto é desfavorável para moradias, como locais de áreas de proteção permanente de cursos de água, o que dificulta na gestão ambiental deste espaço em questão.

O plano diretor organiza o crescimento urbano, considerando as necessidades e qualidade de vida dos habitantes. Regulado pela lei 10.257/2001, visa garantir sustentabilidade, participação cidadã, cooperação e preservação ambiental. Entretanto, em Porto Velho, a falta de fiscalização e ineficácia do poder público tem comprometido sua efetividade (SILVA, 2016).

Considerações finais

O uso de geotecnologias mostrou-se eficaz e foi de grande valia para o desenvolvimento da pesquisa, haja vista que permitiu a identificação dos cursos d'águas, bem como das áreas de impacto ambiental nos bairros dentro do perímetro da bacia hidrográfica. A degradação das áreas de proteção permanente não somente é uma problemática local, mas reflexo também de um processo de ordem econômico-social. Estas, sendo mais expressiva em beira de rio, ou de igarapé. Ao término da pesquisa referente a coleta de dados geográfico secundário e primário, evidenciado em campo se percebeu uma larga escala da retirada de vegetação entorno dos cursos de água, desde modo, por conta da pressão de moradias irregulares.

A partir da ausência de infraestrutura, que é bastante expressiva em grande parte da cidade de porto velho, a precariedade de saneamento básico se torna extremamente evidente. Apesar de que umas das metas do Capítulo IV, artigo 166 do Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho é uma questão definida, mas não aplicada efetivamente.

Os desafios da evolução da lei do Novo Código Florestal Brasileiro envolvem encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. A legislação visa proteger as Áreas de Preservação Permanente, especialmente aquelas relacionadas aos corpos hídricos, para garantir a qualidade da água e a biodiversidade. No entanto, a redução de algumas áreas protegidas tem sido um ponto de discussão, já que pode levar à fragilização dos ecossistemas e impactar negativamente a sustentabilidade em longo prazo.

Referências

SILVA, Helen Rose Oliveira; GUIMARÃES, Siane Cristina Pedroso. Mapeamento das Áreas verdes e de Preservação Permanente na área urbana de Porto Velho-RO utilizando imagens de satélite de alta resolução. **Revista Pesquisa & Criação**, v. 11, 2012, p. 1079-1091, ISSN: 1677-3993.

FERREIRA, Paula Fabyanne Marques. **Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré-BA**. Dissertação de Mestrado; Universidade Estadual de Campinas Instituto de Geociências. Campinas-SP, 2011.

GLAUCUS, Vinicius Biasetto Ribeiro. **A origem histórica do conceito de área de preservação permanente no Brasil**. Revista Thema, 2011.

37

Conflitos por terras na Amazônia Legal com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2016-2022

Carlos Alberto de Almeida Ricarte (UNIR)
carlosgeopb@gmail.com

RESUMO

As transformações ocorridas na estrutura socioeconômica e espacial da Amazônia Legal, nas últimas seis décadas, fomentaram a violência no campo da região. Motivados pelas políticas governamentais, empreendimentos econômicos foram implementados na região, modificando o modo de vida e o espaço natural. O avanço do agronegócio, do extrativismo ilegal e da grilagem de terras públicas produziram violentos conflitos pela disputa por terras na região. Desprotegidas pelas políticas públicas do Estado, as comunidades tradicionais amazônicas se tornaram alvo dessa violência extrema. O propósito desta pesquisa é analisar, através dos dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a escalada da violência no campo da região no período de 2016 a 2022. As reflexões e resultados desse estudo estão ancorados no referencial teórico, sobretudo nos cadernos dos Conflitos nos Campos do Brasil elaborados pela CPT mediante pesquisa quali-quantitativa que possibilita a compreensão do objeto em estudo.

Palavras-chave: Conflitos no Campo, Terras Indígenas, Reforma Agrária

Introdução

A história da Amazônia Legal brasileira é repleta de acontecimentos que marcam a estrutura socioeconômica e espacial da região. Mudanças no processo de produção regional tornaram-se evidentes com o aparecimento de novas territorialidades, a exemplo da implantação dos programas governamentais que acelerou a ocupação e o uso do território aos moldes capitalistas na região (abertura de estradas e distribuição de

terras públicas). A cada avanço efetivo sobre o território na forma de penetração capitalista revelam-se os custos sociais e ambientais imensuráveis.

Esse panorama, desponta a formação da fronteira agropecuária que se consolidou e, com ela, cresceu a violência sobre os povos tradicionais amazônicos. Tensões e conflitos sociais ganharam corpo à medida que as frentes de expansão capitalista passaram a incorporar e produzir novas territorialidades (MARTINS, 2014). Contudo, uma nova dinâmica se impõe na Amazônia brasileira alicerçada nos grandes empreendimentos econômicos que se funde ao território (agropecuários, minerais e hidrelétricos) financiados pelo Estado.

Dadas as circunstâncias, a fronteira se tornou sinônimo de luta, resistência e desigualdade, marcada por destruição, abrindo caminhos para conflitos violentos que, segundo Becker (2015) se expandiram por toda região à medida que o capital foi avançando rumo ao desenvolvimento e acumulação de riquezas.

Novas frentes se intensificaram com a expansão do agronegócio. Nesse processo, aumentou a pressão sobre as Áreas Protegidas, territórios indígenas, dos ribeirinhos, quilombolas e camponeses. O arco da destruição e da violência segue avançando sobre o território amazônico especialmente no Sudoeste e Oeste do Pará e na confluência dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia (AMACRO).

Analisando o perfil da violência dos conflitos por terras com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2016 a 2022, a Amazônia Legal se destacou como a mais violenta dentre as demais regiões brasileiras. Os estados do Pará, Rondônia, Maranhão e Mato Grosso lideraram o ranking dessa violência.

Contudo, a corrida pela posse da terra deflagrou uma ruptura na vida das comunidades tradicionais amazônicas, que sofrem pressão e ataques constantes de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e grileiros.

Portanto, esta pesquisa busca analisar a escalada da violência que se projetou na Amazônia Legal no período de 2016 a 2022. Visando compreender a análise do discurso do objeto estudado foi necessário recorrer a fontes bibliográficas produzidas pela CPT através dos cadernos Conflitos no Campo Brasil, que apresentam dados concretos sobre o cenário da violência no campo, sobretudo os índices de assassinatos ocorridos no período analisado. Para a realização deste estudo foi utilizado o método quali-quantitativo, cujo objetivo é explicar a dialética dos fatos e suas respectivas estatísticas.

O retrato da violência na Amazônia Legal

Analisando o perfil dos conflitos por terras no espaço agrário da Amazônia Legal, observa-se que a grilagem de terras, a extração madeireira, a exploração mineral, construção de barragens e a expansão do agronegócio são os principais fatores de fomento desses conflitos. A CPT, ao analisar os conflitos por terras inclui em seus relatórios ações em que há algum tipo de violência contra grupos sociais no campo, bem como as ocupações e retomadas de territórios por grupos sociais organizados.

Observe os dados apresentados na tabela 1. Essas informações revelam a escalada da violência contra indígenas, assentados, sem-terra, pescadores, quilombolas, posseiros e outros.

Tabela 1 – Assassinatos por conflitos de terras na Amazônia Legal (2016-2022)

Estado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total por estado
Acre	--	--	--	--	1	--	--	1
Amapá	--	--	--	1	5	--	2	8
Amazonas	2	3	--	6	--	--	4	15
Maranhão	13	5	--	4	--	9	7	38
Mato Grosso	2	9	2	3	--	1	6	23
Pará	8	22	16	12	1	2	5	66
Rondônia	21	17	6	1	1	11	7	64
Roraima	1	--	--	--	2	3	5	11
Tocantins	3	--	--	--	--	3	1	7
Total	**50**	**56**	**24**	**27**	**10**	**29**	**37**	**233**

Fonte: CPT, 2016-2022

De acordo com os dados levantados pela CPT, nos últimos sete anos 233 pessoas foram assassinadas na Amazônia Legal, entre 2016 e 2022. Os

estados mais violentos, seguindo a ordem decrescente, foram: Pará (66), Rondônia (64), Maranhão (38), Mato Grosso (20) e Amazonas (15).

Analisando o período que compreende a era do (des)governo Bolsonaro (2019-2022), foram apontados 103 casos no total, correspondendo a 44,20% das mortes. Dentre esses, estão os assassinatos do indigenista Bruno da Cunha Pereira e do jornalista Dominic Mark Phillips, ocorridos no dia 5 de junho de 2022 no município de Atalaia do Norte (AM), na Terra Indígena Vale do Javari.

No Maranhão, entre 2003 e 2021, J. Malerba (2022), aponta que 21 indígenas Guajajaras que viviam na Terra Indígena Arariboia foram assassinados por defenderem seu território contra a exploração ilegal de madeira e a grilagem de terras.

Conforme dados da CPT (2022), as categorias sociais mais vulneráveis à exposição à violência no Maranhão, foram os indígenas, quilombolas e posseiros. A pressão sobre os territórios dos povos tradicionais aumentou à medida que os interesses de grupos econômicos avançam intensificando os conflitos na região (MATOPIBA).

Em Roraima, dos 11 casos de assassinatos ocorridos no período analisado, 10 eram indígenas Yanomamis. A fragilização da política ambiental e de proteção aos direitos dos povos indígenas e as coordenadas atividades ilícitas, fomentaram a violência contra os Yanomamis (TERENA,2020).

Os Yanomamis sofreram com invasões, mineração ilegal, morte de lideranças e sobretudo com a fome, desnutrição e violência sexual, como aponta o Relatório: *Yanomami sob ataque* (2021).

O ano de 2017 foi o mais violento (56 casos). Pará, Rondônia e Mato Grosso lideraram o ranking dessa violência. Um dos casos mais emblemático desse período ocorreu na cidade de Colniza (MT), o Massacre de Taquaruçú do Norte em que nove camponeses foram assassinados.

Em Pau D'Arco, sudoeste do Pará, em 2017, dez trabalhadores rurais sem-terra foram mortos durante operação das polícias militar e civil na Fazenda Santa Lúcia. Os dramas vividos pelas comunidades tradicionais passaram a fazer parte do lugar e, a luta pelo acesso à terra passou a ser sinônimo de resistência. Invasões de terras públicas, associada a grilagem e o avanço da agropecuária assumem a função de proporcionar um modelo de racionalização do espaço e da produção que finaliza na expropriação e desterritorialização das comunidades. A esse processo Costa Silva (2021) denomina agrobandidagem, que se configura como processo de expropriações direta e indireta, tem na violência e no crime sua prin-

cipal estratégia para converter áreas dos povos tradicionais em espaço do capital extrativo.

Em 2016, Rondônia foi o estado que apresentou o maior índice de assassinatos da região, 21 casos, o que corresponde a 42% do total da Amazônia Legal (50 casos). A maioria das vítimas (11) eram acampados (sem-terra) residentes nos municípios Alto Paraíso e Buritis (acampamentos 10 de maio, Monte Verde e Luís Carlos).

Nos quatro anos do governo Bolsonaro, vinte casos de assassinatos foram registrados em Rondônia, as principais vítimas foram lideranças indígenas e de acampamentos e sem-terra.

Na Era Bolsonaro os conflitos por terras se alastraram, foram cerca de 5.727 ocorrências e 121 assassinatos em todo país. Contudo, o retrocesso nas políticas fundiárias acelerou essa violência.

A reprodução da injustiça que se cristaliza sobre o território amazônico, que é ao mesmo tempo agrária, social e ambiental, se fixa em um modelo econômico catalisador e transformador dos recursos naturais em mercadorias, que além de manter e reproduzir desigualdades estruturais, viabiliza o predomínio de formas de ocupação predatórias, marcadas pelo uso intensivo da terra e dos recursos (MALERBA, 2022).

A mercantilização da terra e as riquezas naturais como ouro, diamante e madeira, tornaram-se bens econômicos atrativos e rentáveis aos olhos de fazendeiros, grileiros, garimpeiros e madeireiros, que agem sem nenhum pudor, dada a fragilidade do poder do Estado, tornando-se agente regulador da acumulação e exploração dos recursos naturais por aqueles que se apropriam ilegalmente dos bens públicos e contribuem diretamente com a escalada da violência na região. Essa lógica é definida por D. Harvey (2004) como acumulação por espoliação/desapropriação.

Considerações Finais

No decorrer deste século, o escopo da violência no campo da Amazônia Legal cresceu associado ao avanço de empreendimentos econômicos planejados para a região. Dessa forma, a insegurança fundiária e territorial acirra os conflitos pela posse de terra, sobretudo nas áreas protegidas e nos territórios das comunidades tradicionais localizados na linha da fronteira.

Todavia, ameaças, expropriações e assassinatos passaram a fazer parte da rotina dos povos tradicionais amazônicos. A confirmação dessa violência configura a diversidade de interesses de grupos antagônicos

que disputam os bens naturais da região. A ação de grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros sobre esses territórios, fomentam os conflitos por terras e, consequentemente, o crescente índice de assassinatos dos grupos mais vulneráveis. Basta observar nos dados coletados pela CPT. Entre 2016 e 2022, foram registrados 233 casos de assassinatos na Amazônia Legal.

A ausência do Estado no âmbito de políticas públicas (Reforma Agrária e Regularização Fundiária) mais eficazes coloca em risco a devastação da natureza e, sobretudo, o cotidiano e a vida dos povos tradicionais. Portanto, é necessária e urgente uma política de (re)ordenamento do espaço amazônico, a fim de reduzir os conflitos agrários na região.

Mas o caminho parece seguir na direção contrária, medidas como o PL 490/70 que trata do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputaram em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Caso aprovado, representará um retrocesso para as comunidades e territórios indígenas, inclusive sobre as áreas já demarcadas.

Portanto, pensar a Amazônia, significa estabelecer limites entre os grupos sociais que a ocupam e explorar os recursos naturais disponíveis, garantindo, contudo, o direito à vida. Para os povos tradicionais, a bioeconomia é alternativa para uma economia sustentável e rentável sem necessidade de devastar a floresta.

Referências

BECKER, Bertha K. **As Amazônias de Bertha K. Becker** - Ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 2. Org.: Ima Célia Guimarães Vieira. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Abril de 2017**.** Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14061&catid=41&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Junho de 2018**.** Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14110&catid=0&m=0> Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Abril de 2019**.** Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14154&catid=0&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Abril de 2020**.** Disponível em: < https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Maio de 2021**.** Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Abril de 2022. Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Abril de 2023**.** Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *In*: **Conflito no campo**: Brasil, 2021. Centro de documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MALERBA, Juliana. Aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental. *In*: **Conflito no campo: Brasil, 2022. Centro de documentação Dom Tomás Balduino**, Goiânia: CPT Nacional, 2023. 254p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

TERENA, Luiz Eloy. Violência contra os povos indígenas no Brasil: aspectos atuais de um genocídio em trâmite. *In*: **Conflito no campo**: Brasil, 2020. Centro de documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia: CPT Nacional, 2021. 279 p.

YANOMAMI SOB ATAQUE: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. **Sistema de monitoramento do garimpo ilegal da TI Yanomami** (dados de 2021). Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

38

Frentes pioneiras e impactos socioambientais: desmatamento e emissões de carbono no sul do Amazonas

Bruno Sarkis Vidal
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
bruno.sarkis.v@gmail.com

Fredson Bernardino Araújo da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
fbernardino1997@gmail.com

Kamila de Oliveira Craveira
Universidade de São Paulo – USP kamilacraveira@usp.br

RESUMO

Analisou-se as frentes pioneiras e os impactos socioambientais a partir do desmatamento e das emissões de carbono na região sul do Amazonas. A metodologia utilizada foi a análise de imagens de satélite, dados do projeto MapBiomas e de emissão de monóxido de carbono. Os resultados indicam que a pecuária bovina extensiva e de baixa produtividade como principal causa de desflorestamento da Amazônia. Desde 1985, mais de 721 mil km² de áreas de florestas transformaram-se em agropecuária até 2019. A dinâmica do desmatamento na Amazônia é um processo complexo que envolve diversos fatores como incentivos fiscais, políticas de colonização, conflitos fundiários, exploração madeireira, pecuária e agronegócio. As rodovias se constituem como eixos da expansão econômica que inserem a natureza no circuito mercantil, viabilizando fluxos das frentes pioneiras.

Palavras-chave: Frentes pioneiras. Impactos socioambientais. Sul do Amazonas.

Introdução

O presente texto aborda alguns desdobramentos, especialmente a partir do estudo de Vidal *et al.* (2022), acerca do desmatamento e das emissões de carbono no sul do Amazonas. A região amazônica é um espaço geográfico de grande importância para a manutenção do clima em escala regional e global, influenciando na emissão ou retenção de carbono e fornecimento de vapor de água para atmosfera através da evapotranspiração.

A urbanização da Amazônia apresenta um modelo de ocupação que promoveu rápidas e significativas mudanças do uso da terra, com aumento significativo do desflorestamento. O processo de desflorestamento na Amazônia possui dimensão temporo-espacial de natureza complexa, portanto, não deve ser associado em apenas um único fator. Alguns fatores que conduzem o processo de desflorestamento na Amazônia são os incentivos fiscais e políticas de colonização que desencadearam acentuada migração para região, conflitos fundiários regulares motivados pela ausência de titularidade da terra e pela pressão da reforma agrária e, mais recentemente, o cenário macroeconômico que envolve o avanço da exploração madeireira, da pecuária e do agronegócio.

Destaca-se, portanto, que o desmatamento na Amazônia guarda relevante dinâmica territorial em seu desenvolvimento, pois trata-se de um processo multifacetado e que não segue etapas sequenciais, envolvendo grilagem de terras, corte seletivo de espécies valiosas, corte raso, queimadas para limpeza de terras para pastagens de gado e cultivo de grãos (VIDAL *et al.*, 2022). Menciona-se também que parte desse processo de transformação da paisagem, em alguns casos, também perpassa pelo plantio de culturas de ciclo curto, cerca de três meses, como o arroz após o corte raso.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as frentes pioneiras e os impactos socioambientais no sul do Amazonas a partir do desmatamento e da emissão de carbono.

Metodologia

O estudo analisou a região do sul do estado do Amazonas, que é composta por 10 municípios. A partir do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE, 2023), a mesorregião do Sul Amazonense é qualificada para a proteção ambiental, onde sua porção sul e central estão voltadas para a Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos e a porção norte relacionada à Defesa do Coração

Florestal com Base em Atividades Produtivas. Cerca de dois terços mais ao sul da Mesorregião do Sul Amazonense funcionam como uma contenção da pressão econômica agropastoril para o terço mais ao norte, correlacionado ao coração ecológico da Amazônia. Essa contenção é realizada através de um verdadeiro mosaico de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) que têm o papel de barreira, isto é, dificultadores jurídico-territoriais ao desmatamento da Amazônia e consequente à degradação da biodiversidade (BECKER, 1982).

Para o levantamento dos dados, fez-se uso de dados do projeto Mapbiomas para a análise do uso e cobertura da terra e do mapeamento de emissões de CO, viabilizadas pelo projeto Corpenicus, que foi tratado pelo Google Earth Engine. Os mapas temáticos foram elaborados no âmbito do software livre Qgis.

Quanto à sistematização do desmatamento, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulga amplamente os alertas de desmatamento e queimadas. O Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER) mapeia a mudança da cobertura florestal e o Banco de Queimadas (BDQueimadas) é responsável pela análise e divulgação dos focos de calor nos biomas brasileiros. Os focos de calor são alertas obtidos por meio de sensores termais que indicam a ocorrência de fogo. É necessário que uma frente de fogo tenha no mínimo uma frente de 30 metros de extensão para que seja detectado catalogado com um foco de calor correspondente a uma queima (INPE, 2022).

Resultados e discussão

A Amazônia é uma floresta tropical com alta biodiversidade e altas taxas de pluviosidade e entrada de energia solar ao longo do ano. O clima da Amazônia é uma combinação de vários fatores e sistemas atmosféricos de meso e macro escala, sendo a disponibilidade de energia solar através do balanço de energia um dos mais importantes, pelo fato de controlar a umidade da vegetação.

A vegetação da Amazônia encontra vinculação com a dinâmica climática, especialmente na umidade e radiação solar, que interage com a intensidade dos gases biogênicos. O processo de desmatamento e uso do fogo na Amazônia não é considerado como um fenômeno natural *stricto sensu*, como é mais comum em áreas savânicas, em vista de se dá em uma floresta tropical, de alta umidade mesmo em seus períodos mais secos. Por isso, são necessários repetidos movimentos de ignição de fogo para se dissipar de forma satisfatória uma única área recém desmatada. Assim,

ocorre a emissão de gases poluentes no estágio do desflorestamento, no estágio de queima para remoção de resíduos florestais e, posteriormente, emissão pela renovação das pastagens ou das culturas que substituem o que antes se tratava de um maciço florestal (CRAVEIRA, 2022).

A ocupação das terras da Amazônia é direcionada à pecuária, o que resulta em uma grande concentração de focos de calor sob áreas de pastagem para renovação da matéria de engorda dos animais. Além disso, a espacialização dos focos de calor indica uma relação com os grandes eixos de transformação da paisagem na Amazônia: as rodovias. No caso do sul do Amazonas, a densidade dos focos de calor apresenta as principais manchas nas proximidades da sede municipal de Apuí, sul de Manicoré e Novo Aripuanã, oeste de Humaitá e sul e sudoeste de Lábrea, sendo todas com conectividade rodoviária direta ou indireta.

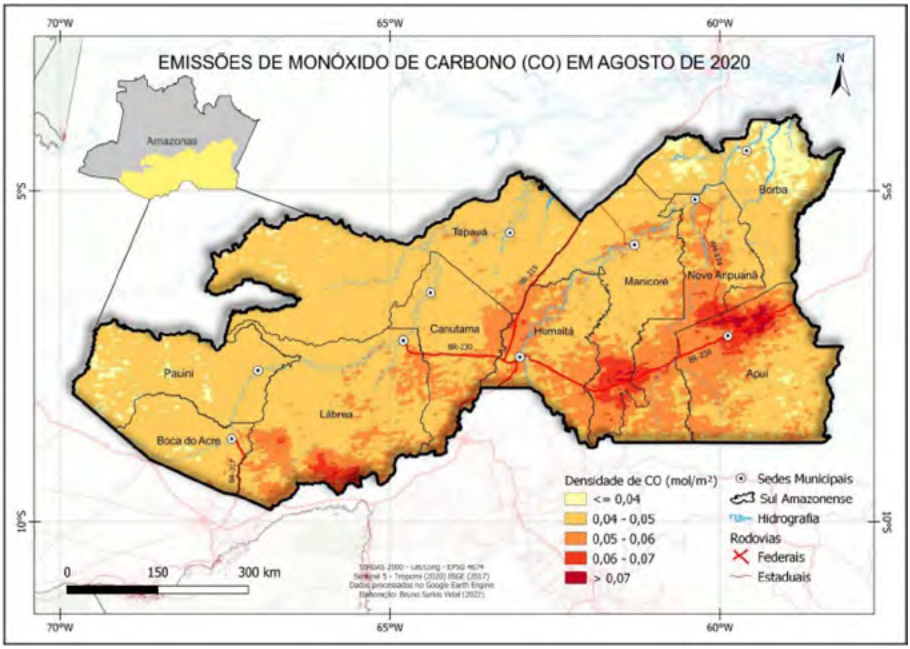
As manchas mais intensas de desmatamento na região amazônica estão relacionadas às rodovias, como a Transamazônica e AM-174. A Transamazônica é um projeto de integração intra-regional do Brasil setentrional, desenvolvendo-se historicamente em função de focos de mineração e colonização. A BR-364 que liga o estado do Acre ao estado de São Paulo também é um exemplo. Parte da estrada dá acesso ao sul do município de Lábrea, no sul do Amazonas e, a partir dela, foram sendo abertas outras vicinais como o Ramal do Boi que dá acesso à Gleba Federal João Bento e o Ramal do Jequitibá que dá acesso à Gleba Federal Curuquetê, ambas alvo de intenso desmatamento e cadastros de propriedades para grilagem de terras na região nos últimos anos (Vidal *et al.*, 2022).

O sul do Amazonas tem sofrido com a pressão agropastoril, que tem levado ao desmatamento de grandes áreas. Os municípios de Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré e Humaitá são os que mais concentram desmatamento no estado do Amazonas. Juntos, eles somam atualmente 170.915 hectares desflorestados – o equivalente a 234.452 campos de futebol. A densidade das emissões de monóxido de carbono (CO) no mês de agosto, período de ascensão de queimadas na região amazônica, vincula-se de maneira mais marcante em três setores do sul do Amazonas: proximidades da cidade de Apuí; sul do município Manicoré, mancha que apresenta continuidade no sul de Novo Aripuanã; e sul de Lábrea, com pequeno desdobramento de intensidade não contínua no oeste do mesmo município.

A emissão de CO ocorre principalmente pela combustão de combustíveis derivados do petróleo (diesel, gasolina e etc.), sendo substâncias baseadas em carbono. No entanto, essa prática é mais comum em grandes centros urbanos, o que não guarda relação com a área de estudo. No sul do Amazonas, contendo extensas áreas do maciço florestal, área predomi-

nantemente rural, de baixa densidade demográfica e de alta dispersão dos núcleos de ocupação, a maior associação se deve à queima de áreas vegetadas, ou seja, biomassa rica em carbono para a "limpeza" do solo (fig. 1).

Figura 1 – Mapa de emissões de CO - ago/2020



Fonte: Vidal *et al.* (2022)

De acordo com Fearnside (2022), quando há uma queimada, além da liberação de gás carbônico (CO2), são liberados também gases-traço como metano (CH4), monóxido de carbono (CO) e nitroso de oxigênio (N2O). O CO é um gás emitido também pela prática de queima para o desflorestamento, o que explica a relação espacial entre densidade de focos de calor e de emissão de CO. As áreas designadas como protegidas, por vezes são envoltas por áreas sem designação fundiária, estas são chamadas de Florestas Públicas sem Destinação (FPND).

Assim, semelhante ao que ocorre no caso da BR-163, especialmente no estado do Pará (CRAVEIRA, 2022), as FPND localizadas ao sul do estado do Amazonas estão situadas próximas a rodovias, estradas e vicinais recentes, sendo o principal alvo de requerimento de títulos de terra e concentração fundiária, já que há dificuldades, em certa medida,

para o avanço em áreas já destinadas como UCs e TIs (MELLO-THÉRY, 2011). O processo de desmatamento no qual o uso do fogo está inserido é estimulado pelo requerimento de terras e demanda estrutura mínima para que seja efetivado, bem como sua conversão seja renovada conforme necessidade. Não à toa, os desmatamentos ocorrem em áreas com maior pressão fundiária.

A partir da classificação do uso da terra do Sul Amazonense, é possível identificar reduzidos conclaves de área urbana. Os três setores principais de focos de calor e emissão de monóxido de carbono – proximidades da cidade de Apuí, sul de Manicoré e Novo Aripuanã, e o sul e oeste de Lábrea – aparecem como faixas destacáveis, relacionadas às grandes faixas de pecuária do recorte espacial. Nesses três setores há relevante sobreposição com a classe pastagem de uso da terra. Os dados obtidos via sensoriamento remoto indicam o processo de alteração da paisagem em marcha via atuação das frentes pioneiras e do impacto socioambiental, em que se destacam três principais frentes, estando relacionadas diretamente às rodovias Transamazônica, BR-319 e AM-174, exceto o sul do município de Lábrea que guarda maiores vinculação com a rodovia Marechal Rondon (BR-364) que passa por Rondônia e Acre para conectar a região com São Paulo.

Considerações finais

O trabalho analisou o desmatamento no sul do Amazonas por meio das emissões de monóxido de carbono e focos de calor, considerando algumas ferramentas de sensoriamento remoto. Os principais resultados obtidos correspondem à identificação de três principais setores de emissão de monóxido de carbono e focos de calor no sul do Amazonas: zona de influência mais direta da cidade de Apuí, sul de Manicoré e Novo Aripuanã e, sul e oeste do município de Lábrea.

Em resumo, esses três setores estão relacionados às frentes de expansão mais dinâmicas e intensas de alteração da paisagem no contexto de conversão de coberturas florestais em áreas economicamente ativas, com destaque para a pecuária.

O desmatamento na Amazônia ocorre como um processo, e entre as etapas que mais degradam o ecossistema, destaca-se a utilização do fogo para queima de biomassa. Essa prática é realizada para viabilizar a renovação do pasto ou possibilitar a abertura de novos campos agricultáveis, entre outras atividades econômicas

Referências

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CRAVEIRA, Kamila Oliveira. **Queimadas e incêndios florestais no processo de transformação do uso e cobertura da terra na zona de influência da BR-163, no estado do Pará**. Dissertação (Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, 2022.

FEARNSIDE, Philip M. Fogo e emissão de gases de efeito estufa dos ecossistemas florestais da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**. v. 16, n. 44, 2022.

INPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento dos focos ativos por países**. 2022. Disponível: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/. Acesso em: 15 jun. 2023.

MACROZEE -MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO. **MacroZEE da Amazônia Legal**. 2023. Disponível: https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

MELLO-THÉRY, N. A. de. **Território e gestão na Amazônia**: terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

VIDAL, Bruno S.; SILVA NETO, João Cândido André; BERNARDINO, Fredson A. S.; CRAVEIRA, Kamila O. Desmatamento e emissões de carbono no sul do Amazonas. *In*: SILVA NETO, João Cândido André; WACHHOLZ, Flávio. **Geotecnologias e análise da paisagem na Amazônia**. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2022.

39

Conflitos na terra e na água: os impactos da implantação da UHE de Balbina em Presidente Figueiredo (Amazonas)

João Carlos Ferreira Júnior
Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED
jcfj@gmail.com

Matheus Pinto de Souza
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
mpds.geo15@gmail.com

RESUMO

A região amazônica é hoje um dos espaços de maior ocorrência de conflitos por terra no Brasil. Os novos processos de modernização do território intensificaram o processo de reconfiguração do espaço regional, gerando impactos irreversíveis às populações que tradicionalmente ocupam os territórios em disputa. Neste texto, analisa-se a implementação da Hidrelétrica de Balbina, situada na porção centro-norte do estado do Amazonas. Através do levantamento de dados, análise de documentos e bibliografias acerca da temática, foram identificados os principais impactos socioambientais e as estratégias implementadas pelo capital privado e estatal para a concretização dos projetos voltados ao desenvolvimento. Como resultados da implementação do projeto hidrelétrico pode-se observar a precarização da vida da população indígena, que perde parte do seu território de caça e pesca – ainda que tenha sido ampliada a área inundada -, assim como da população não-indígena, que se vê à margem de um processo de desterritorialização.

Palavras-chave: Conflitos Territoriais. População indígena. População ribeirinha. Usina hidrelétrica de Balbina. Presidente Figueiredo.

Introdução

A região amazônica é hoje um dos espaços de maior ocorrência de conflitos por terra no Brasil, fenômeno intensificado com as políticas públicas de ocupação, colonização e migração aplicadas desde a década de 1960. Os processos de reconfiguração do espaço regional produziram impactos irreversíveis às populações que tradicionalmente ocupavam os territórios hoje em disputas.

O município de Presidente Figueiredo, que compõe a Região Metropolitana de Manaus (RRM), é marcado por diversos conflitos que envolvem o direito à ocupação da terra e uso da água em seus domínios, intensificados a partir da construção da BR-174 (1970-1977). A partir deste período, houve o aumento da pressão sobre áreas de proteção ambiental e territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, uma vez que a região se tornou o principal eixo de ocupação ao Norte do estado do Amazonas.

Outro importante eixo viário implantado à época é a rodovia estadual AM-240 (1978), via de acesso à Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina e a Vila de Balbina, ambas concluídas no ano de 1989. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo principal apresentar os conflitos relacionados à UHE de Balbina, com foco nas populações indígenas e ribeirinhas impactadas com criação do empreendimento hidrelétrico. A partir do levantamento e análise bibliográfica e documental, concatenados a utilização de ferramentas de georreferenciamento e mapeamento, buscou-se analisar como a implantação do reservatório afetou a vida das populações nesta região.

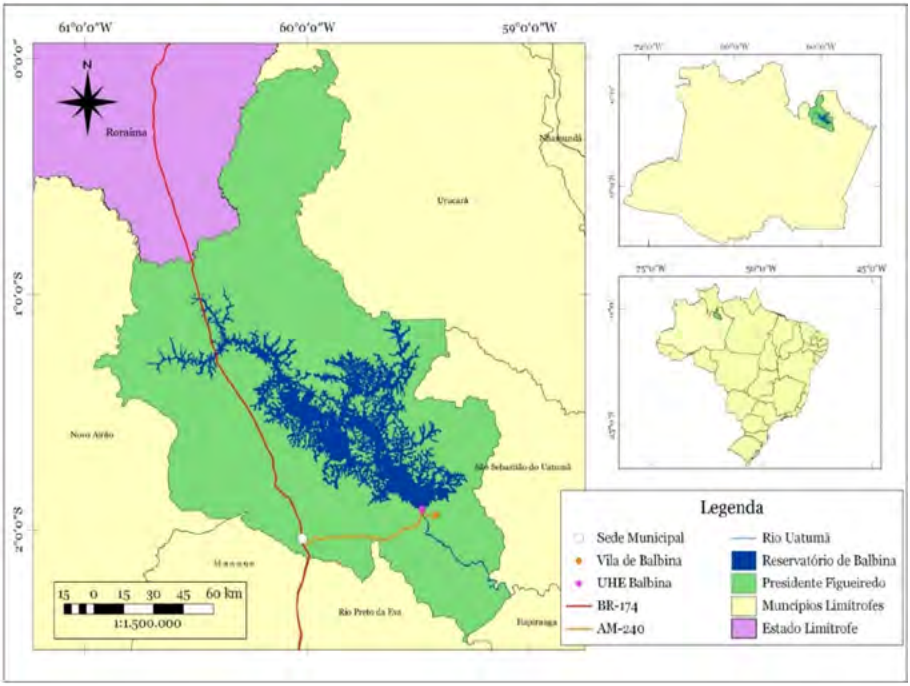
Nota-se que a construção da UHE de Balbina impactou de forma permanente o território, causando prejuízo para a manutenção das práticas e costumes de indígenas e ribeirinhos, sobretudo, com a inundação de grandes áreas utilizadas por estas populações em suas atividades cotidianas.

Entre o passado e o presente: UHE Balbina

Localizada no município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas, a UHE de Balbina foi construída em trecho do Rio Uatumã, afluente da margem esquerda do Rio Amazonas (Figura 1). A história de criação do município é marcada por diversos conflitos, quase sempre envolvendo a opressão das populações que tradicionalmente ocupam o território, como é o caso do povo indígena Waimiri-Atroari, que vem

sofrendo com os impactos dos grandes projetos implementados pelo capital estatal e privado (FREITAS; SANTOS JÚNIOR, 2017; FEARNSIDE, 2018).

Figura 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Dados geográficos do IBGE. Org. JCFJ, 2023

As características geográficas da região, como o relevo extremamente plano, com entalhamentos pouco pronunciados, fizeram com que a área inundada com o barramento do Rio Uatumã chegasse a 2.360km² na cota de 50m. Contudo, estudos posteriores estimaram que a área inundada pode chegar a 2.995,5km² (FEITOSA; GRAÇA; FEARNSIDE, 2007). Como efeito, houve a formação de um perímetro com margens dendríticas, com cerca de 4.582km e o surgimento de pelo menos 3.300 ilhas (FEARNSIDE, 1990a).

Boa parte das áreas inundadas com a construção da barragem encontra-se dentro da reserva indígena do povo Waimiri-Atroari, que haviam passado por redução populacional significativa em decorrência

dos confrontos entre índios e brancos, além da transmissão de doenças, sobretudo durante as obras da rodovia BR-174.

Estima-se que havia 3.500 indígenas em 1973, contra apenas 374 no ano de 1986, de acordo com a Funai (FEARNSIDE, 1990b). Em 2020, de acordo com o Programa Waimiri-Atroari (PWA) esse número está em 2.186 indígenas, distribuídos em 62 aldeias (PWA, 2020).

De acordo com Fearnside (1990) na época da construção da UHE de Balbina existiam 10 aldeias na região. A população de 2 dessas aldeias foram as mais afetadas pelo empreendimento, cerca de 223 indivíduos da etnia Waimiri e 151 da etnia Atroari, ocupantes de uma área de cerca de 30.000ha de terras. Porém, como os grupos indígenas se movimentam dentro do seu território, seja para caçar ou pescar, estima-se que o número de atingidos tenha sido ainda maior, extrapolando os territórios das aldeias inundadas (FEARNSIDE, 1990).

Segundo Fearnside (1990), residentes ao longo do Rio Uatumã, abaixo da barragem, optaram por permanecer ali, em troca das medidas compensatórias oferecidas pelos responsáveis pela UHE de Balbina. Já para os residentes não-indígenas afetados pela inundação do reservatório, foram oferecidas terras por meio de projeto de assentamento do governo.

De acordo com Rodrigues e Oliveira (2012)

> com formação de 2.600 km de aquífero e 3.300 ilhas e ilhotas a montante, os sistemas de coleta e processamento de agriculturas foi alterado, primeiro, pela escassez do pescado, e segundo, pela diminuição brusca das áreas para o plantio. [...] Como as taxas de liberação de metano e dióxido de carbono se elevaram pelo apodrecimento das árvores que ficaram submersas após o fechamento das comportas, a quantidade existente de peixes caiu de modo vertiginoso. O plantio foi modificado porque as comunidades que mantinham suas relações de trabalho a partir de meios artesanais foram obrigadas a se adequar ao novo ethos dominante: o tempo da colheita mudou, o espaço para a disposição das culturas foi alterado, e os meios de transporte para os produtos tiveram de ser adaptados à viabilidade lacustre dos povos, agora, separados em porções de terras esparsas e longínquas. Ao ser impactada a economia vigente, os territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas (índios Waimiri-Atroari) tiveram de ser refundados, de modo que a população pudesse se adaptar à vida em ilhas (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012, p. 43-44).

A construção da UHE de Balbina representou a destruição dos projetos de vida da população afetada, já que impôs a expulsão das suas terras sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento (BERMANN, 2007). De acordo com Inomata (2019) a relevância da pesca para a vida das populações no entrono do reservatório da UHE de Balbina é incomensurável, pois está estritamente ligada as suas práticas de subsistência.

Inomata (2019) pontua que

> devido à construção da hidrelétrica, muitas pessoas que moravam à jusante da usina foram realocadas à vila, outras migraram de diferentes localidades em busca de novas oportunidades e, após a finalização das obras, muitos trabalhadores se tornaram pescadores. Embora não seja a única atividade econômica, a pesca continua sendo uma importante fonte de renda e proteína animal para populações residentes na área. No entanto, a agricultura, principalmente o cultivo de banana e macaxeira, foi a atividade complementar mais importante. Problemas esses que ocorreram e ainda são recorrentes 30 anos após a construção da UHE Balbina (INOMATA, 2019, p. 67).

Em virtude do rearranjo territorial, muitos agricultores tiveram que adaptar-se as novas práticas agrícolas, buscando permanecer próximos ao seu local de origem (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012). De acordo com Lima (2015) mesmo sem acesso a grandes extensões de terra, os moradores da margem da UHE de Balbina assentaram-se nas ilhas mais próximas aos núcleos urbanos, como as comunidades Boa União e Novo Rumo, desenvolvendo a pecuária

> na forma extensiva, onde pequenos proprietários criam o gado como uma forma complementar à sua atividade agrícola. O rebanho é pequeno em virtude da localização (que impõe limites de locomoção), da mesma forma a área destinada à criação dos animais também é pequena, uma vez que os pequenos criadores não dispõem de capital financeiro para custear as despesas demandadas por áreas maiores (LIMA, 2015, p. 72).

Lima (2015) destaca ainda que a agricultura praticada é sob o regime familiar, com participação de amigos e parentes na produção agrícola, voltada para a comercialização local e até mesmo em outros muni-

cípios, como Manaus e Iranduba. Os produtos mais cultivados vêm das lavouras permanentes: manga, cupuaçu, goiaba, coco, açaí, limão. A agricultura temporária possui alguns representantes menos expressivos como a abóbora e a melancia (LIMA, 2015).

Considerações finais

A construção de uma hidrelétrica é um projeto de grande impacto socioambiental, no caso da UHE de Balbina os impactos negativos foram muito mais significativos em comparação aos positivos. A população indígena foi deslocada e perdeu parte do seu território de caça e pesca. Já a população não-indígena, ainda que tenha recebido algumas compensações pelo impacto a curto prazo, não teve o apoio necessário à assimilação da nova realidade.

Atualmente, as populações instaladas às margens do reservatório sobrevivem principalmente da pesca e da agricultura familiar, utilizando os espaços disponíveis para o cultivo e criação animal, condicionados a uma adaptação de suas práticas em um ambiente lacustre e em ilhas, o que dificulta o desenvolvimento da vida em sua plenitude.

Referências

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, 21(59), 139-153, 2007. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/10211. Acesso em: nov. 2021.

FEARNSIDE, Philip Martin. **A Hidrelétrica de Balbina**: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 1990a.

FEARNSIDE, Philip Martin. Balbina: lições trágicas na Amazônia. **Ciência Hoje**, p. 34-40, 1990.

FEARNSIDE, Philip Martin. **O genocídio dos Waimiri-Atroari**: um possível reconhecimento histórico. Amazônia Real. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/o-genocidio-dos-waimiri-atroari-um-possivel-reconhecimento-historico/. Acesso em: nov. 2021.

FEITOSA, Gleicyane Souza; GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro; FEARNSIDE, Philip Martin. 2007. Estimativa da zona de deplecionamento da hidrelétrica de Balbina por técnica de sensoriamento remoto. p. 6713 – 6720 *In*: J.C.N. Epiphanio, L.S.

Galvão; L.M.G. Fonseca (eds.) **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil 21-26 abril 2007. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos-SP.

FREITAS, Leandro Barbosa de; SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. A luta dos Waimiri-Atroari no contexto de implantação autoritária de grandes projetos capitalistas em Presidente Figueiredo (AM) durante o regime militar. **Anais do III Seminário Nacional História do Tempo Presente**. UDESC: Florianópolis, 2017. Disponível em: http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/ paper/view/687. Acesso em: nov. 2021.

INOMATA, Sandrelly Oliveira. **Ecologia e Manejo de Pesca Comercial do Tucunaré *Cichla Vazzoleri* no Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, Amazonas, Brasil**. Tese de Doutorado - Pós-Graduação em Ciências Pesqueiras nos Trópicos. Manaus: UFAM, 2019.

LIMA, Flávio Teixeira. **Uso de geotecnologias como ferramentas na identificação de atividades econômicas aplicadas a área de influência do reservatório da usina hidrelétrica de Balbina no estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos da Amazônia. Manaus: UFAM, 2015. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7168. Acesso em: nov. 2021.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; OLIVEIRA, José Aldemir de. Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina. **Emancipação**, Ponta Grossa, 12(1): 35-53, 2012. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2590. Acesso em: nov. 2021.

40

Proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos: reflexão rondoniense

Vanessa Regina Pereira Ramos
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
vanessaadv13127@outlook.com

RESUMO

Os Direitos Humanos são aqueles considerados fundamentais à condição humana que, via de regra previsto na legislação por meio da incorporação de tratados internacionais. O presente trabalho busca colaborar para a elaboração de um projeto de lei estadual que vise suprir a necessidade de proteção à defensoras e defensores dos Direitos Humanos em Rondônia, sobretudo aqueles que lutam pelo acesso à terras rurais agricultáveis. A análise dos dados estatísticos sobre o tema, identificou caminhos necessários para a criação de dispositivo legal com tal desiderato. Rondônia ainda não dispõe de legislação específica para a proteção das pessoas que lutam pela concretização dos Direitos Humanos, o que incorre em risco para a integridade dos defensores de Direitos Humanos no estado.

Palavras-chave: Defesa. Proteção. Direitos Humanos. Rondônia.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos de direitos humanos sob a luz das ciências jurídica e social, analisando a omissão legislativa positivada que vise estabelecer protocolos específicos de implementação real e efetiva para a proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos no estado de Rondônia, em particular, aos que militam nas causas relacionadas ao acesso à terra e reforma agrária.

A reflexão se impõem com a análise dos dados estatísticos coletados e disponibilizados de forma pública e transparente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, que denuncia os conflitos por terra em Rondônia

como um dos piores estados contra os defensores dos direitos humanos na Região Norte. De abordagem qualitativa em suas fontes primárias, a metodologia da pesquisa analisa os defensores dos direitos humanos como sujeitos ativos nas lutas sociais por terra e território. De forma secundária, os dados estatísticos demonstram a violência reiterada e a relevância do estudo para a sociedade, centrando-se na garantia da defesa, proteção e acesso aos direitos humanos de todos os povos e comunidades tradicionais de forma efetiva, justa e igualitária.

Da pesquisa realizada e dos dados analisados referentes à violência no campo, com especial ênfase nas direcionadas contra Defensoras e Defensores dos direitos humanos (DDH), nota-se que a ausência de política pública efetiva de Estado para a Reforma Agrária e para proteção dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, constituindo-se na principal causa dos conflitos agrários de Rondônia.

A proposta de legislação estadual específica, fruto deste estudo, consiste na adequação da pacificação do campo por meio do atendimento às peculiaridades locais e às demandas das organizações sociais que atuam na defesa dos direitos humanos.

Proteção às defensoras e defensores dos direitos humanos

Os mecanismos de acesso e proteção à posse e posterior propriedade de terras estão previstos no Brasil, legalmente desde 1850, por meio da primeira Lei de Terras (BRASIL, 1850). Posteriormente, tendo como norte, dentre outros princípios, o da justiça social, buscando o acesso à terra como um direito humano que garante o alimento, a moradia, o trabalho, a renda e, sobretudo, a dignidade (ANDRADE, 2014), dentre outros institutos jurídicos, o Estatuto da Terra, a Constituição Federal de 1988 e a Lei da Reforma Agrária introduziram conceitos e estabeleceram objetivos para as terras rurais do país (BRASIL, 1964, 1988, 1993).

Se o acesso à terra agricultável e economicamente viável é um bem necessário à vida e dignidade, sua positivação em lei basta para que se torne um direito humano? Nesse aspecto, trazemos duas complexidades: a jurídica ou abstrata, e a social ou efetiva. No primeiro plano, ao qual seguem todo o ordenamento brasileiro aliado à ideia do positivismo teórico e perfeito, basta que um bem fundamental esteja escrito em norma para que assim seja considerado direitos humanos. No contexto social, o segundo plano, entende-se que a simples previsão em lei não é o suficiente, e neste caso, a terra só será um direito humano quando existirem

mecanismos reivindicados por meio de lutas sociais que garantam a acessibilidade, assistência técnica, otimização da produção e viabilidade econômica a todos, onde se visualiza a importância de quem os defendem e reivindiquem (FLORES, 2009).

Interessa esclarecer que direitos humanos e direitos fundamentais são sinônimos em essência que se diferem apenas no perímetro de proteção. Enquanto os iniciais são reconhecidos internacionalmente e dão forma aos segundos, estes são previstos em lei e protegidos nacionalmente. Inobstante, escritos legais podem não se cumprir pela ausência ou omissão do Estado, trazendo como uma das consequências o reforço das desigualdades regionais e locais, construindo o que para a teoria do direito alternativo deve ser a luta fundamental dos operadores do direito combinados com movimentos e com o senso de justiça social (PRIETO, 1994).

Se por um lado, grandes grupos econômicos do agronegócio e latifundiários valendo-se de expertise tecnológica, poder político e assessoria jurídica de excelência, perpetram a regra antiga de grandes faixas de terras rurais concentradas em poucos proprietários, de outro, pequenos camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais, pressionados em seus territórios, buscam, de forma ativa, a efetivação de políticas de reforma agrária já prevista em lei, como ferramenta de implementação de Direitos Humanos coletivos, que objetivam fazer justiça sob o aspecto real sem se abster teórica e filosoficamente dos textos jurídicos.

Dessa forma, delimitando o objeto do estudo, considera-se defensoras e defensores dos direitos humanos como:

> todos os indivíduos, grupos, organizações, povos e movimentos sociais que atuam na luta pela eliminação efetiva de todas as violações de direitos e liberdades fundamentais dos povos e indivíduos. Inclui quem busca a conquista de novos direitos individuais, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica. São contempladas ainda as pessoas e coletivos que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, do racismo, do patriarcado e do machismo, às estratégias de deslegitimação e criminalização praticadas pelo Estado, articuladas com atores privados, e à ausência de reconhecimento social de suas demandas e identidades (CBDDH, 2020, p. 17).

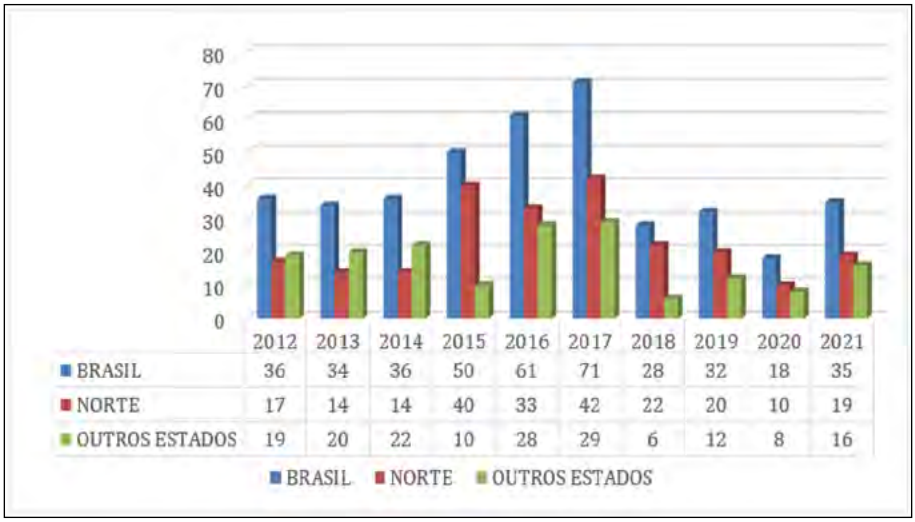
Reconhecida a missão dos defensores na construção política de transformar direitos assegurados de forma abstrata na lei em uma prática efetiva às populações em fragilidade social, foi estabelecido um arcabouço

legal organizado em mecanismos internacionais, regionais, nacionais e locais de reconhecimento e proteção àqueles que escolhem defender os direitos humanos, o que aumenta sua importância, mas que demonstra sua fragilidade nos persistentes e crescentes índices de violência.

Esta pesquisa se justifica pelas recomendações internacionais que versam sobre direitos humanos direcionados ao Brasil, que apontam a necessidade de reforço do Programa de Proteção às Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, sendo definido pelas organizações sociais como um dos caminhos o fortalecimento do programa nos estados federados, que atualmente se deparam com previsão da proteção em lei de forma escarça ou com a sua inexistência (RPU, 2022).

De acordo com dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra, a área rural do Brasil é um campo de conflitos por terra e territórios. A região Norte é a menos povoada, inobstante a sua vasta extensão territorial. Mesmo neste cenário, os registros oficiais comprovam a disparidade do número de ocorrência de assassinatos no campo em comparação com as demais regiões do país.

Figura 1 – Assassinatos no campo (2012-2021)



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
BRASIL	36	34	36	50	61	71	28	32	18	35
NORTE	17	14	14	40	33	42	22	20	10	19
OUTROS ESTADOS	19	20	22	10	28	29	6	12	8	16

Fonte: CEDOC-CPT, 2012-2021

Destaca-se no território nacional o estado de Rondônia como o mais violento nos anos de 2015, 2016 e 2021, com respectivamente, 20, 21 e 11, do total dos dados coletados neste recorte em análise, considerado na extensão da pesquisa cumulativamente com outras violências como ameaças de morte, agressões e prisões contra defensores dos direitos humanos, divididos entre violências contra a integridade física e violências contra a liberdade (CEDOC-CPT, 2012, 2021).

Considerações finais

O estado de Rondônia ainda não detém um amparo legal de iniciativa própria que vise a proteção, por meios de protocolos específicos regionalizados, de defensoras e defensores dos direitos humanos.

De acordo com a técnica do processo legislativo brasileiro constitucionalmente prevista, estabelece que a iniciativa para propor projetos de lei é originalmente do poder legislativo representado, neste âmbito, pela Assembleia Legislativa, concomitantemente com o poder Executivo e, em situações excepcionais, por iniciativa popular.

Não possuímos a pretensão de esgotar o assunto de proteção dos defensores dos Direitos Humanos, mas tão somente contribuir para o debate e para o avanço do arcabouço legislativo estadual. A título de proposta, será a presente pesquisa protocolizada na Casa Civil do governo estadual e na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Referências

ANDRADE, Marcio Pereira de. **Direito agrário.** 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm Acesso em: 30 jan. 2022.

CBDDDH. **Vidas em luta**: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. 3. ed. Curitiba: Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos; Organização Layza Queiroz Santos, 2020.

CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. **Conflitos no campo Brasil**. 2012-2021. Disponível em: www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino Acesso em: 22 dez. 2022.

COSTA SILVA, R. G; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 461-479, 2018. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32712.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

PRIETO, Jaime Yovanovic. **Introdução à ciência do direito e direito alternativo (polemização)**. Editora Hapirus, São Paulo – 1994.

RPU BR. **Avaliações**. Disponível em: https://plataformarpu.org.br/recomendacoes?text=DEFENSORES&category=0&cycle=0&country=0&page=2. Acesso em: 23 maio 2022.

ISBN 978-65-85808-00-2
E-book
9 786585 808002